UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALYSSON LUIZ FREITAS DE JESUS

**COTIDIANO E PODER NAS RELAÇÕES SOCIAIS ESCRAVISTAS E PÓS-
ESCRAVIDÃO: O SERTÃO DAS MINAS ENTRE 1850 E 1915**

SÃO PAULO
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**COTIDIANO E PODER NAS RELAÇÕES SOCIAIS ESCRAVISTAS E PÓS-
ESCRAVIDÃO: O SERTÃO DAS MINAS ENTRE 1850 E 1915**

Alysson Luiz Freitas de Jesus

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Gutierrez

São Paulo
2011

RESUMO

A presente tese de Doutorado tem como principal objetivo analisar as relações de cotidiano e poder no sertão das Minas Gerais, no período de 1850 a 1915. Durante séculos vivenciamos um regime escravista no país. Mesmo depois do seu fim, algumas das características que moldaram a escravidão negra continuaram fazendo parte do nosso cotidiano. As relações de poder, apesar de transformadas em certa medida pelo início de um modelo republicano, não foram suficientes para remodelar por completo o cotidiano de livres, escravos, libertos, homens e mulheres do sertão norte-mineiro, assim como em tantas outras regiões do Brasil. Dessa forma, a tese que ora apresentamos procura dialogar com esse cotidiano, marcado por características como a violência e a solidariedade, a tensão e o afeto, o conflito e a negociação. Elementos que, aparentemente, se apresentam como antagônicos são, na verdade, complementares na estrutura de sobrevivência que se configurou na região, criando assim o que chamados aqui de *universo cultural norte-mineiro*. O período abarcado para a pesquisa apresenta um objetivo claro: compreender tais relações em dois momentos históricos distintos, o Império e a República, estabelecendo assim comparações entre os dois modelos políticos na região e a conformação social e cotidiana no período. *Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão: o sertão das Minas entre 1850 e 1915* propõe, portanto, mergulhar nas relações sociais e de poder que se deram na região norte-mineira, apontando assim alguns dos significados da sobrevivência na região e nos permitindo mais uma experiência sobre o amplo universo escravista que marcou o Brasil.

ABSTRACT

This doctorate thesis is meant to examine the relationships of the daily life and power in the state of Minas Gerais during the period of 1850 to 1915. For centuries, the country experienced a slave regime. Even after its end, some of the characteristics that have shaped the black slavery remained as a part of our everyday lives. The relations of power, in spite of changed to some extent by the onset of a republican model, were not sufficient to completely remodel the daily life of free, slaves, freed men and women of the north of Minas Gerais, as well as in many other regions of Brazil. Thus, the thesis that is now presented seeks to dialogue with this everyday life, marked by characteristics such as violence and solidarity, affection and tension, conflict and negotiation. Elements that appear to present themselves as antagonistic are, in fact, complementary to the structure of survival that took shape in the region, thus creating what we call here the *norte-mineiro cultural universe*. The period covered in the research presents a clear goal: to understand these relationships in two distinct historical moments, the Empire and the Republic Period, establishing comparisons between the two political models in the region and social and daily conformity, during the period. *Quotidian and power in the slavery and post-slavery social relations: the backwoods of Minas between 1850-1915* therefore offers a diving in social relations and power that took place in the north of Minas Gerais, thus pointing some of the meanings of survival in the region and allowing us one more experience on the wide universe of slavery that marked Brazil.

À Maria Aparecida, Roberta, Maria Clara e Nathália, fontes de inspiração e amor.

À Benício, um privilegiado que experimentará muito desse amor.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma Tese de Doutorado requer um trabalho árduo, muita dedicação, compromisso e, sobretudo, renúncia. Durante esses anos de pesquisa e escrita do texto tive o apoio de amigos, profissionais e instituições, cada um com especial importância.

Ao professor Horácio Gutierrez agradeço a orientação precisa e altamente profissional. Horácio foi de enorme importância na realização do trabalho, me ajudando inclusive em orientações pessoais sobre o meu futuro profissional. Agradeço por ter acreditado no projeto apresentado há quase cinco atrás e pelas palavras sempre apoiadoras e entusiasmadas.

Antes mesmo do processo de seleção tive o apoio dos professores Ida Lewkowicz – UNESP e Ricardo Alexandre Ferreira – UNESP, que, mesmo diante de atitudes simples, me auxiliaram no contato com o professor Horácio, o que me levou a acreditar que o sonho da qualificação na USP não era tão distante assim.

À banca de qualificação, composta pelas professoras Maria Helena Machado – USP e Suely Robles Reis de Queiroz – USP, agradeço pela leitura minuciosa e pelas indicações dadas na qualificação, me permitindo melhorar consideravelmente o texto para a defesa final.

À banca de defesa, composta de profissionais de enorme gabarito, também agradeço pelas leituras e por terem aceitado fazer parte do processo. Sou grato pela leitura profissional de Suely Robles Reis de Queiroz – USP, Maria Cristina Cortez Wissenbach – USP, Regina Célia Lima Caleiro – Unimontes e Ricardo Alexandre Ferreira – UNESP.

Em São Paulo tive o apoio de dois amigos no processo de transição para a cidade, um desafio para um jovem historiador vindo do sertão norte-mineiro. A Edílson Braga agradeço pela recepção e ajuda durante o processo de seleção, e ao colega Marcos Fábio Martins de Oliveira devo uma especial gratidão por ter me recebido em seu apartamento na capital por quase seis meses. Os papos nos barzinhos de São Paulo também foram estimulantes, me permitindo conhecer um pouco da cidade além dos muros gigantescos da USP.

Um especial agradecimento devo à amiga e colega Regina Célia Lima Caleiro. Mesmo depois de quase 10 anos de contato com a História, ainda vejo Regina como a minha maior influência e serei grato eternamente a Deus por ela ter cruzado o meu caminho. Conhecer Regina foi um privilégio e uma dádiva, e com poucas pessoas pude compreender efetivamente a arte do ofício de historiador e o significado de uma amizade que não tem preço.

A alguns colegas do Departamento de História da Unimontes agradeço pela parceria e por comungarem comigo de um compromisso ético e moral com o ensino superior. Mesmo em um universo onde rixas e rivalidades transparecem, a ética é, para mim, um compromisso que deve estar na ordem do dia, e alguns colegas ainda me fazem acreditar no ensino superior. Aqui deixo um agradecimento especial aos amigos Laurindo Mékie Pereira e Luiz Gonzaga Quintino Evangelista, o Luquinha.

Um enorme agradecimento devo aos meus amigos de longa data ou mesmo os mais recentes, cada vez mais amigos e pessoas maravilhosas que sempre me apoiaram e continuam próximos. Jean, Georges, Fred, Helder, Fabiano, Fabrício e Humberto são amigos indispensáveis, e sou grato pela sorte de tê-los por perto.

Aos amigos casais Alessandro de Almeida e Edwirgens Aparecida, e Fábio Antunes e Liliana Antunes, agradeço pela amizade e pelo compartilhamento de

experiências nesses últimos anos. Estamos todos envolvidos com a vida universitária e de pesquisa, e sabemos as agruras da nossa opção. Assim, a cerveja e as conversas jogadas fora são sempre um prazer imenso.

Aos meus familiares agradeço pela torcida de sempre e pelo contato intenso que ainda preservamos. O tempo passou, mas continuamos unidos e cada vez mais na torcida para que todos possamos crescer e nos tornarmos grandes. Aqui deixo um especial agradecimento ao meu tio Pedro Santiago, que sempre se mostrou solícito e presente em momentos onde a sua ajuda era indispensável.

Uma especial gratidão também tenho com a nova família que me recebeu nesses últimos três anos. A minha sogra, Áurea Santos, e ao meu genro, João Gabriel, agradeço por me abrirem as suas portas e serem sempre cuidadosos comigo.

No dia-a-dia mais íntimo, mais direto, mais intensamente vivido, quatro pessoas foram os pilares decisivos no caminho dessa tese.

À minha mãe, Maria Aparecida, novamente agradeço a torcida e a certeza de que as minhas escolhas sempre foram acertadas. Dizem que “mãe é mãe...”, mas a minha, tenho certeza, é ainda mais que essa definição aparentemente simples.

Minhas irmãs, Roberta Emanuelle e Maria Clara são a minha vida. Somente o sentimento que temos pode explicar a nossa relação, pois o amor que cultivamos constrói teses e edifica as nossas vidas, para sempre. Tenho a honra de ter irmãs que me motivam todos os dias.

À Nathália Rafaelle agradeço pelo amor imenso e pelo carinho sincero de todos os dias. Há três anos atrás Nathália apareceu na minha vida, e mudou muita coisa. Com ela aprendi muito da leveza de que precisava para viver com mais dignidade, aprendendo que, ser profissional e competente no que se faz, não significa esquecer da

leveza e do sorriso diário. Se isso não bastasse, Nathália ainda me deu um dos maiores presentes que recebi, Benício, fruto do nosso amor e da nossa história.

Por fim, agradeço à Fapemig pela concessão de uma bolsa de Doutorado durante boa parte da pesquisa. Por meio do PCRH – Programa de Capacitação de Recursos Humanos – da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, pude aproveitar do apoio da bolsa para o melhor desenvolvimento da tese.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DPDOR – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional

AFGC – Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves

RPP/MG – Relatório dos Presidentes de Província de Minas Gerais

COJN – Cartório do 1º Ofício Judicial e de Notas de Montes Claros

APMC – Administração Pública de Montes Claros

JCN – Jornal Correio do Norte

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: As microrregiões do norte de Minas Gerais – 2004 p. 34

Mapa 2: Montes Claros na mesorregião norte de Minas – 2004 p. 35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População escrava do distrito de Montes Claros, segundo sexo, idade e origem (“raça”), 1832	51
Tabela 2	A violência praticada por escravos no norte de Minas Gerais – 1850-1885	55
Tabela 3	Tipologia da violência praticada por escravos no norte de Minas Gerais – 1850-1885	59
Tabela 4	Tipologia da violência praticada por escravos, por situação jurídica, no norte de Minas Gerais – 1850-1885	64
Tabela 5	Armas utilizadas nos atos de violência praticados por escravos no norte de Minas Gerais – 1850-1885	75
Tabela 6	Sexo entre os agentes da violência praticada por escravos no norte de Minas Gerais – 1850-1885	79
Tabela 7	Sexo entre as vítimas da violência praticada por escravos no norte de Minas Gerais – 1850-1885	79
Tabela 8	A violência praticada por homens livres no norte de Minas Gerais – 1850-1885	85
Tabela 9	Quadro comparativo sobre os agentes da violência no norte de Minas Gerais – 1850-1885	86
Tabela 10	Tipologia da violência praticada por homens livres no norte de Minas Gerais – 1850-1885	94
Tabela 11	Armas utilizadas nos atos de violência praticados por homens livres no norte de Minas Gerais – 1850-1885	97
Tabela 12	Sexo entre os agentes da violência praticada por homens livres no norte de Minas Gerais – 1850-1885	101
Tabela 13	Sexo entre as vítimas da violência praticada por homens livres no norte de Minas Gerais – 1850-1885	102
Tabela 14	Penas aplicadas aos réus homens livres no norte de Minas Gerais – 1850-1885	119
Tabela 15	Penas aplicadas aos réus escravos no norte de Minas Gerais – 1850-1885	124

Tabela 16	A violência praticada por homens livres no norte de Minas Gerais – 1889-1915	232
Tabela 17	Quadro comparativo sobre os agentes da violência no norte de Minas Gerais – 1850-1888 e 1889-1915	233
Tabela 18	Tipologia da violência praticada por homens livres norte de Minas Gerais – 1889-1915	234
Tabela 19	Armas utilizadas nos atos de violência praticados por homens livres no norte de Minas Gerais – 1889-1915	241
Tabela 20	Sexo entre os agentes da violência praticada por homens livres no norte de Minas Gerais – 1889-1915	245
Tabela 21	Sexo entre as vítimas da violência praticada por escravos no norte de Minas Gerais – 1889-1915	245
Tabela 22	Penas aplicadas aos réus homens livres no norte de Minas Gerais – 1889-1915	252

SUMÁRIO

Introdução p. 16

Capítulo 1

O cotidiano escravista e o universo da violência p. 33

1.1 – O norte de Minas no cenário regional e o contingente escravo no século XIX p. 33

1.2 – A violência praticada pelos escravos p. 54

1.3 – A violência praticada pelos homens livres: crimes em comum? p. 84

Capítulo 2

A justiça, o cotidiano e o poder no sertão das Minas p. 105

2.1 – Justiça e poder: dos discursos ao cotidiano sertanejo p. 106

2.2 – Os homens do poder: diálogos jurídicos no sertão p. 129

2.3 – Administração e poder: quando o povo percebe o Estado p. 147

Capítulo 3

A República no interior das Minas: diálogos entre poder, cotidiano e violência ... p. 174

3.1 – Montes Claros na transição do século XIX para o século XX p. 174

3.2 – A República como instrumento: discursos de liberdade, poder e justiça p. 180

3.3 – A “formação das almas” sertanejas: quando o povo percebe a República p. 206

3.4 – A violência no início da República: apontamentos para uma comparação p. 231

Considerações Finais p. 258

Fontes p. 261

Referências bibliográficas p. 263

Anexos (Mapas) p. 279

Introdução

As pesquisas clássicas que propuseram avaliar os chamados “sertões” do Brasil caminharam, em sua grande maioria, para uma análise dicotômica entre sertão bárbaro, rural e atrasado, em oposição ao litoral civilizado, urbano e avançado. A oposição litoral-sertão levou historiadores, cientistas sociais, ensaístas, literatos e outros especialistas a enxergarem o universo sertanejo a partir do referencial do que se conhecia como progresso e civilização nas regiões centrais do país. Dessa forma, a violência e o *modus vivendi* “não-legal” faria do homem do sertão um fascínora, bravio, a ermo, resultado da ausência de regras institucionalizadas e da própria presença do Estado no cotidiano das relações sociais.

Pesquisas mais recentes buscam reavaliar algumas das impressões mais comuns e tradicionais sobre o *locus* sertanejo. Sem retirar dos homens do sertão as peculiaridades do espaço em que viviam e mesmo os códigos de sobrevivência do qual resultavam suas ações cotidianas e políticas, as referidas pesquisas questionam essa visão dicotômica entre sertão e litoral, entre barbárie e civilização. Nesse sentido, faz-se possível entender a lógica própria de funcionamento de regiões rurais do interior do Brasil, não apenas adotando como referencial os grandes centros urbanos, mas os utilizando como importante ponto de partida para entender similitudes e diferenças entre universos sociais diferentes que compõem o Brasil. A presente tese de Doutorado procura, a partir desse elemento central, avaliar as relações sociais, políticas, culturais e econômicas que compuseram o *cotidiano* e o *poder* no sertão das Minas, tema caro à nossa abordagem.

A região do norte de Minas Gerais, incluída nos chamados “sertões das Minas”, constitui-se no espaço privilegiado para a nossa pesquisa, onde se passaram as relações sociais que construíram o que chamaremos de *universo cultural norte-mineiro*. A análise da documentação e as questões levantadas nos permitiram entrar em contato com um outro sertão, onde o Estado, o poder público e a própria ação política social se fizeram marcantes. A idéia inicial de que o sertão norte-mineiro era um espaço peculiar da atuação do poder privado nos pareceu, em meio à documentação, em parte exagerada. Tais características acabam por cristalizar categorias que levam a excluir as demais formas de relações sociais, onde o Estado e o poder público aparecem com maior frequência.

A cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, de onde se origina boa parte da documentação analisada, era a sede da comarca regional desde o século XIX, e por isso mesmo nos foi possível perceber as nuances da presença do Estado e da atuação do poder público junto aos sertanejos.¹

Esses elementos nos impuseram o desafio de compreender a história do sertão norte-mineiro em dois momentos históricos distintos: o período monárquico e o período republicano. Nesse sentido, em uma primeira abordagem, o estudo da escravidão na região se fez necessário, tendo em vista a possibilidade de avaliar como escravos, libertos e livres dialogavam no cotidiano e nas relações de poder que se construíam.

A análise sobre o cotidiano escravista no Brasil passou por uma substancial revisão historiográfica nas últimas décadas. Poucos temas sobre a

¹ A cidade de Montes Claros e as demais cidades da região com seus respectivos distritos compunham a Comarca de São Francisco, ao longo do século XIX. Os mapas colocados em anexo apontam as regiões que compunham a comarca, bem como a condição de Montes Claros como pólo da região, onde se concentrava boa parte da documentação regional que era produzida. Estudos sobre a região do norte de Minas Gerais, desde análises mais tradicionais a teses mais recentes foram responsáveis por apontar a importância da comarca, bem como algumas das impressões mais clássicas sobre o sertão norte-mineiro. Para tal, ver: ANASTASIA, 1998. ANASTASIA, 2005. BATISTA, 2006. BOTELHO, 1994. CHAVES, 2004. JESUS, 2005.

conformação social, política e econômica do Brasil receberam uma atenção tão grande de historiadores, sociólogos, literários e especialistas em geral. Em um país multifacetado culturalmente, com uma presença marcante do negro na nossa formação social e com um alto grau de miscigenação, torna-se simplificada qualquer explicação no que se refere ao interesse pelo tema.

A presente tese se inicia a partir da apreciação de um cotidiano escravista simples, rural, tipicamente sertanejo, como o é a região norte de Minas Gerais, onde se passam as histórias que aqui revelamos. No sertão das Minas, escravos, libertos, homens livres, mulheres, brancos e mestiços formaram um universo cultural pluralizado, baseado em relações das mais diversas, em meio a conflitos, negociações, violência e solidariedade.

Mesmo o fim da escravidão não foi suficiente para redimensionar por completo esse universo, configurando assim um ambiente de permanências e continuidades, típico do Brasil em momentos de transição política. A conquista da nossa independência política em 1822, a transição para um regime republicano em 1889, ou mesmo “revoluções” políticas como as de 1930 e 1964, entre tantos outros eventos, nos permitiram vivenciar novas experiências, mas, por outro lado, nos manteve atrelados ao nosso passado, incapazes de superar nossas estruturas sociais, políticas, econômicas e mesmo culturais, em uma relação de permanência e continuidade, na vivência do “novo” e na manutenção do “velho”. Intelectuais se debruçaram em larga medida sobre o tema, e a tese que ora apresentamos também nos possibilitará experimentar um pouco desse Brasil.

É nesse sentido que *Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão: o sertão das Minas entre 1850 e 1915* foi construído. O presente texto

de doutorado apresenta três eixos de análise que o norteiam e que se apresentam como os aspectos fundamentais da proposta central apresentada inicialmente.

O primeiro aspecto discutido é a construção do cotidiano escravista sertanejo no norte das Minas, baseado em um universo que mesclava relações sociais aparentemente antagônicas, mas que, em sua essência, se complementavam na formação do *universo cultural norte-mineiro*. Situada na região que formara nos séculos XVII a XX o chamado “sertão das Minas”, o nosso *lócus* de pesquisa passou por décadas e décadas de experiência escravista, onde negros, brancos, escravos, libertos e livres, homens e mulheres, enfim, sertanejos das Minas Gerais, se relacionaram das mais variadas formas, em um universo de violência, mas, ao mesmo tempo, de negociação, de conflito, mas, em meio a isso tudo, de afeto. Um universo que misturava tensão e solidariedade, e que marcara tantas e tantas regiões do Brasil. Um universo plural, multifacetado e mestiço, e não apenas na “cor” da pele, mas, sobretudo, na ação do homem, construtor das histórias do passado. Exemplos dessas histórias marcaram o passado da região e estão presentes na análise privilegiada pelo capítulo 1 e parte do capítulo 2.

A violência, nesse caminho, se apresentou como o elemento central na avaliação do cotidiano escravista, nos conduzindo a uma análise da criminalidade praticada por escravos e por homens livres e, por conseguinte, a uma inevitável comparação entre esses dois mundos que, no cotidiano escravista, se complementavam. A proximidade e a simplicidade da vida sertaneja aproximavam escravos e livres, mas, em muitos aspectos, o universo que dividiam também reafirmava a condição do “ser escravo”, baseada em relações de dominação e de poder próprios do sistema secular da escravidão.

Variadas formas de relações sociais são encontradas nos documentos pesquisados, como as relações afetivas entre escravos e homens livres, as parcerias em relações de violência, bem como o cotidiano simples e violento dos homens do sertão norte-mineiro. Além disso percebe-se a brutalidade e o alto grau de violência utilizado pelos nossos protagonistas nas soluções que encontraram para resolver as suas pendengas, e que inúmeras histórias ao longo dessa tese demonstrarão.

Um segundo aspecto que procuramos abordar na pesquisa é a comparação entre dois momentos históricos distintos, o Império e a República. O Brasil se configurou no século XIX em uma experiência única de monarquia na América. Mergulhado em um continente republicano, o Brasil passou a conviver ao longo do Oitocentos com um regime monárquico e escravista, com uma economia agrária responsável pelo poder de uma elite conservadora. Ao longo do século vivemos uma identidade política monárquica que se confundia entre posturas liberais e conservadoras de poder, o que refletia claramente na nossa opção pela manutenção de um regime escravista do qual éramos altamente dependentes. Essas relações escravistas conformaram a nossa identidade social, econômica, política e cultural no Império.

Ao final do século a opção por um estado republicano se tornara real, iniciando mais um processo de conformação identitária do Estado. Um novo momento histórico se moldava, por meio de uma República concentrada nas mãos de oligarquias poderosas, oriundas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Após décadas e décadas de regime monárquico, enfim o país faria a transição para a República como regime de governo, mesmo que atrasados em relação aos nossos vizinhos americanos.

A questão que levantamos é até que ponto a mudança de regime político resultou em alterações significativas nas relações cotidianas e nas relações de poder no

sertão das Minas? Em uma contraposição entre o “novo” e o “velho”, entre mudanças e continuidades, procuramos compreender como a transição para a República levou os sertanejos a buscarem novos repertórios de ação política e cotidiana, o que em muitos casos fica mais evidente, sobretudo quando nos atentamos, mais uma vez, para a análise das soluções violentas no sertão, e que estão marcadamente presentes no capítulo 3 dessa tese.

A análise de dezenas de processos expostos ao longo desse texto nos permite comparar o cotidiano monárquico e o cotidiano republicano, e inferir que a transição para a República em 1889, carregada com todo o seu processo de ordenamento social, jurídico, político e econômico, não foi suficiente para remodelar por completo a ação cotidiana do sertanejo. A violência, por exemplo, permaneceu como recurso válido, senão conformador do cotidiano pós-escravidão.

Por fim, um terceiro aspecto levado à frente pela pesquisa se coloca como o eixo principal da tese, o que justificou o interesse pelo tema e do qual resultaram todas as demais análises que vieram em seu bojo: a análise entre o *cotidiano* e o *poder* no sertão das Minas. O conceito de cotidiano na presente tese é encarado de forma simples, pois avaliamos o mesmo como o espaço onde se dá as relações privadas, de intimidade, que fazem parte do dia-a-dia das relações sociais, seja em grandes centros urbanos do país, seja em regiões rurais dos chamados “sertões”². O poder, por sua vez, é entendido como o poder institucionalizado, ou seja, as instituições que compõem a organização e

² Concordamos, nesse sentido, com a avaliação de Luiz Felipe de Alencastro, em sua introdução ao segundo volume da coleção *História da vida privada no Brasil*. “Com efeito, não há por que separar-se os dois gêneros de história [“vida privada” e “vida cotidiana”], na medida em que “cotidiano” refira-se à intimidade, aos modos de vida, ao dia-a-dia da existência privada, familiar e pública, às formas de transmissão de costumes e dos comportamentos.” ALENCASTRO, 1997: 8.

administração do Estado, analisada por meio dos documentos produzidos pela justiça, pela administração pública e pelos governos municipal e estadual.³

A avaliação do dia-a-dia da escravidão e das relações mais corriqueiras que se passavam entre cativos, forros e livres acabou por exigir uma análise das formas pelas quais o poder se manifestava. Nesse sentido, *cotidiano e poder* se complementam em nossa análise, a partir do momento em que pretendemos avaliar como as pessoas reagiram nesses dois momentos históricos, e não apenas como o Estado se organizou ao superar o seu passado monárquico. *Cotidiano e poder*, dessa forma, estão em constante diálogo em todos os capítulos do texto.

Em muitos momentos, os sertanejos lançavam mão de variadas estratégias no universo do poder e da lei, e nas suas ações políticas cotidianas. Com isso, revelava-se um universo ainda mais complexo, à medida que o poder se tornava instrumento de adaptação, de negociação e de conflito. Os abaixo-assinados, muito comuns como forma de ação política na região, exemplificam a questão.

Em documento apresentado à Câmara em 1886, comerciantes da região de Montes Claros apresentavam um longo esclarecimento sobre condições ligadas ao seu ofício, direcionando à Câmara a apreciação dos seus “pedidos”:

Os abaixo assignados, negociantes residentes nesta cidade, soffrendo aos inconvenientes e prejuízos resultantes do modo por que variável e indistinctamente concorrem mercadores e lavradores deste e de outros productos deste e de outros districtos a venderem nos ranchos não só gêneros alimentícios, como outros productos de indústria do que resulta não pode ser o commercio hábil e conscientemente dirigindo, originando-se deste estado de causas o desrespeito á parte moral do mesmo, desrespeito que leva o negociante a occupar-se em dias impróprios como o de domingo e outros santificados entre um povo morigerado e trabalhador como a de Montes Claros: (...)

³ Dessa forma, buscamos entender as relações de poder por meio dos discursos e diálogos dos homens que estavam mais diretamente ligados a ele, por meio dos seus cargos jurídicos, políticos e administrativos, permitindo assim um diálogo entre o que se passava no cotidiano sertanejo, no dia-a-dia dos atores sociais, e as relações de poder que se configuravam no universo cultural em questão.

Lembrão-se os abaixo assignados de que uma norma de prática imposta neste sentido aos negociantes e lavradores pode vir, com certeza melhorar este ramo de indústria e trazer aos consumidores por meio de economia commercial preços menos variáveis dos gêneros alimentícios, ou já compras se farão, conforme as indicações de prudência, em certos e determinados dias; e que esta norma poderá ser dada pelo critério dos dignos membros dessa ilustre corporação; visto ser um achô que bem se concilia com a natureza e índole do poder municipal, que creando e revogando posturas legisladas no município na órbita das atribuições conferidas pela lei de 1º de outubro de 1828:

Nestes termos ao instar do que se faz em outros municípios, pedem os abaixo assignados que em bem do interesse público uma postura se crie determinando os dias certos e invariáveis as vendas em feiras.⁴

Questões como as expostas acima pelos comerciantes da cidade de Montes Claros não eram uma exceção. Em meados da década de 1870 e mesmo no início dos anos 1880 os comerciantes apresentam outras sete solicitações à Câmara Municipal, no sentido de regulamentar o seu trabalho, sentindo-se, em todos os outros casos, prejudicados. Também fica evidente em suas exposições o fato de acentuarem serem “moradores e residentes na cidade”, e que deveriam dessa forma serem “protegidos” por instrumentos legais advindos dos homens responsáveis pela administração pública.⁵

Ao final de todas as solicitações expostas, evidencia-se o fato de que tais soluções, se empreendidas, seriam de enorme importância para o “bem do interesse público” e não apenas dos comerciantes em questão, que, obviamente, eram imensamente prejudicados.⁶

Tais documentos revelam que, no repertório da ação cotidiana do sertanejo, o poder era instrumento conformador do *universo cultural norte-mineiro*. Comerciantes, lavradores, agregados e tantos outros trabalhadores e cidadãos passaram

⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1886, f. 1-3.

⁵ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1886, f. 1-3. Ver também: APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1877, 1879 e 1883.

⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1886, f. 1-3.

a enxergar o Estado e as benesses advindas da relação com o poder público. A passividade e a aceitação pura e simples do destino do homem do sertão não são vistas em fontes como estas, e tampouco será percebida ao longo dessa tese. Documentos assinados por dezenas de pessoas ou manifestações de comunidades inteiras, revelavam o caráter da ação política e social de muitos norte-mineiros e, acima de tudo, o interesse da população em resolver problemas cotidianos não apenas com o recurso, muitas vezes válido e aceito, da violência.

Ainda no universo do poder nos deparamos com a atuação dos chamados “homens da lei” do sertão das Minas. Por meio da análise dos processos criminais e das ações cíveis de liberdade, mais uma vez encontramos referenciais importantes para a compreensão do “poder” no sertão. Discursos jurídicos e abordagens argumentativas alinhadas com os debates recorrentes no Império colocam as idéias políticas recorrentes na região em uma outra perspectiva histórica, bem diferente da tradicional visão do sertão isolado, bárbaro, atrasado, em oposição ao litoral civilizado.

Esses três eixos norteadores da presente tese foram avaliados por meio da análise das fontes selecionadas para a pesquisa. Um *corpus* documental de milhares e milhares de páginas nos permitiu o acesso ao cotidiano e ao poder no sertão das Minas. Dessa forma, agrupamos a documentação em dois tipos de fontes, e que, em sua essência, exigiram uma metodologia adequada à proposta da tese: as *fontes mediadoras do cotidiano* e as *fontes mediadoras do poder*.

Com relação ao primeiro grupo, analisamos um número de 694 processos criminais, selecionados especialmente na categoria de crimes contra a pessoa, envolvendo escravos, ex-escravos, homens livres e mulheres nas condições de réus ou de vítimas. Tais processos permitiram – em conjunto com o restante da documentação selecionada – retratar parte do cotidiano norte-mineiro, enfocando de maneira especial

as relações estabelecidas pelos escravos e forros em conjunto com os homens livres da região, e após a abolição, as relações entre homens livres e ex-escravos.

Carlo Ginzburg, em *Mitos, Emblemas, Sinais*, discorre acerca de um importante método de análise para algumas áreas da ciência: o paradigma indiciário. Comparando o método utilizado por determinados críticos de arte com o método investigativo de Sherlock Holmes e os procedimentos de análise adotados por Freud, o autor procura demonstrar como, a partir da análise de dados aparentemente negligenciáveis e pouco perceptíveis em determinadas “fontes”, é possível se chegar a uma realidade bem mais complexa do que a vislumbrada quando esses indícios não são notados ou mesmo ignorados. Procurando fazer uma analogia com o ofício do historiador e o ofício do médico, Ginzburg acentua que os códigos utilizados por ambos se baseiam (ou devem se basear) em casos individualizantes, e que, portanto, levariam a um conhecimento “indireto, indiciário, conjectural”. Obviamente, o autor esclarece a dificuldade de se adotar tal procedimento para se pensar os códigos culturais de determinados grupos sociais, afinal: “Uma coisa é analisar pegadas, astros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro; outra é analisar escritas, pinturas ou discursos” (GINZBURG, 1989: 171).⁷ Portanto, há uma distinção fundamental entre natureza e cultura; distinção que deve ser atentamente observada pelo historiador e demais cientistas sociais.

O método indiciário, portanto, consiste na análise de “menores reveladores”. O cientista social – no nosso caso, o historiador – procura, por meio de indícios encontrados nas suas fontes, lançar um olhar sobre uma visão de mundo mais ampla. O trabalho com os processos criminais e cíveis da nossa pesquisa procura seguir esse tipo de metodologia.

⁷ Ver em especial o texto, “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”.

Os autos criminais passaram a ser fontes privilegiadas pelos pesquisadores há algumas décadas, permitindo aos historiadores reconstituírem as experiências de vida dos agentes sociais protagonistas em suas investigações. Para Maria de Fátima Novaes Pires:

O auto criminal é um material singular, por captar, registrar as nuances e tensões sociais que envolveram variadas regiões subordinadas ao regime de trabalho escravo. Mostram-se valiosos para a análise dos crimes, dos seus mecanismos impulsionadores e possibilitam reconstituições da vida social. Apontam ainda para possíveis significados que dela fizeram os sujeitos envolvidos em situações tidas como infradoras (PIRES, 2003: 22).

Se as fontes criminais e cíveis priorizadas neste trabalho permitem um olhar especial sobre parte desse universo, contudo, é importante frisar que devemos estar atentos aos limites impostos por esses registros, assim como por toda fonte histórica. Nesse sentido, faz-se necessária a seguinte consideração: os processos são uma fonte produzida pela justiça e, por conseguinte, trazem em si manifestações diversas, atendendo interesses de variadas classes, ou dos “dominantes” ou dos “dominados”. Embora essa documentação traga em si a “fala” de escravos, libertos e homens livres sobre as experiências vividas no seu dia-a-dia, essas falas são mediadas pela “pena do escrivo”. Cabe ao pesquisador estabelecer um diálogo cuidadoso e criterioso com essas fontes, de maneira que se possa extrair delas o máximo possível de informações que permitam a reconstituição, mesmo que parcial, do cotidiano das classes envolvidas.

Assim, o historiador deve estar atento ao que as fontes podem oferecer.

Sidney Chalhoub, em *Trabalho, Lar e Botequim*, fornece um referencial importante:

(...) ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente se passou’, porque esta seria uma expectativa inocente, da mesma forma como é pura inocência objetar a utilização de processos

criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (CHALHOUB, 1986: 41).

Para Chalhoub esses documentos são dotados de contradições, incoerências, construções ou ficções. Todavia, é justamente nesses componentes que a análise de processos criminais e cíveis deve ser pensada. Durante muito tempo, a historiografia se preocupou profundamente com a objetividade dos fatos e com as fontes que possibilitariam chegar a essas pretensas “verdades”. Se esses fatos não pudessem ser encontrados de forma objetiva, então a história não seria viável como conhecimento. Para o autor, “é óbvio que é difícil, senão impossível, descobrir ‘o que realmente se passou’ (...) Existem, é claro, pelo menos tantas dúvidas quanto certezas neste contexto. Mas, por favor, devagar com o ceticismo: há certezas” (CHALHOUB, 1986: 38-9). Processos criminais e cíveis revelam uma tentativa central da justiça em revelar, conhecer, dissecar os aspectos mais recônditos da vida cotidiana, e acreditamos que as visões de mundo, as práticas, as representações, as trocas culturais, o contato e a construção da vida se dão num processo diário, o que demonstra serem tais fontes fundamentais para a nossa proposta.

A procura de indícios e dos “menores reveladores” das fontes, por outro lado, não poderia nos conduzir a qualquer possibilidade de impressionismo, o que, acreditamos, pode ser equilibrado com uma análise quantitativa dessas mesmas fontes. O método quantitativo, nesse sentido, se tornou essencial para avaliar a participação, em números, dos cativos e livres no universo sócio-cultural da região, em especial enfocando os principais tipos de violência praticados por esses agentes sociais e, além disso, nos permitindo uma comparação entre a violência praticada por cada um desses grupos sociais, conforme já demonstramos anteriormente. Por meio desse primeiro

esforço conseguimos, também, chegar à atuação da justiça institucionalizada e do papel da mesma frente aos crimes praticados por grupos sociais distintos em um universo de dominação escravista.

Ainda no bojo das chamadas *fontes mediadoras do cotidiano*, analisamos um número de 40 ações cíveis de liberdade. Por meio delas, e adotando o mesmo procedimento metodológico proposto na análise dos processos-crime, procuramos analisar o dia-a-dia de escravos, libertos e homens livres em um momento especial dos embates cotidianos: o da liberdade. Essas ações nos permitem ir além da análise dos procedimentos jurídicos e senhoriais quanto à luta dos escravos pelas manumissões. Nesses documentos, tanto os escravos como os livres buscam relatar suas experiências e impressões sobre a escravidão, acabando por expor realidades variadas sobre o cativo e a liberdade. A utilização dessas ações como fontes para a discussão da liberdade vem se tornando crescente. Em trabalho inovador, Keila Grinberg nos esclarece acerca do teor da fonte:

Uma ação de liberdade é iniciada quando, depois de receber um requerimento – assinado por qualquer pessoa livre, geralmente “a rogo” do escravo –, o juiz nomeia um curador ao escravo e ordena o seu depósito. Assim feito, o curador envia um requerimento (libelo cível) no qual expõe as razões pelas quais o pretendente requer a liberdade. Entre uma coisa e outra pode haver mil e um diferentes requerimentos, tentativas de impedir o prosseguimento da ação, etc. Mas, geralmente, o advogado ou procurador do réu (no caso, o senhor do escravo ou seus herdeiros) envia um outro libelo, ou contrariedade, apresentando a defesa de seu cliente. As exposições das razões de ambas as partes também podem prolongar-se por vários requerimentos, até que o juiz fique satisfeito e determine a conclusão da ação (GRINBERG, 1994: 22-3).

Assim, muitos dos problemas entre senhores e escravos transformaram-se em ações de liberdade e, o mais importante, “eram resolvidas realmente na justiça”, não

sendo a ação apenas um “meio de pressionar o senhor para acabar mais rápido com o assunto” (GRINBERG, 1994: 27).

Esse primeiro grupo de documentos é especialmente reservado para a análise das relações cotidianas no norte de Minas, tanto no ambiente monárquico quanto no período republicano. A análise das relações de poder junto à sociedade norte-mineira pode ser encontrada em outros documentos, que chamaremos aqui de *fontes mediadoras do poder*.

Um número de 307 documentos cíveis da administração pública de Montes Claros, tanto do século XIX quanto da República Velha, são um bom exemplo das fontes que nos permitiram adentrar as peculiaridades das relações de poder. Ofícios, correspondências, cartas de pedidos, posturas municipais, enfim, documentos que permitem entender a organização do Estado sertanejo nesses dois momentos distintos, bem como avaliar como a população entendia o seu papel junto ao Estado, tendo em vista os variados pedidos e abaixo-assinados que se registraram no período. Somam-se a esses documentos os Fundos da Administração Provincial, presentes no Arquivo Público Mineiro, contendo Correspondências Expedidas e Recebidas, Atas, Propostas, Relatórios, Requerimentos e Documentos Diversos, que permitem analisar a organização do Estado em Minas Gerais, para que assim seja possível avaliar as relações de poder na região.

No caminho que nos levou à avaliação do poder em meio ao cotidiano, 85 relatórios provinciais se mostraram importantes fontes de pesquisa. Os Relatórios Provinciais de Minas Gerais, documentos valiosos, extensos e detalhadamente ricos em informações, nos serviram à medida que atentamos para a preocupação do Estado com a questão da criminalidade na Província, especialmente no que se refere ao papel da justiça quanto à questão. Nos Relatórios, a percepção sobre a criminalidade nas Minas é,

em muitos sentidos, otimista, tendo em vista a constante valorização da imagem de segurança individual e tranqüilidade pública do sertão, muito diferente da constante violência notada no cotidiano escravista e pós-escravidão, que centenas de processos criminais revelam.

Atentos também ao papel da justiça com o poder e as leis, sobretudo no universo escravista do século XIX, utilizamos os processos crimes e a Lei de 1871 - a famosa Lei do Ventre Livre - para avaliar o papel dos cativos e dos homens livres pobres no trato com as leis. Entendendo a lei como um espaço de conflito social - em uma perspectiva thompsoniana⁸ - objetivamos mostrar como escravos, libertos e homens livres entendiam a legislação e as regras costumeiras que se apresentavam no seu cotidiano, em especial no que se refere à batalha incansável pela liberdade e pela absolvição nos processos criminais. Muitos fatores poderiam facilitar ou dificultar o acesso dos escravos e dos homens livres pobres à justiça. Não obstante, o acesso à justiça é uma realidade, constituindo-se em mais um exemplo da mobilidade e complexidade das relações sociais no Brasil.

Além disso, visualizamos a justiça nesse cotidiano como campo de mediação das relações estabelecidas entre os atores sociais, em um processo onde o *locus* judiciário permitia o contato entre as pessoas e, mais ainda, funcionava como um meio de expressão social daqueles que muitas vezes não tinham muitos recursos para se manifestar, como é o caso dos escravos e dos homens livres pobres. Destarte, a importância de se pensar as leis, os costumes e a justiça no processo de trocas culturais entre os norte-mineiros.

Por fim, nos caminhos que nos levaram ao entendimento das manifestações do poder no sertão das Minas, um número de cerca de 80 jornais nos

⁸ THOMPSON, 1987.

permitiu o acesso às práticas sociais e políticas do sertanejo. Jornais de circulação regional, como o *Correio do Norte*, com edições entre os anos 1884 e 1885 e os anos de 1889 e 1891, apresentam muitas das necessidades presentes no *universo cultural norte-mineiro* e as variadas e complexas formas de organização da sociedade diante dessas mesmas necessidades. Os jornais ainda reproduzem em suas páginas alguns dos documentos mais importantes da administração pública na região, nos colocando novamente frente a pedidos, solicitações e demandas individuais ou coletivas de homens e mulheres que construíram a história no norte das Minas Gerais.

Enfim, as páginas que se seguem são resultados de um esforço, inicialmente, audacioso. Compreender a história de um povo, com sua cultura, suas ações políticas e suas singulares formas de relações sociais já era, por si só, um enorme desafio. Revelá-las a partir de fragmentos deixados pela história, em arquivos empoeirados ou mesmo em máquinas digitalizadoras, mostrou-se um desafio ainda mais complexo.

O passado, envolto em seu misticismo e guardado em prateleiras de arquivos, caso não passe pelo desafio de ser revelado, não é nada mais do que apenas o passado. Maria, Ana, Francisco, Cesário, Anastácia, Gabriel, João Cabra, Joaquim Nagô, e tantos e tantos escravos, libertos, homens e mulheres livres que construíram o Brasil, precisam apenas de um instrumento que os permita falar. Histórias de afeto e de tensão, de solidariedade e de violência, de amor e de ódio, de negociações e de conflitos, são histórias que não fizeram parte apenas do cotidiano de Francisco, Maria, Gabriel ou Anastácia. Essas histórias fazem parte do nosso presente, e nos permitem compreender um pouco do que fomos e um pouco do que somos, quem sabe até do que seremos.

Em um país tão plural e tão miscigenado como o Brasil, o norte das Minas Gerais é mais um *locus* do nosso passado. Acreditamos que a História, por meio dos encantos de Clio é o instrumento que nos permite a maior legitimidade possível na compreensão desse passado. As páginas seguintes são um empreendimento nesse sentido e que, esperamos, possam nos colocar diante de uma parte do Brasil, um país de mudanças e de continuidades que, sem sombra de dúvidas, tem ainda muito a aprender com a sua própria História.

CAPÍTULO 1

O COTIDIANO ESCRAVISTA E O UNIVERSO DA VIOLÊNCIA

A análise das relações sociais escravistas que se passaram na região é um dos objetivos principais da presente tese, à medida que procuramos evidenciar as estratégias de escravos e homens livres no cotidiano norte-mineiro. Negociações, conflitos, solidariedade e violência se apresentaram como importantes características desse cotidiano, e esse capítulo procura avaliar algumas dessas relações.

Dessa forma, propomos uma comparação entre o universo violento praticado pelos escravos em relação ao praticado pelos homens livres, questionando em que sentido tais práticas se aproximam e se distanciam. Em meio a um universo de dominação próprio do regime escravista, o sertão das Minas apresenta interessantes características que nos permitem adentrar o cotidiano da região, e a análise dos processos criminais em questão se tornou imprescindível para a proposta desse capítulo.

Iniciamos essa parte da tese com um panorama do cenário geográfico, político e econômico do norte de Minas, bem como uma avaliação do contingente escravo na região, demonstrando assim a importância dos cativos na conformação do universo cultural norte mineiro ao longo do século XIX.

1.1 – O norte de Minas no cenário regional e o contingente escravo no século XIX

A metade setentrional da província mineira, no Oitocentos, pertencia à região norte do estado de Minas Gerais, onde fica a cidade de Montes Claros. Tal região

está inserida no que tradicionalmente se classifica como “sertão”.⁹ A expansão da pecuária, bem como as expedições bandeirantes foram os dois grandes fatores que impulsionaram a ocupação e o povoamento da área. A expansão pecuarista pode ser vista ao longo do Rio São Francisco, a partir dos estados de Pernambuco e Bahia. Quanto às expedições bandeirantes, Espinosa-Navarro, a primeira delas, ocorreu em meados do século XVI, seguida pela bandeira de Fernão Dias, na metade do século XVII (VIANA, 1916).

Ressalta-se que muitas guerras foram intentadas contra os nativos estabelecidos às margens do São Francisco para que a expansão se desse, sendo que o objetivo primeiro era de escravizar os que ali habitavam.

Mapa 1: As microrregiões do norte de Minas Gerais – 2004.

In: PEREIRA, 2007.

⁹ Alguns mapas foram incluídos nos anexos da tese, com o objetivo de localizar a região norte de Minas Gerais e as cidades que a compõe em relação a todo o estado de Minas Gerais.

Mapa 2: Montes Claros na mesorregião norte de Minas – 2004.

In: PEREIRA, 2007.

Povoamentos estáveis e aglomerações permanentes caracterizaram a ocupação realizada pelos bandeirantes, tradicionalmente conhecidos pela historiografia como itinerantes. Não se pode desconsiderar o fato de que tal conquista envolveu a dizimação de grupos indígenas, como aponta Márcio Roberto Alves dos Santos em recente dissertação de mestrado. Entretanto, adverte o autor que a ocupação teve como grande consequência a formação de um grupo social estável, dinâmico e estruturado em bases pecuaristas. A conquista dos paulistas na região já se encontrava consolidada nas primeiras décadas do século XVIII, detendo eles pleno controle sobre as terras e os índios. A época dos combates, que fizeram com que os conquistadores vicentinos fortificassem a igreja do arraial de Morrinhos e lutassem contra os índios às margens e ilhas do São Francisco, possivelmente já havia chegado ao fim. Os aspectos da consolidação dos ditames paulistas na região podem ser percebidos através da

delimitação de espaços efetivada por um potentado local e administrador de índios. Os colonos vicentinos detinham autoridade nas relações sociais com os grupos indígenas (SANTOS, 2004: 93).

Algumas décadas antes do período acima mencionado, em meados de 1690, memorialistas e estudiosos atribuíram a conquista e ocupação da região à derrota e escravização dos nativos. Hermes de Paula descreve a intensidade do comércio de gado estabelecido no Norte de Minas em fins do Seiscentos. Para o autor, as investidas dos bandeirantes baianos e paulistas em direção ao São Francisco na busca do ouro e dos gentios foram responsáveis por deixar o terreno mais aplainado e habitável. A região tornou-se povoada de negros fugidos, índios acuados, mineiros exaustos das peregrinações sem sucesso. (PAULA, s/d)

A criação de gado foi a causa responsável pelo início da formação econômica na região, ainda no século XVII. Associada à pecuária, desenvolveu-se uma agricultura de subsistência, direcionada à dieta alimentar dos habitantes.

As características ambientais favoreciam esse tipo de economia, que demandava um número reduzido de escravos, se comparada às demais regiões coloniais, como veremos mais à frente. A pecuária, como atividade predominante, passou a ser vista pela historiografia como uma economia essencialmente voltada “para dentro”, diferentemente do que se percebia em relação às economias de exportação, fato que conferiu à região caracteres específicos.

Horácio Gutierrez, em estudos sobre a região do Paraná entre 1800 e 1830, procurou demonstrar como se estruturou a demografia escrava na região, a partir da constatação de se tratar de uma região não-exportadora e, portanto, negligenciada pelas pesquisas mais conhecidas sobre o tema. Entretanto, o autor demonstra a importância da região que, mesmo dedicada à subsistência e ao abastecimento interno, tinha um

conjunto de milhares de escravos, e que portanto configuraram um importante local de relações escravistas. (GUTIERREZ, 1987)

Em se tratando do exercício do poder na América Portuguesa, se pode afirmar que o mesmo apresentou as mais diversas características, tendo em vista a extensão territorial continental. As relações sociais e políticas revelaram-se nas mais variadas formas, convivendo o poder público com a dinâmica do poder privado, o que atribuiu a algumas regiões brasileiras singularidades quanto ao exercício do poder metropolitano.

Neste sentido, é importante remeter ao século XVIII para melhor entendimento do século XIX na região, sobretudo no que tange às relações político-administrativas, à discussão sobre a ordem privada, bem como à atuação de escravos, libertos e livres na formação do universo cultural norte-mineiro.¹⁰

Os debates sobre a eficácia do poder público no Brasil, bem como o limite de atuação do poder privado traduziram-se em uma importante ferramenta para análise das relações Portugal-Brasil. O controle das regiões ocupadas era tarefa árdua conferidas aos lusitanos, haja vista a extensão do império, constituído por terras na América, África e Ásia.

Diferentes análises sobre o poder metropolitano nas Minas Gerais ao longo do Setecentos examinaram a natureza e as características da capitania. A historiografia clássica tem suscitado importantes questões acerca do pretense controle exercido pela “metrópole” sobre a “colônia” na América. Alguns renomados cientistas sociais sustentaram a idéia de que Portugal exercia, através do seu direito de conquista, um

¹⁰ Entende-se o conceito de “universo cultural” de acordo com Eduardo França Paiva, em *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*. Estudando a região das Minas ao longo do século XVIII, o autor identifica na capitania um universo marcado pela pluralidade e pela mobilidade. Assim, o intenso processo de circulação de culturas, “de modos” e “de imagens” permitiu a configuração de um universo cultural na região, não totalmente específico, mas com importantes particularidades. Para o autor, estaríamos diante de um universo na colônia que “era mestiço e, também, distinto; era híbrido, mas, também, impermeável” (PAIVA, 2001: 38)

controle sobre todas as áreas de atuação cotidiana no Brasil, travando as possibilidades de ações independentes por parte dos colonos. Nessa linha, Raimundo Faoro, no clássico *Os donos do poder*, trata especificamente da centralização colonial. O autor destaca a maior abrangência do poder público na colônia, a partir do século XVIII, concluindo que não sobrava espaço para a ordem privada na América Portuguesa. A consolidação do poder público teria se dado a partir da criação do governo geral (FAORO, 1975: 143-6).

Opondo-se a tal idéia, e procurando ampliar a noção de ordem privada, Carla Anastasia acredita que a análise de Faoro afasta a possibilidade da manutenção da ordem privada após meados do século XVII. Para ela, o autor teria acreditado num total sucesso do poder público, e “à medida em que avança sua análise praticamente desconhece sequer a possibilidade da existência de redutos de ordem privada.” E acentua: “Faoro capta a realidade da consolidação da ordem pública nas minas mas não trata de sua contrapartida – a consolidação do poder privado em regiões onde a máquina administrativa mostrou-se ausente ou ineficaz” (ANASTASIA, 1989: 81).

A ordem privada passou a ser fortemente estabelecida, também por força dos costumes, o que acabou moldando a própria administração portuguesa a uma dinâmica interna. Em algumas regiões, a falta ou a ineficiência de uma máquina administrativa propiciou a atuação de um poder privado (ANASTASIA, 1989). O sertão norte-mineiro é um caso exemplar.¹¹

¹¹ No século XVIII, pesquisas sobre a região analisaram os motins ocorridos em 1736. Carla Anastasia, em texto sobre o Sertão do São Francisco, destaca um dos motivos para a eclosão das revoltas: a tentativa da Coroa em impor ordem sobre o sertão, atrelada à resistência dos grandes proprietários de terra da região quanto à incorporação da ordem político-administrativa, que retratava o avanço da máquina tributária metropolitana através da cobrança da taxa de captação. Segundo a autora, as características peculiares do Norte de Minas Gerais acabaram transformando a região em um “reduto da ordem privada”: “O exame da Sedição de 1736 revela um duplo registro. Por um lado, pode-se afirmar que o movimento dos poderosos derivou da decisão metropolitana de estender o sistema de captação ao Sertão, o que provocaria uma diminuição do excedente realizado e apropriado pelos grandes proprietários de terra do norte mineiro. Por outro, e o que nos parece mais fundamental, o movimento foi fruto do confronto entre o poder público e a ordem privada” (ANASTASIA, 1989: 85). O que se vê, portanto, é que os homens do

Sob essa ótica, ao longo do século XVIII notou-se uma dificuldade no estabelecimento da ordem pública na região, revelando um sertanejo aquém das esferas de subordinação judicial. Afinal, os homens do sertão se identificavam através de uma dura obra de conquista, consumindo gerações que contaram pouco com o poder metropolitano, fato que legitimaria suas atitudes de resistência à Coroa. Mas, como teria se formado o sertão norte-mineiro ao longo do século XIX? Teriam essas características permanecido na configuração da sociedade local e transformado a região num reduto para atos ilícitos e prática da violência? Ou a administração da justiça teria se imposto na região e propiciado um controle eficaz sobre o dia-a-dia das pessoas? Além desses aspectos, como teria se dado a transição do período monárquico para o período republicano? A cidade de Montes Claros é o palco para a construção das histórias pessoais e coletivas que se deram no período proposto pela pesquisa.

Segundo César Henrique de Queiroz Porto, a partir do descobrimento do ouro na região das Minas, a região dos sertões se dinamizou para preencher boa parte da demanda por gêneros de subsistência dos núcleos mineradores. Nesse sentido, “principalmente por sua posição estratégica, localizada em região onde existem vias naturais de acessos”, afirma o autor que “a região vai intermediar um fluxo grande de mercadorias entre as Minas de Ouro, Goiás e Bahia.” (PORTO, 2007: 27)

Para Carla Maria Anastasia:

(a) dinamização da economia agro-pastoril do noroeste de Minas, no quadro do movimento de articulação interno entre as várias capitanias promovido

sertão não sofriam uma dependência externa, o que lhes conferiu certa autonomia. Para Luciano Figueiredo, os grandes proprietários do sertão, dentre outros fatores, não aceitaram o pagamento dos tributos devido ao chamado “direito de conquista”, baseado nos “riscos que correram no processo de conquista daquelas terras.” Ainda segundo o autor – o que também é frisado por Carla Anastasia – as revoltas não tiveram apenas a participação dos grandes proprietários, contaram também com as forças populares. (FIGUEIREDO, s/d: 129).

pela mineração, resultou de uma dupla conjugação de fatores – posição estratégica, centro geográfico do intercâmbio que se estabelecia, localização às margens do São Francisco, marginado por uma rota terrestre já existente e via natural de acesso. (ANASTASIA, 1998: 64)

Em meio ao século XVIII já se percebe, portanto, o surgimento e posterior consolidação de uma classe de grandes proprietários de terra. A organização social e política dessa classe vai se fundamentar, sobretudo, em suas riquezas, bem como no seu poderio pessoal. Tal poder, aliado a uma característica de prática da violência nas relações sociais, se tornarão características marcantes do cotidiano sertanejo entre os séculos XVIII e XIX, conforme veremos mais à frente.

Para Brito, na virada do setecentos para o oitocentos, o então Arraial das Formigas, futura cidade de Montes Claros, “era o único da região Norte de Minas que poderia merecer, ainda que com certas restrições, o nome e os direitos de cidade.” (BRITO, 2006: 69)

Em 13 de outubro de 1831, o Arraial de Formigas é transformado em vila. Já na década de 50 é elevada à categoria de cidade, com o nome atual de Montes Claros. O estabelecimento de um poder público mais efetivo contribui para a ascensão da cidade e da região ao longo do século XIX, o que justifica o recorte temporal da presente pesquisa. Como salientou Tarcísio Botelho, é importante destacar ainda que este processo de ascensão de Montes Claros, na verdade, se deu através de transformações lentas e graduais, contando com uma povoação limitada e pouco dinâmica.

No campo político, Judy Bieber relata que a perda de autonomia dos municípios no Oitocentos levou as lideranças políticas do Norte de Minas Gerais a estabelecerem um maior vínculo com a política imperial, por meio de uniões e acordos,

o que se traduziu em importante mudança na estrutura político-econômica do Norte. Neste sentido, a cidade de Montes Claros, especialmente, passou a integrar o jogo político nacional, após o sempre destacado isolamento percebido ao longo do Setecentos (BIEBER, 1999).

O século XIX também trouxe significativas transformações de caráter econômico, especialmente através de uma maior integração entre o centro e o sul das Minas Gerais. Segundo Jonice Procópio Morelli, a partir da década de 1830 se verifica uma progressiva ascensão da cidade de Montes Claros, sobretudo através da alteração do eixo econômico regional e provincial. (MORELLI, 2002)

Assim, percebe-se a ocorrência de importantes alterações político-econômicas na região, no século XIX. Salienta-se, nesse aspecto, o universo cultural estabelecido ao longo do Oitocentos, especialmente no que tange à maneira como o sertão era pensado. Faz-se necessário observar os discursos sobre os sertanejos, buscando resgatar as imagens que contribuíram para a formação de uma identidade entre os homens dessas regiões.

Desde os tempos coloniais a categoria “sertão” era utilizada para classificar as regiões não-litorâneas, referindo-se a áreas escassamente povoadas e que tinham como vocação econômica a agropecuária. Na produção historiográfica¹² esse termo/categoria aparece para informar uma realidade oposta àquela vivida nas regiões litorâneas do Brasil, ou seja, nota-se um discurso que, na maioria das vezes, informa um modo de vida diferente daquele construído em regiões centrais do Brasil. O que se percebe é uma oposição, muitas vezes reforçada pela historiografia, entre “litoral civilizado” e “sertão bárbaro”, culminando no isolamento e decadência das regiões afastadas dos grandes centros do Brasil. Em *Raízes de Minas*, Simeão Ribeiro Pires,

¹² Alguns trabalhos sobre o sertão podem ser citados, incluindo-se textos que são referência para se discutir o tema e trabalhos mais atuais, sob forma de Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado: AMADO, 1995. ARRUDA, 2000. CARRARA, 1996. IVO, 1998. MADER, 1995. CHAVES, 2004.

referindo-se às características da região, resume, em poucas linhas, algumas das imagens a que nos referimos:

Visavam todos a uma vida de aventuras honradas ou de assaltos, nos ermos distantes do poder real e de suas autoridades.

Era o Sertão lenda. Bravio e de paixões.

Em uma única palavra, o Sertão dos fascinorosos na expressão de Diogo de Vasconcelos (PIRES, 1979: 35).

Em *A pátria geográfica*, Candice Vidal e Souza procura analisar as várias interpretações e leituras diferentes sobre sertão e litoral no pensamento social brasileiro. A autora aborda vários autores, em uma opção teórica que pode ser contestada, mas que, sem dúvida, apresenta um grande referencial daqueles que se propuseram a pensar a noção de sertão no Brasil. Exemplos variados podem ser citados, sobretudo no que se refere às obras que propuseram a análise da famosa oposição sertão/litoral, tais como Euclides da Cunha, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodr, por exemplo.

A partir de diversos fragmentos das obras analisadas, a autora prope uma idia original e interessante sobre os “sertes”: o das idias geogrficas. Assim, prope-se fazer uma anlise etnogrfica sobre a temtica, e no exatamente uma histria das idias, descartando assim um rigor historiogrfico sobre os autores. O livro um importante ganho na anlise do tema, especialmente por se tratar de uma boa mescla de textos sobre a questo do serto e do litoral no pensamento brasileiro. (SOUZA, 1997)

No caminho das anlises mais comuns sobre o serto, especialmente quanto tendncia brasileira em desqualificar as regies no-urbanas e no-litorneas, Gilmar Arruda tambm oferece um interessante referencial em sua obra *Cidades e sertes*. A discusso de paisagem, memria, atraso e progresso – esses dois ltimos elementos respectivamente referncia sobre serto e litoral – perpassam toda a anlise de Arruda,

já que a obra se desenrola no embate entre “cidades” e “sertões”. Dessa forma, o texto do autor tem a virtude de demonstrar com clareza essa oposição, mais uma vez nos fornecendo referencial para repensar a noção de atraso pela qual o sertão é pensado, e que, em última instância, justificava as relações de “civilização” que se procurava impor aos sertanejos em momentos como a própria transição da Monarquia para a República. (ARRUDA, 2000)

Pesquisas mais recentes também buscaram reavaliar a história da região. Edneila Rodrigues Chaves, em recente dissertação de Mestrado, ao analisar a região de Rio Pardo, localizado no Norte de Minas, procura avaliar como a idéia de um mundo sertanejo foi percebida no cotidiano local. A autora ainda questiona a visão dicotômica (litoral-civilizado X sertão-bárbaro) que era percebida e vivenciada pelas pessoas no século XIX. Concluiu-se que a idéia de sertão de fato existia como representação naquele cotidiano, situando a questão no que a autora classifica como “contraposição de culturas”. No entanto, Edneila Chaves nos coloca diante de um ponto fundamental: “Se nos discursos das autoridades locais transparecia uma visão de sertão em oposição ao urbano, na vida cotidiana um outro sertão pode ser visualizado”. A autora sugere pensar nas singularidades, bem como nas semelhanças e nas permanências entre sociedades de espaços e tempos históricos distintos” (CHAVES, 2004: 16-7).

É importante notar que a construção do conceito de um universo sertanejo geralmente se dá a partir de um referencial externo, o que, inevitavelmente, prejudica a análise do *locus* pesquisado, uma vez que ele é visto sempre como um referencial de oposição a algo “civilizado”, a um modo de vida “superior”.

Tendo em vista o fortalecimento de um forte reduto de ordem privada na região, o que motivou a eclosão das sedições de 1736, acredita-se que algumas das características geralmente atribuídas aos homens da região têm as suas raízes

acentuadas nesses motins, o que contribui para cristalizar uma falsa imagem do sertanejo ou, na melhor das hipóteses, contribui para transformar em atributos características que não lhes são exclusivas, mas reveladoras de uma identidade cultural presente em toda a capitania, para não dizer no restante do Brasil. Referimo-nos aqui à questão da prática da violência, que acreditamos não se constituir, de forma alguma, em atributo específico do sertanejo.

Inicialmente, a própria idéia de que a região do Norte de Minas Gerais era um espaço peculiar para a atuação do poder privado nos parece, em parte, exagerada, na medida em que tal análise é estendida para além das fronteiras do século XVIII, ou seja, tais características acabam por moldar e cristalizar categorias para os norte-mineiros que vão além das explicações propostas para o início do Setecentos.

Limites foram estabelecidos para que a Coroa pudesse exercer o seu poder, apesar da dependência colonial, sempre destacada pelos autores que abordaram o tema. O costume, apesar de não ser um acordo legal – uma lei –, não poderia ser ignorado, pois configurava-se como um mediador de extrema importância para regular as relações entre as partes. Conclui Carla Anastasia que as revoltas ocorridas antes de 1770 na região foram motivadas pelo descumprimento de acordos não escritos entre a população e as autoridades.¹³

A quebra dos acordos costumeiros entre os colonos e a metrópole não foi privilégio das relações no sertão. Se a quebra de acordos implícitos entre “dominados” e “dominantes” serviu como importante causa para a eclosão de revoltas por toda a capitania, é importante frisar que isso não se deu apenas no Norte de Minas. A tentativa de cobrança pela Coroa do imposto da capitação, que os sertanejos, por sua vez,

¹³ A Lei da Boa Razão, editada em 1769, representou uma tentativa de se controlar os costumes e as particularidades percebidas nas relações entre os indivíduos da capitania e, conseqüentemente, alterou os “modelos” de ações coletivas. Através de determinadas regras, a lei buscava classificar quais costumes poderiam ser requisitados como “força de lei”, procurando limitar, assim, a aplicação de determinados direitos costumeiros (ANASTASIA, 2002).

julgavam injusto, consolidou a existência de fortes potentados na região no início do século XVIII, bem como de um espaço privilegiado para a ordem privada.

Utilizando-se das características da sedição de 1736, bem como da idéia de um poder privado fortalecido, muitos autores acabaram por forjar uma identidade para os sertanejos. Assim, historiadores, memorialistas, viajantes, entre outros, contribuíram para reforçar uma imagem distorcida do homem sertanejo, quase sempre identificando-o como violento, bárbaro, que não reconhece as leis, ao contrário dos “homens civilizados” do litoral.

O sertão transformou-se em uma espécie de “outro mundo” na capitania, considerando conceitos como os de isolamento e dependência. Por óbvio, não há como negar as especificidades do mundo sertanejo, em especial se comparado com as relações sociais, culturais e políticas vivenciadas nos grandes centros urbanos do Brasil. Entretanto, é importante frisar a necessidade de redimensionar essas diferenças, bem como repensar as similitudes possíveis entre as regiões, em especial ao longo do século XIX e início do século XX. Importante observar que se trata de um novo contexto histórico, no qual os atores sociais tiveram que lançar mão de outras estratégias nas lutas diárias pela sobrevivência.

Nesse aspecto, Judy Bieber procurou contestar a idéia de isolamento político do Norte de Minas. A autora privilegiou um cenário onde, já nas primeiras décadas do Oitocentos, se viu um sertanejo participante ativo “dos movimentos e debates políticos desenvolvidos nos centros de poder”. Assim, os padrões políticos anotados pela autora “não condizem com os estereótipos de sertanejos fora da lei que resistiram à presença do Estado”. Bieber acentua um certo preconceito da historiografia ao analisar esse espaço político-cultural, visto sempre como um mundo onde não havia chegado a civilização, um mundo sem ordem e, portanto, pouco preparado para o progresso. A

autora analisa a região a partir de um espaço integrado à vida política nacional, caracterizando a evolução política da Comarca de São Francisco, por exemplo, como similar aos caminhos adotados por regiões litorâneas e urbanizadas durante a Regência (1831-40).

Valentia, mandonismo local, violência e defesa da honra são características que ajudam a explicar parte desse mundo. Entretanto, analisados apenas por esses espectros, acabam empobrecendo o universo sertanejo, muito mais complexo do que revela a historiografia.

Ao longo desta tese não serão poucos os momentos em que iremos nos deparar com homens violentos, que procuravam defender sua honra. Enfatizando as ações de escravos, em consonância com o mundo dos livres, tentamos mostrar como as soluções conflituosas eram um componente especial na conformação desse universo. Não obstante, não era o único recurso utilizado nas duras lutas pela sobrevivência. Sobreviver não significava apenas enfrentamento, significava também adaptação, negociação, e esses homens sabiam muito bem disso.

A violência é um subproduto do processo político e, como tal, não é inerente a ninguém. O que se deve acentuar aqui é que o espaço vivido pelos atores sociais do interior do Brasil, a “realidade” que vivenciaram, em muitos aspectos, propiciava atos violentos que de forma alguma eram exclusividade do universo sertanejo.

Tal conjuntura da violência – elemento naturalmente parte do cotidiano sertanejo – não pode ser vista como elemento próprio do sertão. Por outro lado, também não se pode excluí-lo, sob pena de invertermos uma lógica de raciocínio que transformaria o lócus norte-mineiro que perderia de vista alguns dos seus elementos identitários mais importantes. Para César Henrique de Queiroz Porto, em livro já citado:

Essa conjuntura histórico-social determinou os principais valores sociais que vão permear o imaginário coletivo local. Estrutura-se uma comunidade de valores, onde a violência e os fatores que a legitimam, o mandonismo e a dependência pessoal, são normatizados e sancionados através de sistemas de representação que as fixam e as traduzem. As relações de dominação dependem de um imaginário coletivo para a legitimação de seu poder. Essas relações de dominação vão se caracterizar por forte investimento no campo do imaginário social coletivo. Os potentados vão procurar legitimar o seu poder e buscar seus referentes nessa comunidade de sentido. E essa comunidade de sentido é determinante para a consolidação de uma tradição política local. (PORTO, 2007: 31)

O que muitas vezes foi entendido como desordem no mundo do sertanejo deve ser repensado. Tratava-se de uma ordem própria do mundo em que viviam, que se estabelecia por alguns comportamentos típicos, fundados em códigos positivos e/ou costumeiros. Mesmo que estejamos tratando de um ordenamento diferente do que se percebe em regiões litorâneas e/ou urbanas, não se pode insistir na imagem da desordem, pois novamente incorreríamos no mesmo erro de olhar o sertão a partir do seu oposto, realimentando a dicotomia que estamos insistindo em combater.

Um outro elemento importante na presente tese é a compreensão do contingente escravo na região ao longo do século XIX, já que parte da nossa análise perpassa o cotidiano escravista sertanejo.

O interesse sobre o nosso passado oitocentista intensificou-se nas últimas décadas, principalmente devido ao maior interesse da História por abordagens que não se limitassem apenas aos ciclos econômicos exportadores das Minas, o que, inegavelmente, fez com que o século XIX mineiro, segundo acentua Júnia Furtado, fosse visto como “a idade das trevas”, momento em que “a região teria mergulhado em uma economia de autosubsistência, quase imóvel, o que determinou que fosse negligenciado como objeto de estudo”. (FURTADO, 1999: 46)

Nas duas últimas décadas, o debate sobre a pretensa decadência da região no período posterior à mineração foi intensificado, principalmente no que tange às abordagens de Amílcar Martins Filho, Roberto Borges Martins, Robert Slenes, Douglas Cole Libby, entre outros.¹⁴ Segundo Laird W. Bergad:

É estranho que até a década de 1970 muitos desses processos, de um modo geral, não tenham sido identificados pelos historiadores brasileiros. Por alguma razão, o complexo desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais não foi percebido; generalizações amplas, desprovidas de fundamento, foram utilizadas para descrever a história da mineração depois do boom. Foi adotada a noção de uma completa decadência depois da queda da mineração na segunda metade do século 18, em lugar de se realizar qualquer pesquisa detalhada sobre a história da província. Sem apresentar evidências documentais ou exames mais detalhados, estudo após estudo aludia repetidamente como fato à idéia de que, no século 19, os escravos de Minas eram exportados para as regiões cafeeiras economicamente mais dinâmicas do Rio de Janeiro e São Paulo. (BERGAD, 2004: 23)

Sem a intenção aqui de retomar as discussões desses autores, cabe destacar a importância que o século XIX teve na conformação histórica de Minas Gerais, o que nos possibilita apontar a relevância do presente estudo. Nesse sentido, concordamos com Roberto Borges Martins quanto este reitera a importância da centúria posterior ao auge da mineração. Assim, alguns novos aspectos sobre a história da região parecem indiscutíveis, como: a não-decadência generalizada da economia provincial; a não-decadência generalizada de seus núcleos urbanos; o contínuo e vigoroso crescimento de sua população livre e inclusive a população escrava; a grande disseminação da propriedade dos escravos, com prevalência de pequenos plantéis; a acentuada diversificação da atividade econômica e do emprego de escravos. (MARTINS, 1982)

¹⁴ Ver: MARTINS, 1982; SLENES, 1985; e LIBBY, 1988. Na verdade, as referências aqui citadas não tratam de maneira específica o debate que se seguiu sobre a importância da economia escravista de Minas no XIX, são, sobretudo, referências fundamentais sobre a história da província ao longo do Oitocentos, em especial no que se refere à escravidão.

Douglas Cole Libby, em texto fundamental para a análise do século XIX mineiro, faz uma abordagem da economia escravista evidenciando a capacidade econômica de Minas Gerais na continuidade das importações de escravos durante a centúria. O autor sublinha a importância do setor manufatureiro para a economia da província, que, aos poucos, se diversificava. Libby contesta as noções de estagnação da economia mineira no XIX. (LIBBY, 1988: 14)

No que se refere especificamente ao Norte de Minas Gerais, reiteramos o valor do século XIX para o entendimento das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da região em consonância com o restante da província.

A população escrava na região foi estudada por Tarcísio Rodrigues Botelho em dissertação de mestrado. O autor faz um estudo detalhado do contingente escravo norte-mineiro, acentuando a importância da formação de famílias cativas. Dedicando-se especialmente à região de Montes Claros, Botelho nos mostra um retrato das oscilações percebidas no crescimento da população escrava. Segundo ele, da década de 1830 a 1870, no que se refere a toda a província, observa-se “uma queda generalizada do peso dos cativos, o que não ocorreu apenas em Montes Claros e Coração de Jesus, que conseguiram aumentar ou conservar seus plantéis”. (BOTELHO, 1994: 69)

Percebemos, portanto, que os proprietários de Montes Claros conseguiram preservar o seu contingente escravo ao longo do século XIX e, mais que isso, também o expandiram. Segundo as tabelas 6 e 7 apresentadas por Botelho, o distrito de Montes Claros, em 1838, tinha uma população cativa que representava 9,4% sobre o total da população (ou 518 cativos numa população de 5.519 habitantes). Para o ano de 1872 o

autor apresenta dados que mostram um número de 1.143 cativos em Montes Claros, representando agora 11,4% sobre o total da população.¹⁵ (BOTELHO, 1994: 68)

Apesar disso, tais dados não devem nos iludir. Esse pequeno crescimento da população cativa entre os anos de 1838 e 1872 entra em choque com os dados apresentados pelo mesmo autor em sua Tabela 12. Nessa Tabela, Botelho apresenta dados de 1833-35 sobre a população cativa na cidade. Nesses anos, a porcentagem de escravos sobre o total da população era de 14,9% (ou 499 cativos numa população de 3.350 habitantes), ou seja, podemos observar claramente que o contingente escravo na cidade aumentou consideravelmente, apesar de sofrer uma queda na participação sobre o total da população montesclareense o que, para o autor, parece bastante normal, pois “apenas acompanhou o processo observável na província de Minas Gerais como um todo.”¹⁶ (BOTELHO, 1994: 74) Os dados da tabela 1 são ainda mais esclarecedores quanto ao contingente de escravos na região, em especial porque analisa especificamente a faixa etária, o sexo e a origem da escravaria.¹⁷

¹⁵ Ver também tabelas 6 e 7 do autor.

¹⁶ Ver tabela 12 do autor. Podemos destacar, ainda com os dados do autor, que se a participação dos cativos sobre o total da população de Montes Claros caiu cerca de 30%, no restante da província esta queda é de 83,8%, isto é, bem maior.

¹⁷ Os dados do Quadro 1 (informações de Botelho) revelam pelo menos duas informações de enorme importância. Em primeiro lugar, o maior número de escravos do sexo masculino. Não obstante, a informação mais importante para nós é o número bem maior de crioulos comparados aos africanos. Os dados demonstram que tanto para o caso de homens como para as mulheres, o número de “nacionais” supera de longe os cativos vindos da África. Os africanos só apresentam um número maior entre os homens de 20 a 34 anos, conforme dados da tabela. BOTELHO, 1994: 80.

TABELA 1

**POPULAÇÃO ESCRAVA DO DISTRITO DE MONTES CLAROS, SEGUNDO
SEXO, IDADE E ORIGEM (“RAÇA”), 1832**

Idade	Nacionais					Africanos					Total
	Homens (1)		Mulheres (2)		RM	Homens (3)		Mulheres (4)		RM	
	N	%	N	%	(1)/(2)	N	%	N	%	(3)/(4)	
0-4	21	5,45	23	5,97	0,91	1	0,97	1	0,97	1,00	46
5-9	27	7,01	19	4,94	1,42	3	2,91	0	0,00	-	49
10-14	31	8,05	22	5,71	1,41	5	4,85	0	0,00	-	58
15-19	24	6,23	25	6,49	0,96	2	1,94	2	1,94	1,00	53
20-24	28	7,27	20	5,19	1,40	20	19,42	6	5,83	3,33	74
25-29	21	5,45	24	6,23	0,88	9	8,74	0	0,00	-	54
30-34	13	3,38	18	4,68	0,72	20	19,42	0	0,00	-	51
35-39	2	0,52	5	1,30	0,40	6	5,83	2	1,94	3,00	15
40-44	10	2,60	12	3,12	0,83	2	1,94	1	0,97	2,00	25
45-49	6	1,56	4	1,04	1,50	4	3,38	0	0,00	-	14
50-54	9	2,34	6	1,56	1,50	7	6,80	2	1,94	3,50	24
55-59	1	0,26	2	0,52	0,50	2	1,94	0	0,00	-	5
60-64	3	0,78	2	0,53	1,50	3	2,91	0	0,00	-	8
65-69	2	0,52	0	0,00	-	0	0,00	0	0,00	-	2
70 +	1	0,26	4	1,04	0,25	5	4,85	0	0,00	-	10
	199	51,69	186	48,31		89	86,41	14	13,59		488
Total	40,78		38,11		1,07	18,24		2,87		6,53	100,0

Fonte: BRASIL, Arquivo Publico Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06. In: BOTELHO, T. R. *Famílias e*

escravarias, p. 80. Tabela 15, do autor.

Douglas Cole Libby acentua a vocação da região para a economia pecuária, afinal:

A enorme região denominada São Francisco-Montes Claros teve como seus primeiros povoadores criadores de gado de corte oriundos da Bahia. Durante o século XVIII houve uma certa atividade extrativa, mas já naquele século e no

seguinte a região se voltava para sua vocação pecuarista em combinação com uma agricultura de subsistência. (LIBBY, 1988: 44)

Para o autor, a região não teria desenvolvido atividades produtoras que exigiam ampla escravaria. Já em 1872, o Recenseamento mostrava que o Norte de Minas apresentava contingentes mancipios que representavam menos de 10% da população, “o que nos permite concluir que a instituição da escravatura havia se tornado algo residual com relação à sociedade como um todo”.¹⁸ (LIBBY, 1988: 51) Além disso, os dados analisados por Libby demonstram que a maioria dos proprietários de escravos na região possuíam entre 1 e 10 cativos, o que o levou a concluir que, não apenas para a região Norte como para o restante das Minas Gerais do segundo quartel do século XIX, “predominava uma relativa desconcentração da propriedade de escravos”. (LIBBY, 1988: 107)

Jonice Procópio Morelli, em dissertação de mestrado, também reitera algumas das questões levantadas por Botelho e Libby. A autora, em uma análise sobre o cotidiano escravista na região, trabalha com dados que afirmam a menor parcela de escravos sobre a população norte-mineira, como os dados acima constataam. Contudo, a autora é enfática ao demonstrar a importância dos cativos nas relações sociais que se passavam, onde a criminalidade escrava assumia um papel fundamental no cotidiano escravista. (MORELLI, 2002)

¹⁸ Esse número cada vez menor de escravos sobre a população total do Norte de Minas – lembramos que o número total de escravos aumentava, apesar de diminuir a porcentagem sobre o total da população –, inegavelmente, permitiu o surgimento de características diferentes no que se refere ao papel que a instituição escravista exerceu nesse universo. Isso nos levou a crer que analisar somente o papel dos escravos no mundo violento seria arriscado, na medida em que estaríamos colocando em segundo plano uma violência bem mais complexa, que envolvia também forros e homens livres como agentes. Nesse sentido, esse caráter “residual” assumido pela escravidão oitocentista do sertão norte-mineiro foi mais um aspecto motivador para que a análise das relações fosse estendida para um mundo além do cativo, conforme faremos nesse capítulo.

Os números trabalhados por Tarcísio Botelho e Douglas Libby, além de nos proporcionarem uma análise mais pormenorizada do contingente escravo na região – principalmente no que se refere a uma abordagem de caráter mais quantitativo –, nos possibilitam avaliar mais intimamente o papel desses cativos na formação cultural e estrutura econômica do universo sertanejo do século XIX. Quando Tarcísio Botelho demonstra um relativo crescimento do número de escravos para o Norte, em especial para a cidade de Montes Claros, o autor destaca que, mesmo vivendo em um momento histórico que impunha obstáculos ao crescimento das escravarias – afinal, a partir de 1831 o Brasil sofre uma pressão pela extinção do tráfico negreiro, o que vai efetivamente ocorrer no ano de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz –, o contingente de cativos se preservou e até aumentou em alguns casos. O autor trabalha com indícios que lhe permitem avaliar que: “Diante de todas estas evidências, podemos trabalhar com a hipótese de reprodução natural nesta população como um todo, conforme já apresentado por vários autores”. (BOTELHO, 1994: 81)

É importante notar, segundo estudos de Klein e Luna, que alguns elementos permitem pensar também em outros aspectos para esse aumento da escravaria na região de Minas Gerais, mesmo diante de elementos que pareciam limitá-la. Segundo os autores, na recente obra *Escravidão no Brasil*:

Embora o tráfico interno também viesse a cessar, quando isso ocorreu o centro da escravidão também voltara-se drasticamente na região da grande lavoura cafeeira e açucareira do Sudeste. Se em 1818 Minas, Rio de Janeiro e São Paulo continham apenas 35% da população cativa total, em 1872 haviam aumentado sua parcela para 58%, e esta continuou a crescer até o fim da escravidão, atingindo 65% em 1886-1887. (LUNA e KLEIN, 2010: 92)

Tais elementos mais uma vez reforçam o papel da própria reprodução natural na questão da escravaria norte-mineira, sobretudo por não se tratar de uma região muito ligada ao tráfico internacional e, claramente, pouco voltada para o tipo de atividade econômica mencionada na citação acima de Klein e Luna. Essa escravaria do sertão norte-mineiro, à medida que evoluía o século XIX, cada vez mais se configurava em elemento importante na conformação social e cultural da região, levando cativos e livres a uma relação de proximidade cada vez maior. A violência, nesse sentido, aparecia como resultado desse convívio dinâmico entre os atores sociais do sertão, encontrado em inúmeras regiões sertanejas do país, conforme se nota nas idéias de Maria de Fátima Novaes Pires, em estudo sobre os “sertoins de sima”, na Bahia:

O convívio de escravos e forros com moradores locais foi também intensificado pela estreita articulação entre vilas e roças. As fazendas maiores funcionavam como núcleo social (...), isto é, como lugares que articulavam a sobrevivência sócio-econômica regional, mas também como lugares em que modos de vida se especificavam. (PIRES, 2009: 188)

É em meio a esse ambiente cultural que se moldavam as relações entre escravos e livres no sertão das Minas. Relações de proximidade e de solidariedade, que formavam o que chamamos nessa tese de “universo cultural norte-mineiro”, e que tinham a violência como importante elemento do cotidiano, conforme os inúmeros processos criminais a seguir podem constatar.

1.2 – A violência praticada pelos escravos

A análise do cotidiano escravista no norte de Minas tem como um dos seus elementos principais a apreciação da violência escrava. Durante todo o período de

vigência do regime escravista no Brasil, desde a colonização, passando por todo o período monárquico, a violência foi elemento constitutivo do universo escravista, sendo recurso tanto dos homens livres em meio à dominação sobre os cativos, quanto por parte dos escravos, sobretudo no que se refere à resistência, característica essencial no funcionamento do sistema.¹⁹

Como vimos anteriormente, mesmo sendo os escravos em menor número no cômputo total dos habitantes da cidade de Montes Claros e região, representando em média cerca de 10 a 12% de toda a população da região, a violência praticada pelos escravos se consolidou como forte elemento no universo cultural norte-mineiro.

Na segunda metade do século XIX, temos um número de 68 processos criminais que nos permitirão uma análise mais apurada das estratégias e ações cotidianas dos cativos norte-mineiros no universo violento da região, conforme a tabela 2 demonstra:

TABELA 2

A VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Período	Quantidade	%
1850-1855	12	17,6%
1860-1865	18	26,5%
1870-1875	18	26,5%
1880-1885	20	29,4%
	68	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

¹⁹ Em obra recente, os historiadores João José Reis, Flávio Santos e Marcus Carvalho, analisando a trajetória de um africano no Brasil, perpassam por vários momentos da história da escravidão no século XIX, bem como por várias características das relações escravistas no país, tais como as sociabilidades, a resistência e a violência, utilizando a trajetória de Rufino para apreciar o escravismo naquele período. No prefácio da obra os autores demonstram que a questão da violência se apresentava claramente na trajetória do africano, tendo em vista que: “A história dos africanos no Brasil do tempo da escravidão, em grande parte, é escrita a partir de documentos policiais. Nosso personagem central não escapa à regra.” (REIS, GOMES e CARVALHO, 2010: 9)

Como podemos perceber na tabela, à medida que avançava o século XIX, também aumentava o número de escravos que utilizavam da violência como recurso de sobrevivência, mesmo que esse aumento seja tímido se analisado pela quantidade total de crimes praticados por escravos. Tais números, quando comparados ao universo violento de homens livres na região (conforme faremos no tópico seguinte), demonstram que a violência escrava era, em números absolutos, menor se apreciada junto à dos livres, como também era menor a população escrava com relação à população em geral (dados expostos no tópico anterior). Mesmo assim, a avaliação das fontes nos permite um bom caminho para o estudo do universo cultural norte mineiro.

O cotidiano do sertão norte-mineiro, caracterizado pela simplicidade e proximidade entre os indivíduos, possibilitou uma certa alteração na “ordem” escravocrata sertaneja, o que levou a uma espécie de “feição desorganizada” nas relações. (WISSENBAACH, 1998) Esse intenso contato entre cativos, libertos e livres possibilitou aos mesmos conformarem as suas identidades, onde a violência teve um papel fundamental ao mostrar o quanto os nossos atores – diferentes, evidentemente, no que se refere às suas condições jurídicas – eram parecidos no momento das soluções conflituosas.

Nesse sentido, se aproximam as características encontradas nos delitos praticados pelos réus, em especial no que tange às motivações que levaram à decisão de resolver as questões com a violência. O processo comparativo que faremos com os crimes praticados pelos homens livres nos permitirá visualizar um pouco dessa mistura que se dava entre livres e cativos na região, conformando assim o universo violento escravista, mestiço e plural.

Os 68 processos analisados nos permitem avaliar algumas das principais características das motivações dos escravos ao praticar crimes. Vários autores se debruçaram sobre o estudo da violência escrava e as relações variadas que conformaram o universo escravista, em diversas regiões do Brasil, construindo assim uma historiografia densa, qualificada e com variadas vertentes teóricas.

Maria de Fátima Novaes Pires, em livro recente, procura analisar a escravidão sertaneja na região do alto sertão da Bahia, ao longo do século XIX. A partir de uma documentação vasta, como inventários, processos criminais e demais documentos cartoriais, Pires faz um intenso diálogo com a historiografia da escravidão, com trabalhos sobre várias regiões do Brasil, procurando explorar as especificidades da escravidão sertaneja. (PIRES, 2009)

Se referindo especificamente ao cotidiano escravo, as suas relações e suas formas de sobrevivência ao longo do século XIX – elemento caro à nossa análise na presente tese –, esclarece a autora:

Nessas condições, cativos, forros, pobres livres e ex-escravos forçavam um reconhecimento de seus direitos, muitos deles conquistados laboriosamente, em negociações que envolviam grandemente o reconhecimento de práticas costumeiras. Apesar das hierarquias do domínio senhorial, e sob pressão de autoridades policiais, agiram habilmente, buscando contornar situações mais difíceis à execução de projetos pessoais ou do grupo, ampliando as margens de autonomia de suas vidas. Desse modo, entende-se como escravos souberam buscar nas instancias judiciais procedimentos favoráveis à emancipação própria ou em favor de parentes e amigos. (PIRES, 2009: 187)

A ampla historiografia sobre a escravidão, sobretudo nas últimas décadas, se preocupou em demonstrar o papel dos cativos como agentes históricos, valorizando suas relações de sociabilidades e conflitos, de solidariedade e violência. O cotidiano

escravo, dessa forma, foi revisado, mas sempre reafirmando a ação violenta dos escravos e as suas formas de resistência diante do sistema.²⁰

Dos processos avaliados, a tabela 3 nos coloca diante dos principais tipos de violência praticada pelos escravos norte-mineiros, divididos entre crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e crimes contra a ordem escravocrata.

²⁰ Não nos interessa aqui refazer o longo percurso sobre a historiografia brasileira referente à criminalidade e resistência escrava. O debate em torno da questão da violência, da resistência e do cotidiano escravista passou por um intenso processo nas últimas décadas. Poucos temas receberam uma atenção tão grande de historiadores e cientistas sociais. O debate em torno da historiografia da USP e do revisionismo historiográfico das últimas décadas pode ser notado em várias obras que trataram do regime escravista em diversas regiões do Brasil: ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil, Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebeldia dos Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala. Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste – Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TABELA 3

TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Crimes	Século XIX – Décadas				Total	%
	1850-55	1860-65	1870-75	1880-85		
Lesão Corporal	7	8	7	8	30	44,1
Homicídio	3	8	6	7	24	35,3
Contra a Pessoa (Subtotal)	10	16	13	15	54	79,4
Furtos e Roubos	1	-	2	1	4	5,9
Estelionato	-	1	-	-	1	1,5
Contra o Patrimônio (Subtotal)	1	1	2	1	5	7,4
Fuga de presos-escravos	-	-	1	2	3	4,4
Apropriação indébita	-	1	1	1	3	4,4
Porte de armas	-	-	1	1	2	2,9
Jogo e aposta	1	-	-	-	1	1,4
Contra a Ordem (Subtotal)	1	1	3	4	9	13,2
Total	12	18	18	20	68	100,0%
	17,6%	26,5%	26,5%	29,4%		

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Os números demonstram que a maioria dos processos-crime envolvendo os escravos como réus era na categoria de crimes contra a pessoa. Em 54 dos 68 processos (representando quase 80% dos processos), lesões corporais e homicídios caracterizaram a ação violenta dos cativos do sertão norte-mineiro.

O teor dos processos criminais e as inúmeras informações qualitativas que as fontes apresentam nos permitem analisar de forma minuciosa o ambiente violento que envolvia os escravos. A fonte nos propicia um contato intenso e dinâmico com os

atores sociais do nosso passado escravista, o que, inegavelmente, traz à luz a complexidade do dia-a-dia dessas relações, marcadas por características como a solidariedade e a violência, a negociação e o conflito. Mais ainda, o tipo de processos criminais mais presente na nossa análise – o que se referia aos crimes contra a pessoa – é responsável por destacar esses contatos e proximidades, na medida em que apresenta uma pessoa física de um lado – na condição de réu – e um outro indivíduo – na condição de vítima. As relações de proximidade, dessa forma, são estimuladas, resultando no embate cotidiano.

Em dezembro de 1865, o escravo Raymundo foi acusado de agredir a pauladas o livre Celestino Fernandes da Costa, lavrador, de 31 anos de idade. No momento em que aconteceu o delito, réu e vítima encontravam-se na casa de dona Antonia da Janta, “numa roda de viola e cachaça, juntamente com outras pessoas”. A vítima dirigiu palavras injuriosas ao cativo que, não aceitando a ofensa, pegou um pedaço de lenha e espancou Celestino. Pelos autos, Raymundo alegou estar bêbado, não tendo consciência do que fizera.²¹ No Auto de perguntas ao ofendido, o senhor Celestino assim explica o acontecido:

Perguntado como se deu o facto que occasionou os ferimentos que recebeu?

Respondeu que principiou por uma brincadeira de que não recorda as miudencias por estar muito embriagado; que estava na casa de Antonia conhecida por Antonia de Janta em uma das ruas desta cidade, assistindo com outros a um toque de viola e tendo costume com a maioria dos presentes dirigio por graça a elles uma injuria e porque Raymundo, escravo de José Antonio Versiani que se achava presente se gastasse com este seu procedimento, embora elle respondente lhe tivesse explicado que não tinha tenção de offendel-o, fez-lhe os ferimentos constantes do corpo de delicto com um pão que pareceu a elle depoente uma lasca de lenha.²²

²¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.339.

²² DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.339, fls. 5-5v.

Anos antes, em 1862, o escravo Manoel é acusado de assassinar a facadas os livres Joaquim Antunes e Antonio de tal, depois de um dia de trabalho. O relato das testemunhas demonstrava que os três faziam um serviço de conserto de cercas para fazendeiros da região, e que “sempre andavam juntos, sendo muito amigos de muito tempo”.²³

Em um momento de rixa entre os três, sem explicação aparente para a maioria das testemunhas e informantes do processo – já que, como relatou-se antes, os homens livres e o cativo eram próximos e trabalhavam juntos há um certo tempo – o cativo desferira várias facadas em Joaquim Antunes e Antonio, o que lhes causara a morte. O escravo é condenado à prisão, mesmo sem muitas provas ou informações contundentes quanto à sua autoria do crime.²⁴

Os crimes cometidos por Raymundo e Manoel, mesmo com algumas diferenças pontuais quanto à motivação ou contexto em que se deram os ocorridos, nos colocam diante de uma questão já apontada, e que deve ser insistida. A intensa proximidade de escravos e homens livres na região permitia irromper relações de violência em meio a um ambiente de proximidade e solidariedade, como o foi nos dois casos relatados.

Processos como esses são ilustrativos do intenso contato existente entre cativos, libertos e livres no universo oitocentista do sertão. A simplicidade, o cotidiano de escassez e as relações de trabalho propiciaram esse contato íntimo entre as partes. Por outro lado, transformaram os escravos Manoel e Raymundo em criminosos, na medida em que, se por um lado esse contato permitia relações de cumplicidade e afetividade, por outro, também estimulava a violência.

²³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.311, fls. 34.

²⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.311, fls. 99v.

Nesse sentido, escravos e homens livres se tornavam companheiros no lazer, mas, também, inimigos no mundo violento. Assim foi para Raymundo, agressor de Celestino em meio a uma roda de viola e cachaça, elementos que aproximavam livres e escravos. Também foi nesse sentido que Manoel se tornou mais um escravo homicida, assassinando os seus companheiros de trabalho que, para muitos, eram parceiros incontestes, e que não justificava uma ação violenta de qualquer uma das partes. Não obstante, outras tipologias também marcaram o universo violento dos escravos nortemineiros.

Os demais tipos de crimes arrolados – contra o patrimônio e contra a ordem –, representam apenas 14 processos entre os 68 avaliados, compondo os restantes 20% da documentação total. É importante notar que eles efetivamente representaram a minoria dos processos criminais para a região, assim como para variadas pesquisas sobre o cotidiano escravo no Brasil, pelo menos no que se refere à criminalidade escrava. Maria Helena Machado demonstra essa questão na sua análise sobre o Vale do Paraíba no século XIX:

A explicação da existência do pequeno número de processos criminais relativos aos atentados contra a propriedade, cometidos por escravos, reside na consideração do costume, arraigado entre senhores, de resolver, amigavelmente, as pendências relativas aos prejuízos causados pelos furtos e roubos de escravos (...). Além disso, muitas vezes, os processos criminais relativos aos atentados realizados por escravos contra a propriedade foram interrompidos por acordos particulares entre as partes. (MACHADO, 1997: 44-5)

Também para Ricardo Alexandre Ferreira, na região de Franca, em recente tese de doutorado, os dados também apontam para um menor número de crimes nessas categorias. Na pesquisa feita por Ferreira, os chamados “crimes particulares” representavam entre 80 e 90% do total de crimes praticados por escravos, livres e

libertos ao longo do século XIX. Crimes públicos e policiais eram a minoria. (FERREIRA, 2006)

Os escravos Manoel, Agostinho e Bernardino, os livres José Pereira do Amaral, Joaquim Gambina Pereira de Castro e o forro Annanias são levados à justiça para responderem pelo crime de “jogo e aposta”. Em maio de 1862 os réus foram pegos jogando cartas valendo dinheiro, na rua do Pedregulho, localizada na cidade de Montes Claros. Quando foram surpreendidos por policiais, saíram correndo. Uma das testemunhas disse que “o lugar onde jogavam esta muito limpo signal certo de que não era a primeira vez que ali jogavam”.²⁵ Os réus que não eram cativos foram condenados a 4 dias de prisão e a pagar 20 mil réis de multa cada um. Aos cativos, por sua vez, não fora dada nenhuma pena legal, afinal: “E posto que o citado artigo 92 não imponha pena aos escravos achados assim no jogo contudo seus senhores avisados para os tomar debaixo de suas vistas e os corrigir domesticamente como julgarem conveniente.”²⁶

Em processo do ano de 1873, o africano Vicente é acusado do crime de apropriação indébita pela livre Ana Franciana. Segundo a vítima, o escravo teria se apropriado de um cavalo que a ela pertencia, e que a mesma havia emprestado ao africano para realizar um trabalho para o senhor Luis da Silva. Ana Francisca esclarece que o africano sempre lhe pareceu um cativo de “boa confiansa, e que por isso emprestou o dito cavallo ao Vicente, e este nao devolvera ate aquele dia”. A citação do africano é feita, algumas testemunhas chegam a confirmar o ocorrido e, em meio ao processo, o cavalo aparece na propriedade da senhora Ana Francisca, que desiste do processo, liberando o africano Vicente.²⁷

²⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.001, fl. 3v.

²⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.001, fl. 10v.

²⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.122.

Não obstante, em sua maioria, portanto, estão os processos relacionados a crimes contra a pessoa, que para a nossa análise do cotidiano violento e das relações de proximidade entre cativos e livres é, sem dúvida, o tipo de processo que melhor permite uma avaliação, como vimos anteriormente. A tabela 4 nos possibilita mais elementos para avaliar tais relações.

TABELA 4

TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS, POR SITUAÇÃO JURÍDICA, NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Agentes e Vítimas da Violência	Quantidade	%
Violência de escravos contra livres	52	76,5%
Violência de escravos contra escravos	13	19,1%
Violência de escravos contra libertos	03	4,4%
Total	68	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Dos crimes perpetrados por escravos na região norte-mineira, os dados demonstram uma maioria de processos referentes a crimes de escravos contra homens livres (52 dos 68 processos, em um percentual de 76,5%). No que se refere a esses processos, a documentação indica um forte grau de proximidade e intimidade entre os cativos e os homens livres no momento das soluções violentas. Essa proximidade demonstra uma violência muito mais ligada à necessidade de resolução de pendengas que se apresentavam, do que, necessariamente, escravos que agrediam livres buscando lutar contra a escravidão. É evidente que a existência de delitos praticados por cativos

poderia contribuir para um desgaste das relações escravistas, mas, entendemos, não foi essa a motivação desses homens e mulheres.²⁸

Faz-se necessário, nesse sentido, colocarmos as relações de dominação do regime escravista sempre em questão – como de fato será feito nessa tese –, mas nunca como único elemento conformador das relações entre escravos e livres, principalmente no que se refere à criminalidade praticada por escravos na região.²⁹

É o caso do crime praticado pelo escravo Antonio que, em outubro de 1855, desferiu várias facadas em Brás de Araújo Moreira. Segundo as testemunhas, dias antes do crime, Antonio e Brás tiveram uma discussão perto da fazenda da vítima, devido a um trabalho realizado pelo escravo e que o senhor Brás não gostara, o que teria levado Antonio a desferir três facadas no estômago do livre, fugindo logo depois. O crime ocorrera depois de um dia longo de trabalho, que foi suficiente para resolver a pendenga entre os dois.³⁰

No universo da violência praticada por escravos, sobretudo no que se refere aos delitos cometidos contra homens livres, uma boa parte dos processos revelam como pano de fundo as motivações encontradas no ambiente de trabalho. As condições da

²⁸ Em uma análise diferente, com um outro ponto de vista, Ricardo Alexandre Ferreira, em recente tese de doutorado, avalia: “Não acredito que a vinculação entre crimes cometidos por escravos e sua luta consciente pela conquista da liberdade, tal como a concebiam os cativos, ou mesmo pela obtenção de melhores condições de vida dentro do cativeiro deva ser colocada em dúvida. Embora não se possa atribuir a todos os escravos a compreensão da escravidão em sua amplitude institucional, os ataques individuais e coletivos a senhores, feitores e autoridades estatais (...) ocorreram nas diversas regiões do país e, na segunda metade dos oitocentos, de maneira mais concentrada nas áreas exportadoras do sudeste (...) contribuindo de maneira decisiva com a extinção legal do cativeiro no Brasil.” (FERREIRA, 2006: 12)

²⁹ Em livro recente, que traça um interessante panorama da escravidão no Brasil, Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, avaliam: “Assim, independente do quanto sua cultura e comunidade pudessem fazê-los sentir-se ajustados à sociedade brasileira na qual se encontravam, os escravos sempre sofreram elevado grau de dependência e falta de controle sobre a própria vida, e isso gerou incerteza e hostilidades fundamentais contra todo o sistema. Para os que não conseguiam se ajustar ou restringir sua individualidade, ou que tivessem o infortúnio de não alcançar autonomia nem proteção no sistema, a resistência, a fuga e a rebelião eram as únicas alternativas viáveis. Para outros, a violência contra si mesmos e/ou contra outros, inclusive os de sua própria condição social, também foi um modo de extravasar as frustrações sofridas no cativeiro.” (LUNA e KLEIN, 2010: 203-204)

³⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.075.

escravidão na região, conforme já mostramos, permitia a proximidade entre os grupos no ambiente de trabalho, sobretudo pelo fato de a escravaria não representar durante o século XIX mais que 12% do total da população na região. (BOTELHO) Nesse sentido, escravos, livres e libertos dividiam constantemente o ambiente de trabalho, culminando em relações variadas que irrompiam no crime.

Em muitos momentos, os relacionamentos entre escravos e homens livres iam além da proximidade. Esta propiciava uma relação mais complexa, de solidariedade mesmo, o que não excluía a prática da violência.

Edna Maria Rezende, em dissertação de Mestrado, demonstra como foi possível relações que envolviam características aparentemente tão distantes, como a violência e a solidariedade. Analisando processos criminais para a região de São João Del Rei, a autora revela casos em que esses dois aspectos da vida cotidiana caminhavam lado a lado:

Na maioria dessas histórias, a solidariedade e a violência caminhavam lado a lado. E é esta característica que torna compreensível o surgimento de agressões inesperadas, resultando em ferimentos ou mortes entre pessoas que mantinham relações amistosas. É ainda esta ligação entre luta e solidariedade a chave para entendermos o enorme índice de desistências observado nos processos criminais. (RESENDE, 1999: 121)

O escravo Vicente era acusado em processo criminal de 1860 de matar a facadas o livre Francisco da Silveira. O processo, envolto em inúmeros detalhes sobre a relação estreita do cativo com o livre, demonstra que as relações de lazer e de trabalho eram muito comuns entre os dois, que em várias outras ocasiões eram vistos “sempre se andando juntos”. Entretanto, em uma tarde de trabalho na fazenda do tio de Francisco, o escravo Vicente teria se irritado com uma provocação do livre, devido a uma cativa que

mantinha relações com o escravo. Segundo os autos, a cativa em questão era acusada por Francisco de ser prostituta, e “que intao estava inganando o dito cativo, e foi esse o motivo que Vicente foi para sima de Francisco, com as facadas que se sabe.”³¹

Uma das testemunhas afirma nos autos que não era a primeira situação em que os dois se envolviam em “imbrulhadas”, e que também era sabido por muitos na região que Vicente era “metido a valente”, e por isso mesmo Francisco andava sempre acompanhado do escravo. Não obstante, mesmo a próxima relação entre os dois não foi suficiente para evitar o homicídio. O escravo é condenado à prisão perpétua.³²

Essas relações de solidariedade que culminavam em crimes não é privilégio da violência perpetrada por cativos, e mais à frente teremos a oportunidade de comparar o universo violento de escravos com relação aos homens livres. *A priori*, tais condições nos permitem apontar características sobre a sobrevivência escrava no sertão, por meio das suas formas de resistência e acomodação.

A tabela 4 também aponta os crimes praticados por escravos contra escravos e ex-parceiros de escravidão. Nesse caso, temos um número de 13 processos no universo de 68 documentos selecionados. A minoria (19,1%) revela – além do fato de termos um número menor de escravos com relação ao total da população nortemineira – algumas características importantes quanto aos crimes inter-grupos de escravos. Nessa categoria, destacam-se um grande número de processos que indicam relações afetivas e familiares entre cativos e crimes com a parceria de escravos e homens livres.

Diversas questões sobre a escravidão no Brasil passaram por um intenso revisionismo nas três últimas décadas. Uma nova historiografia procurou reavaliar

³¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal 489, fls. 22.

³² DPDOR/AFGC, Processo Criminal 489, fls. 22.

algumas noções básicas sobre o regime escravista no Brasil, e a formação de famílias e de relações afetivas entre os escravos não escaparam às polêmicas do debate.

Procurando contestar a idéia de não-expressividade da família escrava, Robert Slenes considera a presença de núcleos familiares extremamente satisfatória em algumas regiões do Brasil. Estudando a região sudeste no século XIX, em especial a cidade de Campinas, Slenes joga por terra a idéia de que os novos estudos sobre a presença de famílias escravas no Brasil seriam uma busca para amenizar ou suavizar as práticas escravistas. Além disso, o autor lança sua crítica à historiografia destacada acima, pois “a mesma historiografia que nas décadas de 1960 e 1970 enterrou de vez a noção de uma escravidão brasileira ‘branda’ ou ‘benigna’, também deixou o escravizado sem mesmo a capacidade de almejar a formação de famílias estáveis, muito menos defendê-las” (SLENES, 1999: 28).

A presença de relações familiares e afetivas entre os cativos no Brasil pode ser analisada a partir de um processo dual. Ao mesmo tempo em que tais práticas se constituíram em estratégias pelas quais os escravos buscavam melhorar suas situações individuais de dependência, por outro lado, inseridos na dicotomia da relação senhor/escravo, podemos perceber a importância que a formação da família, por exemplo, tinha para o próprio senhor. Para Slenes, a formação de uma família também poderia transformar o cativo e seus parentes em “reféns”, na medida em que “deixava-os mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor (por exemplo, à venda como punição) e elevava-lhes o custo da fuga, que afastava o fugitivo de seus entes queridos e levantava para estes o espectro de possíveis represálias senhoriais” (SLENES, 1999: 114-5). No entanto, o autor deixa claro que essa dualidade apresentada pela família cativa tem seus limites.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, analisando a família escrava no Rio de Janeiro, levantam importantes questões quanto à temática. Os autores procuram questionar até que ponto se estendia o sentimento do cativo em ser membro de uma família, bem como os tipos de relação parental que eram estabelecidas pelos mesmos. Florentino e Góes relatam vários processos criminais envolvendo cativos e que apresentavam indícios de relações afetivas e familiares, como casos de crimes por ciúmes ou por traição. Assim, procuram destacar a existência de um certo “papel estabilizador” que a família escrava tinha no regime.

Os autores concluem que a família escrava acabou, ao longo do século XIX, se constituindo em uma “instituição estável”, na medida em que “consegua perpetuar-se frente a todas as conjunturas do mercado. Na verdade, quanto mais ela lograva enfrentar com êxito essas etapas, mais se solidificava enquanto instituição” (FLORENTINO e GÓES, 1997: 124).

Percebemos atualmente uma maior atenção dispensada pelos estudiosos para o estudo da família e da afetividade nas relações escravistas. No que se refere ao Norte de Minas, Tarcísio Botelho avalia que a presença de famílias cativas estáveis na região é uma premissa inegável. Como destacamos anteriormente, Suely Queiroz apresenta alguns “obstáculos” para a existência dessas famílias estáveis compostas por cativos no Brasil; entre esses obstáculos estariam as poucas informações sobre o casamento entre cativos, além da sua pequena duração. No entanto, para Botelho, não podemos compreender a família cativa em regiões como o sertão norte-mineiro se não nos desligarmos da preocupação com o “casamento formal”. O autor demonstra que, para o século XIX, na região de Montes Claros, por exemplo, notam-se formas específicas sobre os padrões familiares, principalmente entre as classes mais baixas. “Daí podermos afirmar que para os setores mais humildes da sociedade os aspectos

formais do casamento não contavam na tomada de decisões quando da constituição de famílias” (BOTELHO, 1994: 141-4). O autor acentua ainda um predomínio das uniões consensuais entre os cativos no século XIX.

Para Francisco Vidal Luna e Herbert Klein:

Fuga, rebelião, resistência e violência não poderiam ser as únicas respostas possíveis à escravidão no Brasil. A maioria dos africanos e seus descendentes tentou sobreviver à experiência do cativo e levar uma vida o mais normal possível no contexto desse impiedoso sistema. Por isso, a família e a vida comunitária foram parte fundamental da experiência afro-brasileira e, de modo mais amplo, contribuíram para moldar e definir a sociedade na qual os escravos se inseriam. Forçados a trabalhar para outros e com escasso controle sobre a própria vida, os cativos trataram de aprender ofícios, formar família e criar redes de parentesco e amizade que sobreviveriam à instituição escravista. (LUNA e KLEIN, 2010: 229)

Já tivemos a oportunidade de avaliar tais questões em dissertação de mestrado, demonstrando o quão importante eram as relações que se davam no universo escravista norte-mineiro. (JESUS, 2007) Retomamos aqui alguns processos criminais, incluindo outros, que nos permitem adentrar as relações violentas de escravos contra escravos, pois os documentos nos apresentam inúmeros “sinais” que nos levam ao encontro de uma outra escravidão, que não deixou de produzir histórias de vida de homens e mulheres que viveram intensamente o contato íntimo do sertão, mas que em momento algum deixou de reafirmar o elemento cruel e de dominação próprios do regime escravista.

No dia 16 de novembro de 1836 o escravo Hilário foi mandado por seu senhor, o capitão Manoel de Souza Silva, para o local denominado Lagoinha para consertar uma cerca. No entanto,

(...) pelas oito oras da noute pouco mais ou menos José Ribeiro morador naquellle lugar cometteu um atentado dando humas porretadas no dito Escravo do suplicante de cujas pancadas acha-se o mesmo grave mente ferido, eisto por causa de zelos de uma Meretris escandalosa denome Delfina parda (...).³³

As testemunhas que depõem no processo confirmam a agressão feita por José Ribeiro no escravo Hilário Cabra. Contudo, as testemunhas apresentam novo fato: no momento do conflito entre as partes, estava o cativo agredindo a pancadas a “huma rapariga de nome Delfina”. Pelo que consta nos autos, “(...) a dita Delfina he huma mulher prostituta e que mora no dito lugar da Lagoinha, e que tem ouvido elle tistimunha a mesma mulher dita Delfina dizer que he amazia do Escravo do queixo; tanto assim que tem huma filha, que diz ser do mesmo Escravo (...)”.³⁴

Hilário, escravo doméstico, solteiro, tinha uma mobilidade tal que o permitiu manter relações com uma mulher livre e ainda ter um filho com ela, segundo consta nos autos. O senhor José Ribeiro, réu do processo, confessa a agressão praticada no cativo do capitão Manoel de Souza Silva, chegando a ser condenado à prisão, incurso no artigo 205 do Código Criminal do Império.³⁵ Quatro meses após sua prisão, José Ribeiro entra com nova defesa e consegue mandado de soltura.

Em outro processo, o homem livre Cândido e um escravo, “de nome ignorado”, assassinaram a senhora Francisca Romana, de 70 anos, e feriu a filha desta, a senhora Maria Antônia dos Santos, casada, de 22 anos de idade. O crime ocorreu no dia 25 de janeiro de 1822, e Cândido “acompanhado de outro indivíduo de côr prêta, baixo, grosso, sem chapeo, nu da cintura para cima, tendo na cabeça um pano amarrado, e trasendo por vestimenta unicamente huma calça prêta” entrara na casa de Francisca e

³³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.063, fls. 2.

³⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.063, fls. 6 e 7.

³⁵ PIERANGELLI, J. H. *Códigos Penais do Brasil*. Art. 205 – “Se o mal corpóreo resultante do ferimento ou da offensa physica grave incommodo de saúde ou inhabilitação de serviço por mais de um mez”. Penas – de prosao com trabalho por um a oito annos, e de multa correspondente à metade do tempo.

Romana, espancando as duas com um pedaço de pau. A primeira faleceu, vítima dos ferimentos na cabeça. Maria Antonia, por sua vez, sobreviveu às agressões. No seu interrogatório, a vítima afirmou não ter inimizade com o réu, mas que, tempos antes, havia tido relações amorosas com Cândido, e este, insatisfeito por não conseguir mais se relacionar com ela, partira para a violência. Cândido e o escravo fugiram, conseguindo assim ficar impunes.³⁶

Em 26 de janeiro de 1881 a senhora Cândida Maria de Jesus foi chamada a se explicar junto à justiça pela agressão ao escravo Miguel, propriedade de Dona Cândida e seu esposo, o senhor João José Vicina. O crioulo, de 27 anos de idade, queixava-se que a referida senhora teria proposto castigar a sua esposa, a forra Joanna Maria de Jesus, o que ele não permitiu e “não se conformando com o procedimento de sua senhora opoz-se a sua pretensão declarando que preferia ser castigado a ver sua mulher sofrer qualquer desfeita”.³⁷

Cândida, não admitindo a postura tomada por Miguel, pôs-se a agredir o cativo com um “tição”, abrindo-lhe “uma brecha na sombranceira esquerda”. O escravo denunciou sua senhora, reclamando que o castigo fora excessivo. Entretanto, no auto de sanidade, o castigo foi julgado como moderado, e as queixas contra Dona Cândida julgadas improcedentes. Em sua denúncia, Manoel afirma que casou-se com Joanna com permissão da sua senhora, “para ter preferência na sua libertação pelo fundo de emancipação”.³⁸

Em outro processo, de abril de 1882, os escravos João Cabra e Joaquim, auxiliados pelo forro Damásio, assassinaram o escravo João de tal, de propriedade do senhor Manoel Martins. Nos autos fica evidente a parceria entre os cativos e o liberto,

³⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.303, fls. 42-42v.

³⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.360, fl. 5.

³⁸ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.360, fl. 5.

bem como os motivos que levaram à rixa entre as partes. Um dos réus, o forro Damásio, revelava que teriam “se ajunptado para arrumar o negro João de tal” pois o mesmo teria “mixido com a mulher do seu amigo João Cabra” e que por esse motivo deveria “receber um recado”.³⁹

Os autos revelam claramente as relações de proximidade e parceria entre os escravos e o liberto, bem como a necessidade premente da ação violenta a ser praticada contra o outro escravo, João de tal, em uma típica defesa da honra que não deveria ser maculada, mesmo que se tratasse de escravos.⁴⁰

Entre os variados aspectos que se apresentam em documentos como esses, é possível explicitar também que os mesmos são capazes de revelar maneiras diferentes de se enxergar o mundo, formas distintas de avaliar o que era importante na vida desses cativos e, mais que isso, são ainda capazes de reiterar o contato íntimo e dinâmico do mundo dos livres com o mundo dos crioulos e africanos. O processo envolvendo o cativo Miguel e a forra Joana, por exemplo, nos revela a possibilidade da existência desses laços afetivos e familiares no mundo escravista, o que é demonstrado pela união sacramentada entre o cativo e a forra, mesmo que, por trás disso, tenha o estímulo da senhora do cativo, interessada em beneficiar-se das disposições da Lei de 1871. Ainda assim, é inegável a relação de afeto entre o escravo e sua esposa, na medida em que Miguel não reagiu com naturalidade à possibilidade de sua senhora castigar Joanna.

O caso envolvendo os escravos e o liberto, parceiros no assassinato do cativo João de tal também apontam elementos fundamentais na tipologia da violência de escravos contra escravos e escravos contra libertos. Conforme avaliamos, dos 13 processos nessa categoria, boa parte demonstra as relações afetivas e familiares como

³⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.297, fl. 37.

⁴⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.297.

pano de fundo, bem como as parcerias para a condução do delito, o que o processo em questão é bem sintomático, por revelar os dois tipos em questão.

Não obstante, é importante reiterar que esses indícios quanto à questão da afetividade e formação de famílias escravas não podem ocultar as relações de dominação e dependência do regime escravista.

Jonice Procópio Morelli, estudando a escravidão em Montes Claros no século XIX, também analisa alguns “vestígios da família escrava” através de evidências que “dão prova de vários outros meios de estabelecimento de famílias cativas” além da união formal pelo casamento. Para a autora, “nos processos criminais ou cíveis são constantes as aparições de familiares buscando a manutenção da liberdade de seus parentes” (MORELLI, 2002: 106-7). Referindo-se, principalmente, às ações cíveis de liberdade, destaca: “No caso de Montes Claros, em quase todos os processos ou recursos para conquista ou manutenção da liberdade, a família aparece como elemento importante e facilitador da ação” (MORELLI, 2002: 112).

Parece inegável, concordamos com a autora, que os processos que se referiam à questão da liberdade evidenciam situações mais diretas quanto à noção de família, mas, é importante destacar, Morelli exagera no que tange à valorização desse aspecto nos processos de conquista ou manutenção da liberdade. É importante estarmos atentos para o papel que as relações familiares e afetivas tiveram no cotidiano das relações escravistas, mas, como adverte Slenes, “seria um erro transformar a família escrava, cuja ‘inexistência’ antes era vista como condição *sine qua non* para o domínio dos senhores, em condição ‘estrutural’ para a manutenção desse mesmo domínio” (SLENES, 1999: 115).

Uma outra característica muito peculiar dos processos é a brutalidade com que os atos violentos são perpetrados pelos escravos. As armas empregadas ajudam a

explicar o grau de violência e as formas pelas quais os cativos adaptaram as ferramentas de trabalho para a prática dos delitos.

TABELA 5

**ARMAS UTILIZADAS NOS ATOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS POR
ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885**

Armas	Quantidade	%
Faca, facão, navalha, espada	20	29,4%
Porrete, cacete, pau	16	23,5%
Machado, foice, enxada, formão, serrote	13	19,2%
Armas de fogo	11	16,2%
Bacalhau, chicote	2	2,9%
Cordas	2	2,9%
Veneno	2	2,9%
Mãos e pés	1	1,5%
“Objeto contundente”	1	1,5%
Total	68	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Em processo criminal, o escravo Antonio agrediu o livre Brás de Araújo Moreira, motivado por uma discussão que tiveram dois dias antes do delito. O réu esfaqueou a vítima várias vezes, com “3 facadas no estômago, acima do umbigo, outra do lado esquerdo abaixo da axila, duas na mão esquerda, uma na mão direita, e ainda apresenta vários cortes pelo corpo.”⁴¹

A agressão de João Africano à escrava Pulquéria e ao homem livre Antonio Pereira não escapou à justiça. O Nagô, dirigindo-se à fazenda do seu senhor presenciou, “por uma fresta na parede”, que Pulquéria e Antônio estavam juntos em um

⁴¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.075.

quarto. O réu ocultou-se, esperando todos dormirem, quando então arrombou o telhado e cometeu o delito, motivado, ao que tudo indica, por ciúmes. O auto de corpo de delito é revelador da brutalidade da violência. Antonio Pereira foi atingido na face, com ferimentos “não só nas partes moles como nos respectivos ossos”, também apresentando ferimentos na cabeça, nas palmas das mãos, até a ponta dos dedos. Pulquéria, por sua vez, teve as duas “glândulas mamárias” atravessadas por dois ferimentos, do lado direito houve a penetração da caixa torácica, dois ferimentos na região dorsal e na mão direita.⁴²

A partir da análise das armas utilizadas nas práticas violentas, notamos que a maioria dos crimes foi praticada com armas “improvisadas” do dia-a-dia do trabalho. Instrumentos como faca, facão, porrete, pedaços de pau, machado e foice foram utilizados como armas eficazes no cotidiano violento, especialmente no que se refere aos crimes cometidos pelos escravos, tendo em vista a maior dificuldade dos cativos no contato com armas de fogo, o que notaremos de forma distinta nos documentos referentes aos homens livres, analisados no tópico seguinte.

Dessa forma, as ditas armas “brancas” se mostravam bem mais freqüentes para os cativos que, no próprio ambiente de trabalho – como vimos anteriormente – lançavam mão das suas ferramentas para a solução violenta. Instrumentos cortantes (33 armas) como facas, navalhas e foices, somados a instrumentos de trabalho pesado (16 armas) como paus e porretes, fizeram várias vítimas, apontando elementos para a apreciação do grau de violência presente nas relações.

Munido de um porrete e uma enxada, o escravo Damião, no dia 22 de julho de 1884, agredira o liberto Jerônimo na estrada da “rocinha”, perto da propriedade do senhor Vicente José Pereira. Segundo os autos, os dois eram conhecidos na região, e

⁴² DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.087.

não se sabia de nenhuma rixa entre o cativo e o liberto, exceto que o escravo já havia se envolvido em um outro caso, do qual resultara a agressão de outro parceiro de escravidão. Uma das testemunhas revela que “o dito Damião era algumas horas muito valente e isso era por ser ele um escravo de muita força de corpo e muitos tinham prudencia com Damião.”⁴³

No referido dia, Damião encontrou o liberto na estrada e desferiu várias pancadas em Jerônimo, o que levou o liberto a ficar de cama por mais de 15 dias, devido às agressões. A lesão corporal resultou em citação do réu e julgamento, levando à prisão do cativo por 6 meses, sendo logo depois solto.⁴⁴

É importante frisar que as soluções violentas do dia-a-dia propiciavam situações com essas características. Muitas vezes a recorrência à vingança estimulava um alto grau de brutalidade, para que, assim, a vingança se tornasse efetiva. Em outras circunstâncias as relações irrompiam de uma hora para outra, isto é, não havia um plano ou uma justificativa mais clara para o ato violento usado para resolver as situações imediatas. Assim, não se poderia exigir desses homens que houvesse um “equilíbrio” para a prática violenta, como se eles fossem capazes de medir o grau de aceitação que suas reações intempestivas teriam. Nesse sentido, acabava sendo natural que a violência fosse extrema. Não seria natural, acreditamos, avaliar que esses homens, por agirem com extrema violência, seriam diferentes dos agentes históricos do mundo urbano. A violência é, também, uma espécie de subproduto do processo político e, portanto, presente em variadas sociedades e contextos históricos distintos.

Em determinadas situações ela pode ser mais eficaz para a resolução das pendengas, em outras, não. Isso não significa que os “sertanejos” seriam mais violentos que os “urbanizados”, ou que “escravos” seriam mais propícios a praticarem delitos que

⁴³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal n. 000.339-A, fls. 22v.

⁴⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal n. 000.339-A.

“libertos”, por exemplo. Em variados momentos, é importante reiterar, a própria violência vem acompanhada de situações de afeto, solidariedade, amizade, lazer e parentesco, o que demonstra o quão complexo era o dia-a-dia dos indivíduos no sertão oitocentista. Nesses momentos de violência extrema ligada ao cotidiano, a nossa análise se aproxima da obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco.

A autora, estudando a criminalidade no mundo rural oitocentista, demonstra como situações de aparente estabilidade encontravam-se entremeadas com soluções de violência. Para Franco: “A agressão ou defesa à mão armada, da qual resultam, não raro, ferimentos graves ou morte, aparecem com frequência entre pessoas que mantêm relações amistosas e irrompem no curso dessas relações.” (FRANCO, 1997: 24)

A análise da autora merece pelo menos duas considerações. Em primeiro lugar, mesmo que a violência extrema aproxime as relações sociais que analisamos com relação à obra de Franco, não acreditamos que o recurso à violência era o único em sociedades rurais. O conflito assumia, portanto, mais uma possibilidade de inserção nesse universo, e vários processos analisados aqui demonstram a complexidade das relações, permeadas pela solidariedade e o conflito, pelas demonstrações de afeto e de ruptura. Em segundo lugar, o fato de convivermos em um universo onde o poder privado tinha um papel evidente nas situações, não significa afirmar a inexistência de outros canais que compensassem a resolução de pendengas. Veremos no segundo capítulo dessa tese que, pelo menos no caso do sertão norte-mineiro, estamos diante de um universo oitocentista de avanço do poder público e, por conseguinte, em uma maior presença da justiça no dia-a-dia das pessoas. Essas, por sua vez, viam no *lócus* judiciário uma possibilidade de inserção, estabelecendo com as leis e o poder público uma relação conflituosa e sedutora.

Um último aspecto que nos propomos a analisar sobre a violência praticada por escravos no universo cultural norte-mineiro é o sexo dos réus e das vítimas envolvidas nos processos. As tabelas abaixo nos permitem um panorama daqueles e daquelas que se envolveram nos delitos explicitados nessa tese.

TABELA 6

SEXO ENTRE OS AGENTES DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Sexo	Quantidade	%
Masculino	62	91,2%
Feminino	06	8,8%
Total	68	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

TABELA 7

SEXO ENTRE AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Sexo	Quantidade	%
Masculino	52	76,5%
Feminino	16	23,5%
Total	68	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Os números acima apontam um aspecto importante, mas que não surpreende: os homens são maioria no cotidiano criminoso do sertão norte-mineiro. Os dados apontam essa maioria tanto no caso de escravos como réus, quanto como vítimas. As

mulheres, conforme nota-se acima, representam 6 rés entre os 68 crimes arrolados, em um percentual de 8,8%.

Um exemplo foi o crime cometido pela escrava Mathilde, de aproximadamente 15 anos de idade, que assassinou Anna Joaquina Mourão. A livre era responsável por cuidar da casa do senhor José Rodrigues Fróes. Certo dia, a escrava aproveitou que estava sozinha com Anna e fechou todas as portas e janelas da casa, começando “a desferir golpes de enxada na vítima”. Esta morreu 8 dias depois, com “ferimentos na cabeça, no abdome e baixo ventre, braços, tórax, pulmões, peito, costas”. Segundo a mesma Anna, Mathilde a agredira porque a escrava fora encontrada junto com Gregório – também escravo de José Rodrigues Fróes – praticando atos imorais na cama do senhor. Assim, Anna Joaquina teria castigado os dois cativos dias antes do crime perpetrado por Mathilde.⁴⁵

Maria Crioula, em outubro de 1864, também lançara mão da violência no cotidiano escravista sertanejo para resolver uma pendenga com a sua proprietária. Munida de um facão e uma faca de “porte menor” a escrava agredira com 12 facadas a livre Vicencia de Silva, em meio a um dia de trabalho. Uma semana antes do ocorrido, a escrava, depois de insistentes pedidos da senhora Vicencia para que levasse um pote para a casa de um vizinho, alegava ter levado dois tapas na cara diante de outros escravos e livres que se encontravam trabalhando no local. Assim, dias depois, a mesma tivera a oportunidade de “mostrar que não era bicho e que não levava na cara para os outros rirem dela”, desferindo assim as 12 facadas que resultaram em lesão corporal grave em Vicencia. A livre, mesmo diante da agressão das facadas, sobrevivera, levando

⁴⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.287.

à frente o processo contra a cativa. A sentença determinou 12 anos de prisão à Maria Crioula.⁴⁶

Mesmo que as mulheres sejam minoria nos processos selecionados – afinal, as agressões perpetradas por Mathilde e Maria Crioula representam 2 processos em um universo de apenas 6 crimes –, é importante frisar que isso não implica em reafirmá-las como submissas ou conformadas com a condição social patriarcalista que viviam. Trabalhos recentes vêm demonstrando a participação dessas agentes no universo violento, ressaltando a importância do entendimento de suas práticas para repensarmos o cotidiano violento do escravismo no Brasil.

Regina Célia Lima Caleiro, em recente Tese de Doutorado, mostrou mulheres que lançaram mão de diversos delitos no “caldeirão do cotidiano” da região de Franca/SP, no século XIX. A autora traçou o perfil das rés, demonstrando com evidências empíricas a participação feminina no universo criminoso. Entre as 82 rés analisadas em sua pesquisa, 69 eram mulheres livres, 6 eram libertas e as 7 restantes eram cativas. Para Caleiro:

Quanto às libertas e livres a documentação nos permite surpreendê-las em um contato muito próximo com vizinhos, conhecidos, nas ruas e nas festas. Essa liberdade estreitava laços de solidariedade, possibilitava encontros amorosos e, não por acaso, criava condições para fuxicos, xingamentos, ciúmes e pancadarias. Distante dos modos delicados, da privacidade dos casais, tão caros à pauta dos valores burgueses, as “fulanas de tal” levavam a vida, mas resistiam e lutavam pelo que consideravam essencial, para que a vida não as levasse. (CALEIRO, 2004: 110-1)

⁴⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n, fls. 33-35v.

Portanto, a proximidade e a dinâmica cotidiana também permitiam relações variadas envolvendo as mulheres, apesar, reiteramos, de elas constituírem minoria no nosso universo de violência.

No que tange às vítimas, elas aparecem com maior frequência. Em 16 dos 68 processos (23,5%) as mulheres foram vitimadas pelo universo violento, o que percentualmente aponta um número maior de mulheres vitimadas pelo universo escravista do que agentes da violência escrava. Sendo a violência um recurso mais amplamente utilizado pelos homens, sendo escravos ou não, a condição de vítima acabava por incluir mais mulheres se comparadas às rés, o que também não é surpreendente.

A trajetória da escrava Maria Ana é um exemplo. A cativa morrera depois de uma surra e várias pauladas dadas pela cativa Manuela e a livre Ana de tal. A escrava assassinada teria sido responsável por uma humilhação pública à outra cativa, em meio ao cotidiano do trabalho na roça, e por esse motivo a ré escrava prometera acertar as contas com Maria Ana. Oito dias depois do ocorrido, o corpo da escrava era encontrado em uma estrada, “com muito sangue e inxado das ditas pauladas”.⁴⁷

Um outro exemplo importante foi o crime cometido contra a escrava Eva, assassinada pelo parceiro de escravidão, o crioulo Alexandre. Este executou a cativa com extrema violência, utilizando-se de um facão para perfurar a vítima nos rins, peito, cotovelos, pescoço, ombros, com cortes profundos e escoriações por todo o corpo, depois de uma briga na fazenda onde trabalhavam.⁴⁸

A apreciação desses processos envolvendo as mulheres como agentes do universo violento não apresenta diferenças tão marcantes se comparadas à violência praticada pelos escravos homens. Nesse sentido, também nos casos envolvendo as

⁴⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.377.

⁴⁸ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.070.

mulheres fica evidente alguns dos elementos mais comuns no universo violento em geral, como as relações afetivas e familiares, os crimes no ambiente de trabalho, às vezes seguidos de vingança – como fora o caso da lesão corporal praticada por Maria Crioula –, ou mesmo as parcerias no momento do recurso à violência, como fora o caso do assassinato da escrava Maria Ana.

O contato íntimo, a proximidade, a simplicidade da vida, a solidariedade junto à violência extrema, são características que fizeram dos nossos atores sociais, homens ou mulheres, escravos ou escravas, libertos ou livres, agentes do mundo violento que ajudaram a construir. É nesse sentido que uma análise apenas da criminalidade escrava na região nos daria um panorama incompleto da violência no sertão norte-mineiro.

Segundo Ricardo Alexandre Ferreira, “compreender os limites do ser escravo e do ser livre na esfera da criminalidade numa região rural implica considerar principalmente os crimes que envolveram a população livre, liberta e escrava em conjunto.” (FERREIRA, 2006: 109)

O contato com as fontes nos sugeria, desde o início, que uma avaliação estendida ao universo criminoso dos homens livres nos permitiria uma comparação bem mais concisa e adequada, apontando assim para alguns dos significados da violência para cativos e homens livres, tendo em vista que as suas condições jurídicas os colocavam em posições diferentes no corpo social, reforçando assim o caráter de submissão e dominação característicos do regime escravista.

Sendo os escravos representantes de 10 a 12% da população norte-mineira em quase todos os grandes períodos do século XIX, os homens livres, nesse sentido, configuraram a maioria dos habitantes sertanejos e, por conseguinte, se envolviam com mais frequência na criminalidade, especialmente se levarmos em conta os números

absolutos. São esses homens e mulheres os protagonistas que privilegiamos a seguir, em um processo comparativo que nos possibilitará adentrar ainda mais o cotidiano escravocrata norte-mineiro.

1.3 – A violência praticada pelos homens livres: crimes em comum?

A nossa análise sobre a violência escrava na região norte-mineira, por meio de pesquisa feita desde a dissertação de Mestrado⁴⁹, nos colocou diante de um desafio maior que, se não enfrentado, dificilmente nos daria condições de avaliar com maior eficácia os contornos da violência no sertão norte-mineiro.⁵⁰

Se em pesquisas anteriores já era possível compreender claramente que o número de escravos na região era pequeno, constituindo em uma escravaria de poucos escravos e, por conseguinte, que a violência efetivada pelos cativos não poderia ser suficiente para uma análise mais estendida, nos propusemos a avaliar também os delitos e as práticas de sobrevivência dos homens livres do sertão. O número de processos, bem mais extenso, também foi um desafio.

⁴⁹ A dissertação de Mestrado em questão fora defendida em 2005 junto à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e logo publicada pela editora Annablume. Dados e algumas análises sobre esse cotidiano escravista na região podem ser apreciados no livro. (JESUS, 2007).

⁵⁰ Impressões sobre os homens livres e a criminalidade foram feitas por vários autores, em contextos diversos, como, por exemplo, no período colonial. Laura de Mello e Souza, avaliando tais homens no período colonial, à época da exploração do ouro, os classificou como “desclassificados”, mostrando como o Estado alternativamente reprimia ou tirava partido dessa camada social. Ora os enxergava como o um “elemento ocioso”, que só servia para consumir víveres e contrabandear. Por outro lado, também eram vistos como sertanejos corajosos e atrevidos, ideal para povoar lugares longínquos.” (SOUZA, 1982) Caio Prado Junior, por sua vez, parece não demonstrar nenhuma simpatia pelo grupo de homens livres pobres, definindo-os como “vadios” e como “a parte mais degradada, incômoda e nociva da população vegetativa da Colônia, vagando de léu em léu à cata do que se manter, e que, apresentando-se a ocasião, envereda francamente pelo crime.” (PRADO Jr., 1953: 281)

Por outro lado, tais dados nos permitem uma comparação mais efetiva das relações entre escravos e livres no universo pesquisado, nos possibilitando um diálogo mais criterioso com as fontes e apontamentos para a questão levantada nesse tópico: seriam as relações violentas de escravos e homens livres, tão próximas, que acabavam por colocá-los em um universo de “crimes em comum”?⁵¹

TABELA 8

A VIOLÊNCIA PRATICADA POR HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Período	Quantidade	%
1850-1855	80	18,6%
1860-1865	97	22,6%
1870-1875	121	28,1%
1880-1885	132	30,7%
	430	100%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Os números acima apontam para um total de 430 processos criminais registrados para a condição de homens livres como réus. Assim como no caso dos processos referentes aos escravos – mas agora com maior intensidade, sobretudo quantitativa – à medida que se avançava para as últimas décadas do século XIX, aumentava também o número de pessoas que se envolviam em crimes. O universo violento ficava ainda mais dinâmico, ainda mais intenso e, portanto, misturava cada vez mais escravos e livres no caldeirão cotidiano que se formava no sertão das Minas. Comparando mais detidamente com os dados referentes aos escravos criminosos da

⁵¹ Tomo aqui de empréstimo a expressão de Ricardo Alexandre Ferreira em sua tese, que inclusive inspirou o autor para o título do seu texto e também fez parte de alguns dos mais importantes questionamentos na sua pesquisa, tratada por nós como valioso instrumento de comparação. FERREIRA, 2006.

região, fica mais evidente a diferença, em números absolutos, na atuação violenta dos dois grupos.

TABELA 9

QUADRO COMPARATIVO SOBRE OS AGENTES DA VIOLÊNCIA NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Agentes	Período				Total	%
	1850-55	1860-65	1870-75	1880-85		
Escravos	12	18	18	20	68	13,7%
Homens livres	80	97	121	132	430	86,3%
	92	115	139	152	498	
	18,5%	23,1%	27,9%	30,5%	100,0%	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Se compararmos apenas os dados referentes às últimas décadas da escravidão no Brasil, veremos que o número total de crimes envolvendo homens livres cada vez mais se distanciava, em números absolutos, dos processos envolvendo escravos⁵². Na década de 1870, dos 139 crimes cometidos, 121 eram de homens livres. Número que aumenta na década seguinte, representando 132 processos contra 20 referentes aos cativos. Nesse sentido, de todos os processos selecionados para a análise

⁵² É necessário explicar aqui que dados referentes aos libertos não foi incorporado à análise. Tal fato se explica por dois motivos. Em primeiro lugar, a documentação apresenta pouquíssimas referências à atuação dos libertos no cotidiano escravo da região, mesmo que saibamos que a sua participação seria bem maior se a pesquisa nos permitisse maiores detalhes sobre os alforriados, o que não é o caso. Muitos homens e mulheres que poderiam ser libertos de fato, não eram apresentados nos processos criminais como tais, sendo mencionado em regra apenas o primeiro nome. Assim, muitos se “misturavam” aos homens livres, naturalmente, nos processos. Estudos recentes de Eduardo França Paiva, voltados especialmente para a questão da mestiçagem no Brasil, são reveladores de algumas das complexidades dessas nomenclaturas na colônia ou no império brasileiro, o que nos permite inferir, para o nosso estudo, a dificuldade de se encontrar os libertos. Ver PAIVA, 2010. Um outro aspecto pode ser notado na questão da cor. Mesmo que esse elemento nos viesse apontar mais efetivamente onde “estavam” os forros, que poderiam ser identificados por expressões como “preto” ou “negro”, para o caso do século XIX tal mecanismo de identificação se perdeu. A questão da cor foi perdendo o sentido de nos permitir tal avaliação, segundo demonstra a historiadora Hebe Mattos. Ver MATTOS, 1998.

do cotidiano oitocentista, 86,3% mostravam os homens livres como agentes do universo violento. Os cativos, por sua vez, representavam 13,7% dos processos pesquisados.

Foi a constatação desses inúmeros processos que nos colocou diante do desafio de análise da violência praticada pelos homens livres, elemento conformador também do universo cultural norte mineiro.

Peter Eisenberg demonstrou em alguns dos seus trabalhos o fato de que os homens livres representavam maioria em relação aos escravos em muitas regiões do Brasil. Sobretudo no que se refere à província de São Paulo, durante o século XIX, o autor afirma a existência dessa maioria de livres, o que nos mostra que os dados pesquisados por nós e por muitos historiadores em diversas regiões do Brasil podem ter como ponto de partida tal constatação, presente na obra de Eisenberg. (EISENBERG, 1989)

Se a população de livres compunha a maioria entre os habitantes de variados universos escravistas, nada mais natural que a presença desses homens no universo violento também se constituísse em maioria.⁵³ Daí resulta a necessidade urgente na análise comparativa com os processos em que os escravos figuravam como réus.

Para Ferreira, o mesmo desafio se impôs na documentação pesquisada para a região de Franca, São Paulo. Em meio ao estudo da escravidão na região, o autor se viu diante da necessidade de estabelecer uma comparação entre a violência dos escravos e dos homens livres para o seu lócus de pesquisa. O autor esclarece:

⁵³ No que se refere à região norte-mineira, é importante frisar que essa diferença entre escravos e livres na criminalidade se justifica especialmente quanto aos números absolutos. Como já vimos, a população de escravos representava de 10 a 12% em todo o século XIX, e o envolvimento dos cativos na criminalidade era em percentuais parecidos, cerca de 13%. Em números relativos, portanto, os escravos se envolviam em relações violentas tais como os homens livres.

Em outras palavras, o que pretendo ao longo dos capítulos deste trabalho é empreender um estudo comparativo de ações tidas como transgressões praticadas por livres, libertos e escravos para compreender, sob o prisma da criminalidade, como os mundos da escravidão e da liberdade se interpenetravam no cotidiano das regiões rurais dotadas de poucos cativos. (FERREIRA, 2006: 13-14)

Como é possível notar com facilidade, estudos como os de Ferreira se tornaram imprescindíveis para algumas das análises empreendidas por esta tese, tendo em vista, sobretudo, tratar-se de uma região que em muito se assemelhava com a região de Franca, interior de São Paulo. Uma região, segundo as palavras do autor, “como tantas outras áreas de fronteira, mal afamada no século XIX pela notícia da recorrência de distúrbios e assassinatos.” (FERREIRA, 2006: 15)

A tabela 1, exposta pelo autor, nos permite mais dados para esse processo comparativo. Segundo os dados pesquisados por Ferreira, dos 1229 processos criminais para a região entre 1830 e 1888, apenas 114 apresentavam escravos como réus. Em 35 deles encontravam-se os libertos e nos restantes 1080 documentos estavam os homens livres, um número que representava quase 90% da criminalidade em Franca.⁵⁴ (FERREIRA, 2006)

A partir dos dados encontrados para o sertão norte-mineiro, percebemos que os cativos representavam minoria no cômputo total de processos criminais, especialmente no que se refere à apreciação da violência praticada por homens livres. Entretanto, mesmo assim, o número de processos com os escravos na condição de réus não é pequeno, especialmente se levarmos em conta que a população escrava representava cerca de 10 a 12% de toda a população na região ao longo do século XIX. No universo dos delitos, os escravos representavam 68 réus (13,7%), contra os 430

⁵⁴ Os dados, com suas especificações numéricas e percentuais, década a década, estão relacionados na referida tabela 1, que nos permite compreender com muita clareza a relação entre a violência escrava e a violência de homens livres na região, proposta central da tese do autor. Ver tabela 1, à página 102 da tese. FERREIRA, 2006.

compostos pelos homens livres (86,3%). Esses números colocam os escravos como agentes dos processos crime em proporção levemente maior do que o contingente populacional no período pesquisado.

Uma importante comparação pode ser feita com o próprio trabalho de pesquisa de Ferreira, para Franca. Os seus dados demonstram os escravos como agentes da violência em menos de 10% dos processos crime, ao passo que a população escrava na região do interior paulista representava entre 20 e 30% do total ao longo do Oitocentos. (FERREIRA, 2006)

Nesse sentido, proporcionalmente, os escravos no norte de Minas Gerais se envolviam mais como agentes da criminalidade, sobretudo por meio dos chamados crimes contra a pessoa, isto é, lesões corporais e homicídios, como já vimos anteriormente. Mesmo assim, em números absolutos, os homens livres foram os principais protagonistas do universo violento sertanejo, configurando assim uma intensa relação entre escravos e livres no espaço pesquisado e, portanto, a intensa relação de solidariedade associada ao conflito, ao afeto e à proximidade associados aos delitos.

Em processo do ano de 1865, o livre Evaristo dos Santos e o africano Josiano eram indiciados como responsáveis pela agressão em Marcos Silva, um homem livre pobre que trabalhava na região consertando carroças. Segundo os autos, em conformação com as informações prestadas pela maioria das testemunhas, Evaristo e Josiano queriam se vingar de Marcos devido uma rixa que ocorrera dias antes, depois da vítima ter feito “galhofas” com Evaristo por causa de um cavalo “que já não dava mais para sirviços”. Surpreendido, Marcos sofrera lesão corporal dos réus, deixando-o acamado por mais de 10 dias. Mesmo diante dos fatos, Evaristo e o africano Josiano são liberados pela justiça.⁵⁵

⁵⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 00238.

Em abril de 1884 o escravo Paulo é agredido a facadas por Francisco José Martins, de 33 anos, também conhecido nas redondezas por “Nevoeiro”. Na noite do crime, Paulo e Francisco estavam reunidos, juntamente com outras pessoas, na casa de Anna Pereira Lima, bebendo cachaça. Dona Anna teria organizado uma festa em sua casa, “na noite de quarta feira de trevas do anno vertente (...) em uma como brincadeira de marujada” Ainda na casa, antes de irem embora, iniciaram uma discussão, sendo separados pelos que estavam reunidos. Entretanto, no caminho de casa, os dois continuaram discutindo, o que levou Francisco a dar uma facada na virilha do cativo. Em seu depoimento, Francisco “Nevoeiro” alegou não ter tido a intenção de matar o negro, pois estava embriagado. O réu é condenado a 9 anos e 4 meses de prisão, mas, recorrendo da decisão do Júri, tem sua pena reduzida para 6 meses e 15 dias de prisão.⁵⁶

Em 27 de outubro de 1851 a livre Ana Luisa é levada a júri pelo assassinato de 3 pessoas e pelos ferimentos provocados em outras 4 vítimas. Na noite do crime, várias pessoas encontravam-se reunidas na casa de Manoel de Sousa, em lugar conhecido como Gibóia. Chegando lá, Ana Luisa desfechou vários tiros de arma de fogo, ocasionando as mortes e lesões mencionadas. Segundo testemunhas, a ré tinha a intenção de se vingar de Joaquim Cardoso de Moura, que a teria espancado. O interessante é que entre as vítimas não se encontrava o senhor Joaquim, o que motivou Ana Luisa a voltar para sua casa e buscar mais pólvora, na intenção de matar o seu desafeto. Entretanto, seu pai impediu-a de retornar e executar Joaquim. Infelizmente, o processo está incompleto, não apresentando dados mais completos e que fim levou a “implacável e vingativa” Ana Luisa.⁵⁷

Em outras ocasiões, as relações afetivas e amorosas foram uma espécie de “pano de fundo” para as soluções violentas entre os homens livres. A proximidade, mais

⁵⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.305.

⁵⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.044.

uma vez, implicava em intimidade, mas, ao mesmo tempo, possibilitava o conflito. A senhora Maria Antonia e João Maurício – provavelmente liberto – são indiciados como responsáveis pelo homicídio de Manoel dos Reis, casado com a ré. O crime ocorreu em agosto de 1880. Segundo os autos, Maria Antonia, esposa de Manoel, mantinha relações ilícitas com João Maurício. De acordo com a senhora Carolina Gonçalves da Fonseca, testemunha que dizia ter presenciado o crime⁵⁸, minutos antes do ocorrido vira Maria Antonia, João Maurício e Manoel dos Reis na porta da casa do casal, onde o réu, armado com uma “garrucha e uma faca grande”, perguntara a Manoel dos Reis se ele estava de “tenção” com ele réu, ao que Manoel respondeu que sim. Foi quando João Maurício “empunhou a sua faca, avançando sobre a vítima e lhe desferindo 4 facadas”. No auto de corpo de delito Manoel apresentava

(...) quatro facadas, sendo uma no estômago com seis centímetros de extensão, outra sobre o peito do lado direito e pouco abaixo da clavícula com dose centímetros de extensão e bastante profundo, outra no braço esquerdo com seis centímetros de extensão e outra sobre a região da bexiga com vinte a vinte e cinco centímetros de extensão e por esta larga ferida sahirão todo o intestino.⁵⁹

A testemunha declara ainda que

⁵⁸ As testemunhas assumiam um papel central nas impressões presentes nos autos. A senhora Carolina, que dizia ter presenciado o acontecido, era uma exceção. Na verdade, a maioria das testemunhas informava sobre os acontecidos pelo “ouvi dizer”, ou o “ser público e voz geral”. Com isso, vizinhos, amigos e desafetos faziam suas próprias imagens sobre as vítimas e os réus nos processos, o que, por conseguinte, nos permite avaliar as imagens sobre a ordem e a justiça na região. Para Ivan Vellasco: “O papel das testemunhas revestia-se de grande importância na resolução dos casos e no julgamento final, já que residia aí a fonte básica de elucidação do delito ocorrido. Perguntava-se sobre a conduta costumeira do réu, se era turbulento e dado à violência, por exemplo; as testemunhas, vivendo nas mesmas condições do réu e da vítima, emitem suas opiniões sobre o que teria gerado a desordem, uma vez que em muitos casos são os próprios vizinhos, depois testemunhas, que tomam a iniciativa de chamar o inspetor de quarteirão, os guardas e efetuar a prisão. Assim eram elas, em última instância, que definiam a sorte e o destino dos réus.” (VELLASCO, 2004: 205).

⁵⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.282, fl. 7v.

(...) julga Maria Antonia cúmplice na morte de seu marido, por quanto é notoriamente sabido ella teve relações illicitas com João Mauricio e com elle teve um filho que se chama Antonio, e que era affirmado pelo proprio assassinado; que Maria Antonia deu demonstrações de estar contractada com Joao Mauricio para fins criminosos, isto é para assassinar Manoel dos Reis, porque em vês de acudir a seu marido que estava em agonia, retirou-se e talves tivesse desaparecido também se não fosse presa pelo Delegado de Pulicia que a encontrou ao sahir de sua casa com uma trouxa de roupa na cabeça.⁶⁰

João Maurício fugiu, não sendo mais encontrado pelas autoridades competentes. Maria Antonia, por sua vez, negou todas as acusações e indícios presentes no processo sobre a sua cumplicidade no crime, sendo absolvida pelo Júri.

Os crimes relatados são exemplificadores de um elemento claramente presente na documentação avaliada para os crimes praticados pelos cativos: a proximidade entre escravos e livres, em relações de solidariedade ou mesmo de afeto, mas agora representados por homens livres como agentes da violência. Os mais de 400 processos analisados caminham em grande parte nessa direção, demonstrando um cotidiano que convivia com essas relações aparentemente antagônicas, mas que na verdade se tornaram complementares no universo escravocrata, de norte a sul do Brasil, do litoral ao mundo rural.

Para alguns, tais análises poderiam subverter a ordem do que efetivamente era a escravidão, igualando escravos a outros grupos sociais, o que levaria a uma noção equivocada do que foi a escravidão negra no Brasil. Essa linha de análise levaria, portanto, a uma “reabilitação”⁶¹ da escravidão, ignorando os elementos de dominação e submissão próprios do regime.

Não acreditamos nessa perspectiva, especialmente porque, mesmo nos processos que revelam a intensa proximidade entre cativos e livres, por meio das

⁶⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.282, fls. 9v-10.

⁶¹ Expressão utilizada em uma das obras de Jacob Gorender, em meio ao debate sobre o funcionamento do sistema escravista no Brasil. GORENDER, 1990.

relações de solidariedade ou proximidade, vários sinais da documentação nos apontam o quanto era difícil e pesado o fato de ser escravo no Brasil. A relação de dominação e a própria violência – elemento central de todo processo-crime – são altamente claros quanto a isso, e acreditamos, deixam pouco espaço para análises que permitam suavizar ou abrandar o regime escravista, pelo menos no que se refere à nossa análise para o sertão norte-mineiro.

O caso envolvendo a livre Ana Ferreira foi um exemplo sintomático nesse sentido. Em setembro de 1873 a senhora Ana, possuidora de uma escravaria de 4 escravos – 2 mulheres e 2 homens – se defendia na justiça pelos castigos às suas duas cativas, Ana e Julieta. O processo revelava que as escravas tinham sido injustamente castigadas, pelo menos no libelo de defesa.

As cativas, que mantinham relações com os outros escravos, alegavam ter “panhado muito da sua senhora, e que estavam com doris demais no corpo”. Várias testemunhas, em meio aos seus relatos, revelavam a relação de grande afeto da senhora com os seus cativos, o que fora confirmado pelos escravos, que estranharam a atitude da proprietária. A justiça decide pela absolvição da senhora, alegando estar a senhora apenas “defendendo o seu direito de propriedade (...) e que era evidente a sua relação de muito cuidado com os cativos.”⁶²

Outros inúmeros processos poderiam ser aqui explorados, mas acreditamos que a perspectiva central de avaliarmos as relações de proximidade entre os cativos e livres parece, inegavelmente, evidente. Esses elementos, associados a outras características da violência praticada pelos homens livres da região, nos permitem aproximar cada vez mais da idéia de existência de uma criminalidade comum aos dois grupos avaliados.

⁶² DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.253, fls. 77.

TABELA 10

TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Crimes	Século XIX – Períodos				Total	%
	1850-55	1860-65	1870-75	1880-85		
Lesão Corporal	39	45	67	60	211	49,1
Homicídio	32	36	47	63	178	41,4
Contra a Pessoa (Subtotal)	71	81	114	123	389	90,5
Furtos e Roubos	3	6	4	3	16	3,7
Estelionato	1	2	1	2	6	1,4
Contra o Patrimônio (Subtotal)	4	8	5	5	22	5,1
Apropriação indébita	2	3	-	1	6	1,4
Porte de armas	3	3	1	2	9	2,1
Jogo e aposta	-	2	1	1	4	0,9
Contra a Ordem (Subtotal)	5	8	2	4	19	4,4
Total	80	97	121	132	430	100,0%
	18,6%	22,6%	28,1%	30,7%	100,0%	

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

A tabela 10 procura enumerar as mais comuns tipologias da violência de homens livres. Novamente, em comparação com os crimes praticados por cativos, vemos que a imensa maioria dos processos se referem a crimes contra a pessoa – lesões corporais e homicídios. Dos 430 processos pesquisados, 389 (90,5%) representam esse tipo de violência, que, para o nosso trabalho em especial, nos permite adentrar intimamente o cotidiano das relações entre livres e escravos, tendo em vista o caráter típico da documentação, já analisado por nós quando da apreciação da violência

escrava. Em termos percentuais, o número de crimes contra o patrimônio e contra a ordem diminuiu (9,5% da documentação), se comparado aos processos dos escravos (20,6%).

Nesse sentido, mais uma vez nos deparamos com o universo violento que, em muitas das suas formas de sobrevivência, não negava a violência como recurso válido das relações diretamente estabelecidas entre livres e livres, livres e cativos, entre outros. Novamente recorremos à Maria Sylvia de Carvalho, quando a autora avalia que a violência, inegavelmente, acabou se tornando parte integrante da vida em comunidade, nas relações de vizinhança, de trabalho e lazer, de parentesco e no mundo da pobreza. Assim, a proximidade estimulava situações de conflito, que eram levadas ao extremo, mesmo porque a violência assumia um papel legítimo na estrutura social:

Postos em dúvida atributos pessoais, não há outro recurso socialmente aceito, senão o revide hábil para restabelecer a integridade do agravado. Este objetivo, nessa sociedade em que inexistem canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais, determina-se regularmente mediante a tentativa de destruição do opositor. A violência se erige, assim, em uma conduta legítima. (FRANCO, 1997: 51)

Casos como o dos livres Ambrosio e Manuel Moreira são exceções. Os dois processos são exemplos de crimes contra o patrimônio e contra a ordem, praticados pelos homens livres mencionados.

No primeiro processo, de janeiro de 1871, o livre Ambrosio era acusado de roubar dois cavalos da fazenda do senhor Emiliano, um fazendeiro que vivia nas terras próximas ao réu. Segundo os autos, Ambrosio era homem de mau procedimento, e que volta e meia recebia reclamações na vizinha que dizia ser ele “homem violento e mandador, que muitos não gostavam de seus modos.”⁶³

⁶³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n, fls. 23.

No outro processo, de 1875, o senhor Manuel Moreira era julgado por porte de armas, sendo ele possuidor de espingardas e revolveres, usando os mesmos para “bulhar com os outros e mexer com escravos da região, se mostrando com suas garruchas e armas de pipoco”. O senhor Manuel fora repreendido pelo juiz, mas fora absolvido mesmo diante das acusações de algumas testemunhas que informavam que Manuel havia matado “mais de três por aquelas bandas de lá.”⁶⁴

Como é perceptível, mesmo em processos que figuravam crimes contra a ordem ou contra o patrimônio, elementos apresentados nos permitem também avaliar a proximidade intensa entre livres e cativos. O caso de Manuel, especialmente, nos coloca diante desse tipo de relação, pois além do crime de porte de armas pelo qual o réu era acusado, também se colocava, como pano de fundo, possíveis relações de violência estabelecidas pelo réu, em outras ocasiões, mas que não estavam em julgamento, o que levou o juiz a absolver o agitador Manuel.

O homem livre Luiz Costa, no ano de 1862, era acusado de roubar dois cavalos de um dos seus vizinhos. No processo fica evidente, pelo relato das testemunhas, que os dois tinham uma relativa proximidade, mostrada em várias ocasiões, como em momentos onde os mesmos jogavam baralho juntos e “bebiam uma cachassinha de noite”. Mesmo assim, Luiz roubara os dois cavalos devido a necessidade “di um trabalho que iria fazer, mas que depois devolveria os ditos cavalos.” O juiz decide pela absolvição de Luiz, mesmo com o fato do “roubo” ou “furto” ser admitido pelo réu em questão.⁶⁵

Homens como Manuel e Luiz Costa, e tantos outros no sertão das Minas, lançavam mão dos delitos em variadas situações, configurando um perfil violento que ia além dos pretensos limites que as relações sociais poderiam estabelecer. O grau de

⁶⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n, fls. 40-42.

⁶⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal 000.414.

violência extrema e a intensa brutalidade com que muitos processos foram resolvidos nos permitem mais uma vez estabelecer a comparação entre cativos e livres, elemento que sustenta as idéias desenvolvidas nesse primeiro capítulo.

TABELA 11

ARMAS UTILIZADAS NOS ATOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS POR HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885

Armas	Quantidade	%
Armas de fogo	163	37,9%
Faca, facão, navalha, espada	111	25,8%
Porrete, cacete, pau	67	15,6%
Machado, foice, enxada, formão, serrote	65	15,2%
Bacalhau, chicote	12	2,8%
Cordas	8	1,8%
Veneno	4	0,9%
Total	430	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Os dados acima apontam, no cômputo total das armas utilizadas para os crimes na região, pelo menos um aspecto que diferencia os dois grupos envolvidos na comparação proposta: a utilização de armas de fogo nas soluções violentas. Dos 68 processos nos quais os escravos figuram como réus, o número de documentos apontando as armas de fogo é de 11 ocorridos (16,2%). Tal número é bem maior no caso dos processos envolvendo homens livres (163 processos em um total de 430), o que representa 37,9% dos processos crime avaliados. Dessa forma, a utilização das armas de fogo foi mais comum entre os livres, o que não surpreende, tendo em vista o fato de que, aos escravos, restava uma maior facilidade em se utilizar das armas de

trabalho, as armas “brancas”, sobretudo pelo impedimento do uso de armas de fogo aos cativos.

Mesmo assim, em um número extenso de processos – 243 no total – vemos o uso de armas ligadas às ferramentas de trabalho mais comuns, como facões, porretes ou machados. Em tais casos, fica evidente o fato de que escravos e livres comungavam das relações de trabalho cotidianas, como informamos anteriormente, e isso fazia com que algumas das suas estratégias de sobrevivência e de violência se aproximassem. Nesse sentido, mesmo com a evidência de um maior número de processos com o uso de armas de fogo entre os livres, as características que compunham os universos criminosos entre as partes tinham ainda mais elementos de aproximação do que diferenciação, ou seja, muito mais elementos de “crimes em comum”.

Uma nova atenção à brutalidade como as relações sociais e as pendengas eram resolvidas, mais uma vez nos permitem avaliar o cotidiano de livres e cativos no universo norte-mineiro.

Nesses momentos, a violência adquire um aspecto interessante: uma certa naturalidade, na medida em que o nível de brutalidade levado à frente pelos réus demonstra o papel natural que a violência extrema assume na resolução de pendengas. Entre as várias motivações que levaram escravos, libertos e livres a praticarem delitos, uma delas ajuda a explicar esse nível de brutalidade presente na documentação: a vingança. Vários processos relatam que a motivação do réu se dera por uma rixa anterior com o seu oponente, levando aquele a querer “acertar as suas contas” com a futura vítima. Nesse sentido, a vingança apresenta-se como fator motivador do crime e do grau de violência, tendo em vista que “a vingança só se efetiva quando realizada em grau superior ao fato que lhe dera origem”. (IVO, 1998: 15) Em muitos casos, relações aparentemente simples de serem resolvidas, ou mesmo motivações por circunstâncias

relativamente banais⁶⁶, são motivos para que os homens, independentemente das suas condições jurídicas, lançassem mão de recursos extremos.⁶⁷ Alguns processos são bastante elucidativos. Com vimos anteriormente, o caso envolvendo a agressão a Marcos, feita pelo livre Evaristo e o africano Josiano pode ser claramente associado a esse tipo de recursos extremos, tendo em vista o crime ter ocorrido por causa de uma “galhofa” da vítima sobre um cavalo do réu, o que motivou a agressão que deixou Marcos acamado por quase 10 dias.

Esse recurso extremo à violência também foi o caso do duplo homicídio perpetrado por José Leonardo Teixeira, lavrador, de 37 anos de idade, em Floriano Barbosa da Silva e Justino, escravo de Manoel Rodrigues de Castro. O crime ocorreu às margens do Rio Verde Grande, no ano de 1854. As testemunhas afirmaram que o réu matou Floriano por vingança, e o escravo, por sua vez, morreu por estar acompanhando Floriano. José Leonardo, que teria atirado certeiraamente no peito das duas vítimas, alegou legítima defesa, pois “estando no mato quando percebeu a presença de dois

⁶⁶ Quando nos referimos aqui a “situações banais” ou de simples resolução não estamos negando a importância que as motivações tiveram para que os sertanejos lançassem mão do recurso violento. Na verdade, o que hoje pode nos parecer um motivo banal para um homicídio – como o roubo de uma saia ou um ferimento causado no cavalo de um vizinho, por exemplo – com certeza, não era pouca coisa para aqueles homens, que viviam em um universo de escassez e pobreza e, mais ainda, em um mundo – assim como tantos outros – que exigia esse tipo de recurso violento como uma forma de adaptação e conformação identitária. O que procuramos destacar aqui é o grau de brutalidade presente nessas situações. Brutalidade essa que, muitas vezes, surpreendia, o que, acreditamos, tornavam essas relações ainda mais complexas.

⁶⁷ Poderíamos avaliar também que essa violência extrema assume um certo caráter ritualístico nas relações. Edna Resende, em texto citado, demonstra como algumas características revelam um certo ritual nas práticas violentas. As agressões na cabeça, por exemplo, seria uma dessas características do cotidiano conflituoso: “Provavelmente, ao procurar atingir a cabeça, o rosto, e não a barriga, o agressor guiava-se por códigos culturais. Atingir a cabeça humilharia o ofendido, sem necessariamente matá-lo. Já um ferimento no abdome apresentaria um maior risco de morte. A predominância de agressões físicas talvez seja mais um indício de que as pessoas não causavam ferimentos com a intenção de matar.” (RESENDE, 1999: 97). Acreditamos, entretanto, que assumir tais características como um caráter ritualístico da violência seria perigoso, afinal – e como a própria autora demonstra em seu trabalho – as relações de conflito irrompiam muitas vezes de situações aparentemente estáveis, o que demonstra que não havia planejamento para os crimes, isto é, a violência era imediata e, por conseguinte, acreditamos que os atos violentos não eram premeditados, o que tornaria difícil que a violência fosse manifestada por determinadas “regras”. Nesse sentido, acreditamos que a extrema brutalidade com que muitos casos foram resolvidos no sertão norte-mineiro está muito mais ligado à ausência de “normas” ou mesmo “rituais”, visto que escravos, libertos e livres inseriam-se em um jogo violento não-programado, levando-os a praticarem os crimes no calor das situações, ocasionando assim essa brutalidade que encontramos na documentação.

vultos vindo em sua direção, não identificando o que era, atirou para se defender”. O réu foi absolvido.⁶⁸

Em junho de 1876, Claudino de Souza Lima e Ignácio de Tal – oficiais de justiça – são acusados do assassinato do escravo Luís. O cativo teria sido apontado como responsável pela morte de Manoel Sapateiro e, tendo os oficiais a incumbência de prendê-lo, dirigiram-se à fazenda onde estava Luís para efetuar a ordem de prisão. Entretanto, o cativo resistira, ameaçando os oficiais com uma arma de fogo. Estes partiram para cima da vítima, matando-o. Evidentemente, Claudino e Ignácio alegaram ter matado o cativo para se defenderem. Contudo, o auto de corpo de delito demonstra a extrema brutalidade com que a situação foi resolvida, pois Luís foi encontrado com “uma bala sobre o peito, do lado esquerdo, 50 caroços de chumbo grosso, uma facada no mesmo local, que ultrapassou as costas, uma facada no braço esquerdo, uma cotilada sobre o braço direito, duas cotiladas sobre os ombros e três no alto da cabeça”.⁶⁹ Uma legítima defesa, diga-se de passagem, no mínimo eficaz! Os acusados são despronunciados e o processo é arquivado.

Em outro processo, os homens livres Marcos, Inocêncio e Ambrósio são acusados de agressões ao livre Antonio de tal e seus escravo, João crioulo. O processo esclarece que os livres procuraram armar uma tocaia para as duas vítimas, no caminho das terras do senhor Antonio, devido a uma rixa anterior entre as partes, meses antes. A agressão feita aos dois demonstra a prática extrema da violência na região, e um pouco dos elementos que aproximam o universo violento de escravos e homens livres. Depois de mais de 20 tiros de espingarda contra as vítimas, o senhor Antonio fugira, mesmo acertado no braço por três tiros. O escravo, que não tivera a mesma sorte, além de sofrer

⁶⁸ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.068.

⁶⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.220.

alguns tiros, fora encontrado morto com dezenas de pancadas na cabeça, perfurações nos braços e pernas e uma corda pendurada ao pescoço.⁷⁰

Os casos acima, mesmo em meio às suas especificidades, revelam como a solução violenta, associada à vingança comum no universo escravista e nas relações entre cativos e livres, levavam a um alto grau de brutalidade nos processos. As pendengas, nesse sentido, mesmo com as diferentes armas utilizadas por escravos ou livres – como vimos nos dados que demonstram o maior número de armas de fogo empregadas pelos homens livres – conservavam uma característica em comum, isto é, a brutalidade com a qual os eventos eram resolvidos, sejam os réus escravos ou homens livres.

Por fim, uma última análise nos coloca diante de mais um instrumento comparativo do universo criminoso de livres em relação aos cativos: o sexo dos réus e das vítimas envolvidas, conforme notamos nas tabelas abaixo:

TABELA 12

**SEXO ENTRE OS AGENTES DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR HOMENS
LIVRES NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885**

Sexo	Quantidade	%
Masculino	361	83,9%
Feminino	69	16,1%
Total	430	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

⁷⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.344.

TABELA 13**SEXO ENTRE AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1850-1885**

Sexo	Quantidade	%
Masculino	290	67,5%
Feminino	140	32,5%
Total	430	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Uma comparação entre os processos acima e os dados referentes aos cativos faz-se importante. Nos 430 processos selecionados para a análise da violência praticada pelos homens livres do sertão norte-mineiro, o número de mulheres envolvidas é efetivamente maior, tanto no que se refere às mulheres na condição de réus quanto de vítimas. No primeiro caso, percebemos um percentual de 16,1% de agentes da violência do sexo feminino entre os livres, contra 8,8% de escravas. As mulheres livres, portanto, pareciam mais envolvidas com o universo criminoso. Quanto aos dados sobre as vítimas, repete-se os dados: 32,5% de mulheres livres contra 23,5% de escravas vitimadas pela violência no universo cultural norte-mineiro.

Em primeiro lugar, é importante notar que em ambos os universos – de livres e de cativas – as mulheres sempre foram minoria se comparadas aos homens no cotidiano violento. Além disso, também em ambos os casos, é perceptível um maior número de mulheres como vítimas da violência do que na condição de agentes, como se nota tanto nos dados referentes às escravas quanto nos dados referentes às mulheres livres.

Nesse sentido, um importante elemento deve ser aqui problematizado, e que nos permite dimensionar boa parte da análise proposta. Em muitos dos dados

levantados pela análise quantitativa aqui empreendida, notamos muitos elementos que aproximam a violência praticada por escravos com relação aos delitos cometidos por livres. Dados como a tipologia da violência praticada – os crimes contra a pessoa –, as relações de parceria nos crimes, o recurso à vingança e mesmo a brutalidade com que muitas histórias foram resolvidas, são elementos exemplificadores nesse sentido. É daí que podemos encontrar alguns dos indícios dos “crimes em comum” entre livres e escravos, o que fez com que a simplicidade e o *modus vivendi* sertanejo aproximasse os nossos protagonistas, tanto nas relações de solidariedade, quanto nas relações de conflito. Crioulos, mestiços, africanos, cabras, Marias, Joãos e Inácios que se misturavam, se mestiçavam e formavam um ambiente cultural efervescente, do qual a violência era, sem dúvidas, elemento imprescindível no cotidiano do sertão.

Por outro lado, também não podemos ignorar que alguns dos dados aqui levantados nos conduzem para uma reflexão mais ampla, tendo em vista a existência de alguns elementos que diferenciavam aspectos do universo violento entre os grupos. O emprego das armas de fogo (em um número quase três vezes maior entre os homens livres) e as diferenças na participação feminina no universo violento (maior entre as livres com relação às cativas), nos colocam diante de elementos que conferem um importante equilíbrio na análise. Somam-se aqui as diferenças também presentes na atuação da justiça, por meio das penas comutadas a escravos e livres nos crimes cometidos, e que serão avaliadas no próximo capítulo da tese.

Enfim, tais dados nos permitem refletir também acerca das diferenciações entre o universo de escravos e livres, estabelecendo dados que nos colocam novamente de frente ao caráter de dominação, poder e exploração próprios do regime escravista. Escravos eram de fato escravos, e jamais podem ser confundidos com os homens livres, mesmo que no cotidiano das relações essa “confusão” seja tão propensa ou

cotidianamente afirmada. Em meio aos “crimes em comum”, outros elementos também permitem reafirmar o caráter dominador e opressor do regime escravista, como a dificuldade do acesso dos cativos às armas de fogo ou mesmo a menor participação da mulher escrava como agente da violência.

Toda e qualquer pesquisa e análise sobre a escravidão não pode, em hipótese alguma, perder de vista que a condição do escravo era, com certeza, inferior a dos homens livres, restando àqueles um longo processo de sociabilidades e acomodações, características que se impõem no cotidiano, e que permitiam a escravos e livres viverem em um mundo recheado de elementos de solidariedade, afeto e negociação, entremeado a práticas de violência, embates e conflitos. Elementos aparentemente inegociáveis, mas que, no dia a dia das relações, se mostravam absolutamente complementares.

A proximidade entre livres e cativos, em todo o instante, configurava as relações sociais no sertão norte-mineiro oitocentista, o que nos possibilita um contato mais direto com as relações cotidianas que se construía. Como vimos, nas soluções violentas era absolutamente natural o contato entre os diversos grupos sociais, fazendo de escravos e livres réus e vítimas nos processos analisados e, por conseguinte, fazendo com que o cotidiano e o poder se imbricassem, conforme notaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

A JUSTIÇA, O COTIDIANO E O PODER NO SERTÃO DAS MINAS

A aproximação entre o cotidiano e o poder no norte das Minas é um elemento central na construção da presente tese. O cotidiano escravista, analisado no capítulo anterior, convivia em constante diálogo com o espaço do poder. Esse capítulo procura dialogar mais detidamente a relação entre cotidiano e poder, tendo como ponto de partida uma avaliação da justiça na região. Tal análise nos colocará diante de uma justiça parcial e imprecisa, que utilizava dos seus instrumentos como forma de reafirmação da dominação escravista.

Além disso, o capítulo procura avaliar as formas de manifestação do poder em dois universos distintos: a maneira como os homens ligados ao poder lançavam mão das leis e dos debates jurídicos e, sobretudo, as formas pelas quais os homens livres pobres se utilizavam desse mesmo poder, especialmente a partir das suas principais reivindicações cotidianas.

Dessa maneira, acreditamos que o universo do poder não se encontra, de forma alguma, deslocado do cotidiano das relações sociais, tendo em vista que os homens do sertão, à medida que avançava o século XIX, utilizavam de alguns dos seus direitos e necessidades como forma de se posicionar junto à administração pública municipal, e não apenas se utilizando da violência como recurso para a sobrevivência sertaneja.

2.1 – Justiça e poder: dos discursos ao cotidiano sertanejo

A construção do cotidiano escravista no sertão das Minas foi, como vimos, marcadamente violento. As relações que tiveram a violência como elemento constituinte, fizeram de escravos e homens livres parceiros nas relações de trabalho e lazer, mas, ao mesmo tempo, algozes nas soluções de muitas e muitas pendengas que se passavam. As histórias de escravos e homens livres enquanto agentes e vítimas da violência, analisadas no capítulo anterior, são sintomáticas dessas características.

Contudo, as relações de poder e o papel da justiça na região também se fizeram presentes, configurando um espaço de relações sociais que dialogavam com o dia-a-dia entre cativos e livres. Acreditamos que somente a análise do cotidiano escravo não seria suficiente para um panorama mais adequado do Oitocentos sertanejo. Cotidiano e poder, nesse sentido, se imbricam, se aproximam, se complementam, na medida em que nos permitem enxergar o universo cultural norte-mineiro a partir da visão daqueles que estiveram mais diretamente ligados às estruturas de poder, no qual o *locus* judiciário tem papel fundamental.

Analisar o judiciário e os homens envolvidos com a justiça no Brasil foi objetivo de muitos historiadores, acompanhados geralmente de impressões coloniais que se tornaram clássicas sobre os elementos que impediam o avanço da justiça e do poder público. A frase do frei Vicente do Salvador, do início do século XVII, se tornou um clássico sobre o tema, e merece espaço. O mesmo, em sua impressão sobre alguns dos principais problemas que se passavam na colônia, avaliava que no Brasil “nem um homem (....) é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem

particular (...) (pois) nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.” (SALVADOR, 1627. In: 1965: 59)

Várias outras passagens e impressões coloniais poderiam ser citadas, e um bom número de obras clássicas atestam tais questões. As idéias presentes na impressão do frei Vicente apontam algumas das causas da pouca estabilidade e do parco crescimento do Brasil da época. Para além dessas questões, tal impressão nos permite avaliar um elemento central para a nossa proposta: compreender as relações entre público e privado no âmbito judiciário, bem como uma parcialidade da justiça nos casos envolvendo escravos e livres no sertão das Minas do século XIX.

Silvia Hunold Lara, em texto sobre a temática, procura aprofundar a análise de alguns dos temas mais recorrentes sobre a justiça e o poder público no Brasil, isto é, a relação entre poder privado e poder público. Em estudo sobre a região da vila de São Salvador do Campo dos Goitocazes, na segunda metade do século XVIII, Lara demonstra alguns dos “diferentes usos” que a justiça, “exercida em nome do rei”, podia ganhar em terras coloniais. (LARA, 2006: 63)

No que se refere ao período colonial, a autora demonstra que:

As análises sobre a justiça colonial têm enfatizado que os tribunais serviam menos para controlar ou coibir infrações às normas do que mediar fricções entre grupos de mesmo status social. O recurso aos tribunais seria, assim, o último passo numa longa série de conflitos, um recurso mediador quando outras possibilidades se mostravam ineficientes. Por outro lado, é comum a afirmação de que os magistrados agiam muitas vezes por constrangimento dos potentados locais, ou por interesses pessoais (embora sempre houvesse a necessidade de aparecerem como protetores dos interesses reais). Unidos às elites locais de diversos modos, aceitavam subornos para decidir certas causas, ou utilizavam sua jurisdição e seus cargos para obter vantagens econômicas. (LARA, 2006: 84-85)

A autora, entretanto, propõe ir além dessas impressões coloniais, demonstrando também que em muitos casos “a justiça nada decidia – ou tomava

decisões ambíguas e polivalentes”, e mesmo assim continuava “sendo acionada por várias partes, que a ela recorriam, sempre reiterando a necessidade de uma pronta intervenção para sanar o abuso ou dar exemplo aos demais.” (LARA, 2006: 85)

Ao mesmo tempo, como parte de uma sociedade que era efetivamente desigual, baseada em grandes diferenças sociais e econômicas, a justiça também se apresentava como desigual, tratando de modo diverso pessoas que eram consideradas desiguais. Para Lara, os privilégios atribuídos a cada condição social ou a determinados cargos ou posições, estipulavam também tratamentos especiais. Assim, o exercício do poder judiciário implicava algo mais importante do que estabelecer ou fixar a verdade dos casos: “significava reafirmar e reforçar a rede hierárquica que ligava todos os súditos ao rei e o lugar de cada um nesse emaranhado de poderes, alçadas e jurisdições.” (LARA, 2006: 86)

As análises da historiadora Silvia Lara nos permitem avaliar pelo menos dois aspectos fundamentais para a avaliação da justiça norte-mineira no século XIX. Em primeiro lugar, mesmo diante dos inúmeros problemas que envolviam o sistema judiciário no Brasil, desde a época colonial, o recurso à justiça era comum, legítimo, pois as pendengas encontravam muitas vezes na justiça o *locus* para a solução de querelas importantes do cotidiano. Ao longo do século XIX, no norte das Minas Gerais, veremos que a recorrência à justiça também era comum, em uma aproximação cada vez maior do poder público e da justiça frente ao cotidiano, mesmo que muitas vezes reforçada por relações desiguais que marcavam o sistema escravista.

Em segundo lugar, o exemplo da região de Campo dos Goitacazes, nos coloca em frente ao tratamento diferenciado que a justiça oferecia aos desiguais, e que, em última instância, reforçava e reafirmava redes de poder que se estabeleciam. Redes

hierárquicas que reforçavam a desigualdade, a submissão e a dominação, elementos próprios do regime escravista brasileiro.

Nesse sentido, tal avaliação se faz imprescindível para a nossa proposta – como veremos mais à frente na análise das penas aplicadas a escravos e livres – a reforçando assim a condição escrava em detrimento de determinados privilégios dos homens livres, muitas vezes comprometidos e imersos nas relações clientelares que se estabeleciam.

Não obstante, no processo de estruturação do regime imperial, novos elementos foram somados ao universo do judiciário. A justiça, à medida que avançava o século XIX, era reformulada, a partir de novos mecanismos e uma nova estrutura de poder, condizente com as mudanças políticas que o regime propunha.

Segundo Keila Grinberg, a reforma da justiça e do sistema judiciário no Brasil foi um dos temas mais recorrentes no debate político do Império.

Tida como um dos resquícios do período colonial, sobretudo pelo papel central que cabia ao imperador no exercício cotidiano, a Justiça foi objeto de discussão entre os liberais brasileiros desde o início da década de 1820, quando muitos consideravam sua modernização elemento essencial para a própria constituição do Estado independente. (GRINBERG, In: VAINFAS, 2002: 451)

A Constituição de 1824, nesse caminho, teria dado um importante passo na organização da justiça brasileira, junto a outros elementos criados no mesmo período.

Em 1827, segundo aponta Thomas Flory, temos a criação da figura do juiz de paz, um magistrado sem formação específica, eleito pela população para exercer nas paróquias a função de juiz, especialmente em casos menores onde se poderia buscar elementos de conciliação das partes. Segundo o autor, a polêmica da criação dos juízes de paz residia no fato de ser a sua criação um dos símbolos do próprio liberalismo

brasileiro da época do Primeiro Reinado, cioso do fortalecimento do poder local e da maior autonomia de distritos e províncias, sendo por isso combatido pelos políticos conservadores do regime monárquico. (FLORY, 1986)

Não obstante, tal evolução do sistema judiciário vai encontrar na década de 1860 um novo momento, tendo em vista uma efetiva perda de vigor da centralização excessiva. Assim, acentua Grinberg:

Por meio dessas reformas, concedeu mais direitos de defesa para os réus em processos criminais e agilizou a resolução das causas cíveis mais simples. Embora os sucessivos projetos e reformas da Justiça no Brasil imperial tenham significado, para além das disputas entre centralização e descentralização do poder, uma modernização real do Estado, com a criação de instâncias decisórias próprias e a extinção paulatina dos tribunais coloniais, o imperador, amparado nas prerrogativas do Poder Moderador, continuou a exercer a mesma função de arbitro que tinha o rei no período colonial. Sentenças mais graves, como as de morte e galés perpétuas, podiam ser comutadas ou perdoadas a partir de apelos diretos ao imperador. Tal possibilidade fez com que muitas vezes escravos, libertos e cidadãos em geral usassem esse recurso, ao perderem as esperanças de ver suas demandas ouvidas pelo Poder Judicial. (GRINBERG, In: VAINFAS, 2002: 453)

Em recente tese de doutorado sobre a região do médio sertão do São Francisco, Dimas José Batista demonstra também que tais mudanças no sistema judiciário vão se dar somente na segunda metade do século XIX, em meio a reformas e transformações importantes do sistema. Mesmo assim, o autor também avalia alguns dos elementos de poder e do cotidiano que se misturavam nas decisões do judiciário, impondo ao mesmo um funcionamento ambíguo e contraditório:

Os embaraços, ambigüidades e contradições somente seriam resolvidos na segunda metade do século XIX. O Estado brasileiro legislou a respeito de todas as matérias e assuntos fossem eles econômicos, políticos, educacionais, culturais, religiosos e judiciários. Os embaraços eram frutos diretos da indistinção, da superposição e dos tênues limites e fronteiras entre as

competências dos agentes da administração civil e militar. (...) A legislação à época do Império expressa essas lutas, mesmo que indiretamente. As normas e leis possuíam também esse caráter difuso graças às relações sociais dominantes na sociedade brasileira que, como vimos, era em si mesma densa e difusa, ou melhor, recorria a meios extralegais para pensar a justiça e o Estado. As leis e as normas eram princípios vinculatórios que expressavam as ambigüidades e contradições da própria sociedade brasileira e mineira da época. (BATISTA, 2006: 57)

Um último aspecto, no que diz respeito a uma das características mais marcantes do Código Criminal do Império, deve ser avaliado. Segundo Grinberg, mesmo com toda a importância do código e das suas principais questões levantadas – inspirando outras nações na construção dos seus próprios códigos criminais e penais no século XIX –, eram os escravos os que mais sofriam com as penas instituídas. Dessa forma, muitos juristas e políticos do Império argumentavam que o “nível cultural” e a “evolução social” do país eram incompatíveis “com os princípios clássicos da igualdade entre seres humanos”, justificando assim os direitos dos senhores em castigarem seus cativos. Além disso, o Código Criminal consolidaria, também, punições exclusivas para escravos, como “açoites e ferros, além das penas de galés e de morte.” (GRINBERG, In: VAINFAS, 2002: 146)

Veremos, não apenas para o exemplo da região norte-mineira, como para outras regiões rurais do Brasil no século XIX, que realmente os escravos “sofriam” mais com os mecanismos de poder estabelecidos, gerando assim uma distinção clara na condição cativa em relação ao universo dos livres.

Esses elementos nos levam, naturalmente, a imaginar a presença de um sistema judiciário que se encontrava em processo de reestruturação. Tal processo condicionava a justiça a reformas, no intuito de refletir mais diretamente na organização do Estado, adequando-se aos preceitos liberais que se manifestavam em revoluções e movimentos sociais que vinham da Europa. Todavia, no cotidiano das relações sociais,

sobretudo no papel exercido pela justiça diante dos desiguais – pobres e ricos, negros e brancos, escravos e senhores – as diferenças se faziam sentir mais claramente, refletindo em uma justiça parcial e hierarquizada pelos interesses de alguns, em detrimento de outros tantos, sobretudo os cativos. As sentenças dos processos avaliados pela pesquisa são exemplos claros disso, como veremos à frente.

Mesmo assim, as impressões presentes nos discursos do poder em Minas Gerais caminham para um lado um pouco diferente.

Das Minas ao sertão das Minas os “homens do poder” fizeram as suas impressões sobre a violência, a justiça e o próprio poder que se configurava naquela segunda metade do século XIX, nos possibilitando um diálogo ainda mais intenso com os agentes que construíram a história da região.

No ano de 1843, em fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, o presidente da província, senhor Francisco José de Souza Soares D’Andréa, assim se refere ao aumento da criminalidade e da violência na região das Minas:

Concorrem para este estado de couzas – 1º A educação, que se não dá nas escolas, ainda que se dê a instrução. He preciso dar aos Mestres mais acção sobre os discípulos – 2º A dificuldade de perseguir um criminozo por entre desertos – 3º A falta de prisões, donde não possam evadir-se os criminosos – 4º A quase certeza da impunidade com o julgamento dos Jurados – 5º Finalmente a inefficácia das Leis, que deixando os offendidos sem satisfação algumas, lhes dá o arbítrio, pela mesma impunidade, de se fazerem justiça.⁷¹

Fragmentos como esse são comuns durante todo o século XIX nos Relatórios Provinciais.⁷² A preocupação quanto à tranqüilidade e a ordem, dados estatísticos sobre

⁷¹ RPP/MG, 1843, fl. 10. Fala do presidente da Província, Sr. Francisco José de Souza Soares D’Andréa.

⁷² Ivan de Andrade Vellasco utiliza esses Relatórios ao analisar a justiça nas Minas Gerais do século XIX. O autor destaca a importância que esses documentos tiveram no “acompanhamento da discussão das políticas de segurança e controle da ordem social, notadamente a partir da década de 40, uma vez que manifestam o interesse sistemático de dimensionamento da criminalidade como base de investimentos em

a criminalidade e impressões sobre a administração da justiça são reveladores de duas situações. Em primeiro lugar, tais discussões demonstram uma forte preocupação com o problema da violência e o papel da justiça quanto a essa questão, na medida em que, em variados relatórios, a ineficácia do *locus* judiciário é apontada como estimuladora da prática da violência. Em segundo lugar, esses documentos revelam ser cada vez maior a presença dessa mesma justiça na vida das pessoas, o que demonstra que o século XIX traz um novo ingrediente para as relações cotidianas: um poder público que avançava, representado por um aparato judiciário que, cada vez mais, participava do dia-a-dia dos atores sociais.

Obviamente, identificar a participação cada vez mais direta da justiça não significa caracterizá-la como eficaz ou mesmo organizada a ponto de controlar os “males” da criminalidade. Os Relatórios Provinciais estão recheados de passagens onde, para o presidente provincial, o grande problema quanto aos crimes era a inoperância da administração jurídica.

Em 1857, o senhor Antonio da Costa Pinto faz críticas aos Juízes de Paz das Minas, observando que estes “mal se dão ao cumprimento de seus deveres, ou elles tenham por objecto a prevenção dos delictos, ou o descobrimento dos criminosos”, e avalia que “muitos crimes se terião evitado, se os Juízes de Paz, por meio dos Inspectores de Quarteirão, e de seus Officiaes de Justiça, se informassem a respeito das pessoas, que vem de novo estabelecer-se em seus Districtos (...)”.⁷³ Pouco mais de dez anos depois, o Relatório Provincial assim se refere à questão: “Para a conservação da

segurança, incluindo a construção e ampliação de cadeias, efetivos militares e alocação de autoridades judiciárias.” VELLASCO, 2004: 72-3.

⁷³ RPP/MG, 1857, fl. XLVII. Fala do presidente da Província, Sr. Antonio da Costa Pinto.

paz muito deve influir a boa administração da Justiça; mas infelizmente nós á este respeito estamos na infância.”⁷⁴

Em outros momentos os presidentes não apenas mencionavam o problema da violência nas Minas como também indicavam meios para se encontrar a tão almejada tranquilidade pública e segurança individual:

Hum dos meios, que julgo mais apropriados para conseguir a tranquilidade, a illustração, e o augmento material do Paiz, he infundir no animo do povo o amor do trabalho. Cumpre pois ensinar á todos os meios de ter fortuna, e de tirar partido dos recursos sem numero, de que estamos cercados, e confiando que vós, como dignos Representantes do Povo Mineiro, fareis da vossa parte tudo que for possível para se conseguir este resultado, devo declarar-vos que sobre esta matéria o governo não tem remorsos, por que tem sido esse o seu principal cuidado.⁷⁵

Mesmo com todo esse quadro de aumento da violência e dificuldade em combatê-la – para os presidentes provinciais, em grande parte, devido à má administração da justiça – pelo menos alguns aspectos positivos indicavam a possibilidade de se resolver com maior eficácia a situação: as leis e a boa índole dos mineiros. No primeiro caso, alguns relatórios reclamavam que o grande problema situava-se nos homens que se utilizavam das leis, e não nestas, afinal: “Se a boa Administração da Justiça dependesse somente da perfeição theorica das Leis, estou bem certo de que poucos Paizes rivalisarião comnosco; porem as Leis precisão de execução, e esta, alem de outras condições, depende do bom pessoal.”⁷⁶ Quanto à população da província, referiam-se assim os homens de poder quando dados mostravam uma diminuição na criminalidade:

⁷⁴ RPP/MG, 1848, fls. 6-7. Fala do presidente da Província, Sr. Bernardino José de Queiroga.

⁷⁵ RPP/MG, 1846, fl. 8. Fala do presidente da Província, Sr. Quintiliano José da Silva.

⁷⁶ RPP/MG, 1852, fl. 7. Fala do presidente da Província, Sr. Luiz Antonio Barboza.

A tranquillidade publica não tem sido alterada, e a indole pacifica dos Mineiros, seu gênio laborioso, e seu bom senso, que os faz comprehender que nossa felicidade depende essencialmente da paz, e da estabilidade das instituições que nos regem, affianção a duração e permanencia de tão lisongeiro estado.⁷⁷

Os discursos sobre a justiça, a administração pública do judiciário, bem como as relações de violência que se davam nas Minas como um todo, se avolumavam. Nesse sentido, tais relatórios são reveladores de uma preocupação constante na província: a questão da violência e o papel da justiça na tentativa de apresentar soluções para a matéria. Evidentemente, tais discursos apresentavam um quadro que, todos sabiam, difficilmente seria resolvido.

A violência, como subproduto do processo político, poderia até ser combatida ou controlada, mas nunca extinguida. Não obstante, se as questões levantadas pelos presidentes provinciais tiveram efeito prático no combate à criminalidade nas Minas é matéria a qual não temos condições, sequer, de especular. Importa-nos aqui avaliar a importância que a justiça assume no cotidiano oitocentista, integrando-se à vida das pessoas.

Faz-se importante mencionar que esses relatórios são indicadores de situações generalizadas para toda a província de Minas Gerais, ou seja, em esporádicos momentos esses documentos revelam situações específicas para cada região ou comarca.⁷⁸ Assim, as impressões sobre a justiça expostas aqui não indicam diferenças

⁷⁷ RPP/MG, 1849, fl. 3. Fala do presidente da Província, Sr. José Idelfonso de Sousa Ramos.

⁷⁸ Em Relatório do ano de 1846, o presidente da província avalia a questão, mais uma vez, referindo-se às Minas como um todo, isto é, sem apontar distinções regionais: “Para vedar a perpetração de crimes, para dirigir a acção das autoridades judiciárias, e policiaes, conviria que a magistratura occupasse na Província e lugar, que as Leis lhe destinão; mas infelizmente a maior parte das Comarcas tem estado sem Juizes de Direito, a maior parte dos Termos sem Juizes Municipaes (...). Se a magistratura (quando os magistrados não são homens políticos) he hum grande sustentáculo da ordem publica, a falta della he hum elemento de anarchia; com tudo, Srs. Deputados, o povo, que representaes, he tão generoso, e de costumes tão puros, que os abusos não são em grande escala, apesar das faltas sem numero, que se sentem na administração da justiça. Huma ou outra queixa apparece, mas nem era possível que fosse de outra sorte, attento o

entre regiões centrais ou interioranas da província, o que nos permite avaliar que, evidentemente, o sertão norte-mineiro contribuía na configuração dessas impressões. Dessa forma, o sertão convivia no oitocentos com um novo componente: a presença da justiça, na tentativa – muitas vezes mal sucedida – de se resolver o problema da violência entre livres, libertos e cativos.

Carla Anastasia demonstra como nas últimas décadas do século XVIII vão se alterar as ações coletivas nas Minas. Com a edição da Lei da Boa Razão – em uma tentativa de se regular os costumes na capitania – estaríamos diante de um novo repertório para a eclosão de revoltas. Os costumes, nesse sentido, tinham um papel importante na conformação das relações cotidianas:

Se é usual afirmar que os colonos várias vezes reagiram à exacerbação do poder metropolitano, é menos comum chamar a atenção para o fato de que os colonos se beneficiaram com os limites colocados a esse poder. E se esses limites, pautados em uma determinada noção de direito internalizada pelos colonos, eram desrespeitados, rompiam-se as formas acomodativas, com o conseqüente levantamento dos povos. As autoridades reconheciam a ameaça e respeitavam os direitos por meio de convenções, engendrando a acomodação e impedindo a eclosão de revoltas. (ANASTASIA, 2002: 34-5)

Logo, a tentativa de criar mecanismos para controlar os direitos costumeiros levaria, evidentemente, a uma importante alteração nas relações, implicando assim em um novo repertório de ação nas lutas – não apenas coletivas, mas também individuais – pela sobrevivência.

A análise da autora é fundamental para avaliarmos o sertão oitocentista. Acreditamos que a região do Norte de Minas Gerais vivenciou no século XIX importantes alterações na sua composição, o que nos leva a acreditar que os atores

estado de abandono em que se achão quase todos os lugares (...).” RPP/MG, 1846, fl. 7. Fala do presidente da Província, Sr. Quintiliano José da Silva.

sociais do sertão tiveram que lançar mão de um novo repertório para sobreviverem no dia-a-dia violento da região. O processo de se tentar regular os costumes tornou mais complexo o cotidiano de escravos, libertos e livres, mas não foi capaz, reiteramos, de apagar a violência das relações. O que esses mecanismos de tentativa de ordenamento propiciaram foi o surgimento de um novo repertório, que levava as relações sociais a se tornarem diferentes, no que se refere à comparação entre os séculos XVIII e XIX. Logo, viver no sertão oitocentista exigiu estratégias diferentes daquelas levadas à frente no passado colonial, enfim, “para enfrentar uma nova conjuntura é preciso criar um novo repertório de ações, que permitia otimizar os interesses colocados por essa nova conjuntura.” (ANASTASIA, 2002: 33)

Com isso, a violência continuaria constituindo parte fundamental das estratégias de sobrevivência dos sertanejos, mas, agora, com a presença mais vigilante do poder público, representado pela tentativa de controlar o recurso aos costumes e, ainda, pela presença cada vez mais sedutora da justiça no cotidiano oitocentista.

Ivan de Andrade Vellasco, em trabalho sobre a administração da justiça nas Minas do século XIX, avalia como o aparato judiciário passou a afirmar a presença do poder público como um espaço de mediação, “cuja legitimidade apresentava-se através do discurso normativo, impessoal e universalizante”. (VELLASCO, 2004: 24-5) Para o autor, a justiça seduzia as pessoas – inclusive os homens simples – na medida em que lhes oferecia possibilidades de participar da ordem. Entretanto, o autor ressalta:

Todos os aspectos que venho ressaltando até aqui têm o intento de salientar as especificidades de uma configuração social, que já apresentava seus contornos fundamentais delineados em meados do século 18, que tornavam propícias as possibilidades de referenciamento e enraizamento de um *nomos*, de espaços de implementação da ordem e manejo do aparato de Estado. Obviamente isso não significa a presunção de eficácia do controle social e do enquadramento dos comportamentos em moldes estritos, uma vez que isso envolve questões mais complexas (...). (VELLASCO, 2004: 199)

A questão levantada é central para as nossas discussões. O fato de indicarmos que o século XIX conviveu com uma maior presença do poder público na tentativa de regular as ações cotidianas – representado aqui por mecanismos como a Lei da Boa Razão, analisado por Carla Anastasia – ou mesmo com uma maior presença da justiça – sedutora, nas palavras de Ivan Vellasco – não significa dizer que estamos diante de um quadro eficaz no estabelecimento da ordem. Ao passo que o poder público avançava, e isso nos parece inegável, as pessoas procuravam se inserir nesse novo espaço e, ao mesmo tempo, desvencilhar-se dele. Se a ordem “seduzia”, é importante reiterar que os seus mecanismos de sedução e o que ela oferecia tinha limites, pelo menos no que se refere ao sertão norte-mineiro.

Sendo assim, devemos frisar que mesmo não estando diante de um universo sertanejo bárbaro, atrasado e essencialmente dependente, não podemos nos enganar quanto à presença do aparato judiciário na vida desses homens. Se por um lado o poder público e a justiça propiciavam a criação de um novo repertório necessário à sobrevivência de escravos, forros e livres, por outro, não foi capaz de pôr um fim à violência, conformadora de suas identidades. Portanto, a tentativa de estabelecer a ordem e a presença da justiça no sertão está muito distante da eficácia esperada desses mecanismos. Uma análise da justiça a partir das penas aplicadas aos réus sertanejos nos permite avaliar alguns aspectos da atuação do judiciário na região.

TABELA 14**PENAS APLICADAS AOS RÉUS HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS
GERAIS – 1850-1885**

Penas	Quantidade	%
Absolvição	208	48,4%
Apenas pronúncia	79	18,4%
Prisão	61	14,2%
Prisão perpétua	05	1,1%
Não consta	77	17,9%
Total	430	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

A tabela 14 apresenta os dados referentes às sentenças aplicadas aos homens livres enquanto réus dos processos referentes ao período de 1850 a 1888. Dos 430 processos selecionados para a análise – já empreendida em grande parte no capítulo anterior – percebemos um número bem maior de processos que não determinaram penas aos réus livres. Em quase a metade da documentação (48,4%) os réus livres foram absolvidos dos crimes praticados, somado ainda a um grande número de processos que ficaram apenas na pronúncia ou mesmo não constando sentenças (36,3%).

As prisões de homens livres pela prática, em sua maioria, de homicídios e lesões corporais, representam pouco mais de 15% de todos os processos analisados, o que claramente nos coloca diante de uma justiça com características que devem ser questionadas. Alguns exemplos devem ser explorados para que possamos estabelecer um diálogo com essa justiça sertaneja.

O forro Lino, em conluio com João Teixeira de Souza Júnior e Justino José dos Santos foram indiciados como responsáveis pela morte de Roberto Xavier do Rego. A queixa foi feita pela mulher da vítima, que informou que seu marido tinha sido

assassinado quando voltava de uma viagem, em tocaia armada pelos réus. O motivo do crime teria sido um anterior desentendimento entre os mesmos, ocasião em que o senhor Roberto, devido a uma briga por terras mal demarcadas, entrara com um processo contra João Teixeira e Justino, pois estes haviam espancado um compadre de Roberto. Entretanto, esse processo tinha sido anulado por falta de provas contundentes que levassem João Teixeira e Justino a júri. Assim, os novos autos que corriam indicavam João Teixeira e Justino como mandantes do crime executado pelo forro Lino. De acordo com as testemunhas a rixa entre as partes era pública e notória, assim como o espancamento que teria levado ao processo anterior, anulado pela justiça. Entretanto, apesar de todas as questões levantadas contra João Teixeira e Justino, apenas Lino foi pronunciado. Ainda assim, o processo encontra-se incompleto, isto é, encerrando-se com a pronúncia do forro e a liberação dos prováveis mandantes do crime.⁷⁹

Em processo do ano de 1862, a livre Ana Luisa teria sido responsável pela morte de três pessoas e pelos ferimentos em outras quatro vítimas. A autora do crime fora à casa do senhor Manoel de Sousa na tentativa de vingar-se do seu desafeto, o senhor Joaquim Cardoso de Moura. Chegando lá, atirou em todos os que estavam reunidos, não conseguindo, ironicamente, atingir o seu inimigo. Ana Luisa foi indiciada como responsável pela chacina, mas o processo não foi além da pronúncia da ré.⁸⁰

No ano de 1875 a ré Angélica, conhecida como “Brava”, e seu enteado, de nome José, foram indiciados como responsáveis pelo assassinato de Antonio, marido da vítima. Segundo as testemunhas, Angélica “Brava” teria mandado José executar a vítima. No entanto, nenhuma testemunha apontou possíveis motivações para o ato. Antonio fora executado com várias facadas na virilha. A viúva, entretanto, afirmou que o marido teria morrido devido a um acidente, quando trabalhava na roça. O processo

⁷⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.080.

⁸⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.044.

simplesmente é interrompido em meio aos depoimentos das testemunhas e, ao que tudo indica, não foi mais retomado, conforme demonstram as inúmeras folhas em branco constantes da documentação.⁸¹

Estudando o sertão da Bahia, Isnara Pereira Ivo se deparou com uma justiça que misturava constantemente questões públicas com aspectos privados. Com o “embaralhamento” de determinadas funções judiciárias, a justiça apresentava características como arbitrariedade, imprecisão e parcialidade. Para a autora:

As pequenas querelas resolvidas pelas autoridades locais demonstram uma justiça personalista, arbitrária, imprecisa, lenta e parcial. Não obstante, os homens encarregados de exercer a justiça mostravam-se com bastante conhecimento da legislação criminal que aplicavam a cada sindicância, da mesma forma, apresentavam-se bastante rigorosos nos critérios de composição de um inquérito. Não é preciso dizer que recorriam, com muita competência, à mesma legislação para livrar algum correligionário das peias da justiça, “provando” sua inocência ou anulando o processo instaurado. (IVO, 1998: 83-4)

Portanto, o aparato judiciário era muitas vezes utilizado para resolver questões particulares, ignorando-se denúncias ou anulando-se processos “com base na lei”. A autora reafirma a parcialidade no julgamento dos crimes locais – a região da Imperial Vila da Vitória –, demonstrando a “falta de precisão dos juízes de direito à frente da comarca (...) seja no julgamento e punição dos homens comuns, seja nos inquéritos envolvendo homens públicos. Por qualquer motivo a queixa crime podia ser considerada improcedente”. (IVO, 1998: 90)

Não foi muito diferente, acreditamos, o que acontecia com o aparato judiciário no sertão norte-mineiro. Os casos expostos acima envolvendo os nossos atores sociais são esclarecedores nesse sentido. A avaliação dessas sentenças nos

⁸¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.204.

apresenta indícios de uma justiça que, ao que tudo indica, misturava constantemente questões privadas com as funções públicas.

Muitos dos réus sertanejos, como João Teixeira e Justino José, ou como as livres Ana Luisa e Angélica, conhecida como “Brava”, acabavam impunes de muitas das suas possíveis ações violentas, marcadas por assassinatos, lesões corporais ou crimes em parceria, como fora o primeiro caso citado anteriormente. A justiça, por meio dos homens da lei da região, não se mostrava capaz de colocar tais réus diante do Estado e fazê-los cumprir as penas correspondentes aos crimes praticados, o que, como vimos pelos dados acima, aconteceu em praticamente 85% dos casos. Ou seja, dos 430 processos em que os homens livres figuram como réus, em 364 ocorreram absolvições, somente pronúncia ou não consta sentença por motivos variados, como prescrição, finalizações dos processos ou pela própria fuga dos réus, muitas vezes motivados pela incapacidade do sistema judiciário em fazer valer cumprir o seu papel de agentes da justiça. Essas condições não eram um privilégio do sertão das Minas.

Ricardo Alexandre Ferreira, em estudo sobre a região de Franca – utilizado no capítulo anterior quando da análise do cotidiano escravista – demonstra o papel da justiça nas relações escravistas que se passaram na região. Na tabela 3 do autor, os dados são reveladores de um número maior de condenações aos escravos e libertos se comparados aos homens livres. Dos 1080 processos quantificados pelo autor, em somente 110 (10,2%), os réus livres foram condenados.⁸²

Segundo o autor, os réus livres apresentavam melhores condições de conseguir as suas absolvições se comparados aos cativos, por exemplo. Às vezes até mesmo pelo fato de que “os libertos e, principalmente, os livres sem posses podiam

⁸² Conferir tabela 3 do autor, na página 143, que apresenta todos os dados de forma minuciosa sobre a situação final de réus na região. (FERREIRA, 2006: 143-44)

simplesmente colocar os seus pertences em uma trouxa e mudarem-se de um lugar para outro”. (FERREIRA, 2006: 143)

Dessa forma, na sua análise de existência de “crimes em comum” entre escravos e livres na região de Franca, a avaliação do autor sobre a atuação da justiça nos coloca em um caminho diferente:

Escravos e livres de uma região rural onde predominavam as pequenas posses cometiam muitos crimes semelhantes ao disputarem objetivos comuns. No entanto, quando submetidos ao mesmo julgamento, com o mesmo código e o mesmo juiz afluíam as diferenças. Não cabia aos escravos definir seus destinos nestes casos. A opção pela fuga não era uma boa idéia, pois teriam que escapar da polícia e dos senhores. O direito aos recursos jurídicos, amplamente disponíveis para os casos não enquadrados na lei de 1835, também eram condicionados à vontade dos proprietários. (FERREIRA, 2006: 147)

É nesse sentido que o autor conclui que, dentro desse processo de proximidade entre o mundo dos escravos e dos livres na região, é necessário se estabelecer alguns limites, pois, ao passo que no cotidiano “fossem testados os limites do ser escravo e do ser livre, no banco dos réus, contudo, cativos permaneciam cativos e livres permaneciam livres mesmo quando eram julgados com base nas mesmas leis.” (FERREIRA, 2006: 148)

Quando avaliamos as penas aplicadas aos réus escravos, na região norte-mineira, essas questões ficam ainda mais explícitas, nos permitindo adentrar ainda mais o universo do poder e da justiça sertaneja.

TABELA 15

PENAS APLICADAS AOS RÉUS ESCRAVOS NO NORTE DE MINAS GERAIS –
1850-1885

Penas	Quantidade	%
Prisão	16	23,6%
Apenas pronúncia	12	17,6%
Castigos – açoites	10	14,7%
Absolvição	10	14,7%
Pena de morte natural	06	8,8%
Prisão perpétua	03	4,4%
Reescravização	03	4,4%
Não consta	08	11,8%
Total	68	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885.

Os dados da tabela 15 nos permitem uma análise especial sobre a justiça. Dos 68 processos analisados para a apreciação da violência escrava na região – já vimos que efetivamente a criminalidade escrava era menor que a criminalidade praticada por livres no sertão, como de resto para inúmeras regiões onde a população escrava era minoria, como o sertão das Minas – percebemos um percentual de aproximadamente 55% dos processos com algum tipo de pena aos cativos, como prisões, castigos, reescravização ou mesmo a pena de morte natural, como os seis casos acima demonstram.

Nesse sentido, mesmo que estejamos diante de uma justiça ainda na sua “infância” – expressão do presidente da província no ano de 1848, o senhor Bernardino José de Queiroga –, ao que tudo indica, com relação aos cativos, ela se fazia mais presente e eficaz. Tal situação fica ainda mais evidente quando propomos uma comparação entre a violência praticada por esses escravos junto ao universo violento

dos homens livres, conforme fizemos no capítulo 1. Notamos a existência de poucas diferenças no que se refere à violência praticada por esses agentes, independentemente das suas condições jurídicas. Assim, a proximidade e a simplicidade da vida permitiram um contato intenso e dinâmico entre os atores que compunham o universo cultural norte-mineiro, fazendo da violência um componente de aproximação dos “mundos” da escravidão. Para Ivan Vellasco:

A forte hierarquização da vida social, que possibilitava a quase todos algum nível de distinção em relação aos socialmente inferiores, não impedia de todo as identificações horizontais entre pobres livres, forros e escravos, os quais, aliás, compartilhavam os mesmos espaços urbanos e o mesmo mundo de cultura, cujas veias corriam pelas tabernas, vendas, sambas e entrudos, nas ruas escuras e empoeiradas das vilas. (VELLASCO, 2004: 197)

Entretanto, se o cotidiano permitia uma “feição desorganizada” na pretensa ordem escravista, a justiça parecia ainda se utilizar de mecanismos que reafirmavam as diferenças entre cativos e livres. Essas questões novamente nos colocam diante de uma justiça presente – o que possibilitou trazer um novo repertório para as relações cotidianas – mas, em vários sentidos, personalista, imprecisa e parcial. Dessa forma, retomando as palavras de Ferreira:

Embora o ato de ferir ou matar pudesse representar uma solução para os conflitos enfrentados no cotidiano, essas ações criavam um outro problema — a necessidade de prestar contas à polícia e à justiça. Neste âmbito a balança pesava desfavoravelmente aos cativos. Mesmo compondo uma parte pequena da população local, quando comparados aos réus livres, os escravos eram mais recorrentemente condenados, pois pesava sobre eles o interesse dos proprietários. Os senhores tinham a prerrogativa, como curadores natos de seus escravos, de prescindir do direito de apelar das sentenças condenatórias, sempre que optavam pelo cumprimento imediato da pena de açoites para que seus escravos retornassem rapidamente ao trabalho. Sentados no mesmo banco dos réus, julgados pelo mesmo juiz, com base no mesmo código de leis, escravos permaneciam escravos e livres permaneciam livres, independentemente da região onde habitavam. (FERREIRA, 2006: 187)

Os estudos recentes do historiador português Antonio Manuel Hespanha apontam importantes caminhos nesse sentido. Ao examinar a aplicação das penas nos séculos XVII e XVIII, em Lisboa, o autor mostra que mesmo diante de penas severas que eram previstas nos códigos, para um elevado número de casos elas eram pouco aplicadas. Assim, havia um importante descompasso entre o que estava previsto na lei e a decisão final dos tribunais e, como um último aspecto, havia um alto número de livramento dos réus, por absolvição, perdão ou fiança. Para Hespanha:

Assim, e ao contrário do que muitas vezes se pensa, a punição no sistema penal efetivamente praticado pela justiça real no antigo regime – pelo menos até o advento do despotismo iluminado – não era nem muito efetiva, nem sequer muito aparente ou teatral. (HESPANHA, In: MATTOSO, 1992: 246)

Uma justiça pouco efetiva, somada a uma parcialidade evidente nas penas que eram aplicadas, demonstra que o sistema judiciário separava muito bem as condições jurídicas de livres e cativos, especialmente quando atentamos para as sentenças dos processos. Diante do poder, muitas eram as prerrogativas dos livres e dos senhores, fazendo com que no universo jurídico a “balança” pesasse desfavoravelmente aos cativos. Enfim, é nesse sentido que também acreditamos que toda e qualquer aproximação na análise do cotidiano de livres e escravos, especialmente no que se refere às relações delituosas privilegiadas nessa tese, não pode deixar de lado a constatação do que é “ser escravo” no Brasil, independentemente da região onde habitavam. Assim, conforme nos aponta Ferreira, “escravos permaneciam escravos e livres permaneciam livres.” (FERREIRA, 2006: 187)

O escravo Joaquim Nagô, mais um entre milhares e milhares de escravos espalhados pelo Brasil, sentiu na pele a condição da escravidão, reafirmada pelo papel exercido pela justiça ao longo do século XIX.

Em processo datado de 16 de junho de 1835, o escravo Joaquim Nagô, solteiro, com idade próxima dos 20 anos, foi acusado de assassinar o senhor Joaquim Antunes de Oliveira. Segundo a viúva, senhora Anna Francisca, o crime teria ocorrido em abril do mesmo ano, e teria sido praticado pelo referido escravo, propriedade do senhor Manoel Lopes de Oliveira. As testemunhas arroladas no processo foram concordes ao apontar o africano como o executor do crime, declarando que o mesmo teria assassinado seu opositor a facadas, tendo como motivo o fato do cativo estar agredindo uma escrava, parceira do mesmo. Uma das testemunhas declarou que após ser agredida, a referida escrava foi ao encontro do senhor Joaquim Antunes, solicitando a este que “acalmasse” o Nagô, pedindo-o para não mais agredi-la,

(...) e com efeito veio o dito finado com ella, e com boas palavras e conselhos os acomodou, e hindo a dita Negra para o Rio, quando dele voltou não os achou mais im caza (...) e indo ver achou o dito finado já morto, e não achou mais o dito Negro, por isso afirma elle testemunha ser elle o matador; tudo isto na auzencia de seos Senhores, e dis mais elle testemunha que o dito finado não tinha inimizade com pessoa alguma (...)⁸³

De acordo com o exposto podemos perceber quão complexas eram as relações entre as camadas envolvidas nos conflitos: um escravo, acusado de matar um homem livre, e que antes mesmo do crime teria agredido uma parceira de escravidão e, ao que tudo indica pela leitura do processo, não seria apenas uma parceira de escravidão, indicando uma relação de intimidade e afetividade entre os cativos. A proximidade entre os grupos sociais envolvidos se faz presente, no momento em que a

⁸³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.046, fls. 7-7v.

escrava julga possível que o senhor Joaquim acalme os ânimos do Nagô; a suposta amistosidade esperada entre os dois irrompe, culminando no crime. Interrogado sobre o acontecido, o escravo não nega a sua participação como homicida, confessando ter matado o senhor Joaquim Antunes a facadas, sendo “três nas goellas, e huma na boca do estomago”.⁸⁴

Por meio do Libelo Crime Acusatório a acusação propõe-se a convencer o júri da falta grave cometida pelo cativo, apelando para questões como o “valor da vida” para o ser humano e a necessidade de “punições exemplares” na região:

P. que sendo a vida do homem o bem mais apreciável, pois que nelle se reúnem todos quantos se pode possuir, sendo a perda da mesma o maior mal que se pode imaginar (...).

P. que o Reo deve ser punido com a penna (...) no gráo Maximo, para exemplo dos outros, pois que de outra forma não pode haver segurança para os Pais de famílias, e principalmente neste Centro aonde ainda se não tem feito exemplo algum.⁸⁵

Joaquim Nagô não escapa da fatídica sentença, e em setembro de 1835 é condenado a sofrer a pena de morte natural. Nove meses depois, em 30 de maio de 1836, o cativo é executado, cumprindo-se a tarefa do mesmo servir “para exemplo dos outros”.⁸⁶

⁸⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.046, fls. 10.

⁸⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal nº 000.046, fls. 18-19v.

⁸⁶ São 06 os casos de escravos executados com pena de morte natural na documentação selecionada, representando quase 9% da documentação total. No caso de Joaquim Nagô, a sua punição foi motivo de intensos debates na região de Montes Claros. Os memorialistas da região insistem em mencionar a repercussão do acontecido, revelando que era público e notório que o assassino do senhor Joaquim Antunes de Oliveira teria sido um homem livre, desafeto da vítima. O verdadeiro criminoso fugira e a culpa pelo assassinato teria caído sobre o cativo. “Constando que foi uma acusação injusta, o escravo Joaquim Nagô passou a ser invocado em momentos difíceis e, dizem, sempre atende os aflitos.” (COLARES, Z. e SILVEIRA, 1995: 31). O Nagô pagara com a vida a necessidade da justiça mostrar exemplos da sua eficácia. Se ele foi realmente o assassino do senhor Joaquim, não poderemos jamais afirmar. Contudo, fica marcante o registro de que sua história ultrapassou os limites da execução pública, passando a influenciar o imaginário de toda uma população. Não foram poucos os “Joaquins Nagôs” que marcaram de maneira decisiva a nossa formação sócio-cultural, legando histórias de vida que iam além do que os registros criminais são capazes de revelar.

Sendo assim, estamos diante de um século XIX que colocava a estrutura judiciária e o poder público no universo político sertanejo. A presença da justiça, a tentativa de regular os costumes e a inserção cada vez maior dos sertanejos nas discussões quanto ao poder público, fizeram do sertão oitocentista um universo diferente do percebido na centúria anterior. Como vimos, é evidente que tudo isso não foi capaz de resolver os problemas do Estado, como o aumento da violência – tão mencionado pelos presidentes da província. Não obstante, inegavelmente, foi capaz de criar um cotidiano mais complexo, exigindo que escravos, forros e homens livres lançassem mão de um novo repertório para as suas duras lutas pela sobrevivência, mesmo que muitas vezes a luta dos cativos era, inegavelmente, mais árdua.

2.2 – Os homens do poder: diálogos jurídicos no sertão

O diálogo entre cotidiano e poder, elemento central da análise desse capítulo, pode ser percebido em outras documentações, tendo a justiça como espaço mediador. No *locus* do poder, por meio dos documentos notariais e jurídicos que se avolumaram no sertão norte-mineiro, os homens livres, em contato mais direto com o poder público, lançavam mão de variadas estratégias e discursos na construção do cotidiano escravo da região.

Diante da justiça – seja nos embates referentes à liberdade escrava, seja nos processos criminais já avaliados no capítulo anterior, rábulas, advogados, homens norte-mineiros em geral, escolhidos para defender escravos e livres em centenas de processos – esses “homens do poder” enxergavam o cotidiano a partir de variados referenciais e informações expostas pelos cativos e livres, homens e mulheres, justamente aqueles que

viviam o cotidiano de forma mais intensa. No trabalho, no lazer, nas relações familiares, enfim, nos mais diversos cenários do cotidiano do universo cultural norte-mineiro.

Não obstante, tais homens também se aproveitavam do espaço do poder para imprimirem muitas das suas impressões sobre a escravidão, a liberdade, a propriedade, a violência, o papel do Estado e da administração municipal, bem como algumas das suas rivalidades políticas no universo do poder. Em muitos momentos, portanto, escravos e livres pobres, efetivamente os maiores interessados na condução dos casos de criminalidade e liberdade escrava, ficavam em segundo plano, assumindo um papel de coadjuvantes, em um cenário dominado pelos homens da lei, defensores de elementos muitas vezes desconexos, mas muitas vezes conectados aos interesses políticos e pessoais que se moldavam na região.

Os processos criminais e as ações cíveis de liberdade analisados na pesquisa são referenciais imprescindíveis para adentrarmos em parte desse cotidiano dos homens do poder.

Em processo de 22 de junho de 1875, o escravo Anastácio era julgado em processo criminal pela morte do livre Augusto José. Segundo os autos, o escravo teria matado o seu oponente com seis facadas, em uma “estradinha” na região da “taborda”. Na noite daquele 22 de junho, o escravo teria sido provocado em uma festa, e horas depois “atocaiou” o referido Augusto, assassinando-o. O seu advogado, em libelo de defesa de mais de 8 páginas, apresenta um emaranho de termos e mais termos jurídicos, bem como diversas leis do código criminal do império, especialmente interessado na absolvição do cativo.⁸⁷

Em passagem do libelo, o advogado afirma que “muitos são os homens dessa região que a necessidade da honra se faz nos atos de rispides, e que esse caso não

⁸⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n, fls. 37-44v.

era diferente.” Assim, explica o advogado, “muitos também são senhores próximos e com acordos entre si, e muitas vezes interessados em prejudicar uns aos outros, como nesse caso”. E sugere claramente o advogado: “Pois Anastácio é inimigo do irmão da vítima, e o seu irmão o quer na cadeia”. Ao final, esclarece o doutor: “Deve a justiça liberá-lo, pois nada pessoal deve colocar em jogo a liberdade de um ser humano, mesmo cativo e preto.”⁸⁸

Entretanto, essa não era exatamente a estratégia de um procurador de escravos em meados do século XIX na região. Em processo do ano de 1856, o procurador Manoel Ferreira Lopes, da região do Bonfim, procurava defender o cativo Marcos e a escrava Ana de tal de uma acusação de assassinato ocorrido na região. Os dois estavam sendo indiciados pelo crime em uma mulher livre, a senhora Maria Pereira, uma das proprietárias dos escravos. O crime, ao que tudo indicava, teria sido realmente praticado pelos cativos, devido a uma vingança por surra que tinham sofrido três dias antes. Por uma desobediência, os escravos teriam sido castigados com chicotes e paus.⁸⁹

Mesmo assim, diante da necessidade de defesa do referido procurador, o mesmo utiliza elementos muito mais condenáveis aos cativos do que o contrário, ou seja, elementos que possibilitassem a defesa dos mesmos. Para o procurador, os seus escravos eram de fato um pouco “disobedientes”, mas nunca “farião tal coisa e uma morte nunca seria suas maneiras de portar”. Mesmo defendendo-os, o procurador escreve mais de três páginas condenando as rebeldias escravas e pedindo ao Estado total empenho no sentido de condenar cativos nessas condições, pois a violência era um mal que assolava a todos da região, em rixas, confrontos, vinganças e tocaias. Mais à frente,

⁸⁸ DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n, fls. 42-44.

⁸⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal 000.093.

em meio à sua condenação da violência escravocrata, o procurador defendia Marcos e Ana, em três ou quatro linhas ao final do debate.⁹⁰

O libelo crime acusatório, por sua vez, praticamente explora os mesmos elementos avaliados pelo procurador, o senhor Manoel. O texto é facilmente associado ao libelo de defesa, pois o próprio advogado de acusação cita o mesmo em três ou quatro ocasiões. Enfim, tanto no libelo de defesa, quanto no libelo acusatório, dezenas e dezenas de leis e termos políticos são citados, em um espetáculo jurídico que nos permite conformar um pouco das características do debate político sertanejo.

Os dois casos acima, como vimos, estão repletos de informações que nos conduzem para uma análise do cotidiano e do poder que se moldava no sertão das Minas.

Os processos-crime, como sabemos, são estruturas a partir de relações de violência entre as partes, resultando em homicídios, lesões corporais e outros crimes em geral. Dessa forma, resultam em um tipo de documento repleto de informações e de interesses, seja em absolvições, seja em condenações. Todavia, acreditamos que em alguns documentos tais questões são colocadas em segundo plano, especialmente quando advogados, rábulas e demais homens públicos lançam mão do universo jurídico como uma estratégia de se estabelecerem no *locus* de poder regional. Nesse sentido, o espaço do debate jurídico, realizado em processos criminais ou ações de liberdade, funcionava também como um mecanismo para que esses homens se estabelecessem a partir de influências e prestígios na sociedade sertaneja, aproximando o cotidiano e o poder no sertão das Minas.

Os debates espetaculares que se montavam – tanto em processos criminais como em ações cíveis de liberdade – pareciam atender também a outros interesses, além

⁹⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal 000.093, fls. 76-80.

da liberdade de cativos como Anastácio, Marcos e Ana de tal. As diferentes posturas em casos semelhantes, também nesse sentido, revelam uma pluralidade de estratégias, mas, também, uma pluralidade de interesses, ora pela libertação dos escravos, ora com indiferença diante da pauta. No primeiro processo avaliado, o advogado em questão parece se apresentar bem mais envolvido ou preparado com a pauta de defesa, o que fica evidente no que se refere ao empenho pela libertação de Anastácio. O advogado, em determinado ponto, chega a sugerir claramente o interesse de outras pessoas em processos como aquele, prejudicando assim muitos e muitos cativos.

No segundo processo, o procurador dos escravos Marcos e Ana, em nenhum momento, parece dedicar uma defesa acalorada aos seus “clientes”. Muito pelo contrário, a defesa aponta elementos bem mais comprometedores aos cativos, facilitando o trabalho da acusação.

Não obstante, em ambos os casos os cativos são condenados a prisões, mesmo diante de defesas bem diferentes e de estratégias políticas também distintas, conforme vimos na atuação dos dois homens da lei em questão. A partir desses elementos podemos pensar também no próprio papel da justiça na região ao longo do século XIX, em meio a sua parcialidade e sua lógica própria de funcionamento, especialmente quando se tratavam de réus escravos. As defesas dos réus livres, por exemplo, eram encaradas por advogados e procuradores de forma bem parecida com os processos de cativos, mas, pela administração da justiça, não. A escravidão, um sistema baseado em relações de dominação, mesmo oferecendo campos de batalha entre livres e cativos, não ousava ultrapassar os seus próprios limites, onde escravos eram tratados como escravos, e livres, como livres.

Um outro elemento importante encontrado nos processos criminais é a “qualidade” dos debates e discursos jurídicos proferidos pelos homens da lei sertaneja.

Em meio a processos onde escravos e livres pobres eram réus, os senhores da máquina burocrática e jurídica usavam o espaço do direito como uma forma ímpar de debate na estrutura de poder. Em muitos desses momentos, cativos e livres acabavam assumindo um papel secundário, de coadjuvantes, onde a letra da lei parecia um espetáculo bem mais atraente se comparado às histórias particulares de vida dos envolvidos no cotidiano violento do sertão norte-mineiro.

O sertão, nesse sentido, se apresentava bem diferente das clássicas noções de isolamento e dependência, como vimos no capítulo anterior. Os homens do poder, a partir das suas referências sobre a lei e o funcionamento do sistema escravista, nos colocavam diante de um outro universo sertanejo, onde a afinidade com os debates que se passavam no restante do Império era bem maior do que normalmente se imaginou na literatura sobre o interior, sobre o rural, sobre o sertanejo.

Em processo do ano de 1884, o livre Damásio Pereira entrava na justiça contra o escravo de um vizinho, o africano Verrudo. Segundo o senhor Damásio o escravo agia sempre de forma violenta contra os seus cativos, provocando os homens da sua escravaria e criando situações que muitas vezes culminavam em violência. O advogado do senhor Damásio utiliza argumentos espetaculares no processo. Um emaranhado de argumentos traduzidos em quase 20 páginas de processos, que em muito sentido não se justificavam diante de um processo aparentemente simples, tendo em vista a rebeldia do cativo Verrudo.

Em interessante passagem, o doutor Francisco Freire, advogado do livre em questão, cita inúmeras leis que justificavam uma punição ao cativo, requerendo inclusive a sua execução por pena de morte natural, baseando-se na antiga lei de 1835, e citando os casos de outros cativos da região que haviam sido executados à época da lei. Em um discurso plural, multifacetado e com variadas abordagens jurídicas, o advogado

praticamente assume o cenário do caso que envolvia Damásio e Verrudo, que, por sua vez, pareciam coadjuvantes do espetáculo imposto pelo senhor Francisco Freire. Em uma crítica sobre a “liberdade que muitos davam aos escravos”, fala o advogado:

Que se deve pensar se os escravos são merecedores dessas liberdade que são dadas aos africanos por nós na região. (...) Os escravos recebem muitas liberdades e isso eh de fato um grave problema para todos, que veem taes cativos usando de abusos nas suas fasendas e locaes de trabalho, e a liberdade deve ser um instrumento de grande emportancia para todos, pois (...).⁹¹

E o advogado continua em quase três páginas avaliando a questão da liberdade escrava no Império, como veremos mais à frente em outros documentos.

Em processo datado do ano de 1883, o senhor Vieira Braz contrata um advogado para defendê-lo de uma acusação de agressão de uma escrava, a crioula Manuela. Mesmo diante do importante tema de lesão corporal, tendo em vista que os detalhes do processo revelavam um certo sadismo do réu com a referida cativa, muitas vezes vítima até de abuso sexual por parte do senhor Vieira, as atuações do advogado e do procurador chamam a atenção.

Especialmente nesse processo, em variadas ocasiões os homens da lei citaram pessoas da região que poderiam atestar a veracidade das suas informações, bem como leis e mais leis, doutrinas e mais doutrinas, e mesmo informações históricas que justificassem os pedidos da defesa ou da acusação.⁹²

O procurador Esequias Teixeira – que veremos mais à frente em especiais atuações jurídicas nas ações de liberdade – munido de variados argumentos, demonstra um discurso diretamente afinado com as “coisas do império”, segundo suas palavras, especialmente ao citar que “o nosso imperador sabe e louva as questões de liberdade dos

⁹¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal 001.221, fls. 65-67v.

⁹² DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n.

escravos e também dos seus direitos como gente”, e que dessa forma, “devesse seguir os que acontecessem na capital e nos grandes regiões, onde os escravos devem ser vistos como gente, como humanos, e não como coisas”. E finaliza esclarecendo: “Que a defesa que fasso não pode ser vista como benevolencia com as agresoes de escravos, e sim como direito deles, que todos eles tem”.⁹³

Em ambos os casos, como em tantos outros que poderiam ser aqui explorados, os processos criminais nos permitem adentrar o cotidiano escravista e as relações que os homens do poder e da lei tinham com essas histórias. As defesas e acusações acaloradas, os debates intensos entre procuradores, advogados e rábulas, as leis e mais leis que são citadas, enfim, todo esse emaranhado de informações faziam do universo cultural norte-mineiro ainda mais dinâmico, misturando assim o cotidiano e o poder do sertão. A violência presente nas relações de livres, forros e cativos, além de revelarem o dia-a-dia das relações que se passavam, também permitia uma aproximação com o universo do poder institucionalizado. Este, por sua vez, parecia inclusive se sobrepor aos interesses mais diretos dos réus e das vítimas dos processos, fazendo dos processos-criminais e da justiça mediadores do espetáculo que se montava.

Segundo Judy Bieber, já na primeira metade do século XIX encontra-se uma participação ativa dos sertanejos em debates políticos, o que, para a autora, é uma situação que permite contrariar a idéia de “sertanejos fora da lei” que resistiram à presença do Estado. Acabou se formando uma cultura política no sertão mineiro, onde havia, inclusive, dificuldades para nomear bacharéis para servir como juízes municipais na Comarca do São Francisco. Antes de 1841, por exemplo, as câmaras nomearam “leigos de boa reputação” para preencher o cargo. Em Montes Claros e Januária, houve juizes formados que ocuparam esse posto por menos de um terço dos anos do período

⁹³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal s/n, fls. 38-39.

de 1841 a 1889, o que levava o cargo a geralmente ser preenchido por um substituto leigo. (BIEBER, 2002: 384-5)

Mais uma vez estamos diante de um outro sertão, diferente daquele universo de atraso, dependência e barbárie, contraposto ao litoral e ao urbano. A intensidade dos debates jurídicos no Norte de Minas Gerais são reveladores de um universo cultural mais complexo do que o imaginário criado sobre a região. No que se refere às ações cíveis, a questão da propriedade e da liberdade, bem como o uso das leis e dos costumes, parecem ter sido os aspectos mais discutidos pelos homens da lei no universo cultural norte-mineiro.

A atuação de curadores e advogados nas ações de liberdade nos fornece mais um indício da estreita ligação dos homens do sertão com as discussões políticas que se passavam no Império.

Na ação proposta pelos escravos João e Theresa, o curador Diocleciano Lino da Costa Ferreira esclarece que não se tratava ali de “uma simples questão de direito de propriedade”, mas sim sobre “o estado do indivíduo”. O curador, em sua árdua defesa dos cativos, cita resoluções, procedimentos jurídicos e mesmo passagens bíblicas, ao “apreciar os dogmas da igualdade da moral Christã”. Para o sr. Diocleciano, tudo isso resultara na Lei de 1871 que viera para “aniquillar a escravidão”, pois, “tem hoje o escravo toda facilidade e meios de prova para recobrar sua liberdade, e os tribunaes do país, já por mais de uma vês tem declarado que são mais fortes as rasões que militarem a favor da liberdade, do que as que tornão um injusto captiveiro”.⁹⁴

O procurador dos réus, o Coronel José Rodrigues Prates, dedica folhas e folhas do processo para contestar a alegação dos cativos. Citações do Direito Romano, do jurista Perdigão Malheiro “na sua obra immortal” e dos costumes quanto à prática de

⁹⁴ COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 19/10/1878, fl. 61v.

manumissões no Brasil fazem parte do manancial de arrazoados jurídicos do procurador, que, por fim, registra as suas impressões sobre a escravidão e a justiça no Brasil oitocentista, ao afirmar que “a escravidão é um mal para a sociedade” mas que existia “segundo as nossas leis, e a sua extirpação não compete ao Poder Judiciário a que não é dado competência de legislar, mas somente de guarda das leis escriptas do país.” Assim, mesmo que se procure favorecer a liberdade dos escravos, “esses favores (...) não podem ser espalhados arbitrariamente sem uma regra ou norma de applicacao que se encontra nas mesmas leis (...). Favor libertates est majores judices habere de locat”.⁹⁵

Segundo Tarcísio Rodrigues Botelho, esses debates quanto à liberdade no sertão são ainda mais interessantes porque os autores desses argumentos não eram formados em Direito, “mas simples rábulas atuando numa comarca afastada do interior mineiro. É de surpreender como estas pessoas estavam atualizadas com as decisões que se travavam entre os juristas da época, freqüentemente citados nos seus arrazoados”. Nesse sentido, acentua Botelho, vislumbra-se “uma ampla difusão das idéias acerca da escravidão entre a elite brasileira, a qual parece ter conhecido uma enorme capilaridade, podendo ter penetrado as regiões mais longínquas do Império brasileiro”. (BOTELHO, 2000: 74)

De fato, não se tratava aqui de bacharéis. O papel destes na sociedade brasileira remonta à organização burocrática do Brasil Colônia, que exigia a participação de funcionários com instrução especializada, sobretudo na máquina judiciária. Assim, “muitas famílias mantinham a tradição de enviar seus filhos para as escolas de direito como forma de permitir-lhes ascensão social”. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento do número de jovens advogados,

⁹⁵ COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 19/10/1878, fl. 72.

acabou por diminuir a oportunidade desses homens ocuparem cargos na estrutura político-jurídica imperial. (BESSONE, In: VAINFAS, 2002: 68-) E para o caso do Norte de Minas, conforme esclarece Judy Bieber (BIEBER, 2002), poucos eram os homens formados atuando na administração municipal. Não sendo esses homens juristas, como avaliar, então, as suas posições junto às ações de liberdade?

Para Hebe Mattos de Castro havia uma possibilidade de os cativos utilizarem homens livres no andamento dessas ações, principalmente aqueles homens que eram desafetos políticos dos seus senhores. (MATTOS, 1998: 200-1) Isso nos remete novamente à estreita ligação entre os livres e os escravos no sertão norte-mineiro. Em várias ações de liberdade os procuradores, procurando deter o anseio dos cativos pela manumissão, mencionam essa ligação, afirmando o interesse de muitos homens livres na liberdade de alguns escravos, através dos quais obteriam ganhos. Todavia, tal questão não é capaz de responder sobre a atuação dos curadores e procuradores nas ações, uma vez que a leitura dos processos, em nenhum momento, deixa transparecer um pretense interesse direto desses homens da lei na liberdade dos cativos, em especial, obviamente, no caso dos curadores. Perseguir a atuação de um desses homens pode nos auxiliar na compreensão do papel destes nas discussões sobre a liberdade escrava, ou mesmo tempo que nos permite pensar mais claramente sobre as suas atuações jurídicas e suas impressões sobre o cotidiano sertanejo.

Para a região de Montes Claros, destaca Botelho, alguns homens eram especialmente freqüentes como curadores, como Justino Andrade Câmara e Esequias Teixeira de Carvalho. (BOTELHO, 2000: 74-5)

Parece difícil, inclusive, encontrar na atuação política desses homens um perfil abolicionista. No caso do senhor Esequias Teixeira de Carvalho essa questão nos parece ainda mais clara. Em um bom número de processos, o senhor Esequias atuara

como defensor dos negros, procurando, por meio de citações e arrazoados jurídicos defender o direito à liberdade dos seus protegidos. Todos esses processos são posteriores à promulgação da Lei do Ventre Livre. Em um deles, do ano de 1883, o ilustre curador de Marcelino e Roberta, defende o direito à liberdade, apoiando-se na Lei de 1871 que, para ele, garantiria a manumissão em sua plenitude. Os cativos são libertados.⁹⁶

No mesmo ano, a sua defesa ao crioulo Veríssimo é ainda mais contundente. O cativo, ao alegar direito à manumissão devido a não ter sido matriculado pelo seu senhor – exigência da Lei de 1871 – encontra no senhor Esequias um fervoroso defensor da liberdade, ao alegar este que “em favor da liberdade são muitas causas outorgadas contra as regras geraes”, assim, “toda a legislação Romana e Canônica em pró da liberdade dos captivos deve ser acceita e executada, nem seria possível que em uma época de liberdade a legislação outrora executada com tanto favor em pró dos escravos, se tornasse sem nenhum motivo ou lei de repugnante duresa”.⁹⁷

Entretanto, essa não parecia ser a convicção do senhor Esequias Teixeira de Carvalho alguns anos antes. Em processo do ano de 1869, o rábula atuara como procurador do senhor Francisco Freire da Fonseca, em ação proposta pelo crioulo Bernardo. Iniciava seus atos fazendo referência ao direito à propriedade, que deveria ser “garantido em toda a sua plenitude” e, mais à frente, nos lega as suas impressões sobre a escravidão:

É um facto excepcional, confessamos, a questão da liberdade e escravidão do indivíduo; mas, uma vês que ainda não foi riscado de nossas leis o direito do senhor contra o escravo, uma vês que o escravo é propriedade, não se tracta, em autos cíveis de jure constituendo, porem de sim de jure constituto. Deve-se reconhecer que nenhuma lei garante ao escravo o pecúlio (...) si os senhores tolerão que, em vida ou mesmo causa mortis, facção, é um facto, que

⁹⁶ COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 19/06/1883.

⁹⁷ COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 14/05/1883, fl. 8.

todavia não lhes he dada por nossas leis, mas sim pela permissão dos senhores. O escravo não é admittido a dar queixa por si, mas por intermédio de seu senhor ou do Promotor Publico; não pode dar denuncia contra o senhor, não pode ser testemunha jurada (...) Vê-se do exposto succintamente – que o escravo é uma propriedade como qualquer outro objecto, com certas restrições não quanto a sua liberdade, mas quanto a sua pessoa.⁹⁸

Afinal, de que lado estava o senhor Esequias? Mais importante ainda seria perguntar se ele deveria estar de algum lado. Seria ele incoerente ao atuar em posições tão distintas, ora em defesa da liberdade, ora fervorosamente defensor do inviolável e sagrado direito à propriedade? Estaria o senhor Esequias Teixeira de Carvalho, assim como vários outros homens da lei no século XIX, vivendo o dilema da dicotomia entre a propriedade e a liberdade no Brasil e, como bem ironizou Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1990: 102), inserindo-se numa “vida de peteca”⁹⁹ em um Império que convivia com os crescentes ideais do liberalismo e a permanência da escravidão? Acreditamos que não.

É inegável que a questão da liberdade dos escravos, quanto mais avançava o século XIX, esbarrava na questão da propriedade privada, afinal, esse século assistiu a um novo momento histórico no que se referia a questões como liberdade e igualdade entre os povos. Em um contexto pós-Revolução Francesa, vivenciou-se no Oitocentos inúmeras revoluções de caráter liberal, burguês e nacionalista, o que influenciou, diretamente, a maneira como as pessoas passavam a encarar o mundo. Noções de cidadania e a importância da opinião pública entravam nas novas regras do jogo político. Tudo isso, claro, acabava por refletir no posicionamento dos homens que atuavam nas ações cívicas. Para Chalhoub, o

⁹⁸ COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 25/08/1869, fls. 38-38v.

⁹⁹ O autor cita Machado de Assis, em uma crônica publicada dias antes da abolição em 1888: “Lá que eu gosto de liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões (...)”. p. 105.

(...) dilema da peteca, a contradição entre os princípios da liberdade e da propriedade privada, colocava um problema delicado: era preciso encaminhar a questão da extinção gradual da escravidão evitando-se o perigo de desavenças ou divisões mais sérias entre os próprios grupos proprietários e governantes. (...) O princípio da propriedade privada continuaria a ser o pacto social relevante para a classe proprietária e governante, porém seria necessário conciliá-lo com os reclames da liberdade. (CHALHOUB, 1990: 122)

Já Keila Grinberg adverte que quanto mais se avançava o século XIX, mais a discussão quanto às questões da propriedade e da liberdade tomava contornos especiais, o que fazia com que a escravidão, mesmo sendo legal do ponto de vista jurídico, fosse considerada cada vez menos legítima por alguns setores da sociedade brasileira. Grinberg nota um dado importante sobre o desempenho dos advogados nas ações de liberdade analisadas em segunda instância: trata-se do fato de todos os advogados terem representado tanto senhores quanto escravos nas ações. Isso levou a autora a concluir que a maior possibilidade “é que esses advogados fossem os mais solicitados para atuar em qualquer tipo de processo, não apenas em causas de liberdade, por serem profissionais de renome e reconhecida competência”. (GRINBERG, 2002: 260) É importante notar que Grinberg analisa ações pré-1871, o que, segundo a autora, “nos levam a crer que, pelo menos até 1871, parece difícil achar ‘militantes da liberdade’ entre os bacharéis que participaram como advogados de primeira instância nestas ações de liberdade (...)”. (GRINBERG, 2002: 255) Nesse sentido, não nos parece que a atuação desses homens da lei demonstre um dilema entre a defesa da propriedade ou da liberdade, entre a opção pela escravidão ou pelo liberalismo.

Rafael de Bivar Marquese, analisando a administração dos escravos nas Américas, teve como um dos seus principais objetivos relacionar escravidão e modernidade. O autor demonstra uma historiografia que sempre opôs liberalismo à escravidão, o que mostrava que, “na passagem do século XVIII para o XIX, a

escravidão negra tornou-se incompatível com a modernidade econômica e política liberal.” (MARQUESE, 2004: 379) Marquese, entretanto, procurou seguir outra linha interpretativa, “que não vê contradição entre os dois pólos”. Isso ficou demonstrado a partir da sua análise das teorias escravistas elaboradas pelos administradores de cativos no Brasil, Cuba e EUA, especialmente no século XIX. Assim, conclui o autor:

O que tudo isso demonstra é a possibilidade de se falar na existência de um liberalismo escravista, plenamente compatível com as ordens nacionais escravistas que foram erigidas a partir da crise do sistema colonial, e que representaria um caminho alternativo para a modernidade, contraposto ao liberalismo antiescravista – capitaneado pela Inglaterra a pelo norte dos Estados Unidos – que acabou por se impor na economia-mundo capitalista ao longo do século XIX.¹⁰⁰ (MARQUESE, 2004: 382)

Concordando com Marquese, não acreditamos que esses homens do Oitocentos vivessem, apenas, no “dilema da peteca” entre propriedade e liberdade. Conforme demonstrado por Grinberg, esses rábulas atuavam em ações de todo o tipo, em especial por serem requisitados em diversos contextos, pró-escravidão ou pró-liberdade. Além disso, a oposição entre escravidão e liberalismo parece pouco sustentável em análises mais atuais, afinal, como avalia Marquese, é possível pensarmos em um “liberalismo escravista”.

No que se refere à atuação de Esequias Teixeira de Carvalho, mais um componente pode ser acrescentado para explicarmos a sua atuação jurídica: a Lei de 1871. Sua fervorosa defesa ao direito à propriedade senhorial se dá em um processo do ano de 1869 e, em todas as outras ações em que se envolve na defesa dos cativos, os processos são posteriores à Lei nº 2040. O próprio rábula, ao defender o senhor de escravos no processo de 1869, demonstrava o mal que a escravidão representava, mas,

¹⁰⁰ Ver, também, sobre esse tema: FOGEL, R. & ENGERMAN, 1974.

por outro lado, não poderia deixar de reconhecer o direito do senhor, haja vista não existir leis que assegurassem o direito à liberdade do crioulo Bernardo.

O senhor Esequias demonstrava ainda o seu desdém quanto aos costumes, ao notar que o escravo só poderia acumular pecúlio por permissão dos senhores, pois não tinha nenhuma regra do direito positivo que lhe assegurasse tal direito. A Lei de 1871, portanto, representava essa legislação “reclamada” pelo procurador. Esequias, nesse sentido, se colocava cada vez mais como um legalista, coerente no que se refere à necessidade de leis que justifiquem determinados direitos sociais e políticos, conforme a sua atuação jurídica demonstra.

Nesse sentido, o “ventre livre” pode ter marcado sobremaneira a sua atuação jurídica, transformando-o, agora, em um “militante da liberdade”, conforme avalia Keila Grinberg (GRINBERG, 2002). A partir da promulgação da Lei os processos passaram a ser resolvidos, em sua grande maioria, em primeira instância, o que fatalmente propiciou a homens como Esequias uma atuação interpretativa mais ampla e, por conseguinte, uma maior possibilidade de sucesso nos embates jurídicos do sertão.

Conforme dissemos, todo esse debate pela liberdade nos permite mais uma vez aproximar o sertão do restante do Brasil. O século XIX foi um momento de intensas mudanças no país, e o Direito foi um campo importante nas discussões junto à sociedade. Os debates que se deram entre os homens sertanejos da lei, por sua vez, são um exemplo da ligação da região com as principais discussões da nação, entre as quais um Estado que se pretendia liberal, mas, até 1888, convivia com uma das bases fundadoras da sua colonização: a escravidão.

Algumas das imagens elaboradas por curadores e advogados nas ações de liberdade, e mesmo de senhores por meio das cartas de alforria registradas em cartório, são indicativas de um certo “espetáculo” que a questão da liberdade alcançou no sertão

oitocentista. Na ação proposta pelo escravo Bernardo, mencionada anteriormente, onde ele pretendia adquirir plena liberdade pelo fato de se encontrar “meio escravo, meio forro”, o curador, senhor Celestino Soares da Cruz, e o procurador, senhor Esequias Teixeira de Carvalho, transformam a ação em uma arena para citações jurídicas que contribuíam para colorir de forma especial a trajetória do processo.

O curador de Bernardo, por exemplo, achava “fácil a resolução deste problema”, e explicava:

Nossas leis hão constantemente recommendado desde tempos antigos todo o favor a liberdade; e em these reconhecem que muitas causas são constituídas em favor da liberdade contra as regras do direito. (...) Temos de um lado a liberdade combatendo com o direito de propriedade; e de outro este combatendo com aquella, mas, se é certo o princípio que no conflicto de um interesse pecuniário e da liberdade, prevalece esta é evidente que a primeira resposta deve ser negativa, e a segunda affirmativa, isto é – que o réu deve vender ao Autor as partes que d'elle comprara a Cassimiro de Sousa Lima. O dedo da providência protege por toda parte a vida d'aquelles cada véus ambulantes. Haja vista na história moderna da República dos Estados Unidos; e mais recentemente os servos da Gleba na Polônia (*sic*), que se levantarão valentes para servirem a sua pátria independentes da vontade absoluta de seus senhores.

A força, diz Rousseau, fez os primeiros escravos, a cobardia perpetuou-os (...).¹⁰¹

Rousseau, a Guerra de Secessão Norte-Americana e mesmo os “servos da Gleba na Polônia” são citados no argumento do curador. Por outro lado, o procurador Esequias passa a contestar o papel do escravo em ações cíveis, mencionando o fato de que, após a Lei de 10 de junho de 1835, o escravo passara a “defender-se por si (...) por um curador ou defensor” o que o levou a concluir que “na legislação penal é que o escravo é mais pessoa do que coisa; mas em nosso direito civil o é mais coisa do que pessoa”.¹⁰² A Constituição de 1824 é lembrada para reforçar o direito à propriedade privada, o Direito Romano novamente é utilizado, bem como alguns “ilustres

¹⁰¹ COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 25/08/1869, fls. 36v-37v.

¹⁰² COJN – Montes Claros/MG. Ação de liberdade, 25/08/1869, fl. 38v.

professores” de Direito de São Paulo, tudo isso fazendo dos debates jurídicos um espetáculo onde, em alguns momentos, os escravos acabavam assumindo o papel de coadjuvantes.

Portanto, os diálogos jurídicos no sertão das Minas são instrumentos valiosos para a avaliação de uma aproximação do cotidiano e do poder na região. Tanto nos processos criminais quanto nas ações cíveis de liberdade, o discurso refinado e consoante com os debates que se davam no restante das Minas nos permitem redimensionar o papel dos sertanejos na construção da sua própria história. A justiça, como vimos, acabava por moldar um novo código para o sertão, pois, a simples existência da mesma e o espaço da lei na região nos coloca diante do desafio de reavaliar a imagem tradicional e clássica sobre os “sertões”, na constante batalha com o “litoral”. Barbárie e civilização, respectivamente, sob esse prisma, devem ser repensados, sobretudo em um estudo que permita aproximar as idéias de cotidiano e poder, tal qual nos propomos.

Mais que isso, também faz-se importante reiterar que essa idéia de isolamento e atraso, ou mesmo barbárie, não era, em hipótese alguma, a forma como os sertanejos encaravam o seu cotidiano. Na dinâmica interna do sertão, qualquer análise que não permita complementar idéias pode, a nosso ver, ser insuficiente e incompleta, tendo em vista que o teor da documentação analisada nos coloca em frente à pluralidade, à diversidade, às complexas relações entre livres, forros e cativos. Nesse sentido, nem sempre os homens livres pobres do sertão viam na violência a única forma de solução das suas pendengas. Em mais um indício dessa “pluralidade” do sertão norte-mineiro, documentos da administração pública municipal nos permitem adentrar ainda mais o binômio cotidiano e poder que envolvia os homens livres pobres do universo oitocentista sertanejo.

2.3 – Administração e poder: quando o povo percebe o Estado

No ano de 1887, em documento protocolado junto à Câmara Municipal de Montes Claros, os moradores do distrito de Contendas e da localidade de Coca, na região do norte de Minas, apresentam uma solicitação aos políticos locais para que tomassem providências diante da pretensão do senhor Antonio José de Almeida, proprietário de uma fazenda na região, de “obstruir tão antiga estrada que liga estes povoados e se faz tão útil para a travessia dos mesmos”.¹⁰³ Os moradores mencionam que a mesma solicitação já havia sido feita anteriormente, mas que não viram atendidos os seus interesses, e por isso pediam mais uma vez a apreciação da Câmara diante do exposto.

Ainda no mencionado documento, um aspecto utilizado como elemento justificativo da solicitação nos chama a atenção. Os moradores refaziam a solicitação, embora “não muito conhecedores do código de Posturas Municipais que vigora no município”, mas, ainda assim, “cientes dos seus direitos”, através do documento ora apresentado.¹⁰⁴

Em uma outra solicitação, datada de documento apresentado à Câmara no ano de 1883, o vereador João Caldeira Brant apresenta um problema de ordem importante para os moradores da região, reiterando a necessidade de sua apreciação com mais “veemência”. O vereador sugere à Câmara que “ordene ao Fiscal que tome

¹⁰³ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1887, f. 1.

¹⁰⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1887, f. 1.

providencias para impedir o escoamento de água dos quintais das casas para a rua, tendo em vista que tal situação colocava em risco a salubridade municipal.”¹⁰⁵

O vereador apresenta ainda outras solicitações de igual importância para os moradores. Não obstante, o fato aparentemente mais marcante na sua apreciação é o fato de mencionar, em duas ocasiões do documento, ter “sido procurado por alguns moradores que precisam que tais ocorrências sejam resolvidas”, e, dessa forma, sugere novamente à Câmara que tais questões sejam logo ordenadas, a fim de que o bem estar dos moradores seja garantido.¹⁰⁶

Os documentos acima fazem parte de uma análise importante na tese ora apresentada. Conforme dissemos, avaliar o cotidiano das relações sociais no sertão norte-mineiro – como em qualquer outra parte do território brasileiro no Império – seria no mínimo incompleto se não nos atentássemos para um diálogo mais apurado com o poder, especialmente no que se refere às relações mantidas entre o povo norte-mineiro e o poder político e administrativo da região. Esses documentos tornam-se, nesse sentido, elemento fundamental na análise proposta.

Ao longo de todo o século XIX, as demandas de moradores estiveram presentes no cotidiano do poder norte-mineiro, sobretudo nas ultimas décadas do século, quando se faz notar uma maior aproximação dos cidadãos com a vida política regional, e quando se percebe uma maior conscientização dos tais “direitos” mencionados no primeiro documento.

Os moradores do distrito de Contendas, que já haviam se manifestado em outras ocasiões, não admitiam o fato de verem obstruída a sua “tão antiga estrada que liga estes povoados”, mesmo porque a mesma se fazia extremamente “útil para a travessia dos mesmos”. Nesse sentido, viram na relação com o poder administrativo

¹⁰⁵ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1883, f. 1.

¹⁰⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1883, f. 1.

uma forma de ver o seu problema resolvido, o que demonstra que muitas dessas relações com o poder levam a crer que, nem sempre, a violência era o único recurso na conformação das relações sociais sertanejas.

Documentos como esses aqui apresentados exigem, obviamente, uma análise específica, especialmente no que podemos considerar como os efeitos qualitativos que os mesmos podem causar na aproximação com a história desses homens do sertão nordestino. É preciso, dessa forma, fazer esses cidadãos “falarem”, mesmo que sob a mediação dos homens que geriam a estrutura administrativa da região.

Carlo Ginzburg conseguiu, como poucos, dar voz a uma cultura popular, mesmo que mediado por documentos produzidos pela Inquisição. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg revela aspectos de uma cultura popular por meio de um homem, um moleiro italiano, mas que possibilita estabelecer reflexões sobre uma cultura além do universo pessoal do herege Menocchio. (GINZBURG, 1987)

Quanto a sua abordagem, é importante demonstrar o que Ginzburg revela como a importância da análise qualitativa em fontes textuais. Apesar do método quantitativo, ou em maior medida os adeptos do quantitativismo, ainda avaliarem tal abordagem como impressionista, cabe ressaltar que um não pode dispensar o outro, sob pena de se fazer uma História arbitrária, excludente.

Em recente dissertação de Mestrado, Edi de Freitas Cardoso Júnior, utiliza a abordagem de uma cultura popular para avaliar pedidos de cidadãos no norte de Minas em meados do século XX. O autor demonstra como tais pedidos, em meio a um processo de crescimento urbano da região, revelam uma certa organização social, coletiva ou individual, que permite notar uma experiência de “cultura política popular” na região de Montes Claros, a mesma por nós estudada. (CARDOSO, 2008)

Eduardo Silva, em *As queixas do povo*, dimensiona um aspecto importante para a nossa análise desse tipo de documento. Para ele, é necessário conhecer o comportamento das pessoas envolvidas em tais “queixas” ou pedidos políticos, estruturando assim o desenvolvimento do comportamento desses atores sociais envolvidos no cotidiano. O autor utiliza o conceito de “tempo da normalidade” para revelar que o cotidiano se esconde em vários aspectos, mas que nem sempre é comum notarmos e dispormos de informações sobre a vida mais simples e comum dessas pessoas. (SILVA, 1988)

As fontes de que dispomos nesse momento procuram exatamente uma análise desse cotidiano mais “normal”, mais “simples” do universo sertanejo, revelando um cidadão além das fronteiras da violência. Para isso, e concordando com Eduardo Silva, é necessário compreender o comportamento desses atores sociais do norte de Minas, entendendo o seu tempo, as formas pelas quais estabeleciam suas relações sociais, seja no âmbito do cotidiano escravista – como proposto no capítulo anterior – seja no universo das relações entre os populares e o poder, por meio das solicitações dos moradores sertanejos exploradas no presente capítulo.

Na solicitação apresentada pelos moradores da cidade de Montes Claros, por meio do vereador João Caldeira Brant, fica evidente o interesse de alguns cidadãos em resolver um problema importante, ocasionado, é necessário reiterar, por outros tantos cidadãos. O escoamento da água dos quintais para as ruas era um problema de saúde pública, que atingia, obviamente, cidadãos e poder público, nem sempre em igual medida, e por isso o vereador reiterava no documento ter “sido procurado por alguns moradores que precisam que tais ocorrências sejam resolvidas”¹⁰⁷

¹⁰⁷ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1883, f. 1.

Questões de resoluções aparentemente simples, como a demanda levada à frente pelo senhor João Caldeira Brant, são encontradas intensamente na documentação pesquisada, e reveladas por meio de ações políticas ainda mais diretas, como os abaixo-assinados.

Em documento apresentado à Câmara em 1886, comerciantes da região de Montes Claros apresentavam um longo esclarecimento sobre condições ligadas ao seu ofício, direcionando à Câmara a apreciação dos seus “pedidos”:

Os abaixo assignados, negociantes residentes nesta cidade, soffrendo aos inconvenientes e prejuízos resultantes do modo por que variável e indistinctamente concorrem mercadores e lavradores deste e de outros productos deste e de outros districtos a venderem nos ranchos não só gêneros alimentícios, como outros productos de indústria do que resulta não pode ser o commercio hábil e conscientemente dirigindo, originando-se deste estado de causas o desrespeito á parte moral do mesmo, desrespeito que leva o negociante a occupar-se em dias impróprios como o de domingo e outros santificados entre um povo morigerado e trabalhador como a de Montes Claros: (...)

Lembrão-se os abaixo assignados de que uma norma de prática imposta neste sentido aos negociantes e lavradores pode vir, com certeza melhorar este ramo de indústria e trazer aos consumidores por meio de economia commercial preços menos variáveis dos gêneros alimentícios, ou já compras se farão, conforme as indicações de prudência, em certos e determinados dias; e que esta norma poderá ser dada pelo critério dos dignos membros dessa ilustre corporação; visto ser um achado que bem se concilia com a natureza e índole do poder municipal, que creando e revogando posturas legisladas no município na órbita das atribuições conferidas pela lei de 1º de outubro de 1828:

Nestes termos ao instar do que se faz em outros municípios, pedem os abaixo assignados que em bem do interesse público uma postura se crie determinando os dias certos e invariáveis as vendas em feiras.¹⁰⁸

Questões como as expostas acima pelos comerciantes da cidade de Montes Claros não eram uma exceção. Em meados da década de 1870 e mesmo no início dos anos 1880 os comerciantes apresentam outras 7 solicitações à Câmara Municipal, no sentido de regulamentar o seu trabalho, sentindo-se, em todos os outros casos,

¹⁰⁸ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1886, f. 1-3.

prejudicados. Também fica evidente em suas exposições o fato de acentuarem serem “moradores e residentes na cidade”, e que deveriam dessa forma serem “protegidos” por instrumentos legais advindos dos homens responsáveis pela administração pública.¹⁰⁹

Ao final de todas as solicitações expostas, evidencia-se o fato de que tais soluções, se empreendidas, seriam de enorme importância para o “bem do interesse público” e não apenas dos comerciantes em questão, que, obviamente, eram imensamente prejudicados.¹¹⁰

Documentos assinados por 10, 15, 20 ou 40 pessoas revelavam o envolvimento de muitos dos cidadãos não apenas diante do problema, mas, sobretudo, diante do interesse em resolvê-los ao acionar o poder público.

No mês de maio do ano de 1880, moradores da povoação de Jequitaiá solicitavam à Câmara, por meio de abaixo-assinado, a instalação de uma feira para o dia de sábado. No documento os moradores deixavam claro que o seu interesse era fruto de “almejem o crescimento e incremento do comércio na povoação”, seguindo-se portanto a lista de assinaturas.¹¹¹

Três meses antes, em fevereiro de 1880, novamente moradores se manifestavam e denunciavam a obstrução de uma estrada na região da Fazenda do Ribeirão da Tábua, em Montes Claros. Os moradores afirmavam que a “obstrução fora feita pelo vizinho da fazenda citada, com o uso de uma cerca, o que faz difícil o trajeto dos moradores da região.” A solicitação, como tantas outras, novamente se fazia acompanhada de abaixo-assinado, com 43 assinaturas.¹¹²

¹⁰⁹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1886, f. 1-3. Ver também: APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1877, 1879 e 1883.

¹¹⁰ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1886, f. 1-3.

¹¹¹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Maio de 1880, f. 1.

¹¹² APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Fevereiro de 1880, f. 1-2

Inúmeras solicitações ao longo das últimas décadas do Império são notadas na documentação analisada. Os abaixo-assinados, dessa forma, se faziam instrumentos importantes na manifestação política desses homens do sertão.

O uso dos abaixo-assinados não é, nem de longe, prática exclusiva do cotidiano dos norte-mineiros. Enquanto instrumento de organização social e de comunidades, tais documentos são reveladores de relações sociais complexas, em meio a pedidos e interesses coletivos “simples”, que faziam parte da realidade de inúmeras regiões do Brasil e dos seus cidadãos.

Dessa forma, os abaixo-assinados podem constituir, em uma análise mais ampla, uma espécie de realizações de experiências coletivas, materializadas em interesses de indivíduos que, somados a outros tantos interesses, se fazia notar em documentos como os descritos acima. Assim se concretizariam experiências coletivas, em um universo onde, na maioria das vezes, se resolviam querelas individuais por meio do uso da violência e do conflito.

Mas, na verdade, não seria essa a forma mais usual da experiência democrática? A democracia, na sua forma prática, não seria exatamente a reunião de interesses individuais se materializando em formas coletivas de exteriorização?

O século XIX assistiu e vivenciou as concepções liberais que se moldaram em meio a tantas e tantas revoluções liberais e burguesas. Os exemplos da França, da Inglaterra e mesmo dos EUA são sintomáticos da concepção de liberdade, de cidadania e de democracia que o mundo experimentaria naquele longo século XIX, nos dizeres de Eric Hobsbawm. Essas três nações, mesmo que não exclusivamente, se tornariam o modelo de liberalismo ao longo do Oitocentos, conferindo a europeus e americanos a

base da ação política que levaria à crise do antigo regime e, no universo da América, à crise do sistema colonial.¹¹³

Nesse sentido, a democracia se moldaria muito mais na sua forma prática de se ver realizada do que, efetivamente, na forma como a doutrina clássica da democracia foi pensada. O conceito de democracia, dessa forma, não se enquadra efetivamente com o jogo do exercício democrático, muito mais complexo do que qualquer apriorismo conceitual.

Joseph Schumpeter, em texto sobre a “doutrina clássica de democracia”, enumera dois aspectos como fundamentais para que a idéia de democracia possa se fazer sentir em uma sociedade: o bem comum e a vontade geral do povo. Por meio desses dois elementos, o autor explica que uma sociedade efetivamente democrática é aquela que compreende com clareza esses elementos e, por conseguinte, consegue alcançá-los, de forma plena ou mesmo parcial. (SCHUMPETER, 1984)

Contudo, para a nossa análise, um aspecto discutido pelo autor é ainda mais importante. Schumpeter demonstra que, na concepção prática, a idéia de democracia se torna bem mais complexa, tendo em vista que a mesma tem inúmeras dificuldades de se realizar em uma sociedade. Um dos aspectos dessa dificuldade do exercício da democracia fica evidente na análise do autor:

Entretanto, quando nos movemos para ainda mais longe das preocupações privadas da família e do escritório, para aquelas regiões dos negócios nacionais e internacionais que não têm qualquer vínculo direto e inequívoco com as preocupações individuais, o desejo individual, o comando dos fatos e o método da inferência logo deixam de preencher as exigências da doutrina clássica. (SCHUMPETER, 1984: 326)

¹¹³ Ver HOBSEBAWM, *A Era das Revoluções*, e HOBSEBAWM, *A Era dos Impérios*.

O autor revela aqui o fato de que preocupações de caráter amplo, ou macro, são exemplos de uma má realização da democracia, tendo em vista que as preocupações mais individuais ou mais locais são mais adequadas para se chegar às tais exigências da democracia: o bem comum e a vontade geral do povo.

Seriam, portanto, os nossos atores sociais, por meio dos seus pedidos e solicitações, instrumentos de uma realização democrática no sertão norte-mineiro? Solicitações para consertos de cercas, para regulamentação de trabalhos de comerciantes ou mesmo para melhorias nas condições sanitárias, seriam exemplos de como seria possível uma realização mais próxima do que a era do liberalismo tanto lutou, isto é, a defesa dos princípios liberais e democráticos? Em uma última instância, é possível que cidadãos norte-mineiros, em sua vida simples, rural e cotidiana, tenham experimentado o exercício da democracia e da cidadania por meio dos seus abaixo-assinados e solicitações, mesmo em maior medida que tantas e tantas revoltas e manifestações liberais ao longo do Oitocentos?

As perguntas acima são desafiadoras e intrigantes, e por isso mesmo requerem um debate ainda mais elaborado. O conceito de cidadania, aplicado à realidade brasileira, pode ser mais esclarecedor.

Os abaixo-assinados presentes na nossa análise, bem como as tantas e tantas solicitações encontradas na documentação da Câmara Municipal de Montes Claros, nos permite ilustrar parte da identidade desses moradores que manifestavam seus diversos interesses, em nome, já dissemos, de um “bem público”, ou um “bem comum”, na definição de Schumpetter. E uma cidadania?... É possível de ser percebida nessas solicitações?

José Murilo de Carvalho, em sua vasta obra, se preocupou sobremaneira com o tema. O processo de desenvolvimento da cidadania no Brasil, para Carvalho, foi

longo. E o pior: teve inúmeras diferenças se comparado ao processo ocorrido nas nações liberais de grande expressão, como os casos já citados de franceses, ingleses e norte-americanos. (CARVALHO, 1996)

No Brasil, a ordem em que se percebeu a conquista de direitos civis foi inversa. Assim, aqui se experimentou “a existência dos direitos políticos sem o prévio desenvolvimento dos direitos civis”, e isso, para Carvalho, atrapalhara no nosso processo de entendimento da “cívica liberdade individual e dos limites do poder do Estado.” O exemplo do governo de Getúlio Vargas é sobejamente tratado pelo autor, que enumera parte das nossas conquistas sociais em meio a um regime autoritário, já em meados do século XX. (CARVALHO, 1998: 278)

Se por um lado sua análise parece pessimista, o próprio autor demonstra em outra obra uma concepção diferente. Em *Os Bestializados*, José Murilo de Carvalho revela um brasileiro, no mínimo, mais participativo, especialmente nas manifestações sociais que se deram diante das transformações que o país atravessava na sua transição para o nascente regime republicano.

O estudo da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, foi o ponto de partida escolhido pelo autor para enumerar algumas impressões sobre o cidadão no início da nossa formação republicana, e as reivindicações dos cidadãos ali presentes revela algo muito mais complexo do que um brasileiro não-ativo, ou com ínfima participação na vida social e política do país. Um cidadão que, de “bestializado”, parecia não ter nada. (CARVALHO, 1987)

Portanto, se as próprias análises de José Murilo parecem efetivamente plurais quanto ao tema, o que dizer então se as levamos ao universo do norte de Minas Gerais, *lócus* da nossa pesquisa? Thompson, em seus textos clássicos, já dizia, mesmo

que de forma metafórica, que “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma.” (THOMPSON, 1987: 10)

Obviamente, no universo norte-mineiro do século XIX não estamos tratando com organizações de trabalhadores, ou operários, ou mesmo com uma noção de classe definida. O cotidiano da região já foi por demais discutido no capítulo anterior, destacando-se o caráter escravista baseado nas relações de solidariedade, simplicidade e violência revelados nas fontes já expostas. O cotidiano rural do norte de Minas, o *modus vivendi* do sertão, enfim, o universo cultural aqui estudado demonstra uma vida simples, cotidiana, que se estruturava em questões também simples, mas fundamentais para a sobrevivência dos cidadãos que ali conviviam.

Se estes moradores do sertão das Minas vivenciavam ou não a noção de cidadania, no final das contas, é algo de interesse mais conceitual do que prático. Essas pessoas tinham, efetivamente, consciência de seus interesses e direitos, em especial à medida que avançavam as últimas décadas do século XIX, amadurecendo suas percepções de mundo e de sobrevivência, bem como os instrumentos pelos quais poderiam lançar mão para sobreviverem em um universo de pobreza e simplicidade.

Uma cerca mal localizada, uma estrada obstruída ou mesmo a falta de um regulamento para o exercício do simples comércio eram, para os norte-mineiros, elementos imprescindíveis para apreciação das estruturas de poder administrativo. Logo, os abaixo-assinados tinham um caráter social em sua realização, mas, sobretudo, um caráter político em seu efeito.

Político na concepção de que, se a democracia é na realidade aquilo que se espera de um “bem comum” a ser alcançado, por meio da realização da “vontade geral” de um determinado grupo de pessoas, então, tais solicitações são, de fato, o exercício pleno da democracia, independente se essas pessoas agiam conscientemente nesse

sentido. A consciência do exercício da “doutrina democrática” é, nesse caso, o que menos importa. Importa, sim, a “ciência de seus direitos” que, em vários momentos, os norte-mineiros demonstram em suas solicitações.

No documento citado acima, de maio de 1880, os moradores da região de Jequitaiá solicitavam a instalação da feira no dia de sábado e, além de demonstrarem o interesse por meio da justificativa de “crescimento do comércio na povoação”, revelavam também que estavam cientes das Posturas Municipais e da possibilidade “de lhes verem atendidos nas suas solicitações, para o bem público”.¹¹⁴ Ou seria melhor dizer, o “bem comum”?

Na solicitação feita dois meses antes, onde moradores se manifestavam e denunciavam a obstrução de uma estrada na região da Fazenda do Ribeirão da Tábua, em Montes Claros, os abaixo-assinados, além da alegação da “obstrução (...) feita pelo vizinho da fazenda citada, com o uso de uma cerca”, diziam ainda que entendem ser vontade de todos na região que tal solicitação fosse apreciada, para que novamente “se viesse atendido o bem de todos da região da Fazenda da Tábua”.¹¹⁵ Ou seria melhor dizer, atender a “vontade geral” do povo?

Analisar essas solicitações e organizações da população rural do norte de Minas em meio ao Oitocentos é tarefa, em certo sentido, complicada. Especialmente se nos dermos conta de que, a própria organização do Estado Monárquico no Brasil teve inúmeras nuances, complexas e heterogêneas, por assim dizer, sobretudo quanto à própria formação e concepção do poder entre as elites durante as décadas de funcionamento do Império brasileiro.

A construção do Estado Nacional brasileiro ao longo do século XIX foi um exercício constante, atravessando reinados, regências e poderes locais e provinciais em

¹¹⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Maio de 1880, f. 2.

¹¹⁵ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Fevereiro de 1880, f. 2.

choque constante com o centralismo monárquico. A formação das elites no Império é um exemplo das dificuldades da “construção da nossa ordem”, nos dizeres de José Murilo de Carvalho.

Lúcia Maria Neves, estudando especialmente a cultura política no processo de independência do Brasil, acentua:

A solução da independência não foi alcançada a partir de um plano preconcebido de motivações nativistas ou nacionalistas, mas resultou de um jogo de interesses de reduzido grupo de participantes, comprometido pelos mal-entendidos que as distâncias, as dificuldades de comunicação e a assimilação restrita ou parcial do ideário liberal propiciavam. (NEVES, 2003: 414)

A citação acima, da obra *Corcundas e Constitucionais*, revela em muitos sentidos os aspectos que envolveram o longo processo político que levaria à constituição da monarquia brasileira, ao longo de todo o século XIX, e não apenas no processo da independência que se efetivara em 1822.

Em primeiro lugar, a autora revela o quanto o jogo político era complexo, demonstrando que nem mesmo as revoltas internas, tão importantes no processo de desagregação da Colônia, são o elemento fundamental nessa crise que culminaria com a Independência. Em segundo lugar, o texto demonstra que o cenário político plural da época, mesmo que sob poder de um “reduzido grupo” revela o processo que levaria ao 7 de setembro de 1822. Dessa forma a autora associa, de maneira clara, a chegada das idéias liberais no Brasil, e a assimilação, muitas vezes discutível e difícil, dessas mesmas idéias nas elites da época. (NEVES, 2003)

Essa estrutura contribuiu para a criação de uma elite heterogênea. Esse seria, para José Murilo de Carvalho, um dos elementos que explicariam as intensas disputas políticas intra-elites assim que o país se tornasse independente. A falta de hegemonia da

elite política brasileira levaria às rivalidades políticas citadas e, por conseguinte, na configuração peculiar do Império brasileiro. (CARVALHO, 1996)

Para José Murilo de Carvalho, na conclusão da sua obra “Teatro das sombras”, a monarquia demonstrava as suas especificidades em relação a outros regimes e mesmo a outras monarquias. Assim, as elites se encontravam em um teatro, como o próprio autor avalia, em um “teatro de sombras”. Em um teatro onde

(...) os atores perdiam a noção exata do papel de cada um. Cada um projetava sobre os outros suas expectativas de poder, criava suas imagens, seus fantasmas. (...)

As distorções eram maiores quando se tratava do poder e do papel do rei. Fruto inicial de pacto político, o poder do rei passou a ser o centro do sistema. Um poder derivado, e que nunca deixara de ser, tornou-se, para efeito da realidade política, incontrastado. (CARVALHO, 1996)

Esse “teatro” e essas rivalidades políticas em que se encontravam os membros das elites políticas imperiais não escapara a uma solicitação datada de 1884. Nesse ano, moradores da região de Contendas solicitavam melhorias nas ruas e condições sanitárias em que viviam, denunciando que o mau cheiro e as fezes de animais poderiam trazer inúmeras doenças. A solicitação, como tantas outras, pareceria simplesmente mais uma solicitação não fosse o aspecto acima analisado. Em dado momento do texto, alegava-se que tal pedido já fora feito em várias outras ocasiões, mas como “os politicos locais se encontram em disputas ferrenhas, dada as suas diferenças enormes”, nada era resolvido, e que essas tais “diferenças políticas” tinham como efeito “prejudicar os cidadãos que são os maiores interessados no atendimento de seus interesses.”¹¹⁶

As dificuldades no processo de estruturação política entre as elites do Império pareciam atingir a todos, desde o mais urbanizado e civilizado que vivia nas

¹¹⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Maio de 1884, f. 1.

Cortes do Rio de Janeiro, até o mais simples sertanejo do norte de Minas, interessado em ver os seus interesses atendidos, como qualquer cidadão, em qualquer época, mesmo que se reconheça, como nos diz Thompsom, que essas tais consciências entre os indivíduos nunca se realize da mesma forma. (THOMPSON, 1987)

Dimas José Batista, em tese de Doutorado defendida junto à USP, procurou analisar a conformação das relações jurídicas e administrativas na região do médio sertão do São Francisco no século XIX, parte da região privilegiada pela nossa pesquisa. Batista procurou analisar a formação do Estado na região, bem como a conformação das relações sociais do sertanejo ao longo do século XIX. Entretanto, aponta algumas questões que não vão necessariamente de encontro com o que os nossos documentos revelam.

Insistindo na tradicional concepção do sertão como região afastada, em uma organização social “nos confins” das Minas, nos seus dizeres, o autor acentua:

Os dois objetivos primordiais dos homens públicos, durante o século XIX, eram povoar o território e consolidar a ordem. Ou seja, realizar um povoamento de modo ordeiro e civilizado. Esses objetivos enfrentaram muitos obstáculos para se realizar, especialmente em áreas como o termo de Montes Claros de Formigas, na comarca do Rio São Francisco. A instabilidade de residência e domicílio dos moradores, foi um dos sérios transtornos enfrentados para vigiar e controlar os comportamentos da população. Embora, esse não seja um estudo de população, somente é possível compreender o modelo de vida sertanejo a partir da fluidez e mobilidade espacial. Povoar, habitar e morar não possuíam os mesmos significados para homens e mulheres, livres e escravos, ricos e pobres nos sertões do médio São Francisco. (BATISTA, 2006: 22)

A abordagem do autor, sob nenhum aspecto, condiz com a documentação intensamente analisada nessa pesquisa. Aqui reitera-se a velha e insistente concepção da diferenciação do “sertão” diante de um outro universo não-sertanejo mais organizado,

mais eficaz na sua administração pública ou mesmo mais civilizado no que se refere às características mais cotidianas do *modus vivendi*.

Os discursos presentes na documentação da Administração Pública, as solicitações e abaixo-assinados já revelados nesse capítulo, ou mesmo a organização do sistema escravista norte-mineiro ao longo do Oitocentos – questão intensamente discutida no capítulo anterior – revelam muitas aproximações com o universo político, social e econômico de regiões mais centrais do Brasil, conforme se pode notar nas fontes exploradas.

Na intenção de fugirmos de qualquer impressionismo na análise, é importante ressaltar que nessa tese propomos também análises de caráter quantitativo sobre o universo sertanejo, especialmente no que se refere à violência praticada por livres, cativos e forros na região, conforme explicitado no início desse segundo capítulo.

Conforme apontado pelo autor, muito da dificuldade de organização da região se dava pela intensa mobilidade de seus cidadãos, o que talvez poderia ser uma característica das primeiras décadas do século XIX, mas não no período por nós estudado. Batista ainda evidencia que “povoar, habitar e morar não possuíam os mesmos significados para homens e mulheres, livres e escravos, ricos e pobres nos sertões do médio São Francisco.” (BATISTA, 2006: 22)

Então, como podem esses moradores se verem diante de tantas e tantas questões como as levantadas em suas solicitações e abaixo-assinados, sem que tivessem um mínimo de enraizamento e noção de seus direitos diante das suas necessidades? As questões colocadas sobre essa pretensa “fluidez e mobilidade espacial” na região, bem como sua “instabilidade”, não seriam um tanto quanto reducionistas, como quase sempre se faz quando se avalia regiões mais interioranas, afastadas dos grandes centros urbanos?

Em variados documentos apresentados junto à Câmara Municipal de Montes Claros, ou por meio de solicitações levadas ao debate por vereadores, ou pelo uso de abaixo-assinados, os moradores do norte de Minas expunham não apenas os seus interesses na resolução dos problemas cotidianos, mas, sobretudo, expunham um pouco do seu *modus vivendi*, das suas formas de se relacionar com o dia-a-dia e com o poder. São esses indícios que, por meio da análise empírica dos documentos, nos permitem revelar um sertão diferente.

Em solicitação registrada na Câmara no ano de 1881, moradores da região da Fazenda das Águas da Serra se mobilizavam em um abaixo-assinado para requerer duas questões importantes: a desobstrução de uma estrada, feita por fazendeiro da região, e uma melhor regulamentação na venda de gêneros alimentícios durante os fins de semana, para que assim “se possa ver dada a ordem de todos e o bem de todos”.¹¹⁷

Em outro documento, ainda mais interessante, do início do ano de 1883, o fiscal responsável pela questão sanitária da cidade reclamava da organização de alguns moradores contra uma Lei já editada na cidade, e que muitos não concordavam com a sua aplicação. Pelos termos do documento, o fiscal denunciava que “a população não respeita e é completamente insubordinada às leis quanto ao asseio das vias públicas.” Ainda no texto, o fiscal culpa a Câmara Municipal pelas dificuldades que ele enfrentava no cumprimento da referida lei, já que, para ele, a Câmara “não acostumou a população a observar as Posturas.”¹¹⁸

Por fim, o documento apresenta algumas solicitações individuais de moradores insatisfeitos com aquela lei, pois, os que a apoiavam, eram apenas minoria,

¹¹⁷ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1881, f. 2.

¹¹⁸ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1883, f. 5-6.

“um ou outro morador, que não necessitavam de taes animaes na sua produção diária.”¹¹⁹

Questões como as colocadas acima por moradores, políticos e representantes da administração pública revelam que esses sertanejos tinham vínculos importantes com o seu cotidiano, longe de ser caracterizado como um modo de vida “fluido”, sem raízes. Suas solicitações, também complexas, revelam que muitos desses moradores se organizavam da forma como percebiam o Estado e os seus interesses, às vezes para que as leis se fizessem cumprir, outras vezes, para se denunciar leis que os prejudicavam, como a questão da criação de porcos e outros animais.

O fato de se organizarem para contestar determinadas leis seria um exemplo da forma como esses homens do sertão percebiam o Estado, ou seja, os seus interesses em não “aceitar” o Estado, já que são homens desregrados e fora-da-lei? Com certeza não. A ordem pela qual tais homens lutavam e se organizavam era própria do seu *modus vivendi* e dos seus interesses, que, nem sempre, se coadunavam com as formas pelas quais o Estado procurava se organizar. Algo absolutamente normal, tanto para os homens do Oitocentos quanto para os homens de hoje, em pleno século XXI.

Talvez os problemas colocados por muitos desses moradores, em meio às suas mais diretas necessidades, fizessem parte de um universo político e social maior, não apenas reduzido a interesses fortuitos. Seria possível então estabelecer uma ligação entre seus interesses e os debates políticos e administrativos que se davam na região ou mesmo na província de Minas Gerais como um todo? Vejamos.

Voltando-nos às solicitações feitas pelos moradores da região por meio dos documentos apresentados à Administração Pública, é importante avaliar um aspecto central. As questões colocadas pelos moradores estavam, quase sempre, condizentes

¹¹⁹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1883, f. 8.

com as dificuldades colocadas pelos próprios políticos locais em seus relatórios e atas sobre as condições da cidade e região.

Em muitos desses relatórios ficava evidente que as condições de sobrevivência eram difíceis, e que muito ainda deveria ser feito para melhorar as condições de vida no sertão norte-mineiro. Era justamente diante dessas carências que a população se manifestava.

Dezenas de Relatórios e Atas são elucidativos desses aspectos cotidianos da sobrevivência na região, muitos deles pormenorizados em suas análises e com teores altamente qualitativos.

Em Relatório no mês de agosto de 1880, na Câmara Municipal, os vereadores discutiam questões das mais variadas, desde infrações às Posturas Municipais cometidas por alguns cidadãos, bem como solicitações distintas feitas por dezenas de moradores. O presidente da Câmara, senhor Justino de Andrade Câmara, reclamava do descumprimento de algumas leis, reiterando que o mesmo se dava em toda a província. No mesmo documento, revela o presidente da Câmara que tais violações são ainda mais latentes no âmbito penal, por meio de crimes, que infelizmente são incontroláveis.¹²⁰

O documento, em seus aspectos mais corriqueiros, enumera os variados problemas para a organização da região e o bem estar de todos os moradores, demonstrando a importância da administração pública na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da região.¹²¹

As questões levantadas pelo Relatório em quase nada se diferem das solicitações feitas por moradores ao longo das décadas de 1870-1880, quando se fazem mais intensas essas solicitações.

¹²⁰ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Agosto de 1880, f. 3-4.

¹²¹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Agosto de 1880, f. 5.

Em Relatório de 1878, também sob a presidência do senhor Justino de Andrade Câmara, outras questões eram pormenorizadas. Já aqui se via um tom mais ameno quanto à violência, acentuando a tranquilidade pública vivida naquele ano. Mesmo assim, as áreas mais afastadas da região central da cidade, segundo o Relatório, apontavam maior dificuldade na presença do poder público, devido serem regiões “em que se dispõe dos elementos de pouco número de força pública”.¹²²

Afora as questões ligadas à violência e organização da segurança pública, discutia-se problemas de ordem social, de organização das ruas e de limpeza, tais como o fato de se continuar “em grande escala a criação de porcos nesta cidade.”¹²³

Para que tenhamos uma idéia da relação entre tais questões levantadas pela Administração Pública em seus relatórios em consonância com as questões solicitadas pelos moradores em seus diversos abaixo-assinados e representações junto à Câmara, basta dimensionar a questão da criação de porcos na cidade, um problema de ordem sanitária e, portanto, de preocupação direta de muitos.

Em vários documentos durante a segunda metade do Oitocentos a questão fora levantada, quase sempre no mesmo tom. Interessante notar que a questão não era apenas mencionada pelos homens da administração pública e os vereadores da cidade. Cidadãos também se manifestavam, especialmente alegando a falta de higiene e o mau cheiro como resultado de questões como a inadequada criação dos animais. São vários os Relatórios e as solicitações junto à Câmara em que essa questão, como tantas outras, eram citadas a exaustão.¹²⁴

Uma especificidade da ação política e das necessidades e características do sertão norte-mineiro? Definitivamente não. Estamos longe de evidenciar que tais

¹²² APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Outubro de 1878, f. 3.

¹²³ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Outubro de 1878, f. 4.

¹²⁴ A maioria dos documentos analisados nessa parte da pesquisa são datadas de 1860 a 1889. Assim, a questão levantada aqui abarca especialmente esse período, não devendo, obviamente, ser estendida a nenhum plano temporal pós 1889, o que faremos no próximo capítulo desta tese.

problemas e relações sociais se davam apenas na região estudada. Os Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais, ao longo do século XIX, demonstram os incontáveis problemas que a província vivenciava na construção da sua própria ordem, muitos problemas os quais perpassam todo o século, décadas e décadas, anos e anos, de forma até mesmo cansativa.

Esses relatórios, já estudados em momento anterior para se analisar o papel da justiça nas Minas Gerais e, por conseguinte, no sertão norte-mineiro, tinham como propósito fazer um balanço das condições sociais, políticas, jurídicas, econômicas e de sobrevivência da província ano após ano. Quando tratava de questões pontuais sobre as condições de Minas Gerais e seus inúmeros municípios, quase sempre se apontava os mesmos problemas no que se refere a obras públicas e suas dificuldades de realização, aos problemas ligados à iluminação pública, as questões de sanitarismo e saneamento, ao funcionamento dos presídios e da organização dos presos, entre tantas e tantas questões de ordem cotidiana.

Em Relatório do ano de 1840, o presidente da província, senhor Bernardo Jacintho da Veiga, colocava em questão a situação dos presídios em Minas Gerais, demonstrando que praticamente todas as Comarcas e suas maiores cidades necessitavam de melhorias nesse tipo de serviço, e relatava ainda que isso não era apenas uma necessidade do Estado, mas também uma alegação de muitos cidadãos e moradores dessas regiões, desejosos de uma melhor organização das Comarcas.¹²⁵

Sete anos depois, em Relatório feito pelo presidente da província, senhor Quintiliano José da Silva, tais questões eram novamente apresentadas, sob um olhar quase idêntico ao documento anterior, e ainda mais semelhante às tantas e tantas

¹²⁵ RPP/MG, 1840, Fala do Presidente de Província.

solicitações e questões levantadas na Câmara Municipal de Montes Claros, *locus* da nossa pesquisa.

A questão dos problemas ligados a epidemias, vacinas e tantos outros problemas de ordem sanitária são colocados no Relatório como de resolução urgente, pois se faziam fundamentais para um bom ordenamento da província e das suas comarcas. Até mesmo a questão dos porcos e sua proliferação de doenças fora citada, mesmo que rapidamente, demonstrando, segundo palavras do senhor Quintiliano, que tais “questões se resolvessem para se permitir a esse povo ordeiro da nossa província melhores condições de sobrevivência.”¹²⁶

Os relatórios e atas da Câmara Municipal, avaliados em conjunto com os Relatórios Provinciais ao longo do século XIX, apresentam elementos de enorme aproximação, evidenciando mais uma vez que tais relações entre as necessidades políticas e sociais do sertão norte-mineiro, em muitos aspectos, em nada diferem das questões que se colocavam em boa parte das Minas Gerais.

Obviamente, os Relatórios dos Presidentes de Província são generalizantes no que se refere às condições das diversas comarcas e cidades das Minas, por tratarem o problema à distancia, sem atenção às especificidades que os mesmos exigem. Isso é um aspecto evidente da questão, e que não pode ser ignorado. Não obstante, isso não retira o fato de que os problemas apontados são tratados para toda a Minas Gerais, sem diferenciação imediata se tratamos de um universo rural ou urbano, sertanejo ou dos grandes centros da província.

Enfim, o que nos parece muito claro é que os problemas dos habitantes de Montes Claros e demais regiões do norte de Minas, com todas as suas peculiaridades, não podem ser tratados como se fizessem parte de um universo paralelo, onde o

¹²⁶ RPP/MG, 1847, Fala do Presidente de Província, p. 16.

sertanejo vivia em um mundo localmente único, singular, que em nada o aproximaria de um universo mais amplo.

E não apenas os problemas. As posturas dos cidadãos diante deles, na sua forma de enxergar e perceber a presença do Estado, devem ser também tomadas em uma dimensão mais ampla, que dê conta de perceber que em regiões mais rurais, interioranas, baseadas em um modo de vida simples, os problemas também se faziam sentir, e as organizações sociais também. Às vezes a seu modo, outras vezes de forma idêntica ao de tantos outros cidadãos espalhados pelo país afora.

É nesse sentido que se faz necessário uma última análise, diretamente relacionada à nossa proposta: a importância das classes populares na História.

Uma História interessada no estudo dos grandes homens e dos grandes feitos, no estudo das relações políticas e na sua abordagem estritamente vista “de cima”, já foi, é importante salientar, extremamente revista. Os chamados “excluídos da História” se transformaram, há décadas, em objeto de estudo de historiadores e demais cientistas sociais.

Essa mudança fez parte de um projeto amplo de revisão da História, por meio de novas abordagens, novos métodos e novos atores sociais, revisão esta que incluiu o estudo de escravos, de operários, de mulheres e tantos e tantos outros grupos e classes pouco privilegiados pela historiografia até o final do século XIX.

A evolução da História enquanto ciência veio acompanhada de uma importante evolução na historiografia e no ofício do historiador, o que ocorreu naturalmente, de acordo com a evolução da própria sociedade ao longo do século XX. (REIS, 2004)

É na esteira dessa transformação que os estudos sobre classes populares se enquadram. Edi de Freitas Cardoso Júnior, em dissertação citada anteriormente, faz uma

abordagem altamente qualificada do que ele classificou como “cultura política popular” na região de Montes Claros, em pleno processo de crescimento da cidade em meados do século XX. (CARDOSO, 2008)

Cardoso Júnior, ao analisar pedidos e solicitações dos grupos populares da região, feitos diretamente a políticos da época diante das inúmeras dificuldades dos cidadãos, demonstra que a ação desses populares era bastante complexa, mas que carregava um alto grau de representações sociais, aproximando as pessoas em torno das necessidades em comum de moradores. (CARDOSO, 2008)

A intenção do autor é compreender a atuação política dessas classes populares, demonstrando um certo equívoco de análises anteriores, pouco atentas a essas importantes relações sociais e políticas desses grupos:

A desqualificação dos indivíduos pertencentes às classes populares enquanto sujeitos políticos pode ser, de certo modo, considerada conclusão interessada de intelectuais ímpios e/ou conservadores quanto à capacidade de atuação autônoma e racional dos mesmos. Seja esta incredulidade fruto de elitismo, anacronismo ou qualquer outra coisa, tende a suprimir a experiência, substituindo-a por ideais, noções e conceitos constituintes do olhar dos observadores, em regra, exteriores ao contexto empírico focalizado. A consequência é o aparecimento de representações pouco esclarecedoras e autoritárias sobre a participação política popular, antes de tudo, reveladoras do imaginário político do analista. (CARDOSO, 2008: 34-5)

Na análise sobre a proclamação da República no Brasil, José Murilo de Carvalho atenta para o fato de impressões parecidas com as colocadas por Cardoso Jr. na análise acima. Assim, José Murilo critica o fato de que os observadores e analistas sobre a transição para a República, ao criticarem os elementos populares e sociais no evento de 15 de novembro de 1889, “estavam sem dúvida buscando o cidadão ao estilo europeu”. Daí decorriam análises apressadas sobre o povo brasileiro que não existia, bestializado diante das questões políticas nacionais. (CARVALHO, 1987: 67-70)

Inúmeros outros trabalhos poderiam ser aqui citados, e o faremos no capítulo seguinte, quando nos atentaremos para essas relações sociais e políticas no período republicano. Nesse momento, cabe-nos repensar um aspecto já levantado, e que as abordagens de Cardoso Jr. e José Murilo permitem um diálogo.

Conclusões apressadas, em qualquer tipo de análise historiográfica, costumam ser arbitrárias e, por conseguinte, insuficientes nas análises políticas e sociais vistas “mais de perto” pelo historiador. Cardoso Jr. avalia, com qualidade, a questão, sobretudo ao reiterar que a grande consequência desse tipo de análise apenas conceitual, e não empírica, “é o aparecimento de representações pouco esclarecedoras e autoritárias sobre a participação política popular, antes de tudo, reveladoras do imaginário político do analista”. (CARDOSO, 2008: 34-5)

A análise de José Murilo também nos permite inferir a mesma conclusão, sobretudo quanto ao julgamento do brasileiro e sua nulidade nas relações políticas nacionais. Transportando a sua análise para a questão levantada nessa tese, é necessário acrescentar que questões previamente conceituais sobre a atuação do sertanejo, diante de estereótipos já consagrados sobre o seu *modus vivendi* e sua cultura, acabam por ocultar suas relações mais dinâmicas e complexas, como se autores e analistas estivessem procurando no sertanejo um outro, sempre diferente, sempre singular, o que justificaria os seus estudos.

Estudar as relações dos moradores do norte de Minas com o poder, em consonância com o seu cotidiano, torna-se, dessa forma, instrumento ímpar na análise das relações sociais e políticas do sertão, baseadas em conflitos, solidariedades, arranjos e desarranjos diante da sobrevivência, sempre difícil, a tantos e tantos brasileiros que viviam sob a tutela do regime monárquico que se desestruturava naqueles anos finais do Segundo Reinado.

Em um longo documento da administração pública de Montes Claros, composto de inúmeras sessões da Câmara entre os anos de 1877 e 1880, nos é possível redimensionar muitos dos aspectos que caracterizavam essas relações dos moradores da região com o poder, bem como a forma como os homens que compunham a estrutura administrativa e política da região lidavam com as solicitações e demandas dos norte-mineiros, naqueles anos finais do Império.

O documento é composto por variadas solicitações dos moradores, algumas individuais, outras coletivas, compostas inclusive de abaixo-assinados como alguns descritos anteriormente. Requerimentos individuais que giravam em torno de questões aparentemente simples, como pedidos de licenças para construções, pedidos de autorizações para o exercício de determinados ofícios, pedidos de devoluções de animais apreendidos, entre outros aspectos.¹²⁷

Não obstante, é interessante notar que muitas das questões levantadas sobre as condições de sobrevivência na região, e a urgência de que muitas fossem resolvidas para os cidadãos, são acompanhadas de impressões sobre o interesse do povo, bem como dos pedidos feitos pelos mesmos para a resolução de tais questões. Dessa forma, os vereadores, fiscais e tantos outros agentes do poder administrativo e público reiteravam o interesse e a manifestação dos populares sobre os problemas em questão, tais como a construção de um cemitério público para a cidade, já que muitos “moradores vião também essa necessidade, devido aos inconvenientes dos enterramentos na Matriz”.¹²⁸

No ano seguinte, em solicitação presente na mesma Ata de Sessões da Câmara, os moradores do Riacho do Fogo enviavam um abaixo-assinado para que se respeitasse o contrato firmado para a construção de uma ponte na região, e afirmavam

¹²⁷ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1877.

¹²⁸ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1877, f. 4-5.

ter conhecimento do “orçamento apresentado pelo engenheiro, e que por isso viam ser de bem de todos a construção da referida ponte e de total possibilidade por parte desse órgão a construção da mesma.”¹²⁹

Composto de quase duzentas páginas de solicitações, requerimentos, transcrições de sessões da Câmara, entre outros instrumentos legais de funcionamento da Administração Pública, o documento é altamente revelador das questões que se faziam importantes na vida cotidiana e pública da região. As suas páginas revelam, sobretudo, as formas e anseios da população do norte de Minas diante das querelas e pendengas que se colocavam no seu dia-a-dia, na sua faina diária e na sua luta pela sobrevivência em um mundo rural.

Seus anseios, expectativas e desejos, manifestados nas inúmeras solicitações apresentadas à Câmara Municipal de Montes Claros revelam que esses moradores, a seu modo, lançando mão dos seus instrumentos de ação política, também enxergavam o Estado, muitas vezes cientes dos seus direitos, esperando dessa forma obter ganhos variados ou somente a possibilidade de uma vida mais digna, que passava por questões simples, como a construção de uma ponte ou de um cemitério, ou como a devolução de um cavalo apreendido pela fiscalização municipal. Um cavalo apenas...

Questões simples, de também simples resolução, mas, inegavelmente, questões fundamentais diante do cotidiano em que se viam inseridos.

¹²⁹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1877, f. 11-12.

CAPÍTULO 3

A REPÚBLICA NO INTERIOR DAS MINAS: DIÁLOGOS ENTRE PODER, COTIDIANO E VIOLÊNCIA

A análise da transição para o regime republicano e as novas formas de relações sociais que se configuraram no sertão das Minas é o objetivo central do último capítulo da tese. A mudança de regime político e o início do século XX marcaram a região, especialmente quanto ao progresso que se avizinhava, em meio ao coronelismo característico das relações políticas regionais.

O novo discurso da República, que se pretendia representar o “novo”, o “progresso” e a “democracia”, conviveu na região com um universo de permanências, bem mais do que rupturas. Dessa forma, a população norte-mineira continuou a se utilizar do poder como forma de sobrevivência, mas, acima de tudo, manteve boa parte das características que marcaram a violência oitocentista.

É nesse sentido que o presente capítulo aponta algumas dessas continuidades, mostrando que a transição para o regime republicano se deu muito mais no discurso de poder que se pretendia “novo”, do que no cotidiano que se manteve com inúmeras heranças escravistas.

3.1 – Montes Claros na transição do século XIX para o século XX

Após décadas de um regime monárquico que marcara o século XIX brasileiro, o dia 15 de novembro de 1889 entraria para a história como mais um grande evento político do país, responsável pela nossa transição para o regime republicano. A

transição de um regime para o outro fez sentir no país inteiro um processo de transformações e de continuidades, de mudanças e de permanências, como de fato geralmente se dá na história do Brasil, em tantos e tantos eventos que marcaram a nossa vida política.

O norte de Minas também presenciou alguns desses elementos, aliando as transformações de um novo regime que se iniciava – tendo em vista o progresso que provocava mudanças nas primeiras décadas da República – com as permanências de um passado marcado pelo escravismo e pelas relações políticas de dependência e paternalismo – tendo o coronelismo como elemento central dessas continuidades.

Os estudos sobre o coronelismo no Brasil foram responsáveis por análises variadas sobre o tema, desde a discussão sobre o auge do sistema, até as formas pelas quais o mesmo se configurou. Mesmo diante desses debates, a maioria das pesquisas demonstra a enorme vocação do país para a permanência de algumas das principais características das nossas relações políticas, heranças advindas desde o período colonial, e que se moldava por relações de paternalismo, de poder e de clientelismo, instrumentos da ação política que definiu o coronelismo no Brasil, de norte a sul, do litoral ao sertão das Minas.

César Henrique Porto, estudando a região norte-mineira, evidencia algumas das principais características que marcaram a vida política sertaneja nas primeiras décadas da República. O título do seu livro, *Paternalismo, poder privado e violência*, por si só, já nos parece imensamente esclarecedor de parte do caráter político que se configurava na região. (PORTO, 2007)

Segundo o autor, o campo político norte-mineiro durante a República Velha mantinha a violência como importante recurso político. No último tópico desse capítulo veremos que não apenas na vida política, mas, sobretudo, no cotidiano das relações

entre livres, a violência permanecia como elemento configurador do sertão, independente da mudança de regime que se dera naquele ano de 1889.

Estudando o fenômeno coronelista local, o autor revela como a violência aparecia no *lôcus* sertanejo, entre liberais e conservadores, entre monarquistas e republicanos. Dominada por pelo menos duas grandes facções políticas naqueles anos iniciais da República, a vida política na região era agitada, e a violência dava contornos especiais ao cotidiano político. (PORTO, 2007)

Não obstante, um importante elemento percebido também no cotidiano político do Império deve ser ressaltado. Por meio dos discursos feitos pela imprensa da cidade e de variados documentos da administração pública – como veremos ainda nesse capítulo – é possível adentrar em um debate refinado, de homens públicos que sabiam lidar com o discurso da época, e que enxergavam a política do estado de Minas Gerais bem de perto.

Nos jornais da época, analisados pelo autor, fica evidente o acalorado debate político que se dava, mostrando que o sertão das Minas explicitava muitas das características da vida política regional. Cada vez menos, como já apontamos para o século XIX, sustenta-se a tese do isolamento da região, mesmo que, obviamente, as características do poder privado e da violência se faziam sentir, como de resto o era para todo o Brasil, conforme os estudos sobre o coronelismo demonstraram nas últimas décadas.

John Wirth, em trabalho sobre as Minas Gerais no início da República, *O fiel da balança*, traça um panorama sobre a vida política das Minas e, em comentário sobre a condição política da região norte-mineira, analisa as disputas que se davam pelo poder e, em conjunto, o papel da violência na vida política local. Segundo o autor, a cidade de

Montes Claros, durante anos, esteve dividida entre dois grandes grupos políticos, nos seus dizeres, “campos de batalha”:

Um deles, o “Partido do Alto”, situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado “Partido de Baixo” (por causa de outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1865-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os “molotros”. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam um partido não ousavam brincar com os filhos de membros de outro. Inevitavelmente, os dois lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os “carecas” e os “metidos”. Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite. (WIRTH, 1982: 224)

E de fato, como Wirth demonstra, o progresso chegava cada vez mais na região, permitindo que Montes Claros crescesse e prosperasse, configurando mais um elemento no processo de transformação que aqueles primeiros anos da República apontavam.

Gy Reis Gomes Brito, em seu livro *Montes Claros, da construção ao progresso*, procura traçar um bom panorama das relações políticas que se deram na região à época, e sobretudo demonstrar os aspectos que marcaram o progresso na cidade de Montes Claros no início da República. Entre os vários elementos que poderiam ser enumerados sobre esse progresso estão a iluminação pública, o ordenamento das praças da cidade, entre tantas outras mudanças pela qual a cidade passava. O autor avalia como a Câmara Municipal apresentou projetos na época para recuperação de praças, jardins e variados espaços públicos. “Ao que tudo parece, a febre das reformas Pereira Passos, na

década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro, estava chegando ou já influenciava os administradores municipais de Montes Claros.” (BRITO, 2006: 115)

Analizando a relação entre progresso e política na região, o autor deixa claro que:

Não podemos perder de vista que o interesse “político” da elite de Montes Claros estava contemplado nas ações sobre o planejamento da cidade, a organização urbana e sua ocupação no que se refere a demolições, calçamentos, desapropriações; enfim a remodelação da planta da cidade somente atendia os interesses dos moradores da área central, tornando-se assim em uma situação de exclusão social. (BRITO, 2006: 117)

Diante desse quadro de progresso, onde a construção da ferrovia marcaria decisivamente a nova estrutura que se impunha naquelas décadas iniciais do século XX, o autor também dá importância às elites da região, responsáveis pela construção da vida política e vistas como “agentes do progresso”.

Para o autor:

A vida política de Montes Claros por muitas décadas esteve sob o domínio das tradicionais famílias Prates e Alves que se revezavam com certa frequência no poder local representando seus interesses e suas ideologias em âmbito municipal, estadual e federal. Essa situação de revezamento de poder era uma prática comum na política brasileira, não sendo uma situação política peculiar somente na cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais. Desde o Brasil Império a cidade de Montes Claros convivia com essa situação, fortalecendo este comportamento de personalismo e individualidade. (BRITO, 2006: 148)

Dessa forma, o progresso que marcava a região naqueles primeiros anos da República, convivia com permanências nas relações políticas e sociais, conforme o coronelismo e a violência comprovam. Estruturas de poder marcadamente paternalistas, baseadas na poder privado, conviviam com uma nova forma de se enxergar a região, à medida que o progresso avançava.

Um novo presente se moldava, aliando o novo e o velho na formação da região norte-mineira. E assim o foi também nas regiões mais centrais do país.

Segundo Maria Efigênia Lage de Resende, o Brasil se configurava naquele período da Primeira República como um “liberalismo oligárquico”, isto é, ao mesmo tempo em que se via a estruturação de uma nova política que procurava se diferenciar do Império, era possível perceber que as oligarquias se consolidavam no poder, fortalecendo as elites cada vez mais na direção das políticas regionais. Nesse sentido, o coronelismo se tornava um mecanismo vital na estrutura política do país, fortalecendo assim o poder dos municípios. Segundo Resende:

A transplantação de princípios da Constituição dos Estados Unidos para a Constituição republicana de 1891 é feita sem que se leve em consideração a realidade social e econômica do país, marcada pela alta concentração da propriedade, pelo imenso poder dos proprietários de terras e pela enorme desigualdade entre a população, hierarquizada pela pobreza, pelo estigma da escravidão e pela cor da pele. (RESENDE, In: FERREIRA e DELGADO, 2003: 98)

É nesse jogo de mudanças e permanências que a República se constituía. A formação de um regime republicano no país, que muitos pareciam esperar a décadas, colocava o Brasil em um novo caminho, e os homens do norte de Minas também tinham suas impressões sobre o novo regime. Discursos e mais discursos, das Minas ao sertão das Minas, foram proferidos sobre o regime e suas novidades. Discursos que lançavam um novo olhar sobre a liberdade, o poder e a justiça.

3.2 – A República como instrumento: discursos de liberdade, poder e justiça

Atravessando o nosso paiz uma época anormal, em que sentem-se os abalos e efeitos de uma profunda transformação política, qual a operada pela revolução de 15 de novembro de 1889, comprehendem-se as dificuldades com que tem de lutar o governo para encaminhar os serviços e adaptar as molas das administração ao novo organismo político.

Si a reforma constitucional de 12 agosto de 1834 não tivesse sido deturpada na sua execução pela atrofiadora centralização que seguiu-se à lei interpretativa de 1840, seguramente o regimen republicano federativo, decretado pela revolução triumphante de 1889, encontraria o terreno preparado para seu natural funcionamento, sem attritos, nem embaraços.

Seguindo-se, porém, ao regimen imperial centralizador, não é de estranhar que o novo mecanismo político-administrativo, no primeiro período, dê lugar a incertezas e duvidas, quanto á esphera de acção em que deve girar o poder federal e o estadual.¹³⁰

O documento acima é parte da fala do presidente da província de Minas Gerais no ano de 1893, isto é, quatro anos após a proclamação da República no Brasil. Nas suas linhas, várias questões são levantadas sobre os anos iniciais da República, ainda jovem, em comparação com as décadas de poder monárquico vivido no país, baseado na sua “atrofiadora centralização”, fruto da Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840.¹³¹

Dessa forma, não escapa ao presidente de província os caminhos tortuosos que a República enfrentava – e ainda enfrentaria – naqueles anos, dando lugar assim a tantas “incertezas e dúvidas”. Diante de tantos “atritos e embaraços”.

Não obstante, é importante notar que o debate sobre a importância da República e o seu efeito transformador para a história do país parece, obviamente, não ter se limitado ao evento do dia 15 de novembro e os meses que se seguiram a ele. Quatro anos depois, como vimos, ainda havia uma preocupação em se comparar a

¹³⁰ RPP/MG, 1893, Fala do Presidente da Província, p. 4.

¹³¹ Sobre a Lei, ver: VAINFAS, 2002.

República que nascia, com o Império, que morrera. Minas Gerais, pela sua indiscutível importância no cenário político nacional, também alimentava esse debate, por todas as suas regiões, do centro ao rural, do sul ao norte, das Minas às Gerais.

Como sabemos, a proclamação da República no Brasil suscitou inúmeros debates, em grande parte voltados para a discussão fundamental sobre as mudanças que o país atravessaria. Décadas de formação monárquica teriam colocado o Brasil distante da modernização, representada, agora, pela formação de uma República Federativa a semelhança dos Estados Unidos da América. Não é demais lembrar que o Brasil era o único país do continente americano a sustentar um regime monárquico durante o Oitocentos.

Assim, a República Velha constitui-se em um momento ímpar para se analisar a transição do Brasil de uma estrutura monárquica para um futuro republicano. Mas, o que essa transição teria representado?

Segundo Maria Efigênia Lage de Resende, o Brasil passaria agora por um processo de “liberalismo oligárquico”. À semelhança do que ocorrera ao longo do século XIX – onde o Estado praticava um liberalismo que mantinha a escravidão, por mais paradoxal que a junção desses dois conceitos possa parecer –, o Brasil teria agora uma configuração republicana extremamente reguladora do cotidiano das pessoas, tendo em vista a pequena participação política permitida ao cidadão. Tem-se como exemplo maior a Constituição de 1891 e a pequena participação política/cidadania advinda de seu texto. A autora ainda destaca elementos que mostravam as contradições da República que nascera, como os debates sobre propriedade e liberdade, as imagens negativas do Estado frente a população livre pobre, a perseguição ao operariado, etc. (RESENDE, In: FERREIRA e DELGADO, 2003)

Nesse sentido, percebe-se um Estado Republicano ainda pouco preparado para os novos rumos institucionais. Se o próprio Estado não se mostrava adaptado à idéia de República, o que esperar da população? Para contemporâneos da proclamação, o povo teria assistido “bestializado” ao 15 de novembro de 1889.¹³²

Dessa forma, necessário e urgente se fez a criação de um imaginário republicano para o Brasil, conforme destaca José Murilo de Carvalho. A “formação das almas” republicanas se daria a partir da manipulação de um imaginário que desse conta de criar uma “comunidade de sentido” voltada para a idéia republicana. Tiradentes, o herói republicano, a Mulher, como alegoria para a República, bem como uma bandeira e um novo hino, são exemplos do esforço de se criar esse imaginário no país. Sucesso? Pelo menos não é o que se nota pelas palavras de José Murilo de Carvalho:

Falharam os esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime para além das fronteiras limitadas em que a encurralara a corrente vitoriosa. Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. Nos aspectos em que tivera algum êxito, este se deveu a compromissos com a tradição imperial ou com valores religiosos (CARVALHO, 1990: 141).

Se a “formação das almas” republicanas, isto é, a percepção da idéia de República entre as massas é uma questão importante, acentuamos que não é, pelo menos nesse momento do capítulo, o nosso interesse. No momento, interessamos pensar sobre a República entre esses homens do poder, que procuram expor suas variadas impressões sobre o regime, tal qual no documento pelo qual iniciamos o capítulo, e que está longe de ser um exemplo apenas. Das Minas ao sertão das Minas as idéias sobre a República ganhavam corpo, forma, estilo, e as elites procuravam posicionar os seus discursos de variadas formas.

¹³² Nos referimos aqui à conhecida expressão de Aristides Lobo, dias após a proclamação da República. Ver: CARVALHO, 1987.

No dia 1º de agosto de 1889, portanto somente há alguns meses da “revolução” de 1889, nos dizeres de alguns desses mais ilustrados homens, o Partido Republicano Mineiro conclamava os cidadãos da província a irem à urnas, “no intuito de derrubar o sistema vigente”. Na verdade, tratava-se das eleições que se dariam naquele mês, e que muitos desses políticos viam como uma boa oportunidade para se concretizar a transição política que se avizinhava: a mudança do regime político imperial para o regime republicano.

Algumas das suas impressões merecem destaque, pois nos permitem estabelecer um diálogo entre os políticos das Minas e os norte-mineiros, diante da questão republicana que interessava a tantos e tantos.

Concidadãos!...

Está próximo o dia 31 de Agosto, dia que, por certo, será um dos mais gloriosos para o grande e pujante partido republicano mineiro que se levanta, pois que é n’esse dia que, pela vez primeira, os adeptos sinceros deste partido vão se empenhar no pleito eleitoral com o interesse legítimo de fazerem triunfar a causa santa do patriotismo, lançando de uma vez para sempre, n’esta zona querida da pátria estremecida, os alicerces da (sic) de Liberdade – igualdade e (sic) princípio sublime em que se basearam as sagradas doutrinas do Redemptor do mundo, e que hoje serve de pedestal da democracia.

É a luta da liberdade contra o despotismo, da igualdade contra os privilégios, da fraternidade contra o egoísmo, do presente contra o passado, da idéia republicana contra a monarquia!¹³³

O Manifesto, estimulante em muitas das suas abordagens – como um manifesto efetivamente deve se propor – buscava sensibilizar os cidadãos para a causa patriótica, em nome da Liberdade. Ah, a Liberdade... Liberdade na qual, segundo os mesmos, “se basearam as sagradas doutrinas do Redemptor do mundo, e que hoje serve de pedestal da democracia.” Assim se daria a “luta da liberdade contra o despotismo”, segundo o Manifesto.

¹³³ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 01-08-1889. Manifesto do Partido Republicano Mineiro.

Em outros momentos, é novamente marcante a dicotomia estabelecida entre República e Monarquia, especialmente a partir da contraposição de idéias e termos que caracterizariam um e outro regime. O discurso tem aqui a clara intenção de atentar para o fato de que a República representaria o progresso e a solução, ou mesmo a “igualdade”, ao passo que a Monarquia seria o atraso, o passado, o “despotismo”. E os novos republicanos das Minas continuam:

Assim, concidadãos! – é bem visto que, collocadas as cousas no pé em que se acham e conheceis; começada a lucta entre o systema antigo de governo, que definha e se esvae, arrastando, na sua decadencia progressiva, grande parte da seiva vital da nossa pátria, e a republica, unica esperanza de salvação que nos resta, porque é deste systema salutar de governo que nos pode vir um lenitivo a tantos males; devemos, como cidadãos patriotas e cujos sentimentos ainda não degeneravam, empregar todos os meios a canaes legitimos, os obstaculos que por ventura se anteponharr à este desiteratum. Que a republica federativa, como a queremos, é o unico governo que pode, nas circumstancias actuaes, salvar o paiz do abysmo para que o arrastam as ambições do governo monarchico, é cousa intuitiva, é questão vencida, não havendo ainda nas fileiras liberaes e conservadoras, nenhum homem sincero que não esteja disto convencido (...).¹³⁴

A República identificada com a solução. Em um mundo marcado pelos conceitos de progresso, ordem e civilização – típico daquelas décadas finais do século XIX¹³⁵ –, a República, no nosso caso, parecia o passo decisivo para nos colocar nos rumos do desenvolvimento, salvando “o pais do abysmo para que o arrastam as ambições do governo monarchico”. No mais, o Manifesto ainda reiterava que tais impressões e desejos sobre a necessidade da transição para um sistema republicanos era ponto quase unânime entre os políticos das Minas, “não havendo ainda nas fileiras liberaes e conservadoras, nenhum homem sincero que não esteja disto convencido”,

¹³⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 01-08-1889. Manifesto do Partido Republicano Mineiro.

¹³⁵ Para tal ver: HOBSBAWM, 1998. ARENDT, 1989. SCHWARTZ, 1993.

afinal, a Monarquia se definhava, se esvaía, “arrastando, na sua decadencia progressiva, grande parte da seiva vital da nossa pátria”.

Meses depois da proclamação da República, já no início de 1890, políticos do norte de Minas, por meio de documento da Câmara Municipal de Montes Claros, manifestavam sua satisfação com o novo regime, especialmente por ter levado as “glórias do progresso” para a região.¹³⁶

Sob comando do presidente da Câmara, o tenente Victor Quintino de Souza, vereadores e políticos manifestavam-se sobre as glórias da República, celebrando o novo regime e as melhorias na vida pública da cidade de Montes Claros. Até esse ponto, nada mais natural. Faz-se interessante notar aqui a semelhança dos seus discursos diante do Manifesto citado.

Em muitos momentos, os políticos norte-mineiros apresentavam uma interessante homogeneidade com o discurso dos políticos das Minas, sobretudo quando se propunham a estabelecer reflexões sobre a República e suas características, tal qual fazia o Manifesto de Agosto de 1889.

(...) E de facto estamos sim preparados para a republica, pois ela é compativel com a dignidade humana, e está em nossas consciências por sermos homens da republica. (...) Aos nossos cidadãos vemos o progresso cada vez mais próximo, ante os nossos olhos, felizes por termos encarado o nosso passado de frente.¹³⁷

O documento fazia, ainda, citações do Manifesto, com transcrições em sua íntegra, o que reforça que o mesmo tinha importante papel nos discursos proferidos pelos políticos norte-mineiros. Em uma dessas citações, e assinado pelo “Club Republicano Montes-Clarense”, lê-se:

¹³⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1890.

¹³⁷ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1890.

Nos arraiaes d'esses velhos pardidos ainda vemos (quasi regra geral) homens sinceros, criteriosos, inteligentes e até ilustrados que, verdadeiros adeptos do governo do povo pelo povo, nutrindo sentimentos puramente democraticos dizem-se monarchistas por conveniência, isto é, porque, exercem empregos publicos de que carecem ao trabalho que nobilita o homem, preferem a hupocrisia á franca e leal manifestação dos nobres sentimentos de que são possuidos! (...)

Avante cidadãos! – A pátria querida geme, estorce-se angustiosa sob o jugo terrível d'aquelle, que lhe sugam a fortuna e honra, e nós – embora uma pequena e humilde fracção dos seus desdidosos filhos – devemos, na vanguarda do progresso, dar uma prova cabal, tanto quanto nos caiba, de que temos corações sinceros que pulsam pela pátria, e almas grandiosas que sabem e podem sacrificar tudo para salvação da dignidade e honra postergadas.¹³⁸

Os republicanos norte-mineiros mostravam aqui como os sertanejos eram adeptos do governo “do povo pelo povo”, e com sentimentos “puramente democráticos”. E mais: se muitos desses homens se declaravam ainda monárquicos, era mais por conveniência do que por convicção, já que as convicções e ideologias pareciam ser realmente republicanas. E por isso mesmo esses cidadãos deveriam ir à frente, “avante”, dando provas de que “temos corações sinceros que pulsam pela pátria, e almas grandiosas que sabem e podem sacrificar tudo para salvação da dignidade e honra postergadas”.

Que tais debates sobre a República e as idéias advindas da sua implantação chegaram ao norte de Minas é ponto indiscutível, e retomaremos essas questões mais à frente. Não obstante, faz-se necessário compreender as características desse debate em um plano mais amplo, especialmente sobre aquilo que se propunha de representação sobre República, Monarquia, Democracia e Progresso, entre tantos outros conceitos debatidos à época.

¹³⁸ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1890, p. 2.

Caio Prado Jr., em sua interpretação sobre o advento do regime republicano no Brasil, analisou os elementos que levaram à desagregação da Monarquia. Para o autor, a principal razão da queda monárquica teria sido a inadequação das suas próprias instituições ao progresso do país. Assim, elementos começaram a minar, silenciosamente, o Império, que não resistiu à desagregação que lhe era imposta. Incapaz de resolver os problemas que se apresentavam naquele final de século XIX, bem como de se adequar às transformações do país, o Segundo Reinado não resistiria à tendência republicana que se apresentava. (PRADO Jr., 1970)

Nelson Werneck Sodré, em *Panorama do Segundo Império*, era ainda mais claro quanto a sua análise da desagregação do regime monárquico. Para o autor, o Império era fraco, sem bases sólidas, e dessa forma, “vítima das suas próprias fraquezas”, viu o regime ruir aos poucos. A centralização de poder, elemento característico da Monarquia naquelas décadas, e tão debatido diante das inúmeras revoltas provinciais do período, demonstravam que o apoio das elites provinciais ao regime já não era decisivo, lançando o Segundo Reinado à sua própria sorte, e abrindo espaço para o evento de 15 de novembro de 1889. (SODRÉ, 1939)

As análises de Caio Prado e Sodré, por se tratarem de estudiosos sobre a trajetória política e econômica do Brasil, não se enquadravam necessariamente nas imagens que se fazia sobre o tema à época da transição Império-República, ou seja, das imagens que povoavam o discurso político e intelectual dos homens que vivenciaram o evento *in loco*.

Segundo Emilia Viotti da Costa, republicanos e monarquistas, no período em questão, faziam impressões diferentes sobre a República e a Monarquia, o que, obviamente, era absolutamente natural. Já nos primeiros anos da República, portanto,

surgiam duas linhas de interpretação sobre os regimes, as interpretações “dos vencedores e dos vencidos”. Os primeiros, ou seja, os republicanos,

(...) lembrando as revoluções e pronunciamentos que, desde a Inconfidência, tiveram por alvo instalar um regime republicano no Brasil, afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando uma idéia já enunciada no Manifesto Republicano de 1870, consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. (COSTA, 1999: 387)

A versão dos monarquistas, por sua vez, apesar de abafada pela “euforia dos republicanos”, levava em conta o fato de que a proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Dessa forma, a mudança operada em 15 de novembro de 1889 tinha sido um grande equívoco:

O regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar substituiria esse regime por outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual. (COSTA, 1999: 393)

Essa visão dos monarquistas, como vimos, destoava sobremaneira daquela apresentada pelos políticos das Minas, ou do sertão das Minas, que identificavam a República com o progresso e a Monarquia com o atraso, como vimos. Em outros documentos ficava explícita essa comparação e sobreposição de idéias entre os dois regimes.

No dia 1º de junho de 1890, o jornal o Correio do Norte, da cidade de Montes Claros, publicava um artigo sobre a República no Brasil, dando ênfase na importância do evento ocorrido em novembro do ano anterior. No artigo, mostrava-se total apoio ao regime e, assim, como no Manifesto anteriormente analisado, fazia-se

comparações com a desagregação do regime monárquico, identificado este como um período de “centralização e de poucos progressos (...) e por isso damos nosso apoio ao regimen federativo da nossa República.”¹³⁹

Outros, por outro lado, apesar de se manifestarem a favor da República, tinham posições mais equilibradas, tendo em vista o fato de a mudança ser recente.

Em 15 de dezembro de 1889, apenas um mês após a mudança de regime, é publicado no Correio do Norte um texto apoiando o regime e sua instalação, mas com ressalvas e impressões que nos permitem problematizar os debates da época. Na interpretação que se faz aqui sobre a instalação da República percebemos um tom mais comedido, com uma euforia contida, especialmente nas impressões feitas sobre a desagregação do Império:

Não seria, certamente, decoroso, monarchistaas de hontem, applaudirmos hoje a mudança de systema, fazendo côro com aquelles que já se haviam pronunciado pela republica muito antes de a suppor tão próxima. Mas acceitamol-a, com todas as naturaes consequências submettemo-nos ao facto consummado; respeitaremos, como até aqui, o poder constituído, e faremos por ser na republica os mesmos que procuramos ser no Império. (...) Esperarémos, entretanto, que se constituam os novos partidos neste novo regimen, afim de nos alistarmos definitivamente sob a bandeira do que nos parece melhor inspirado pelos sentimentos patrióticos, por mais puras intenções, guiando-se pelos dictames da justiça e da moderação, consentemos com a doutrina e com a prática do partido conservador. Não devemos vencer grandes distancias, preferimos as fileiras daquelles que se collocarem nas posições mais próximas.¹⁴⁰

O tom aqui não é de total desaprovação à Monarquia, acentuando suas mazelas e expondo as vísceras do regime que chegara ao fim naquele mês de novembro. O autor do texto propunha um olhar mais “equilibrado” e comedido sobre a instalação da República, com todo o cuidado que o mesmo merecia, cabendo reiterar que os

¹³⁹ JCN – Correio do Norte, 1º de junho de 1889.

¹⁴⁰ JCN – Correio do Norte, 15 de dezembro de 1889.

políticos em questão aceitavam a República, pois “submettemo-nos ao facto consummado; respeitaremos, como até aqui, o poder constituído, e faremos por ser na republica os mesmos que procuramos ser no Império,” e que permaneceriam a serviço da política como antes.

Os pormenores sobre o evento do dia 15 de novembro não eram tão conhecidos da população sertaneja, mas o mesmo não escapara das análises e impressões diversas das elites locais. Novamente, a comparação Monarquia-República se fazia presente, como instrumento de comparação e de elogio diante da escolha da República Federativa, mas, também, quando se procurava criticar a nascente República brasileira.

No dia 27 de julho de 1890, o jornal o Correio do Norte fazia algumas análises sobre a eleição que se daria no dia 15 de setembro daquele ano, e, em tom pesado, fazia críticas ao processo eleitoral, comparando ao passado monárquico.

(...) nunca houve no paiz eleição alguma; em que o voto popular menos exprimisse a vontade da nação, em que de menos garantias se cercasse o principal dos direitos políticos do povo, cujo exercício e a primeira manifestação da soberania (do mesmo povo) como há de ser a eleição de 15 de setembro futuro. (...) Entretanto, como no tempo da monarchia continuamos, pois, no domínio das ficções, mormente em quanto concerne a representação nacional o poder é que sempre triumphará, porque dispõe de todos os meios precisos para alcançar a Victoria, e agora mais do que outrora.

Pode ser, e permitta a sorte da república que nos enganemos, mas tudo parece disposto e preparado para que sejam eleitos somente os candidatos predilectos e únicos indivíduos na celebrada chapa official, com preterição dos escolhidos pela confiança e sympathias dos eleitores, quiçá tão ciganos, senão meus dignos que os muitos dos preferidos. (...) Ainda uma ficção, de que resultará para muitos, eleitores e candidatos, mais uma nova decepção talvez. (...) É o que pensamos, na humildade de simples cidadãos brasileiros, que nos compenetrámos da necessidade de firmar se o governo republicano, desde principio, pela confiança do povo e pela verdade da expressão da vontade nacional, manifestada pelo voto nas urnas.¹⁴¹

¹⁴¹ JCN – Correio do Norte, 27 de julho de 1890.

Com o propósito evidente de criticar o processo eleitoral que se realizaria em poucos dias, o jornal estabelecia, como era de praxe, uma importante relação entre República e Monarquia, agora não mais com o tom de elogio ao “progresso republicano”, e sim para acentuar a continuidade nas práticas eleitorais brasileiras, questão analisada por muitos autores, especialmente na historiografia sobre o coronelismo durante a Primeira República. Dessa forma, o jornal tratava o processo eleitoral no regime como uma “ficção”, que se perpetuava desde o Império, e que agora seria novamente parte do cenário do novo regime. “Ainda uma ficção, de que resultará para muitos, eleitores e candidatos, mais uma nova decepção talvez”, afinal, tudo parecia preparado para que novamente os mesmos políticos ganhassem as eleições – os da “chapa oficial” – apesar das pequenas esperanças que se poderia depositar na República.

Sem nos atentar ao debate sobre o processo eleitoral na nascente República, cabe avaliar aqui novamente a insistência na comparação entre os dois regimes, na relação entre passado e presente, ou mesmo futuro, no qual a idéia de República se sustentava nos discursos presentes no sertão das Minas. Ou melhor, não apenas no universo sertanejo, mas, sobretudo, em todo o Brasil.

Em livro sobre o Rio de Janeiro no período em questão, Maria Tereza Chaves de Mello procura analisar a cultura democrática, política e científica no final do Império, sob a contestação da idéia de “bestializado” construída à época do evento. No propósito de compreender o pensamento sobre a República na época, a autora avalia algumas das imagens feitas sobre os dois regimes em questão, ou nos dizeres de Emilia Viotti, as imagens “dos vencedores e dos vencidos”.

Para Maria Tereza Mello, a grande vitória daqueles que procuraram fazer uma propaganda republicana, impondo uma impressão positiva sobre o novo regime,

“foi assimilar à República o termo democracia” (MELLO, 2007), o que trazia em seu bojo as idéias de avanço e progresso, tão caras ao regime que se instalava, e ainda mais caras àqueles que elaboravam os seus discursos pós-novembro de 1889.

A palavra “república” vinha marcada com o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização, e foi ganhando as consciências. Os monarquistas não conseguiram impedir que essas marcas se colassem ao termo “república”, até porque eles mesmos estavam convertidos ao novo repertório intelectual. Mas quiseram os republicanos que também o passado lhes pertencesse. Para tanto, foram auxiliados pela generalizada sensação de renascença liberal que os movimentos de rua traziam à memória, configurando uma tradição republicana brasileira. (MELLO, 2007: 14)

A análise de Mello impõe ao estabelecimento do regime republicano uma idéia de “necessidade histórica”, tendo em vista que o mesmo se apresentava como solução natural para as transformações que se apresentavam. É nesse sentido que a autora demonstra a associação imediata entre o novo regime e “o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização”, elementos que passariam a fazer parte das “consciências” de muitos.

Além disso, acentua a autora, também o passado foi utilizado pelos adeptos do republicanismo, sobretudo quando se retomou o liberalismo das revoltas e diversas manifestações que o país tinha passado, desde o final do século XVIII e durante todo o século XIX, identificadas como manifestações já republicanas em sua essência, e por isso mesmo, configuradoras de “uma tradição republicana brasileira”.

Nesse sentido, no âmbito da proposta comparativa entre regime monárquico e regime republicano, Maria Tereza Mello analisa que o pensamento que procurava um ufanismo sobre o novo regime, o via como a chance de completar a obra liberal iniciada na França, já que o século XIX, fruto da Revolução Francesa, deveria ser visto como o século da “República Universal”. (MELLO, 2007: 136)

É nesse sentido que se pôs em confrontação um par antitético: monarquia *versus* república.

Além disso, valendo-se igualmente de uma linguagem retirada das idéias novas, que dominavam o panorama intelectual desde a década de 1870, os monarquistas acabaram por fragilizar sua posição, começando a perder a guerra ideológica e simbólica quando uma outra semântica passou a dar conta da realidade. O uso e a assimilação do léxico e da semântica do adversário levaram à superação do símbolo antigo. (MELLO, 2007: 174)

Dessa forma as idéias de República e Monarquia eram assimiladas, em um jogo de discursos políticos que se montava naquele universo político, por todo o Brasil, por toda a província de Minas Gerais, por todo o sertão norte-mineiro.

Em artigo de 19 de janeiro de 1890, publicado no jornal Correio do Norte, de Montes Claros, novamente se via mais um escrito tecendo elogios à República enquanto forma de governo, bem como das qualidades do regime na sua prática, tendo em vista o fato de inspirar “confiança no povo”, “em nome da liberdade”. Novamente a comparação entre o passado e o presente, entre os “vencedores e os vencidos” não escapa ao texto, especialmente quando o autor diz não se identificar com nenhum dos partidos políticos “em voga na época do regime monárquico, por nenhum dos dois inspirar confiança”, e por isso mesmo a política no Império ser um espaço onde “o ridículo prevalece sobre o sério, a injustiça contra a legalidade e a desordem e anarquia contra a segurança individual.”¹⁴² A Monarquia novamente, com suas mazelas, com suas injustiças, desordens e anarquias...

No âmbito da política mineira, o presidente da província de Minas Gerais, no ano de 1894, fazia alusão ao regime novo em comparação com o anterior, especialmente para se reforçar o fim de um “cyclo” e o início de outro. Dessa forma,

¹⁴² JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890.

procurava-se acentuar o caráter positivo da República, nunca se esquecendo de reivindicar o passado com o propósito da legitimação do presente.

A instituição monarchica teve seu cyclo histórico encerrado em 15 de novembro de 1889; sua missão terminou na América.

O exemplo do México ahi está para mostrar qual o destino das restaurações no território do Novo Mundo. (...)

Um facto que demonstra quão profundamente está enraizado no povo mineiro o sentimento democrático e essa aptidão para o *self government*, é a facilidade com que vão funcionando as liberrimas instituições locais, que a nossa Constituição lhe garantiu.¹⁴³

No ano de 1901, em novo relatório provincial, o presidente da província enumerava muitas críticas políticas e da sociedade sobre a República. Para justificar algumas das condições do Brasil à época, diante da persistência do atraso e do não cumprimento de alguns dos progressos esperados, relata o presidente da província de Minas Gerais:

A Republica tem luctado e continua a lutar com grandes difficuldades; erros acumulados, embaraçando e entorpecendo a sua marcha, crearam-lhe uma situação angustiosa: - no interior, o acirramento de ódios e paixões partidárias, as dissencoes, as desordens, as revoltas (...).

Deste lamentável estado de cousas, em que desde os seus inícios, se tem debatido a Republica Brasileira, não será impossivel que espiritos pessimistas ou menos reflectidos, dentro e fora do paiz, cheguem a inferir, não só incapacidade governativa por parte dos republicanos brasileiros, como mesmo fraqueza de cohesão nacional.¹⁴⁴

Os “erros acumulados” do país, segundo o presidente de província, se mostravam agora um obstáculo, “embaraçando e entorpecendo” a marcha gloriosa da República brasileira.

¹⁴³ RPP/MG, 1894, Fala do Presidente da Província, p. 5.

¹⁴⁴ RPP/MG, 1901, Fala do Presidente da Província, p. 8-9.

Ainda no mesmo relatório, o presidente faz uma boa conclusão sobre a comparação Império-República, comparação tão cara aos políticos e intelectuais espalhados pelo país à época:

Si o Império era o *déficit*, no dizer dos mais abalisados estadistas do regimen decahido, será consolador para os republicanos que possamos affirmar que a República é o *saldo*.¹⁴⁵

Um outro aspecto presente no discurso político da época e que fazia parte do manancial de elementos que justificavam a instalação do regime republicano no Brasil era a questão da democracia, ou melhor, a identificação imediata entre República e Democracia. A análise da associação entre esses dois termos nos permite adentrar ainda mais o discurso dos homens do norte de Minas à época.

Em texto publicado no jornal Correio do Norte, em 27 de julho de 1890, um grupo de políticos do norte de Minas novamente se posiciona a favor do regime republicano, especialmente no que se refere às novidades que o processo eleitoral traria para o país e região. Seguindo o mesmo tom dos discursos anteriores, os autores do texto concluem suas impressões sobre a República e o jornal os apresenta da seguinte forma: “Transcrição pedida por um grupo de verdadeiros adeptos da democracia.”¹⁴⁶

No mesmo mês e ano, o jornal publicara em uma das suas colunas textos assinados por um tal “Pedro Verdura”. A coluna recebia o nome de “Correspondência da Roça”, e a partir de um tom irônico fazia impressões sobre o regime republicano e os seus benefícios:

Eu, cá por mim, não entendo a embrulhada que vai por esse mundo, depois dessa cousa que chamam republica, e que igualmente não ser bem o que vem a ser. Diz o compadre Mané João que é o governo do povo pelo povo, uma

¹⁴⁵ RPP/MG, 1901, Fala do Presidente da Província, p. 9.

¹⁴⁶ JCN – Correio do Norte, 27 de julho de 1890.

cousa que chamam democracia e de que eu não entendo absolutamente nada?...¹⁴⁷

Uma semana depois, no dia 20 de julho de 1890, o mesmo Pedro Verdura, na mesma coluna, voltara a expor algumas das suas impressões sobre o regime, citando inclusive algumas das noções políticas democráticas dos políticos da região:

O que tem ser monarchista, affonsista e etc. Hontem, e hoje depor-se a crença e dizer-se republicano desde o berço, quando isto seja preciso, para ter o cidadão uma boa collocação, viver a custa do Estado, e ter uma bonita posição na politicagem, com o direito ainda de distribuir empregos, á modo de objectos de inventario com a parentella e a filhadagem?!...

Ora bolas, compadre... Estas histórias de coherencia, sinceridade, patriotismo e cousas semelhantes são palavras ocas, que nenhuma significação teem.

Bons empregos, posição elevada, dinheiro fácil de ganhar-se; influencia política etc. São os princípios elementais da vida do homem, na actualidade. A nossa democracia é isso, e nossos políticos da região sabem que a posição elevada é interesse maior para aumentar a sua influencia política.

Vade Retro.

Com licença, compadre. Vou *ao ministério do interior*, mais tarde continuarei esta missiva.

Seu compadre, vendr. e creado.

*Pedro Verdura.*¹⁴⁸

Em ambos os textos assinados por Pedro Verdura, nota-se impressões importantes sobre a República, identificada como um governo “do povo pelo povo”, mesmo que se ironize com o fato de não saber exatamente o que isso significava. Com certeza Pedro Verdura não era o único...

A “cousa” que chamavam de República, o nosso autor dizia “não ser bem o que vem a ser”. O que se definia como democracia, Pedro Verdura não entendia “absolutamente nada”.

¹⁴⁷ JCN – Correio do Norte, 13 de julho de 1890.

¹⁴⁸ JCN – Correio do Norte, 20 de julho de 1890.

No segundo texto, percebe-se uma crítica direta às práticas políticas viciadas das elites brasileiras, por meio das relações paternalistas e de “filhadagem”. O mais importante do texto, porém, é novamente a alusão à democracia, identificada aqui como elemento que leva as elites aos seus interesses pessoais, tais como “bons empregos”, “posição elevada”, “dinheiro fácil de ganhar-se” e “influência política”.

Aqui, de forma, digamos, surpreendente, o nosso autor das “correspondências da roça”, parecia dominar um pouco mais a noção de democracia, pelo menos aquele tipo de democracia que se via no Brasil da República Velha, baseada em relações pessoais, paternalismo, clientelismo, coronelismo, e tantos outros “ismos” viciados da nossa estrutura política secular.

Seja em tom positivo, seja em tom irônico, a relação entre a idéia de República e Democracia era evidente nos escritos e discursos da época. Os homens do poder no norte de Minas desenhavam seus discursos republicanos de acordo com os discursos políticos da época, tanto em nível regional como em nível nacional.

Em inúmeras oportunidades os presidentes da província de Minas Gerais, em falas dirigidas à Assembléia entre os anos de 1888 a 1901 – período onde constatamos inúmeras alusões ao discurso aqui analisado – relacionavam a República com a Democracia, quase como elementos indissociáveis, mesmo que, em muitos momentos, era encontrado nas falas informações às dificuldades do início da República em Minas Gerais, revelando em conjunto a dificuldade da República em se estabelecer.

Não obstante, a República enquanto opção política era sempre encarada de forma positiva, ora colocada em contraponto às mazelas e equívocos do anterior regime monárquico – como notamos anteriormente –, ora vista a partir das benesses advindas do estabelecimento do regime democrático e federativo, que fizera de Minas Gerais um paraíso exemplar da nossa estrutura republicana, a “Suíça brasileira”:

E a nossa republica nos deu a democracia. (...)

Esta tolerância e generosidade de procedimento por parte dos mineiros, despertando para conosco as sympathias dos Estados irmãos, valeu para a nossa terra a grata denominação de Suissa brasileira.

A Republica, pois, tem sido, em Minas, o regimen da ordem, da paz, do progresso, da tolerância e da liberdade.¹⁴⁹

Anos antes, em nova fala dirigida à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o presidente da província novamente elogiava a República no país e na região, reafirmando a importância da mesma no caminho do progresso que o país trilhava. Se referindo ao “horizonte político que pairava sobre a Republica Brasileira”, acentuava o presidente da província:

Desassombrados e livres de receios e dificuldades políticas, e afastados os motivos de qualquer perturbação da ordem publica, podemos hoje caminhar seguros em busca do progresso.

Sem risco de contestação, pode dizer-se consolidada, hoje definitivamente, no Brasil, a forma republicana de governo. São disso testemunho as representações populares e de todas as corporações administrativas locais, dirigidas aos altos poderes públicos da Nação, e nas quaes com entusiasmo é assegurado o concurso em favor da nova forma de governo. É que, em 6 annos, poudo o novo regimen fazer mais pelo progresso do Brasil que o antigo em 67 annos. As antigas províncias, que definhavam por falta de rendas, presas e manietadas ao governo central, são hoje Estados prósperos, pujantes de elementos de vida.

A República está firmada na consciência nacional, manifestada pelo consenso unânime dos Estados. (...) A nossa democracia se encontra consolidada entre nós. (...).¹⁵⁰

Democracia, República, Liberdade, Igualdade, Progresso... Juntam-se a esses, tantos e tantos outros elementos que faziam parte do emaranhado discursivo que se montava naqueles tempos, por todo o país, por toda a província de Minas Gerais, por todo o sertão norte-mineiro. As ideologias que circulavam à época, e que se infiltravam

¹⁴⁹ RPP/MG, 1901, Fala do Presidente da Província, p. 5-7.

¹⁵⁰ RPP/MG, 1896, Fala do Presidente da Província, p. 4-5.

nos debates políticos travados, demonstram como os políticos do sertão das Minas se apropriavam dos conceitos que lhes eram apresentados, entre afirmações e ideologias variadas, muitas vezes de cunho teórico complexo, mas, nas suas exposições, de aplicação simples.

Para José Murilo de Carvalho, tratava-se de um grande manancial de ideologias que se espalhavam, fornecendo a esses homens da elite, “um rico material em que se inspirar”, sobretudo quanto às idéias liberais que se importava da França ou dos Estados Unidos, modelos de inspiração liberal e republicana.

Os republicanos brasileiros que se voltavam para a França como seu modelo tinham à disposição, portanto, um rico material em que se inspirar. O uso dessa simbologia revolucionária era facilitado pela falta de competição por parte da corrente liberal, cujo modelo eram os Estados Unidos. (CARVALHO, 1990: 12)

Esse manancial de ideologias, obviamente, atingia a todos os níveis do discurso político republicano, tal como na associação imediata entre República e Democracia, tão presente nos documentos apresentados, ou mesmo nas comparações entre República e Monarquia, por meio da insistente dualidade estabelecida.

Segundo Maria Tereza Mello, em livro citado anteriormente, a idéia de República no Brasil acabou por estabelecer com a idéia de Democracia uma espécie de “sinonímia”. A associação dos termos era tão difundida que, por vezes, servia inclusive como imagem literária, como demonstra a autora. Dessa forma, Mello demonstra como se dava de forma tão comum a associação entre os dois termos:

Democracia era, agora, a fatalidade da história, a realização do dístico “igualdade” que se sucedia ou completava a “liberdade” da Revolução. Era a percepção da entrada do Terceiro Estado na política. Era a complementação necessária da obra de destruição do Antigo Regime, que, primeiro, acabara com o absolutismo para, em seguida, instalar o regime republicano, com o

qual findava a sociedade de privilégios. Por acréscimo, era o regime com o qual a América brindara a civilização com uma originalidade histórica. (...) Democracia não mais se confundia com liberalismo. Tinha agora uma clara conotação social. Significava a extinção da sociedade de privilégios, o regime da igualdade. (MELLO, 2007: 140-141)

Joseph Schumpetter, em texto sobre a doutrina clássica de democracia, além de procurar definir o seu conceito, bem como as formas práticas de atuação da democracia, procura também avaliar como se dá a sobrevivência da idéia de democracia, mesmo com as dificuldades da sua aplicação na prática. Nesse sentido, o autor avalia que, entre as questões que permitem a sobrevivência da doutrina, está o fato de que sua ideologia tem grande aplicabilidade no discurso, nas “fraseologias” dos debates políticos, nos arranjos discursivos, fazendo com que a idéia de democracia tenha aceitação e sobrevivência eficazes, mesmo que, como trabalhado pelo autor, sua prática seja dotada de incoerências e inaplicabilidades. Segundo palavras do autor:

(...) os políticos apreciam uma fraseologia que lisonjeie as massas e que ofereça excelente oportunidade não apenas de fugir à responsabilidade, mas também de esmagar os oponentes em nome do povo. (SCHUMPETTER, 1984: 335)

Pedro Verdura, citando ironicamente o compadre Mané João sobre o que seria a democracia, afirmava ser a mesma o governo “do povo pelo povo”. Nos relatórios apresentados pelos presidentes da província de Minas Gerais, a associação entre democracia e progresso, entre República e desenvolvimento era imediata e frequente. Para o presidente da província, mesmo 12 anos depois da proclamação da República, não escapava as benesses do regime para toda a província: “A Republica,

pois, tem sido, em Minas, o regimen da ordem, da paz, do progresso, da tolerância e da liberdade.”¹⁵¹

Ordem, paz, progresso, tolerância e liberdade... Tudo aquilo que um regime democrático (ou republicano) eficaz poderia proporcionar... A República em Minas parecia perfeita, deitada eternamente em berço esplêndido...

Segundo Renato Janine Ribeiro, é muito comum que se tome República e Democracia como termos quase que intercambiáveis. Propondo uma análise filosófica sobre os dois termos, o autor nos coloca diante de importantes questionamentos sobre o uso desses conceitos. Questionamentos esses que, fatalmente, não fazia parte das dúvidas conceituais dos homens que construíam os discursos entre o final do século XIX e início do século XX.

Para Renato Janine, na tentativa de resumir o escopo diferencial entre os dois termos,

(...) poderíamos dizer que enquanto a *democracia* tem no seu cerne o anseio da massa por ter mais, o seu desejo de igualar-se aos que possuem mais bens do que ela, e portanto é um *regime do desejo*, a *república* tem no seu âmago uma disposição ao *sacrifício*, proclamando a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular. Evidentemente, é possível criticar a república dizendo-se que o suposto bem comum é, na verdade, um bem de classe, e que os sacrifícios que se fazem em nome da Pátria são desigualmente repartidos e, sobretudo, jamais põem em xeque a dominação de um pequeno grupo sobre a maioria. Mas o que eu gostaria de enfatizar na temática republicana é a idéia de *dever* que nela está saliente. (RIBEIRO, In: BIGNOTTO, 2000: 18)

Mesmo assim, República e Democracia acabam por se aproximar, ou quase se confundir, mesmo com as diferenças importantes salientadas por Renato Janine que, mais a frente, acentua: “A democracia, para existir, necessita da república. Isso, que parece evidente, não é nada óbvio!” (RIBEIRO, In: BIGNOTTO, 2000: 22)

¹⁵¹ RPP/MG, 1901, Fala do Presidente da Província, p. 5.

Para os homens do norte de Minas, nas suas abordagens sobre política e poder naqueles tempos, a associação entre os dois termos parecia não apenas evidente, mas óbvia, o que atendia assim ao interesse de se identificar a República como a solução para a região, que politicamente deveria se ver como parte das transformações pelas quais o país passava.

Em última análise, faz-se importante reiterar que os debates políticos que se davam na região, independente do tema que se colocava à frente dos debates, recebiam aqui contornos especiais, em uma mistura de conceitos, idéias e ideologias que muitas vezes se confundiam, sobretudo por não se ter compromisso teórico e conceitual, e sim, discursivo.

Nas últimas décadas do século XIX, os princípios que levariam ao fim do regime escravista, as Leis anti-escravidão que se efetivavam na capital do Império, entre outros elementos abolicionistas, viram no norte de Minas um espaço frutífero para as suas discussões, como vimos no primeiro capítulo desta tese. A Lei de 1871 e o debate em torno da sua legitimidade foi um exemplo *sui generis* nesse sentido, levando muitos abolicionistas da região a se verem numa “vida de peteca” – nos dizeres de Machado de Assis – entre os princípios liberais e conservadores, entre liberdade e propriedade, entre abolição e escravidão.

Agora, em meio à nova transição política brasileira, que migrava de um regime monárquico para um regime republicano, sob a expectativa de anos e anos de desgaste do Segundo Reinado, os homens do norte de Minas mais uma vez se faziam ouvir, se faziam representar, muitas vezes afinados com os discursos que se davam por todo o Império, por todos os grandes centros do país, ou pelas Minas como um todo. Não obstante, em outros momentos também faziam impressões particulares, por meio

de tons críticos e/ou irônicos diante da nossa nova realidade política, como nos textos vindos da “roça” e assinados por Pedro Verdura.

Mesmo assim, essa relação entre o universo sertanejo e o Império e, agora, a República, nos permitem mais uma vez dimensionar a proximidade entre esses mundos, especialmente à medida que avançava a transição política do país para a formação de uma república federativa, percebida e avaliada pelos sertanejos muito antes da sua própria proclamação. Se não nos cabe ainda desnudar o “povo” do sertão nesse novo ambiente político que se montava – o que faremos no tópico que se segue –, nos é possível, com segurança, identificar nesses homens da elite sertaneja um papel cada vez menos “bestializado”, especialmente por se tornarem protagonistas do próprio teatro político que montavam, apesar de, em muitas ocasiões, repetirem o mesmo roteiro. Mudava-se o cenário e os atores, mas a História...

No dia 3 de julho de 1890, assim se posicionava o Club Republicano Montes Clarensense ao público de Montes Claros e região, sobre a sua forma de entender a República e o seu papel, mas, principalmente, devido ao fato de que alguns novos republicanos, oportunistas, queriam o fechamento do Club Republicano Montes Clarensense:

O Genuíno Club Republicano Montes Clarensense ao Público.

Antes muito do advento da República, nesta cidade, formou-se um club republicano, o qual funcionando regularmente, com as forças de que dispunha, compareceu ao pleito de 31 de agosto, e suffragou o candidato do partido.

Soffreu as agruras dos últimos tempos da monarchia, e não se intimou com a prohibição policial de dar se vivas a República.

Proclamada esta, festejou o seu feliz advento, e, continuando a funcionar, elegeu seu representante perante o Congresso Republicano de Ouro Preto o illustre e honrado cidadão Dr. T. Ottoni.

Entretanto, agora consta lhe que pessoas que então eram frenéticos sustentadores do gabinete do decahido V. de Ouro Preto, promoveram e organizaram um club republicano, dando como extinto o dos genuínos republicanos!

Que façam seus clubs, não nos importamos: --- exercem o direito de reunião, --- e podem tomar as denominações que quizerem menos a que cabe de direito, porque não queremos aqui homonymos. Somos republiacanos sem a mira de posições officiaes e rendosas.

Si queremos que os altos cargos do paiz sejam occupados por genuínos republicanos e si queremos na representação nacional, é porque queremos que triumphem as idéias republicanas puras.

Quando ellas se tenham realizado, nem assim a nossa missão estará extincta: defendel-as, conserval-as, e si possível for, melhoral-as, será ainda o nosso escopo.

Como, pois, nas querem dar por mortos? (...)

Si por desgraça do paiz a restauração se fizesse e si víssemos no governo do Brasil as affonsos ou quaesquer outros semelhantes, agiríamos contra, como o fizemos nos calamitosos tempos em que se prohibia até o toque da *Marselhesa*, pois, si até governava, o nosso propósito não se tem mudado.

Continuaremos, como Periandro, a querer o governo popular, em que a autoridade resida nos homens de bem.

Podem-nos fazer tudo, menos tirar nos os nossos direitos pelos quaes protestamos.

O club republicano – montesclarenses não está extincto porque existe reconhecido pelo Congresso Republicano da capital do Estado, e, ainda que nenhuma autonomia tenha, em virtude da usurpação de direitos de que tem sido victima, existirá até que resolva a dissolver-se, o que não fará á vontade de quem quer que seja.

Montes Claros, julho de 3 de 1890.

O Club Republicano – Montes-Clarense”.¹⁵²

O documento, apesar da sua clara intenção política de manifestar o papel do Club Republicano Montes Clarense e, nesse sentido, contestar aqueles que pressionavam para o fechamento do mesmo, tem como grande ganho de análise as inúmeras impressões apresentadas pelos homens de elite que o produziram. Afirmando-se como republicanos convictos, “sem a mira de posições officiaes e rendosas”, esses homens se declaram a favor do regime por, nas suas palavras, quererem “que trimphem as idéias republicanas puras”, e que, mesmo que elas já se encontrem consolidadas,

¹⁵² JCN – Correio do Norte, 3 de julho de 1890, p. 4.

“nem assim a nossa missão estará extinta: defendel-as, conserval-as, e si possível for, melhora-as, será ainda o nosso escopo.”¹⁵³

Novamente a Monarquia é citada, sobretudo quando os autores do texto demonstram que, “si por desgraça do paiz” se voltasse do regime monárquico, eles, os homens do sertão norte-mineiro, agiriam contra, “como o fizemos nos calamitosos tempos em que se prohibia até o toque da Marselhesa, pois, si até governava, o nosso propósito não se tem mudado.”¹⁵⁴

A relação entre idéias republicanas e os princípios democráticos, ou mesmo liberais, novamente não escapa aos sertanejos que, continuavam “a querer o governo popular, em que a autoridade resida nos homens de bem”. E assim, encerravam apelando pela liberdade que tinham de se manifestar, como um regime democrático de fato permite: “Podem-nos fazer tudo, menos tirar nos os nossos direitos pelos quaes protestamos.”¹⁵⁵

Aos ilustres homens do norte de Minas, restava defender seus direitos de protestarem, de usarem as palavras, como tantas vezes utilizaram para defender ou criticar retoricamente a República, a Democracia, a Liberdade, e tantos outros elementos liberais do Estado que se configurava àquela época. A grande pergunta a ser feita é como as “pessoas comuns”, o mais simples cidadão sertanejo, encarava a transição política que havia marcado a nossa passagem da Monarquia para a República, da desordem para a ordem, do atraso para a civilização. É possível reduzir esse “povo” sertanejo a bestializados que apenas assistiram as mudanças de longe, sem participação política e excluídos do processo de transformação pela qual o país e a região do norte de Minas atravessavam? Questões como essa é o desafio a que nos propomos à frente,

¹⁵³ JCN – Correio do Norte, 3 de julho de 1890, p. 4.

¹⁵⁴ JCN – Correio do Norte, 3 de julho de 1890, p. 4.

¹⁵⁵ JCN – Correio do Norte, 3 de julho de 1890, p. 4.

nesse diálogo entre poder e cotidiano no sertão norte-mineiro naqueles primeiros anos da República.

3.3 – A “formação das almas” sertanejas: quando o povo percebe a República

Uma das marcas da transição política brasileira para a República era a idéia da transformação, das mudanças pelas quais o Brasil necessitava passar, especialmente diante do seu atraso frente às nações liberais e ocidentais que se estabeleceram como potências durante o século XIX, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha.

Diante dessas transformações políticas absolutamente necessárias, fazia-se necessário também a conformação de um novo “povo”, de uma cidadania mais plena, tal qual a República panfletava em torno do seu ideal político. Dessa forma, a ordem e o progresso deveriam ser, também, sociais, preparando o Brasil e o brasileiro para as transformações que se operariam dali em diante.

O norte de Minas Gerais passaria por algumas dessas mudanças, mas também por muitas continuidades, o que não diferia de boa parte do país naqueles tempos. A população, por sua vez, procurava enxergar nessa transição política novas estratégias de ação, apesar de não tão novas assim. São essas estratégias de ação política popular o nosso principal objetivo nesse momento.

Segundo Gy Reis Gomes de Brito, em estudo sobre a “construção do progresso” na cidade de Montes Claros, nas décadas iniciais da República, o desenvolvimento na região foi importante, especialmente devido aos novos interesses e desejos da população que se configurava à época. Entre esses interesses da população estava o processo de melhoria urbanística da cidade, devido o crescimento da

urbanização e a passagem de um universo ainda rural para um aspecto mais citadino. (BRITO, 2006)

Nesse sentido, Brito avalia como se dava esse interesse na transformação do aspecto urbano de Montes Claros, por meio do processo que se moldava naquelas primeiras décadas do século XX:

Nesse período de 1917 a 1926 foram várias as sessões na Câmara Municipal para aprovação de inúmeros projetos autorizando os serviços de reformas ou mesmo mudanças no ordenamento das praças, jardins, ruas, novos calçamentos, canalização de água e esgoto ou instalação de luz elétrica, telefonia e outros benefícios públicos que o progresso inaugurava. Ao que tudo parece, a febre das reformas Pereira Passos, na década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro, estava chegando ou já influenciava os administradores municipais de Montes Claros. (BRITO, 2006: 115)

O autor, portanto, apresenta alguns desses “símbolos” que representavam o progresso à época, especialmente em uma região que ainda carecia de importantes mudanças, e que estavam sendo operadas somente naqueles anos iniciais da República, como era o caso do norte de Minas.

Para Brito, as elites tiveram enorme papel nesse processo de desenvolvimento, atuando como verdadeiros “agentes do progresso” de Montes Claros e região, mesmo que sob um poder ainda concentrado em algumas famílias importantes e baseado nas relações de paternalismo e clientelismo, típicas do fenômeno coronelístico que teve o seu auge na Primeira República. (BRITO, 2006)

Não obstante, apesar da importante análise sobre esse progresso que se presenciava na região, nos é essencial pensar a atuação popular diante desse mesmo progresso e das inúmeras necessidades que a população tinha naquele período, o que nos permite novamente avaliar – tal como fizemos para os anos finais do Império, no

capítulo anterior – a ação política dos sertanejos e suas formas de organização na nascente República brasileira.

Em documento apresentado à Câmara Municipal de Montes Claros, no ano de 1902, o fiscal da Câmara apresenta alguns problemas de ordem básica no cotidiano da cidade, informando por meio do texto a necessidade de lugar apropriado para um matadouro público. Segundo o fiscal:

Levo ao conhecimento de Vsa a necessidade urgente da designação de um lugar apropriado para servir de matadouro público desta cidade em quanto essa Ilma. Câmara não tomar esta providencia, que repito de máxima importância teremos todos os dias de receber perigo, pelo desenvolvimento de epidemias, que incontrolavelmente terão de fazer muitas vitimas, com o exalar contínuo de sujeiras – provenientes de diversos matadouros particulares, que existem mesmo em ruas desta cidade. Como Vsa não ignoram, já tem dado o facto de morrerem pessoas atacadas de febre – de mau character, devido estado péssimo de higiene da nossa cidade.¹⁵⁶

No mesmo documento, apresenta o fiscal a impressão de alguns cidadãos que, insatisfeitos com tal situação, “se manifestam com a sua pessoa, pelo fato de saberem que taes doensas são mortíferas.”¹⁵⁷

Dez anos antes, em novembro de 1892, os vereadores da cidade de Montes Claros apresentam proposta de iluminação pública para a cidade de Montes Claros, e analisam a questão como de grande importância para a população, já que “muitos dos nossos se conscientizam dos benefícios que essa iluminação nos traria para o progresso da nossa cidade”.¹⁵⁸

Apesar de os dois documentos retratados não tratarem de ações diretas da população, pelo menos no que se refere à ação política direta efetivada por cidadãos, fica explícito em ambos os casos os interesses sociais em importantes mudanças, que

¹⁵⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1902.

¹⁵⁷ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1902.

¹⁵⁸ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Novembro de 1892.

trariam benefícios para boa parte da população, como a resolução de problemas de ordem sanitária ou mesmo a chegada da iluminação pública, “símbolos” de progresso para uma região que carecia de transformações para o seu pleno desenvolvimento.

Seja por meio de um fiscal, ou mesmo por meio da atuação de determinados vereadores, os dois documentos demonstram interesses importantes da população da cidade, sobretudo por se conscientizarem da necessidade no combate a doenças e epidemias e, por outro lado, na conscientização da relevância da iluminação pública para o progresso da cidade.

Em outros casos, a organização de cidadãos e grupos de cidadãos era mais efetiva, mais direta, não necessitando de intermediários entre os seus interesses e as suas formas de manifestação pública. A atuação dos comerciantes e as suas formas de organização são um bom exemplo disso.

Em 25 de janeiro de 1903, os negociantes de toucinho, na cidade de Montes Claros, apresentavam um abaixo-assinado à Câmara Municipal procurando revogar uma lei que regulamentava a venda do produto no Mercado Público da cidade. Em seu texto, apresentavam noções de direito político, com citações de leis e texto constitucional, e deixavam claro os seus interesses diante do exposto aos políticos montes-clarenses:

Ilmo. Senhor.

Os abaixo assinados prevalecendo-se do direito de petição consagrado nas Constituições – federal e estadual – vêm representar a Vsas. Contra a disposição de uma lei deste município que considerão vetatória e contraria as disposições da lei nº 2 de 14 de setembro de 1891 – art 38 nºs 10 e 11.

A lei a que se referem os abaixo assignados, é a de nº 80 u 97 de 27 de janeiro de 1899 ou de 13 de fevereiro de 1900, que, sendo revogados pela de nº 103, ficou mantida a disposição que permite a rvendagem de toucinho, a retalho, no mercado público desta cidade.

Com effeito a disposição citada da qual tiveram noticia os abaixo assignados, pela publicação d’um edital do fiscal desta Câmara, si da sua execução

advem pequeno reddito para o município, prejudica altamente, restringindo a liberdade do comércio, criando o monopólio d'este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero. É fácil a demonstração da nossa affirmativa facultada, como se acha, a revendagem do toucinho em retalhos a quem se apresentar munido de licença mediante o pagamento da taxa de 30\$000 – teremos que, um individuo qualquer que tenha capital sufficiente e que seja ganancioso, obtendo licença para revender, por si, e por cinco, seis, ou mais propostos, poderá a ser (sic); (sic) e elevar o preço da mercadoria por não encontrar competidor; c/ (sic) se seguirá o monopólio; é o que será mais prejudicial-o ao povo e a carestia.

Os baixo assignados que são negociantes – alguns estabelecidos no predio que serve de mercado público, que pagão elevados alugueis e impostos municipaes; outros que são estabelecidos fora do prédio do mercado, mas que também contribuem com o imposto de industrias e profissões bem merecem dos poderes municipaes, que as leis com relação a liberdade do comércio, sejam equitativas; pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal. (...)

Esperão os baixo assignados que, tomando VSas. em consideração o appello, que por esta lhes dirigem, a defirão por ser de inteira justiça.¹⁵⁹

O documento é revelador de importantes aspectos na ação política dos sertanejos. Tratando especificamente da situação dos comerciantes, em pelo menos outras 11 ocasiões (entre 1889 e 1903) os comerciantes da cidade e da região buscavam reivindicar questões importantes para o seu ofício, quando não revelavam também ser de “interesse de todos, para o bem do povo”¹⁶⁰, como algumas das suas solicitações expõem. Nesse caso em questão, os comerciantes buscavam se organizar contra uma lei considerada injusta, tendo em vista que a referida lei os “prejudica altamente, restringindo a liberdade do comércio, criando o monopólio d'este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero.”¹⁶¹

Para os comerciantes, tal revogação deveria ser feita também pelo fato de que conheciam seus direitos, sobretudo por serem contribuintes, “que também contribuem com o imposto de industrias e profissões bem merecem dos poderes

¹⁵⁹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 1-2.

¹⁶⁰ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1901. APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1902.

¹⁶¹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 2

municipaes, que as leis com relação a liberdade do comércio, sejam equitativas”, e dessa forma o Estado deveria se preocupar com suas alegações, “pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal.”¹⁶²

A solicitação dos comerciantes, efetivada por meio de abaixo-assinado – como tantas outras já mencionadas – nos aproxima de forma mais efetiva das ações políticas populares que se organizavam naquele período, sobretudo no âmbito coletivo dessas ações populares.

Mesmo com os elementos do progresso que lentamente se apresentavam no cotidiano norte-mineiro, a população procurou se organizar para que parte dos seus direitos e das suas reivindicações fossem atendidas, funcionando, assim, como uma “força” no sentido de que parte desse progresso se realizasse, isto é, atuando também como “agentes” desse mesmo progresso.

Acentuar que tais homens das elites e suas abastadas famílias foram “agentes” políticos desse progresso, tal qual nos mostra com competência o trabalho de Brito (BRITO, 2006), é ponto fechado, especialmente se levarmos em conta as características da região, baseadas no coronelismo, e que possibilitavam uma forte concentração de poder por meio de determinados grupos políticos e/ou partidários¹⁶³. O que nos resta revelar é como a população como um todo, ou mesmo grupos e classes específicas, atuaram nesse processo de transformação e de progresso, buscando ordenar o seu *modus vivendi*, o seu cotidiano, os seus interesses, tais quais os comerciantes mencionados.

Meses antes, em outubro de 1902, comerciantes da cidade novamente se organizavam diante de interesses de classe. Em documento apresentado à Câmara,

¹⁶² APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 2

¹⁶³ Gy Reis Gomes Brito analisa algumas dessas famílias e grupos políticos, traçando um perfil desses homens que funcionaram como agentes do progresso na região de Montes Claros e norte de Minas Gerais. Para tal, ver: (BRITO, 2006)

solicitavam providências da Administração Pública acerca da existência de ambulantes situados no mercado da cidade, e que, por serem ambulantes, pagavam menos impostos, “vendendo seus produtos mais baratos e prejudicando aqueles que pagam grandes despesas com alugueis e impostos.” Em tom notadamente ameaçador, os comerciantes cobravam medidas da Administração, colocando que, caso não fosse o problema resolvido, “fecharão as suas portas e instalarão mercados ambulantes iguais aos concorrentes.”¹⁶⁴

Novamente a ação política dos comerciantes é levada à frente, especialmente por estarem perdendo negócios e interesses econômicos diante do avanço do comércio ambulante. Um problema, diga-se de passagem, ainda muito comum em inúmeras cidades brasileiras.

A ameaça dos comerciantes em também se converterem em ambulantes revela parte da noção dos mesmos diante do problema exposto, e principalmente o papel fundamental dos agentes políticos em resolver a situação, já que, caso não fossem encontradas soluções, poderia acarretar em outro problema, ainda mais sério, atingindo assim a arrecadação dos cofres municipais, já que os mesmos, reitera-se, “fecharão as suas portas e instalarão mercados ambulantes iguais aos concorrentes.”¹⁶⁵

É necessário enfatizar, portanto, que a cidade de Montes Claros vivia um importante processo de transição política, representada pelo avanço de elementos que levariam ao progresso da região, construindo, aos poucos e lentamente, um novo cenário citadino, em meio ao universo rural ainda predominante. No mais, não apenas Montes Claros e o norte de Minas viviam essas transformações. Em todo o Brasil, de formas variadas, fazia-se sentir a transição para o sistema republicano, acarretando

¹⁶⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, outubro de 1902.

¹⁶⁵ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, outubro de 1902.

assim a construção de uma nova “ordem” e de um novo “progresso”, elementos centrais para o futuro que o Brasil construiria.

Os cidadãos, por sua vez, procuravam se organizar e buscar ganhos pessoais e coletivos da sua forma, à medida que as questões mais urgentes se apresentavam, como no caso dos comerciantes que, sem dúvida, era o exemplo mais presente em toda a documentação pesquisada.

Não obstante, as formas de atuação política desses sertanejos eram variadas, como a documentação revela. Abaixo-assinados, solicitações coletivas, solicitações individuais e mesmo reclamações indiretas feitas por meio de fiscais e vereadores, fazem parte do escopo das ações populares naquele início de República.

Contudo, o mais interessante a ser notado é que, ao longo do século XX, quanto mais se evoluía o processo de desenvolvimento da região e, por conseguinte, quanto mais complexo ficava o *modus vivendi* da população sertaneja, os cidadãos também buscavam outras formas de atuação popular, com estratégias cada vez mais refinadas de manifestação e ação política, mesmo que ainda baseada no “pedir” e nos “favores”, típicos do coronelismo da República Velha e, portanto, típicos das relações que se davam no universo sócio-político do norte de Minas.

Laurindo Mékie Pereira, em *A cidade do favor*, procura fazer uma análise sobre a atuação do coronelismo na região, acentuando a sua sobrevivência mesmo após o desgaste das suas bases com o fim da Primeira República. A análise demonstra que, mesmo em meados do século XX, o coronelismo na cidade e região ainda era forte, o que explica como os “favores” eram importantes elementos da vida política nortemineira, configurando assim o que ele chamou de uma “cidade do favor”. (PEREIRA, 2002)

Até esse ponto, a meu ver, nada de muito incomum. Muitos autores são concordes com o fato de que o coronelismo, mesmo depois do final da Primeira República, conseguiu um alto grau de sobrevivência em varias regiões do Brasil, especialmente aquelas que ainda atravessavam a transição do rural para o urbano, onde a conversão para um espaço urbanístico ainda se dava a passos lentos e, portanto, onde as relações de proximidade e dependência, típicas do mundo rural, ainda eram intensas. Montes Claros e o norte de Minas, nesse sentido, seriam mais um exemplo, entre tantos pelo Brasil daqueles anos 1950.

Por outro lado, a análise de Pereira ganha em complexidade e problematização quando o autor procura demonstrar a relação de mão-dupla advinda desse processo de troca de “favores”. Dessa forma, o autor procura discutir algumas estratégias populares de participação política, em meados do século XX em Montes Claros, apresentando uma espécie de “relatividade da dependência”, elemento fundamental para a análise que procuramos empreender aqui.

Para Laurindo Mékie Pereira, as imagens que as elites dominantes faziam do povo se baseavam em características ora positivas, ora negativas, em uma separação evidente entre os dois grupos, as elites e o povo, cada qual com a sua função: “à população era confiada as atividades simples, braçais, que não exigem esforço intelectual”. Obviamente, por outro, às elites políticas eram confiadas “as atividades nobres como a gerência, a administração, a liderança.” (PEREIRA, 2002: 151)

Se essa divisão era clara e, em certo sentido, pouco contestável, os efeitos da atuação social e popular não eram tão simples assim, como dividir alguns em trabalho braçal e outros em trabalho administrativo, sem que, de forma alguma, um influenciasse o outro, sobretudo a atuação do povo sobre as lideranças políticas.

Mesmo que muitas vezes as imagens expostas sobre o povo sejam de dependência, de submissão, tendo em vista a necessidade de sempre se reforçar a importante tutela dos coronéis e homens do poder, como fica retratado em vários momentos na análise documental do autor, uma problematização se faz importante: as estratégias de sobrevivência e ação política. Para o autor – que lembramos, faz uma análise da região 40 a 50 anos à frente da análise proposta nessa tese – nas ações coletivas e individuais, e especialmente nas coletivas, a população demonstra seus interesses e suas estratégias de ação política. Relatando alguns casos de manifestações de grupos, como os relatados por nós nas páginas anteriores, Pereira acentua:

Vê-se que em ambos os casos – as ações individuais e as coletivas – a população apresentava-se consciente de sua condição de explorado e não assistiu passivamente às ações das elites. As noções das elites de que o povo é ignorante, sem iniciativa e “bem comportado” parecem perder força diante da consciência de uma lavadeira que quer “matar à pedra o presidente”, de operários que se reconhecem como “explorados”, de donas de casa que fazem passeatas e de estudantes que ameaçam depredar cinema. (PEREIRA, 2002: 161)

É nesse sentido que o autor faz uma importante afirmação, ao demonstrar que todo esse processo de ação política dos cidadãos da cidade e região fazia com que os políticos tomassem maior consciência da necessidade de atuação efetiva, com melhorias para a população em geral, diante das questões manifestadas e dos seus interesses. O “favor”, dessa forma, ganha um novo contorno, já que a própria população “tinha consciência do caráter mútuo dessa relação de dependência e utilizou-se das estratégias que lhes foram possíveis para atingir seus objetivos.” (PEREIRA, 2002: 161)

Não nos parece outra análise a que pode ser feita quanto aos nossos comerciantes e suas reivindicações, expostas nas páginas anteriores. Quando os mesmos manifestavam seu descontentamento com a “vendagem” de toucinho no Mercado

Público, os negociantes lançavam mão de leis e de elementos jurídicos para se manifestar, tendo consciência de estarem altamente prejudicados, “restringindo a liberdade do comércio, criando o monopólio d’este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero.”

Dessa forma, se utilizavam de um abaixo-assinado – uma entre as várias estratégias possíveis naquele universo – para conseguirem uma plena resolução da pendenga que se apresentava, sem se esquecerem do importante papel que tinham na cidade e, portanto, passível de total atenção por parte dos agentes do poder e do progresso, já que os comerciantes eram “pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal.”¹⁶⁶

Essas formas de ação política eram comuns, especialmente quando era possível reunir grupos com interesses semelhantes, como comerciantes ou moradores de determinadas regiões, interessados em resolver problemas localizados, em nome de 5, 6 ou 10 famílias. E não apenas nos documentos da Câmara era possível perceber reivindicações levadas à frente pelos cidadãos. Os próprios jornais da cidade noticiavam algumas dessas demandas.

O jornal o Correio do Norte, de 24 de março de 1889, apresentava em duas páginas completas, solicitações individuais e coletivas de moradores de Montes Claros e região, com interesses variados. Em uma delas, moradores do distrito de Brejo das Almas reclamavam às autoridades competentes a pequena atenção dada a necessidades públicas do distrito, sendo exemplo a falta de um fiscal da Câmara na região, afinal, “disto decorre a infração das posturas municipais”, conforme relatado no texto do jornal. O redator ainda apresenta outras reclamações dos moradores da mesma região, tais como as “péssimas condições das estradas que não são cuidadas, a inexistência de

¹⁶⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 1-2.

alguém que zele pela cobrança de impostos”, entre outras reclamações dos moradores.¹⁶⁷

No final daquele mesmo ano, o jornal apresenta a solicitação de alguns moradores do entorno rural da cidade, para que se dê conhecimento na Câmara e mesmo ao “digno Sr. Delegado de polícia, e também aos Paes de família”,

(...) de que nos subúrbios desta cidade, moços, meninas ou talvez mesmo velhos sem juízo atiram imprudentemente para estradas, caçando ou divertindo-se em quintaes, com risco de ferirem ou matarem algum transeunte, o que há pouco dias quasi acontece a uma pobre mulher, que escapou por milagre, de receber um tiro na cabeça, e quando não haja providencia, servira a noticia para aviso aos incautos.¹⁶⁸

Em ambos os casos, problemas de ordem local – como o descaso da administração pública com os moradores do Brejo das Almas, bem como os cuidados necessários com a prática de tiros no entorno rural da cidade de Montes Claros – são reveladores das estratégias de ação política desses cidadãos norte-mineiros, que buscavam dispensar suas energias, da forma que encontravam, para buscar soluções diante dos problemas que lhes eram apresentados. Situações de resolução complexa ou simples, tanto faz, mas que se apresentavam como de fundamental importância para serem resolvidas, afinal, atingiam diretamente o cotidiano de muitos sertanejos, como era o caso das péssimas condições de uma estrada, a má localização de uma determinada cerca ou os riscos advindos de um tiro incerto, executado imprudentemente por “moços, meninas ou talvez mesmo velhos sem juízo”.

Solicitações coletivas e individuais, o “pedir” pessoal ou indireto, ou mesmo a troca de “favores” típicos das relações naquele universo, são reveladores do

¹⁶⁷ JCN – Correio do Norte, 24 de março de 1889.

¹⁶⁸ JCN – Correio do Norte, 29 de dezembro de 1889.

quão complexas eram as estratégias desses cidadãos, numa constante construção de cidadãos pouco ou quase nada “bestializados”, como muitos podem imaginar.

Edi de Freitas Cardoso Júnior, em recente dissertação de Mestrado, procurou analisar algumas das experiências políticas populares na cidade de Montes Claros, em meados do século XX, quando, para o autor, presencia-se um importante crescimento urbano da cidade, fruto do progresso iniciado desde os primeiros anos da República, conforme destacamos. Para o autor:

Nos anos transcorridos entre 1930 e 1964, sobre os quais nos debruçamos, lenta ou aceleradamente, processaram-se intensas transformações de ordem sócio-econômica e política. Mas, certamente, a pobreza encontrou seus meios de reprodução, conservando destaque na vida da maior parte dos habitantes. (CARDOSO, 2008: 48)

Em meio a esse processo de transformação, que mesmo assim ainda conservava a pobreza e as necessidades básicas de toda uma população – questão bastante presente na documentação por nós analisada – Cardoso Júnior demonstra como se davam as ações políticas populares, por meio de abaixo-assinados e pedidos, individuais ou coletivos, feitos por populares às elites da região. Essas elites, salvo em situações excepcionais, se mantinha sob a liderança de uma “velha” classe de proprietários, apegados aos valores sociais e políticos tradicionais, isto é, tendo como herança política o coronelismo das primeiras décadas de República.

Seduzidas pelos ares desenvolvimentistas da época – 1950-1960 – as elites montesclarenses se moldavam, em meio à mistura entre passado e presente, e sobretudo, na direção do futuro da região. Durante décadas e décadas, as relações personalistas, paternais, de mistura entre público e privado, continuavam configurando a região, que somente naquele meados do século XX viria presenciar transformações mais efetivas:

A cidade das primeiras décadas do século, de perfil eminentemente rural, insipiente hierarquização e repleta de “solidariedades verticais” expressas no corriqueiro contato direto entre todos os seus membros inclinava-se para o passado. Junto com ela, os pilares do domínio tradicional, a saber, o paternalismo e a autoridade patriarcal dos ricos sobre os pobres, o monopólio da força que tinham os primeiros, enfim, aquela atmosfera “familiar” de que se beneficiavam concatenando bases sociais aos seus interesses e escamoteando a opressão que exerciam sobre os últimos. A expressão mais comum de tal conjuntura, práticas clientelísticas, personalismo, confusão entre as esferas do público e do privado e prejuízo à efetivação do direito, todavia, não desapareceram imediatamente. Manteve-se por todo o período estudado, só começando a perder espaço no alvorecer dos anos 1950. (CARDOSO, 2008: 53-4)

É nesse contexto que o autor destaca algumas formas do que ele chamou de “primeiros contatos populares com o poder”, a partir dos pedidos pessoais e por escrito feitos por moradores da cidade. Dessa forma, a compreensão de Cardoso Júnior é que, quando o morador apresentava a uma autoridade uma queixa ou pedido, esse indivíduo ou grupo realizava uma “experiência histórica”, impulsionados, como destacamos em vários momentos nessa tese, para a “busca de soluções para problemas prementes enfrentados em seu cotidiano”. Assim:

O contato direto e as cartas constituíram pois recursos possíveis à transformação positiva da experiência individual, isto é, para uma resistência dentro da condição em que se viam historicamente inseridos os sujeitos pesquisados. A historicidade, assim como a iniciativa e o discernimento destes, são pilares fundamentais à efetivação das diversas modalidades populares de participação inscritas no período. (...) Portanto, permitimo-nos entender que, do ponto de vista das classes populares, o contato e as cartas pessoais eram estratégias de intervenção e expressão tão necessárias e legítimas quanto abaixo-assinados e associações, embora estas se caracterizassem mais propriamente como formas políticas por pressupor organização coletiva. Afinal, todas compunham um mesmo repertório de participação, sendo dispostas alternadamente segundo sua adequação às circunstâncias do momento. (CARDOSO, 2008: 93)

A análise do autor, portanto, nos coloca diante da enorme importância dessas ações políticas populares. Obviamente, no período analisado em sua pesquisa –

meados do século XX – era possível identificar estratégias ainda mais complexas dessas atuações, como os pedidos pessoais e por escrito feitos pelos cidadãos, diante das suas tantas e tantas demandas àquela época, período de intensa transformação urbana na cidade de Montes Claros.

No nosso caso, cumpre destacar que, por mais que tais demandas e solicitações de populares também estivessem presentes, evidentemente, elas não dialogavam com um universo tão complexo quanto o estudado por Cardoso Júnior, naquela *urbe* em expansão.

Todavia, isso não exclui o fato de que esses homens do norte de Minas, naquele período de transição do Império para a República, não viviam também as suas próprias “experiências históricas”, da sua forma, sobretudo ao perceberem no Estado o seu papel administrativo e regulador das relações sociais e cotidianas, o que fica explícito em algumas das demandas expostas no *corpus* documental.

Nas primeiras décadas da República, mesmo que se note um evidente “progresso” na região, conforme nos revela os estudos de Brito¹⁶⁹, ainda assim vivia-se um cotidiano que misturava rural e urbano, configurado em meio a relações sociais mais simples, o que revela também solicitações e demandas mais simples, como muitas daquelas que analisamos anteriormente. Entretanto, embora se tratem de demandas mais “simples” e/ou corriqueiras – como consertos de cercas e estradas, ou procedimentos para evitar acidentes por tiros mal executados –, reiteramos, isso não tira a sua importância diante do dia-a-dia daqueles que faziam as suas solicitações. Tratava-se de ordenar melhor o seu cotidiano, elemento fundamental para a sobrevivência de muitos cidadãos norte-mineiros, e que deveria, portanto, receber a melhor atenção possível do Estado e dos “agentes do progresso” norte-mineiro.

¹⁶⁹ Ver: BRITO, 2006.

Esse é o caso dos moradores dos lugarejos próximos a estradas que ligavam Montes Claros a outras localidades. No ano de 1892, esses moradores solicitavam através de abaixo-assinado que essas mesmas estradas não fossem desviadas para outros caminhos, “uma vez que sendo desviados, dificultam o transito e a manutenção do comercio”. Aproveitavam e, no mesmo documento, faziam nova reivindicação: “Reivindicam também melhorias nas condições do transito da mesma.”¹⁷⁰

Em junho de 1891, os moradores da Lagoa do Peixe e de outras localidades, por meio de documento enviado à Câmara Municipal, reclamam da atitude de um morador, o capitão Lucas Pereira dos Anjos, que:

(...) com o intuito de converter a estrada em mangas, promove um desvio da mesma, passando por locais cheios de vales, barrocas e de difícil travessia. De conformidade com o código de Posturas Municipais que proíbe usurpar, mudar, estreitar, entulhar, ou de qualquer modo arruinar as estradas, caminhos, pontes ou qualquer obra pública e particular, os moradores requerem através do documento as providencias da Intendência quanto ao ato do capitão.¹⁷¹

As duas solicitações populares colocadas acima são exemplos do que poderíamos chamar aqui de alegações “simples”, talvez, para nós, de simples resolução, mas que, para o cotidiano daqueles homens, parecia de fundamental importância para a sobrevivência. A locomoção pelas estradas de terra do sertão, tão importante para o comércio e sobrevivência de tantos, era elemento que estava na ordem do dia para muitos e muitos moradores, que se aproveitavam da ação política popular para verem suas demandas atendidas, especialmente devido aos desvios feitos nas referidas estradas, como fica revelado em ambos os documentos.

¹⁷⁰ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, fevereiro de 1892.

¹⁷¹ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, junho de 1891.

Alguns desses moradores, também com conhecimento das leis que regiam a organização social – como é o caso dos moradores da Lagoa do Peixe, que citam o Código de Posturas – procuravam a tomada de providências, no sentido de verem o problema solucionado. Problemas simples? Provavelmente não para eles, que necessitavam demasiadamente de recursos como uma estrada em boas condições e/ou sem desvios feitos pelo interesse particular de um capitão.

Logicamente, à medida que avançava as décadas do século XX no norte de Minas Gerais, as estratégias também se tornavam mais amplas, mais heterogêneas, como as cartas pessoais estudadas por Cardoso Júnior em texto anteriormente citado. Nesse caso, tais cartas revelam uma participação política popular ainda mais direta, levando moradores – de forma individual ou em grupo – a dialogarem ainda mais próximos do poder, por meio do “pedir” estudado pelo autor.

Em estudos sobre um período histórico ainda mais recente, já no início do século XXI, também nos é possível avaliar algumas dessas estratégias de ação política popular. Alessandro de Almeida, em livro intitulado *Um voto pelo amor de Deus*, procura analisar as relações entre religiosidade cristã e política na cidade de Montes Claros, tendo como pressuposto que candidatos a processos eleitorais se utilizam de estratégias ligadas ao discurso religioso como forma de obter votos, diante, obviamente, de uma população cristã e, nesse sentido, um alvo “perfeito” para esse tipo de discurso. Analisando especificamente as eleições dos anos de 2000 e 2004, o autor consegue revelar parte das estratégias políticas eleitoreiras, procurando “conceber as ressonâncias do recurso religioso na ambiência política montesclareense”. (ALMEIDA, 2008: 19)

Não obstante, um aspecto utilizado como ponto fundamental na sua abordagem, também nos é caro. Almeida, no propósito de (re)fazer a ação política pura e simples, que pressupõe a idéia de que o eleitor é enganado, manipulado ou

simplesmente conduzido pelo candidato por meio do seu discurso, propõe analisar como as pessoas procuram se beneficiar dessa relação de poder, que, dessa forma, pressupõe uma dependência em mão-dupla, ou seja, do eleitor para o candidato, mas também do candidato para o eleitor.

Inserido nessa problemática, o manejo de nossa documentação e as posteriores análises demonstram que a população se vê, ou é inserida, também em um drama tecnologicamente programado, evidenciado na propaganda eleitoral para prefeito e vereadores no município de Montes Claros, quando os políticos constroem sua propaganda política baseada nos anseios populacionais e na linguagem religiosa. Outra reflexão proposta é pensarmos até que ponto estas mesmas dificuldades podem servir à população, na medida em que seus pedidos podem se basear nos mesmos artifícios utilizados pelos candidatos. (ALMEIDA, 2008: 50)

É justamente essa “outra reflexão” do autor que nos interessa. Almeida procura, portanto, mostrar também o outro lado dessa relação política, não se concentrando apenas na dependência do eleitor e na sua submissão e manipulação diante da propaganda eleitoral empreendida. Nesse sentido, o eleitor, aquele cidadão “comum”, procurava também se posicionar diante dessas questões, lançando estratégias com o intento de se aproveitar da relação estabelecida pelo candidato à época da eleição.

A partir da utilização de cartas pessoais de eleitores aos candidatos – diga-se de passagem, eleitos ou não –, Almeida demonstra a multiplicidade presente nessas relações cotidianas entre eleitor/político e a importância dos recursos simbólicos presentes nessas relações. Em uma dessas cartas, a eleitora de nome Silvana Dias, endereçava um pedido ao vereador Aurindo Ribeiro, um ex-candidato eleito. Um pequeno fragmento dessa carta nos auxilia na nossa análise:

Olá Aurindo!

Tudo bem com você? Espero que esteja!

Bom, esta foi a melhor forma (um tanto quanto curiosa e diferente) de vir até você para pedir a sua ajuda! (...)

Estava eu aqui, olhando em algumas pastas, arquivos de papéis que sempre gosto de guardar, e encontrei este envelope com 1 santinho seu dentro, foi quando tive a idéia de usá-lo para lhe enviar esta carta para o mesmo fim de que você também o usou, já que quando você me mandou, precisava muito da minha ajuda para que pudesse continuar seu maravilhoso trabalho, que disse ser, uma Missão de Deus! E eu por consciência e preocupação pelo nosso futuro, o ajudei”informalmente”, mais o ajudei.

Hoje quem precisa de ajuda sou EU, e ajuda URGENTE (...), nunca tive um trabalho, e isto muitas vezes desfaz com meus planos sonhos e necessidades. (...)

Aurindo, por favor! Pelo Amor de Deus, me ajude a conseguir um emprego!

Ou me dê armas instrumentos para poder alcança-lo. (...)

Acolhe a minha “causa”, você que é “O vereador das causas sociais”.

Abraços e

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Silvana Dias. (ALMEIDA, 2008: 176)¹⁷²

O estudo dessas cartas de pedido feito por Alessandro de Almeida, como alguns dos trabalhos históricos apresentados nesse tópico da tese, são reveladores de um importante (re)fazer da política no norte de Minas Gerais, tendo em vista a análise de um cotidiano político mais complexo do que a pura e simples dominação política exercida por grupos político-partidários, ou mesmo pela idéia de que o poder perpassa apenas pelos agentes que administram a vida pública.

As demandas da população, seus interesses, pessoais e coletivos, seja aqui, no início do século XXI – como na análise empreendida por Alessandro de Almeida – seja lá, no final do século XIX, em meio à transição da estrutura monárquica para a estrutura republicana no norte de Minas – proposta da nossa tese – revelam uma outra ação política, agora popular, muitas vezes, obviamente, baseadas em relações de favores, como o que estava sendo cobrado pela eleitora Silvana, na carta acima.

¹⁷² Ver anexo 1 do livro. ALMEIDA, 2008.

Embora essas relações de favor e dependência, em certo sentido, talvez sejam inescapáveis a qualquer abordagem histórica sobre a região, essencialmente no caso do norte de Minas, ainda hoje estruturado sob os pilares e resquícios do paternalismo, do clientelismo e tantos outros conceitos arcaicos de poder, ainda assim tais questões são capazes de revelar uma ação política popular dinâmica, sobretudo no que se refere ao fato de que os cidadãos enxergavam o Estado, tanto para a resolução de questões de interesse coletivo, quanto para questões de interesse pessoal.

Na esteira desse segundo tipo de solicitações – as de interesse individual – os documentos analisados revelam inúmeras e inúmeras questões apresentadas por cidadãos em requisição à Câmara Municipal, com o objetivo de resolver problemas de ordem pessoal, mas que, em seu bojo, carregavam simbolismos dos mais interessantes. No grupo de solicitações individuais encontrado em larga escala na documentação, dois tipos de abordagens se mostraram mais comuns: a relação entre público e privado e a questão da violência/criminalidade.

Tanto nos jornais da época, quanto na documentação da Administração Pública de Montes Claros, várias solicitações individuais revelam uma percepção importante de alguns cidadãos montes-clarense: se utilizarem da questão pública para resolver situações e/ou demandar aspectos nitidamente particulares.

Em documento enviado à Câmara no mês de abril de 1902, o cidadão Manoel Moraes de Oliveira, se dizia responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Verde, na região, e que essa mesma ponte tinha se tornado responsável pela estrada geral que ligava a cidade de Montes Claros à região de Cana Brava. Nesse sentido, o cidadão solicitava “que a obra seja fiscalizada como pertencente ao município para que

ele possa reembolsar os gastos com o dito serviço, uma vez que este representa uma obra de utilidade municipal.”¹⁷³

Em outro documentado, da mesma época, o cidadão João de Oliveira Santos declarava que possuía imóvel no Mercado Público da cidade, e requeria, logo em seguida, que “no pagamento do aluguel seja descontado despesas gastas em favor da melhoria do imóvel”. No mesmo relatório apresentado pela Câmara, mostra-se o indeferimento do pedido do cidadão João de Oliveira, sob a seguinte alegação:

A comissão de finanças e obra públicas analisando o pedido do cidadão, nega o pagamento pelas referidas despesas, uma vez que, para que seja reembolsado os custos é necessário uma previa licença da câmara para serem realizados as obras. Desta maneira, o serviço fica em favor da municipalidade, pois a licença não foi aprovada pela câmara.¹⁷⁴

Outros tantos documentos, especialmente de comerciantes e moradores de determinadas regiões faziam solicitações das mais variadas, baseando-se em demandas individuais e casos especialmente particulares.

Dessa forma, é importante ressaltar que, mesmo não sendo atendidos em muitas dessas ocasiões, como fora o caso do senhor João de Oliveira Santos, na alegação anterior, ou mesmo provavelmente o caso do senhor Manoel Moraes de Oliveira – já que se tratam de casos idênticos e à mesma época – a simples solicitação de casos particulares revelam uma noção de que determinados direitos deveriam ser garantidos, mesmo que se tratasse de noções bem particulares e próprias desses direitos. Muitas vezes tão particulares que, certamente, não existiam ou não eram efetivamente direitos. Em outros casos, amparados em direitos mais consolidados e, por isso mesmo, passíveis de uma pronta resolução dos órgãos públicos.

¹⁷³ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, abril de 1902.

¹⁷⁴ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, maio de 1902.

Em janeiro de 1903, o cidadão José Candido Salgado envia documento à Câmara Municipal pedindo que sejam tomadas providências em função do “lamaçal na porta da sua casa devido as águas do córrego escorrerem e o lixo depositado na porta do mercado municipal”. O cidadão informava que já tinham sido enviados vários apelos para a Administração Pública, e que nenhum fora ainda atendido. Dessa forma, apelava para um importante argumento:

(...) O dito cidadão propõe que seja calçada a sua rua, uma vez que ele tem direitos e é um dos que contribuem para os cofres do município. Assim, o cidadão julga ter razão e espera pela ação da municipalidade.¹⁷⁵

O seu pedido, semanas depois, em novo Relatório da Câmara, seria atendido, “tendo em vista os interesses dos moradores da região e sua legítima necessidade de boas condições sanitárias.”¹⁷⁶

Um outro aspecto apresentado anteriormente também passou a fazer parte da agenda política de muitos cidadãos nas suas solicitações e demandas no final do século XIX e início do século XX. Trata-se da questão da violência.

Com o processo de urbanização e transformação pela qual o país passava, a violência, naturalmente, se transformaria em um subproduto das relações sociais da época. Progresso, desenvolvimento e mudanças trariam, em seu bojo, uma dinamização da sociedade brasileira, o que, por sua vez, configuraria uma sociedade cada vez mais violenta, com relevantes aumentos no índice de criminalidade.

O avanço da criminalidade e o aumento da violência seriam mais uma das características marcantes do Brasil naqueles tempos, e a preocupação com a ordem social e a segurança pública se tornariam cada vez mais intensas.¹⁷⁷

¹⁷⁵ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, janeiro de 1903.

¹⁷⁶ APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, fevereiro de 1903.

¹⁷⁷ Para tal ver: FAUSTO, 1984.

A população de Montes Claros e região, por sua vez, passou a enxergar com maior clareza as conseqüências negativas advindas do avanço da violência, e o tema passou a fazer parte das solicitações populares e das preocupações levadas ao debate na Câmara Municipal ou nos jornais da região. Em meio ao progresso e à transição política para a República, a violência se tornava uma preocupação marcante, de interesse cada vez mais popular.

Em jornal publicado no dia 29 de junho de 1890 era publicada uma informação referente à cidade de São Francisco, norte de Minas Gerais. No texto, relatava-se que o advogado Justino de Andrade Câmara tinha ido à localidade no exercício da sua função, e que tinha sido “testemunha ocular dos sobressaltos porque passara a população daquela mesma cidade, sob as ameaças de uma invasão por parte dos grupos armados”. O jornal deixava claro que a ordem e a tranquilidade públicas tinham sido restabelecidas, mas, em especial, deixava clara a preocupação de todos, tanto em São Francisco, como em Montes Claros, com “taes ocorrências” já que esses grupos armados “agiam com grande violência e todos se preocupavam com as praticas e delitos que se davam na região”.¹⁷⁸

Meses antes, no dia 19 de janeiro de 1890, o mesmo jornal apresenta em seus textos inúmeras questões ligadas à violência e criminalidade na cidade e região, demonstrando com clareza parte da preocupação popular com os problemas ligados à referida temática.

Em artigo intitulado “Vadiagem”, pede-se a aplicação de leis na região para coibir determinadas atitudes:

Em todas as povoações é por demais numerosa a classe dos indivíduos validos e perfeitamente aptos para o trabalho que vivem em completa ociosidade, ou absorvidas pelos vícios do jogo e da embriaguês, mal

¹⁷⁸ JCN – Correio do Norte, 29 de junho de 1890.

sustentando-se de furtos, ou explorando a caridade pública, perdidos o pejo, estímulos, e como tendo deposto a própria dignidade de homem.¹⁷⁹

Mais à frente, o texto apresenta impressões sobre como deveria se dar a punição a vadios, ociosos e viciados da região, e avalia que todos se preocupam, “inclusive moradores que nos procuram desejosos de se verem combatidos taes vícios, para que se intimem se os vadios a procurarem occupação”.¹⁸⁰

No mesmo jornal, apresenta-se uma preocupação de moradores sobre um problema que crescia cada vez mais: a prática de furtos. No texto, apresenta o redator: “São geraes e constantes as queixas de furtos de productos da lavoura e de gado principalmente *vaccum* , neste município, e consta-nos que também n’outros, visinhos.”¹⁸¹

Ainda mais interessante no texto é a revelação da ação de muitos populares diante do ocorrido, tendo em vista que muitos faziam reclamações às autoridades, mas não tinham ainda nenhuma solução tomada diante do problema, outros, porém, “segundo dizem, preferem fazer justiça por suas próprias mãos: agarram o ladrão, passam-lhes uma formidável tenda, e esta acabado.”¹⁸²

Em outros casos, reclamações e solicitações individuais deixavam claro a grande preocupação com a questão da violência, elemento cada vez mais presente na ação política popular sertaneja.

Em texto intitulado “Gatunice sagaz”, o redator do jornal Correio do Norte relatava uma reclamação do senhor Firmino José Lima diante de um assalto feito ao seu negócio, e de onde os ladrões teriam levado alguns gêneros e dinheiro. O senhor Firmino, em seu relato, esclarecia que “se tivesse encontrado o ladrão havia feitos

¹⁷⁹ JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890.

¹⁸⁰ JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890.

¹⁸¹ JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890.

¹⁸² JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890.

justiça com as próprias mãos”, já que muitos são obrigados a fazê-lo, tendo em vista as ações ineficazes do Estado no combate à violência. O redator do jornal, claramente opinando-se sobre o tema, relata:

Parece-me que as nossas leis criminais são muito favoráveis a essa classe de parasitas que anda pelo mundo a sugar o suco do trabalho daquelles que vivem de sua honesta e laboriosa profissão. O que nos resta ainda é a esperança da realização do sonho do nosso digno e patriótico amigo o cidadão Alberto Cassimiro de Asevedo Pereira, que tanto interesse tem mostrado pela regeneração das cousas, e por esta razão sempre trabalhou com todo desvelo e patriotismo, sonhando sempre ver ainda em seus dias estabelecida a republica no Brazil, cuja administração virá um dia fecundar a nossa cara Patria com sabias, justas e patrióticas leis, garantindo a propriedade o trabalho, e a industria, corrigindo ao mesmo tempo rigorosamente os larápios, vadios, desordeiros e toda classe desses ingfames parasitas infelismemente inúteis a sociedade Brasileira. Viva a República! Viva muito! Cem mil vezes!¹⁸³

As esperanças acima, expressas pelo redator de um jornal no norte de Minas Gerais, em fins do século XIX, pareciam ser as esperanças de muitos e muitos cidadãos que haviam presenciado a transição política para uma República, mas, por outro lado, ainda sentiam as continuidades de muitos e muitos dos seus principais problemas, que vinham desde a segunda metade do Império, cada vez mais intensos.

O combate ao problema da criminalidade e da violência se fazia altamente necessário, assim como a posição de muitos e muitos cidadãos que enxergavam no Estado e nos agentes do poder um papel decisivo na solução da temática. O importante combate à vadiagem e a ação do Estado contra o avanço dos crimes contra a pessoa e o patrimônio, eram responsabilidades daqueles que trabalhavam em “nome do povo”, como muitos e muitos sertanejos do norte de Minas tinham consciência.

¹⁸³ JCN – Correio do Norte, 19 de janeiro de 1890, p. 4.

Nesse sentido, restava à Administração Pública ações mais efetivas, já que os cidadãos pareciam reconhecer razoavelmente o seu papel, reivindicando, se posicionando e buscando soluções para a temática.

Enquanto tais resoluções não se materializavam em ações efetivas e repressão eficazes, restava a muitos “agirem com as próprias mãos”, como justiceiros do sertão, recorrendo à violência como instrumento de ação nas relações cotidianas que se davam. São essas histórias de violência cotidiana o aspecto principal da nossa análise a partir daqui. Histórias que nos permitem adentrar ainda mais o cotidiano dos homens do sertão norte-mineiro, nos cantos mais particulares das relações sociais, onde o poder cada vez menos se fazia sentir.

3.4 – A violência no início da República: apontamentos para uma comparação

O fim do regime escravista no Brasil, como sabemos, não foi suficiente para mudar radicalmente o panorama das relações sociais, ainda baseadas na herança escravista que se moldara durante séculos. A violência, recurso amplamente utilizado no cotidiano escravista norte-mineiro, também aparece aqui, na República, como elemento constitutivo do *modus vivendi* pós-escravidão. Nos interessa nesse momento, portanto, avaliar parte desse universo violento do norte de Minas pós-1889, no sentido de, agora, em um novo momento histórico, buscarmos condições de comparar o universo cultural do Império e da República na região.

Os processos selecionados para a análise em questão fazem parte do escopo de documentos voltados para a discussão sobre a violência no sertão das Minas,

elemento já analisado em suas características no capítulo 1, quando buscamos identificar alguns dos elementos que configuraram o regime escravista na região.

TABELA 16

**A VIOLÊNCIA PRATICADA POR HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS
GERAIS – 1889-1915**

Período	Quantidade	%
1889-1905	94	47,9%
1910-1915	102	52,1%
	196	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1889-1915.

O número de processos selecionados para o período pós-1889 – 196 documentos – nos colocam diante do dia-a-dia violento do universo norte-mineiro, que resistiu ao 15 de novembro de 1889, mantendo muitas das suas características cotidianas, isto é, apresentando mais características de continuidades do que de rupturas na criminalidade. A tabela 17 nos coloca diante da comparação entre o universo violento escravista e pós-escravidão na região, elemento indispensável para a análise da violência no universo pesquisado.

TABELA 17**QUADRO COMPARATIVO SOBRE OS AGENTES DA VIOLÊNCIA NO NORTE
DE MINAS GERAIS – 1850-1885 E 1889-1915**

Agentes	Período						Total	%
	1850-55	1860-65	1870-75	1880-85	1889-05	1910-15		
Escravos	12	18	18	20	-	-	68	9,8%
Homens livres	80	97	121	132	-	-	430	61,9%
Homens livres pós- 1889	-	-	-	-	94	102	196	28,3%
	92	115	139	152	94	102	694	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1850-1885, 1889-1915.

Entre todos os processos criminais pesquisados, os documentos referentes ao período de 1889 a 1915 representam 28,3% de toda a documentação. Pelo fato de analisarmos um período maior no que se refere ao século XIX (1850-1885) o número de processos, nesse sentido, também é maior, totalizando cerca de 70% da documentação total.

É importante notarmos que o número de crimes praticados pelos homens livres a partir do ano de 1889 diminui, sobretudo se comparado à criminalidade praticada pelos livres nas décadas de 1870 e 1880, quando a criminalidade praticada por esse grupo atinge o seu ápice, conforme a tabela 17 demonstra. Aparentemente não encontramos um motivo factual ou mais evidente que explique essa diminuição, afinal, a criminalidade passou a ser uma característica marcante das sociedades na transição do século XIX para o século XX, como diversas pesquisas atestam.¹⁸⁴

¹⁸⁴ Para tal ver: FAUSTO, 1984.

Dessa forma, acreditamos que a comparação entre o universo violento dos homens livres no regime escravista e no pós-escravidão, nesse momento da tese, cumpre uma função fundamental. O confrontamento dos dados envolvendo os homens livres da região nos permitirá entender em que sentido é possível perceber similitudes e diferenças no cotidiano violento do sertão norte-mineiro, antes e depois da proclamação da República, novamente em um esforço de história comparativa. A tabela 18 nos permite caminhar nesse sentido.

TABELA 18

TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR HOMENS LIVRES NORTE DE MINAS GERAIS – 1889-1915

Séculos XIX-XX – Períodos				
Crimes	1889-1905	1910-1915	Total	%
Homicídio	50	61	111	56,6
Lesão Corporal	37	30	67	34,2
Contra a Pessoa (Subtotal)	87	91	178	90,8
Furtos e Roubos	2	7	9	4,6
Contra o Patrimônio (Subtotal)	2	7	9	4,6
Apropriação indébita	1	1	2	1,0
Porte de armas	2	2	4	2,0
Jogo e aposta	2	1	3	1,6
Contra a Ordem (Subtotal)	5	4	9	4,6
Total	94	102	196	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1889-1915.

Os crimes contra a pessoa, conforme percebemos, compreendem cerca de 90% de toda a documentação selecionada, reafirmando o fato de que grande parte da violência praticada pelos homens livres na região era ligada a esse tipo de crime, como vimos para o século XIX. Também nos processos referentes ao período da escravidão o percentual (90,8%) é similar.

Uma análise qualitativa dos referidos processos nos apontam três tipos de violência como as mais comuns no espaço norte-mineiro a partir da República: os crimes em família, os crimes nos momentos de lazer e os crimes que se davam nas relações de vizinhança. A partir de uma leitura minuciosa dos processos e dos detalhes que os compõem, é possível visualizarmos uma evidente proximidade nas práticas violentas de homens livres na escravidão e homens livres no pós-escravidão¹⁸⁵. Variados casos envolvendo homens e mulheres do norte de Minas Gerais nos permitem essa avaliação.

No dia 3 de maio de 1906, o senhor Paulino Ferreira Borges desferiu um golpe de faca contra Francisco Tomásio, seu cunhado, causando-lhe a morte. Segundo relatos da maioria das testemunhas, os mesmos eram amigos de longo tempo, além do parentesco familiar apontado. Entretanto, em uma determinada ocasião, vindo de uma “farra”, os dois entraram em discussão, que muitos apontavam ser devido uma dívida que Francisco tinha com Paulino.

A segunda testemunha arrolada, novamente acentuara o caráter amigável das relações entre os dois, dizendo “saber também que o réu e o paciente eram

¹⁸⁵ É importante lembrar que alguns dos homens livres aqui categorizados na violência pós-1889 são, evidentemente, ex-escravos libertados pela Lei Áurea de 1888. Nesse sentido, esses homens antes categorizados como cativos passaram a se confundir no universo dos livres, especialmente porque a documentação não distinguia aqueles que tinham sido cativos até o dia 13 de maio de 1888. Tal característica da documentação não nos permitiu apontar onde estavam esses ex-escravos no início da República e, por conseguinte, a sua representatividade na violência praticada pelos homens livres em questão.

cunhados, compadres e amigos e viajavam juntos e em perfeita harmonia naquele dia.”¹⁸⁶

De forma bastante peculiar, um abaixo-assinado é apresentado ao final do processo, com a assinatura de um grupo de fazendeiros e lavradores da região, atestando a boa conduta e procedimento do réu. O documento e os aspectos levantados pela defesa, em conjunto, levaram à absolvição de Paulino. Segue o documento em questão:

Nos abaixo assignados, fazendeiros e lavradores residentes em Campo Alegre e circunvizinhos, do município de Inconfidência atestamos sob nossa palavra de honra e firmamos se for preciso que o Sr. Paulino Ferreira Borges está residindo neste lugar a mais de 11 anos, tendo procedimento exemplar como pae de família que é, dando aos seus quatro filhos educação do trabalho, considero com as suas posses se formos chamados como testemunhas, deporemos sob julgamento ser verdade o que acima fica dito. Campo Alegre, 2 de Fevereiro de 1914.¹⁸⁷

Aos 10 de maio de 1905, Silvério Ramos Pereira acusava Eugenio Baptista de Oliveira de agressão, segundo a própria vítima revelara no processo. No auto de perguntas ao ofendido, Silvério revelou que estava saindo da casa de Martiniano, vulgo “Macaco”, depois de uma reunião, na qual bebiam cachaça. No caminho, Eugenio iniciou a agressão à vítima, desferindo-lhe três facadas. Nos próprios autos revela-se o estado em que se encontrava Silvério, pois, “o paciente com a falla muito arrastada, pedia ao delegado que attendesse o seu estado e poupasse do sacrifício que fez para conversar, o que attendeu com dita autoridade”.¹⁸⁸ Dias depois, Silvério falecera, vítima das facadas de Eugenio.

Entre os relatos das testemunhas, as revelações sobre o ocorrido são variadas e extensas, mas todas caminhando por aspectos centrais. Uma relação de amizade entre

¹⁸⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.581, fls. 15.

¹⁸⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.581, fls. 44.

¹⁸⁸ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.601, fls. 6v.

os dois é colocada em questão, bem como uma importante informação sobre o caráter violento do réu, o qual muitos se queixavam pelo seu mau procedimento. A segunda testemunha sobre o assunto, demonstra que “algumas pessoas já reclamaram de Eugenio, pois se diz que ele é muito insultante.”¹⁸⁹

O réu é condenado a 2 anos e 4 meses de prisão no dia 8 de julho de 1911, recorrendo à sentença. Consta na documentação uma declaração confirmando sua prisão por cerca de 7 meses.

Os dois processos analisados acima são exemplos das categorias de crimes em família e crimes em momentos de lazer. É importante notar, sobretudo no primeiro caso, que a relação de parentesco e mesmo amizade entre Paulino e Francisco não fora suficiente para evitar uma agressão, da qual resultou a morte de Francisco. Mesmo voltando os dois de uma “farra”, a dita “dívida” entre eles, somada fatalmente a elementos bem peculiares do momento, irromperam na violência descrita. Nesse caso, a reiterada boa imagem sustentada por Paulino entre os seus pares, visto como bom “pae de família” e por dar “aos seus quatro filhos educação do trabalho”, se mostrou como elemento importante na sua absolvição, mesmo diante de todos os elementos que comprovavam o homicídio em Francisco.

No segundo processo, as relações de lazer se mostram mais uma vez em relevo, pois os dois amigos, Silvério e Eugenio, junto a um grupo de outras seis pessoas, voltavam de uma reunião na casa de Martiniano, afim de beberem cachaça noite adentro. O lazer, a cachaça, a amizade entre os dois não fora suficiente para evitar a agressão, que vitimaria Silvério dias depois. A bebida, nesse caso, fora inegavelmente elemento estimulador da agressão, como os processos criminais revelam com tanta frequência. O caráter de Eugenio, nesse caso, não o ajudara frente à justiça, como é

¹⁸⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.601, fls. 11v.

perceptível nas imagens quase unânimes de que o mesmo era um “insultador”, homem “agressivo” e “brigueiro”, nos dizeres das testemunhas. Elementos que, com certeza, o colocavam em condição cotidiana de destaque, conquistando o respeito de muitos, com certeza foram aspectos bastante relevantes no momento de o levarem à condenação.

As relações de vizinhança, caminhando nesses aspectos, também irromperam em vários casos de agressão. No dia 2 de junho de 1910, Francelino Cardoso matara, a tiros de espingarda e golpes de facão, Ermeliana Lopes Ferreira. Uma das testemunhas, inspetor na região do Rio das Pedras, revela o ocorrido com detalhes. O mesmo dissera ter encontrado em uma estrada o senhor Francelino, que lhe parara dizendo ter cometido um assassinato, com as vestes ensangüentadas. O motivo do crime: um cachorro. A senhora Ermeliana, por várias vezes, teria reclamado à Gertrudes de tal, vizinha da mesma e amásia de Francelino, do cachorro que estragava as suas plantações, o que causava prejuízos à vítima. Segundo a testemunha, o “enredo” fora revelado por Gertrudes à Francelino, que em outra ocasião prometera matar à Ermeliana, o que agora se realizara. Nas questões feitas à testemunha, o mesmo revela:

Respondeu que Ermeliana Lopes Ferreira era viúva honesta, trabalhadeira, e deixa na orphandade três filhinhos menores, quando Francelino Cardoso é desordeiro bebedor de caxaça e procurador. Perguntado, por que não effectuou a prisão de Francelino, quando confessou na estrada o crime? Respondeu que teve vontade de prender o Francelino, porém este achava-se bem armado e elle depoente estava só e desarmado.¹⁹⁰

O libelo crime acusatório insiste nos elementos colocados pela testemunha principal, e que são também revelados por outras seis testemunhas. Francelino, “procurador”, é sempre colocado nos autos como homem violento e de procedimentos ruins. O promotor, em seu libelo, esclarece:

¹⁹⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.635, fls. 8v.

O promotor de justiça desta comarca em observância das atribuições de seu cargo, vem perante V.S^a, denuncia de Francelino Cardoso pelo facto delictuoso que passa a expor:

No dia 2 do corrente mez, as seis horas da tarde, no lugar denominado Rio das Pedras, districto desta cidade, o denunciado Francelino Cardoso, devido a umas intrigas que a amasia do referido individuo de nome Gertrudes tinha com uma pobre viúva chamada Ermeliana Lopes Ferreira por causa de um cachorro, penetrou na residência de Ermeliana Lopes Ferreira e depois de espancal-a a chicote, disparou contra ella um tiro, assassinou-a do modo mais bárbaro e revoltante possível com diversas punhaladas.

Esse individuo, assim procedendo, commetteu o crime previsto no art. 294 S 1º do Cód. Penal, pelo que o promotor de justiça da comarca offerece contra o mesmo presente denuncia, afim de que seja devidamente punido. Havendo deposto no inquérito policial três testemunhas, cujos depoimentos são da maior importância e continuando o mencionado Francelino Cardoso a propalar que pretende ainda assassinar mais duas pessoas, o que se continuar volta com certeza o fará, pois é um individuo perigosíssimo, ébrio habitual e turbulento, requer esta promotoria seja decretada com a máxima urgência a prisão preventiva do delinqüente, visto tratar-se de crime inafiançavel e ser preciso evitar que ella commetta outros crimes, como propala.¹⁹¹

O processo se arrasta com intimações de várias testemunhas até o ano de 1926, mas, nesse ano, é interrompido e arquivado, sem maiores explicações. Francelino, homem que desafiava a justiça, inclusive propalando o interesse em matar outras duas pessoas, “individuo perigosíssimo, ébrio habitual e turbulento”, continuaria solto e, nos dizeres do promotor, apto a cometer outros crimes, como ele mesmo propalava na região.¹⁹²

Mesmo assim, é interessante notar como as relações entre vizinhos, que conferiam um caráter tão especial ao cotidiano simples de comunidades rurais, muitas vezes irrompia em casos de violência, que, dessa forma, se tornavam comuns, motivadas por elementos aparentemente banais, conforme já avaliamos em capítulo anterior. Com isso, a viúva Ermeliana fora vítima do casal Francelino e Gertrudes, devido às peripécias do cachorro do casal nas plantações de Ermeliana.

¹⁹¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.635, fls. 16-16v.

¹⁹² DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.635, fls. 16-16v.

Homens e mulheres, no cotidiano do sertão norte-mineiro, se envolviam em relações variadas, de lazer, de parentesco, de família, de violência. Francelino, Ermeliana, Gertrudes, Silvério, Eugenio e tantos outros homens e mulheres encontraram no recurso à violência uma forma de sobrevivência para cobrar o pagamento de dívidas e para a defesa da honra, mesmo que essa estivesse por vezes resumida a um animal de estimação ou de trabalho, como um cachorro ou um cavalo. Não importa. Nesses casos, a violência aparecia como um subproduto das relações sociais cotidianas, e como elemento imprescindível do ser sertanejo, em uma ordem escravocrata ou não, sob a bandeira do Império ou da República, conforme os nossos casos revelam.

Já tivemos a oportunidade de demonstrar, no primeiro capítulo dessa tese, algumas das principais relações que se davam no universo escravista do sertão e que, como consequência, apresentavam relações de violência que irrompia em momentos variados, do lazer à família, do parentesco à vizinhança. Enfim, o fim da escravidão não apagou o cotidiano que se moldara por décadas e décadas ao longo do oitocentos, e dessa forma, mesmo diante de um novo regime político, os homens livres continuavam lançando de formas de sobrevivência muito próximas.

A vida do homem sertanejo, mesmo que envolta em um cotidiano de simplicidade e pobreza, convivia com as querelas típicas da vida adulta, quando, evidentemente, as possibilidades de resolução de conflitos por meio do emprego da força passa a ser elemento comum, resultando nos inúmeros casos selecionados na presente pesquisa.

Soma-se a isso o fato de que, muitas vezes, a violência apresentava um aspecto quase “natural” no cotidiano, colocando-nos diante de um grau de violência e brutalidade extremas. A partir da análise da documentação, novamente é possível revelar as principais armas utilizadas nos crimes, nos permitindo aproximar ainda mais

desse dia-a-dia da violência, referência para a ação do homem norte-mineiro e, por conseguinte, parte da sua ação social e política de sobrevivência.

TABELA 19

ARMAS UTILIZADAS NOS ATOS DE VIOLÊNCIA PRATICADOS POR HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1889-1915

Armas	Quantidade	%
Armas de fogo	88	44,9%
Faca, facão, navalha, espada	38	19,4%
Porrete, cacete, pau	30	15,3%
Machado, foice, enxada, formão, serrote	30	15,3%
Bacalhau, chicote	7	3,6%
Veneno	3	1,5%
Total	196	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1889-1915.

A tabela 19 novamente aproxima a violência praticada pelos homens livres antes e depois do 15 de novembro de 1889. Um pequeno aumento no percentual de uso de armas de fogo não surpreende, pois evidencia a maior facilidade dos livres terem contato com esse tipo de armas. Quase a metade dos delitos foram praticados com armas de fogo (44,9%), de uso muito comum pelos homens da época. Praticamente todas as armas restantes são de uso do cotidiano do trabalho rural ou mesmo urbano, como facas, facões, porretes, serrotes e cordas.

Estudando a região de São Paulo, Boris Fausto também avalia o crescente uso de armas de fogo pelos criminosos à época da transição do Império para a República. No que se refere à análise dos homicídios na região, Fausto destaca a

transição das armas brancas pelo emprego das armas de fogo, assim como outras transformações da vida urbana naquele período de 1880 a 1924. (FAUSTO, 2001:13)

Esse ascenso das armas de fogo como instrumento letal deve-se fundamentalmente à disseminação do revolver (“no século do progresso, o revólver teve ingresso para acabar com a valentia”), embora os avanços da medicina possam ter resultado na queda da letalidade por ferimentos de outra natureza. (FAUSTO, 2001: 111)

Não obstante, independente do tipo de arma utilizada, é notável o grau de violência e brutalidade presentes nos embates que se davam. Já notamos esse aspecto quando nos referimos ao século XIX. Como vimos, a vingança – recurso muito presente na resolução das querelas que se davam no norte de Minas – é um elemento efetivamente explicador desse grau de brutalidade que, muitas vezes, dotava os processos de um caráter altamente violento, já que a vingança, quando fator motivador, só se efetiva quando realizada em um grau superior ao fato que lhe dera origem.

É esse o caso do homicídio praticado por Antonio Vieira do Rego, que procurou acertar as suas contas com Jasintho Pereira de Aguiar. O grau de violência fica evidente pela quantidade de ferimentos e pela própria ação de Antonio contra Jasintho. Nos autos consta que o cadáver de Jacinto Pereira Aguiar (acunha Veloso) foi encontrado no pátio da casa de Augusto Vieira do Rego

(...) com deseseis ferimentos ; um na perna direita feita com arma de fogo, um na “guella” feito com um instrumento cortante e perfurante, e quatoze ferimentos na cabeça produzidos por instrumento contundente. Ao lado do cadáver foi encontrado um facão bem torto e um pau. Logo conclui-se que a morte resultou dos ferimentos feitos ao ofendido.¹⁹³

¹⁹³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.607, fls. 6v.

Uma das testemunhas, Francelino Gonçalves dos Santos, que presenciara todo o ocorrido, revelou que durante todo o momento que ocorrera a “disputa” entre os dois, pedia a Antonio que parasse de “meter em Jasintho”, que este já acertara demais a sua cabeça.¹⁹⁴ Lembremos, como revelava o auto de corpo de delito, que o réu acertara a cabeça da vítima quatorze vezes. O réu é absolvido.

No dia 21 de novembro de 1915, ocorria na cidade de Montes Claros um homicídio que nos permite mais uma vez adentrar o universo violento da região. Camillo Zuba, casado, lavrador, de 45 anos, matara Marcelino Rodrigues de Oliveira, com o uso de arma de fogo e facão.

Nos autos consta que Izabel, filha de Camillo Zuba, casada com Miguel Costa, se envolvera em uma relação extra-conjugal com a futura vítima, Marcelino. Camillo Zuba prometera então para “que todos do lugar ouvissem”, que mataria Marcelino, pois “era a única solussão”. Encontrado o corpo de Marcelino perto da casa de Camillo Zuba, o auto de corpo de delito revela os detalhes da agressão à vítima:

Que havendo examinado o cadaver de Marcelino Rodrigues de Oliveira, encontraram o seu cranio aberto em dada extensão, desde a testa a região occipal e de um ao outro parictal, deixando em descoberto todo o cerebro . Verificaram mais um outro ferimento no sentido transversal, indo do ângulo interno do olho esquerdo, passando sobre o nariz ate a região mollar direita. Outro ferimento maior de grande extenção, partindo da parte superior do frontal, um pouco para a esquerda e attingindo o ângulo externo do olho direito: Mais outro ferimento a fossa elíaca direita, deixando por elle sahir algumas alças intestinais. Um ferimento mais profundo sobre a face superior da mão esquerda. Mais outro no calcanhar esquerdo ficando este quase decepado. Todos esse ferimentos são ferimentos incizos. Encontraram mais sobre a região do homoplata esquerdo alguns ferimentos produzidos por chumbos.¹⁹⁵

¹⁹⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.607, fls. 10-10v.

¹⁹⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.760, fls. 4v.

Mesmo diante das evidências e das revelações feitas pelas testemunhas, que apresentavam a rixa entre Camillo e Marcelino devido a situação envolvendo Izabel, o réu é absolvido pelo júri.

Nesse sentido, munidos de armas de fogo ou mesmo de armas “improvisadas” do dia-a-dia do trabalho, os homens do sertão se utilizavam de um alto grau de brutalidade que, muitas vezes, fica patente quando olhamos de perto algumas das suas soluções violentas. Instrumentos como faca, facão, porrete, pedaços de pau, ou mesmo espingardas e garruchas, eram utilizados em todas as oportunidades, não deixando chances de sobrevivência às vítimas.

As mortes de Jasintho e de Marcelino, como tantas e tantas outras, revelam um pouco dessa brutalidade. Novamente é importante frisar que as soluções violentas do dia-a-dia propiciavam situações com essas características. Muitas vezes a recorrência à vingança estimulava um alto grau de brutalidade, para que, assim, a vingança se tornasse efetiva.

Em outras circunstâncias as relações irrompiam de uma hora para outra, isto é, não havia um plano para o ato violento usado para resolver as situações imediatas. Assim, não se poderia exigir desses homens que houvesse um “equilíbrio” para a prática violenta, como se eles fossem capazes de medir o grau de aceitação que suas reações intempestivas teriam. Nesse sentido, acabava sendo natural que a violência fosse extrema, como o foi para Jasintho e Marcelino naquele cotidiano pós-escravidão.

Os gêneros daqueles que se envolviam nas relações delituosas também não apresenta grandes diferenças se comparado os dois períodos históricos, conforme as tabelas 20 e 21 apontam:

TABELA 20

**SEXO ENTRE OS AGENTES DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR HOMENS
LIVRES NO NORTE DE MINAS GERAIS – 1889-1915**

Sexo	Quantidade	%
Masculino	158	80,6%
Feminino	38	19,4%
Total	196	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1889-1915.

TABELA 21

**SEXO ENTRE AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA PRATICADA POR ESCRAVOS NO
NORTE DE MINAS GERAIS – 1889-1915**

Sexo	Quantidade	%
Masculino	132	67,3%
Feminino	64	32,7%
Total	196	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1889-1915.

É importante esclarecer que, assim como nos processos que envolviam o período da escravidão na região, a mulher aparece como minoria tanto na condição de réus como na condição de vítimas. O cotidiano da violência, a resolução das querelas por meio da ação criminosa, enfim, o dia-a-dia das relações sociais abruptas envolvia especialmente os homens. Dessa forma, os números apontam percentuais bem parecidos no universo violento de homens e mulheres na escravidão e no pós-escravidão. Em ambos os casos as mulheres representam menos de 20% enquanto agentes da violência, enquanto na condição de vítimas esse número aumenta para 32% em média.

Sendo os homens a maioria dos envolvidos nos processos, um aspecto qualitativo da documentação salta aos olhos. Em vários processos é perceptível a

parceria de homens livres na realização de crimes, configurando assim a participação de vários indivíduos na execução de vinganças e na resolução de querelas antigas.

Nesse grupo se encontra o caso do assassinato de Manuel Fernandes da Cruz e Custódio Pereira de Castro, executado por quatro réus. Aos 31 de maio de 1909, o auto de corpo de delito revelava os detalhes da agressão às duas vítimas. O relato de uma das testemunhas esclarece o ocorrido com detalhes, nos permitindo adentrar em parte do cotidiano sertanejo naqueles tempos:

Que no dia trinta e um de maio do corrente as nove horas da noite mais ou menos, achava-se em sua casa neste município no lugar denominado Brejinho, em companhia de Custódio Pereira de Castro, com quem vivia, e Theophilo de Tal, juntamente com Antônia de Melchiades, com quem vivia, ambas amasiadas, e uma filha della depoente, de Sebastiana digo de nome Izabel dos Santos, foi quando alli chegaram Manoel Fernandes, Antônio Terra e João da Silva, todos armados de facões, facas e cacetes, como já estivessem os da casa deitados foi quando ouvio Manoel Fernandes chamar a Custódio dizendo, Custódio levante-se que isto não é hora de dormir-se, levantaram Custódio e Theophilo, e Manoel Fernandes, deu uma garrafa de caxaça a Theophilo, e este chamou a Custódio e disse-lhe que troxesse uma chicara para beberem o gole, ao que Custódio recebendo a garrafa disse meu irmão, não beba esta aguardente isso é um veneno que vem para você é a morte, e tomando a garrafa, atirou-a para longe, disendo Manoel Fernandes, Theophilo, você beba essa aguardente e quando acabar indureça o corpo para apanhar muito e em seguida Manoel Fernandes, Antônio Terra e João da Silva, arremassaram-se contra Custódio e Theophilo, travando-se sabido (sic) conflicto, do qual resultou Theophilo de Tal assassinar a Manoel Fernandes e João da Silva, assassinares a Custódio Pereira de Castro produzindo-lhe enormes cuteladas já descriptas no auto de corpo de delicto, sendo que Theophilo de Tal no assassinato de Manoel Fernandes foi auxiliado por sua amasia Antônio de Melchiades. Sendo que esta segurou a Manoel Fernandes e Theophilo o sangrou..¹⁹⁶

Todos os envolvidos no caso são denunciados pela justiça. As testemunhas arroladas confirmam a maioria das questões levantadas acima, mas, como se pode notar

¹⁹⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.634, fls. 10-11v.

em vários processos, também este não apresenta finalização, sendo arquivado por volta do ano de 1922.

Outro caso envolvendo um grupo de réus se passa na região norte-mineira, mais especificamente em uma província no município de Bocaiúva. Lucídio de Souza, Antonio Luiz e José Francisco são acusados do assassinato de Augusto Xavier da Paixão. O crime, cometido por vingança, havia sido “anunciado” na região há muito tempo, já que Lucídio e seus amigos, em outras ocasiões, falavam, “a quem se quisesse ver” que matariam Augusto. Assim, no dia 25 de outubro de 1908, “ouveuse dizer que Lucídio tomara providencias para aquele assassinato”, o que ocorrera no dia seguinte. Segundo a maioria das testemunhas, tal rixa era “voz pública”.

A maioria das testemunhas, nas suas falas ao judiciário, revelam o mau procedimento dos réus, o que também era sabido na região. No dia 4 de dezembro de 1913, o júri decide pela liberação de Lucídio de Souza Lima, demonstrando que o mesmo não era responsável pelos ferimentos e posterior morte da vítima. Os outros réus não tiveram a mesma sorte. Sendo empregados de Lucídio, a defesa e o destino não tiveram a mesma boa vontade com os mesmos. Antonio Luiz é condenado a sete anos e sete meses de prisão, enquanto José Francisco é assassinado no decorrer do processo, crime este que não parece ter atraído tanto a atenção do judiciário. Os autos são compostos de uma carta de Lucídio para o seu “amigo” Antonio Luiz, que na verdade se chamava Theodoro Caetano da Costa. O documento é revelador de importantes aspectos do cotidiano social e jurídico que se passava em universos culturais como o norte de Minas.

Ilmo. E Amigo Senr. Theodoro Caithano
Santa Maria de S. F. C. de julho de 1915
Caro Amigo e Senr. Theodoro
Permita Deus que esta lhe encontre com saúde,

O fim desta é somente á dar-lhe resposta do escripto que por sua ingrata mulher recebi, por qual motivo acha-se meu amigo neste sofrimento.

Pois quem está de fora mais incherça, e muito mais escuta, deixei por tanto de cumprir o vosso pedido a respeito do dinheiro, porque levei e trôuce este; a ainda tenho para o fim de sua defêsa ahi, e depois de vido os seos mãos e mentirosos depoimentos a contento do Senr. Marechal Pujirá me faz com que gaste atte as caçambas, se elle ou alguém que lhe for simpáthico para apresentar precatória de conformidade de seos infaustos e velhos regulamentos.

É facto que naquella occasião você era meo empregado e as suas condições avia mais de trinta, todos forão imputados, porém sendo eu o legítimo criminoso, que para isto tive dôus hábeis addevogados e não me livreí por negativa, sim por firmativa, ficando eu livre, e todos imputados pois para este tenho o avaral de soltura, publica forma, dos Autos, processos, etc.

V. S. disse-me eu lhe ser ingrao porém é muito justo que pense por esta forma; porém quem bem sabe é nosso bom Deus.

I sem mais a diser-lhe espere-me nesta sesaçção seguinte, eu ou alguém que possa suprir meo lugar, porém farei todo possível de estar ahi nesta occasião; seja ou não jurado.

Deste seo amigo serto Lucidio de Souza Lima.¹⁹⁷

Os dois casos expostos acima são reveladores de situações complexas, que, muitas vezes, envolviam um número extenso de réus ou mesmo vítimas, diante de situações e problemas que lançavam mão do recurso violento.

Os crimes em questão colocam o elemento da vingança em primeiro plano, recurso comum no cotidiano norte-mineiro escravista e pós-escravidão. Homens que se juntavam em grupos de três, quatro, cinco ou seis para executarem a violência em defesa da honra e em nome da solução de seus problemas, sejam quais forem. O universo masculino da violência se configurava nesses termos, na base das soluções imediatas e extremas, tomadas no calor da situação ou arquitetadas em planos simples, como adentrar à casa do opositor e executá-lo, à frente de todos.

A violência, dessa forma, aparece como recurso usualmente recorrente e, portanto, baseado no sucesso do empreendimento. Homens violentos que usavam da

¹⁹⁷ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.611, fls. 144-145.

solidariedade e proximidade do cotidiano com outros homens para levar à frente as soluções extremas, os seus conflitos mais imediatos. Não obstante, não foram apenas os homens que desenharam o universo cultural norte-mineiro com a violência. A mulher, mesmo que em minoria, também esteve presente no ambiente delituoso do sertão, ora como ré, ora, sobretudo, como vítima.

Já vimos no primeiro capítulo a condição da mulher no universo violento, quando, mesmo em um universo aparentemente masculino, o elemento feminino se fazia sentir de variadas formas. Como vítimas da violência sertaneja no período pós-1889, temos um escopo de 32,7% de mulheres. Como rés, 19,4%.

Os processos que colocam a mulher como elemento constitutivo do universo criminoso nos permitem adentrar ainda mais no cotidiano pós-escravidão, com elementos que reafirmam alguns dos aspectos já levantados e, também, com elementos novos, configurando assim um panorama ainda mais plural sobre o norte das Minas Gerais.

No dia 13 de agosto de 1905, Marcelino Pereira Lucas esfaqueia Margarida Carmo de Brito, o que resultou na morte da vítima. O neto de Margarida, uma das testemunhas, revela que a mesma fora morta em sua própria casa por Marcelino, tendo em vista que o réu tentara ofender a honra e honestidade de Januária, neta da vítima. Segundo a testemunha, quando sua avó o repeliu, este a agrediu com a facada que resultou em sua morte sete dias depois.

Outra testemunha, o sobrinho da vítima, atestara ainda que Marcelino era assassino e desordeiro, e que todos conheciam a sua fama na região, sendo ele de “péssimos costumes”. O processo encontra-se incompleto, o que não nos permitiu chegar aos destinos dos envolvidos.¹⁹⁸

¹⁹⁸ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.587.

Dois anos depois, Leopoldina Rosa de Oliveira é assassinada por Honório Ribeiro Sobral, “trabalhador e de bom procedimento”, segundo impressões de algumas testemunhas. Segundo o auto de prisão em flagrante, Honório revelara que realmente fora responsável pelo assassinato de Leopoldina, e que nada tinha a alegar.

A maioria das revelações sobre o crime, entretanto, conduzem para o bom procedimento do réu, bem como atenuantes ao delito cometido. Segundo uma das testemunhas:

A testemunha disse que estava na casa de Leopoldina Rosa de Oliveira no povoado de Santo Antonio de Boa Vista quando chegou o réu Honório Ribeiro Sobral; com a chegada deste, a testemunha se retirou para a casa de Carlos Antunes de Souza que fica perto daquela. Estando do lado de fora, a testemunha ouviu as pessoas dizerem que da casa de Leopoldina vinha um barulho e para lá se dirigiu. Chegando lá viu Leopoldina ferida com diversas marcas de faca. Leopoldina falou que o responsável pelos ferimentos foi Honório Ribeiro Sobral, mas não explicou os motivos. A testemunha disse que tanto o denunciado quanto a paciente eram de bom procedimento, sendo a última prostituta.¹⁹⁹

Em quase todas as informações prestadas pelas mais de 10 testemunhas, elementos conduzem para o caráter ordeiro de Honório, bom homem e respeitado, mas que “quando embriaga fica doido”. Para uma das testemunhas, “no momento em que a testemunha entrou com o denunciado na casa do mesmo, ele disse que estava arrependido do que havia feito.” Além disso, “o réu não contestou o depoimento da testemunha, dizendo que não sabe de nada que se passou, acordando no dia seguinte preso na casa do Juiz de Paz.”²⁰⁰

O julgamento, no dia 5 de junho de 1911, declara por unanimidade de votos que o réu Honório Sobral foi o responsável pelos ferimentos em Leopoldina, mas, por 9

¹⁹⁹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.610, fls. 25v-27.

²⁰⁰ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.610, fls. 42v.

votos em 12, o júri declara que o réu se achava em estado de completa privação dos sentidos no momento do crime, sendo, nesse sentido, absolvido.²⁰¹

Os crimes relatados acima, que vitimaram Margarida e Leopoldina, nos colocam, mais uma vez, diante do universo conflituoso do sertão norte-mineiro, o que nos permite reiterar a inserção da mulher no universo violento, sobretudo, aqui, na condição de vítimas. Rixas, defesas de honra e situações extremas se revelam, seja nos embates entre os homens sertanejos, seja nos embates envolvendo os homens e as mulheres do sertão, conforme vários documentos revelam. Margarida, ao procurar defender a sua neta, fora vítima de Marcelino, homem conhecido na região pelo seu caráter e procedimento violento. No outro caso, o assassinato de Leopoldina fora executado por um homem respeitado, de boa índole, mas que, impulsionado pela bebida, utilizou-se da violência contra a vítima.

Ambos os casos, dessa forma, nos coloca no rastro da violência sertaneja, um elemento que ordenava o cotidiano e, inegavelmente, era parte indispensável do universo que se configurava, seja no período marcante da escravidão oitocentista, seja no período republicano que se iniciava naquelas primeiras décadas do século XX.

Um último aspecto que avaliamos no processo de comparação do universo violento escravista em relação ao pós-escravidão é a questão da justiça. Como vimos no capítulo anterior, a atuação do judiciário frente aos crimes na região apresentava uma diferença marcante, tendo em vista, sobretudo, a condição jurídica dos réus. No período de 1850 a 1888, em quase a metade dos documentos que tinham os homens livres como réus não se encontra nenhum tipo de pena para o crime praticado, mesmo que muitas vezes parecia evidente a execução da violência por parte dos protagonistas dos processos, como vimos em muitos exemplos. As prisões de homens livres, dessa forma,

²⁰¹ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.610, fls. 188-194.

ficaram restritas a um percentual de apenas 15% dos processos. Quanto aos escravos, no mesmo período, a situação era diferente. Mesmo diante de práticas violentas bem parecidas, os chamados “crimes em comum”, a justiça pesava desfavoravelmente aos cativos. Dos processos envolvendo escravos como réus, em 55% percebemos punições aos escravos, como prisões, castigos ou mesmo penas de morte natural.²⁰²

A tabela 22 nos coloca diante das sentenças referentes aos crimes pós-1889, nos possibilitando mais uma comparação com o regime escravista norte-mineiro ao longo do Oitocentos.

TABELA 22

**PENAS APLICADAS AOS RÉUS HOMENS LIVRES NO NORTE DE MINAS
GERAIS – 1889-1915**

Penas	Quantidade	%
Prisão	53	27,0%
Absolvição	66	33,7%
Apenas pronúncia	51	26,0%
Não consta	26	13,3%
Total	196	100,0%

Fonte: Processos Criminais. DPDOR/AFGC, 1889-1915.

Como percebemos, em menos de um terço dos processos encontramos punições aos homens livres delituosos. Em 53 dos 196 processos (27,0%), os réus foram presos, restando 66 processos com absolvições e 51 ficando apenas na pronúncia. Os dois grupos somados (absolvições e pronúncia) representam 59,7% da documentação. No caso específico das absolvições era comum que os crimes acabassem com sentenças

²⁰² Ver quadros 15 e 16 no tópico 2.1 (segundo capítulo) da tese.

favoráveis aos réus, mesmo quando os indícios pareciam caminhar para uma clara condenação diante das evidências.

Esse é o caso do crime praticado pelo réu Francisco Ferreira, casado, de 42 anos, que era acusado de matar a facadas o seu cunhado, Manoel Dias. No dia do crime os dois se encontravam na casa de Manoel e, em meio a uma cachaça e um papo entre amigos – onze homens no total – Manoel teria ofendido a honra de Francisco com palavras injuriosas, e dizendo a todos “que o dito devia olhar sua amasia, que era de publico que todos sabiam da sua honra que não era de bom procedimento”.²⁰³

Francisco, na frente de todos, agredira a Manoel com duas facadas, que o deixaram sangrando. Segundo uma das testemunhas, ainda no local Francisco prometera “acertar as suas contas” com Manoel, e que “este não ficaria por ai fazendo essas palavras de acusação da sua mulher”.²⁰⁴ No outro dia, Manoel fora encontrado morto com várias facadas e um tiro.

Os autos do processo são claros quanto à culpabilidade de Francisco, mas a condução dos advogados apela para a defesa da honra e mesmo para a falta de provas contra o réu, já que o crime praticado por ele seria a agressão e a conseqüente ameaça, mas não efetivamente o homicídio. O réu é absolvido do crime de homicídio e, dois meses depois, também é absolvido da acusação de lesão corporal contra Manoel, mesmo diante das evidências e das facadas sofridas pela vítima diante de tantas testemunhas.²⁰⁵

Inserimos aqui esse processo com o propósito de reiterar como se efetivava a condução de boa parte dos autos criminais à época. O exemplo do ocorrido entre Francisco e Manoel é, sem dúvida, claramente perceptível em vários outros casos que encontramos, muitos dos quais foram expostos nas páginas anteriores.

²⁰³ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.799, fls. 10v.

²⁰⁴ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.799, fls. 17.

²⁰⁵ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.799, fls. 71.

Assim como o crime praticado por Francisco parecia evidente, e as provas pareciam conduzir para uma punição efetiva, tantos e tantos outros delitos foram conduzidos de forma parecida. A absolvição do júri, em determinado momento do processo, parecia questão de tempo, sobretudo diante das ações da defesa, procurando insistentemente desqualificar o crime e, ao mesmo tempo, construir uma imagem pejorativa das vítimas, muitas vezes vistas como pessoas de “mau procedimento”, de “maus costumes” e dados à ação violenta.

Homens como Marcelino, Honório e Francisco – como vimos ao longo do texto – ou mesmo tantas e tantas “Marias”, “Joaquins” e “Cesários” são exemplos de réus que foram absolvidos pela justiça mesmo quando os seus crimes pareciam óbvios e, portanto, dotados de todos os elementos necessários para uma punição mais séria. A ação jurídica acabava se conformando em um espaço de mediação do cotidiano fundamental na construção das histórias do sertão.

Já vimos, quando da análise sobre o século XIX, que a atuação de rábulas e advogados na região era dotada de um repertório interessante, mostrando a qualidade argumentativa de muitos homens da lei que, em meio ao cotidiano sertanejo, mantinham contato com a população mais simples e pobre, e até mesmo com escravos.

É nesse sentido que essa “aliança” entre o poder e cotidiano levavam a tantas absolvições, fazendo com que as ações violentas se configurassem como uma forma de ação válida, sobretudo diante da pequena possibilidade de punição. A violência compensava, sobretudo diante de uma justiça que atuava como mediadora das relações sociais de forma atenuante, subserviente, aparecendo de forma mais incisiva apenas quando os réus estavam na condição escrava, como vimos no capítulo anterior.

Em outros casos, processos prescritos, incompletos e mesmo falhas evidentes do judiciário demonstram um pouco do papel da justiça nas relações sociais da época.

No dia 23 de junho de 1920 ocorreria um crime intrigante no distrito de Brejo das Almas. Antonio Moreira, 33 anos, apontado como réu no processo, teria sido responsável pela morte de José Medeiros, vulgo José da Grassa, de 38 anos. Os autos apontavam que no dia em questão José Medeiros estava conversando com Theophila Maria de Jesus, na casa da mesma, quando fora atingido por um tiro de espingarda, “vindo da mata”, fazendo-lhe o ferimento de que resultou a sua morte.

Segundo uma das testemunhas, José Medeiros era um homem de bom procedimento, trabalhador, “ignofencivo” e tinha apenas uma inimizade pública, Antonio Moreira. Para essa testemunha, Antonio parecia ser o autor do crime devido a um problema anterior ocorrido entre réu e vítima:

(...) José da Grassa recebera um tiro de arma de fogo arremessada do matto, cujo projectil alloujou na região do Estomago do mesmo, tendo atingido também o braço que o prostou morto no mesmo memento; que José da Grassa, era ignofencivo, trabalhador, não tinha inimizade ali a não ser com Antonio Moreira, que deu uma grande surra a praia, na mãe de José da Grassa, antes alguns dias da morte de José, que no dia que Antonio surrou a dita mulher, Antonio foi a casa do depoente ainda procurar a victima surrada, disse ainda disaforos ao depoente e sua mulher, dizendo que esta é que acompanhava os feiticeiros para matar a elle Antonio; que ali mesmo disse que era por isto mesmo é que elle Antonio ia munir de uma bôa arma de fogo para acabar com as feiticeras, de facto, nodia seguinte comprou elle uma espingarda de dois cannos. Disse mais que é por isto é que elle depoente disse que o seu genrro é cúmplice da morte do José da Grassa e que logo depois da morte de Jose da Grassa, Antonio Moreira foragio-se para o Giquitahy e Nada mais disse.²⁰⁶

²⁰⁶ DPDOR/AFGC, Processo Criminal no. 000.844, fls. 12-13v.

De forma interessante, somente por esse depoimento, Antonio Moreira passou a ser considerado réu no processo, apontado assim como responsável pelo crime em Jose da Grassa. Mesmo assim, o processo acaba sendo interrompido, especialmente devido ao desaparecimento de Antonio, que não fora encontrado pela justiça.

A possível “fuga” de Antonio, aliado à incapacidade da justiça em encontrá-lo, levam ao fim do processo, o que libera Antonio de uma punição com relação ao crime que teria praticado.

O interessante a ser notado é que o processo não apresenta evidências mais claras quanto ao crime ter sido efetivamente praticado por Antonio, a não ser o depoimento da testemunha acima revelado. No mais, nenhuma prova é apresentada sobre o envolvimento do réu Antonio Moreira. A sua fuga, obviamente, poderia representar uma declaração de culpabilidade sobre o ocorrido. Entretanto, diante do repertório com que os processos eram construídos, a possibilidade de absolvição de Antonio não era pequena, como ocorrera na ampla maioria dos processos analisados.

Histórias como a de Antonio Moreira e João da Grassa, como tantas outras histórias desnudadas nos processos criminais, acabaram interrompidas pelos autos, em meio à página 40, 50 ou 60, tanto faz. Antonio poderia ter sido preso ou absolvido, a depender das condições que se apresentassem nos autos. Todavia, jamais saberemos do seu paradeiro efetivo.

Em meio ao cotidiano que se construía, muitas outras histórias sequer foram transpostas aos autos. Muitos e muitos crimes, lesões corporais, homicídios e agressões das mais variadas, ficaram pelo caminho, nas matas e estradas de terra do sertão, nas pequenas ruas e vilarejos que se formavam naquele espaço que recém urbanizava, nas beiras de rios e barrocas. Em meio ao “progresso” que se avizinhava naquelas décadas

iniciais do século XX, a violência continuava conformando o dia-a-dia das relações, independentemente se vivíamos em um cotidiano monárquico ou republicano.

Histórias que moldaram o universo cultural norte-mineiro, às vezes revelada pelas milhares de páginas que a documentação guarda em arquivos, e outras tantas vezes perdidas na própria História do sertão norte-mineiro, e que nenhum historiador poderá revelar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão marcou decisivamente a história do Brasil. Durante séculos o sistema escravista moldou as relações sociais e fez do país uma experiência singular na mistura cultural e social entre brancos, negros, mestiços, homens e mulheres, escravos e livres. Muitas dessas experiências foram reveladas por textos clássicos da nossa historiografia. Muitas das histórias construídas cotidianamente por escravos e livres foram motivos da ampla revisão historiográfica que se deu nas últimas décadas.

O norte de Minas Gerais, parte da região que configura o “sertão das Minas”, e que denominamos aqui como *universo cultural norte-mineiro*, foi o espaço utilizado para a pesquisa que apresentamos. O cotidiano escravista na região, em um diálogo entre violência e liberdade, foi amplamente analisado por nós com o objetivo de compreender como se davam as relações diárias entre cativos e livres, muitas vezes misturados ao cotidiano sertanejo que se apresentava ao longo do Oitocentos. Nesse sentido, a violência praticada pelos dois grupos foi um dos elementos centrais para a avaliação de tais relações, nos apontando para variadas semelhanças no universo violento de escravos e livres, mas também reforçando o aspecto central da dominação escravista, que constantemente revelava as implicações do “ser escravo” na região, como vimos no capítulo 1 dessa tese.

A apreciação do cotidiano escravista, acreditamos, não seria suficiente para avaliarmos com maior amplitude o século XIX e início do século XX, e as relações que se configuravam na região. Foi nesse escopo que também procuramos acessar o espaço do poder e as relações que se davam frente à justiça e a administração pública. Fontes como sentenças, relatórios, atas e ofícios da administração pública municipal nos permitiram redimensionar o olhar sobre o cotidiano em consonância com as formas de

poder que se apresentavam. *Cotidiano* e *poder*, dessa forma, se complementavam, construindo as histórias de escravos e homens livres pobres ao longo de décadas.

As maneiras como os homens da lei se utilizavam do poder, bem com as formas como os homens livres pobres se apropriavam dela, demonstraram as variadas formas de acesso ao *lôcus* político, ora por aqueles que faziam parte mais diretamente do poder público – os homens da lei –, ora pelos homens que viam no cotidiano elementos que clamavam pela utilização desse mesmo poder como, por exemplo, o interesse geral de consertar cercas e estradas, ou a condução de abaixo-assinados para a resolução de pendengas e necessidades mais imediatas no cotidiano da pobreza e da simplicidade do *universo cultural norte-mineiro*, conforme vimos no capítulo 2.

Adentrando um novo regime político e em meio à transição do século XIX para o século XX, os sertanejos se viram diante de um novo universo de poder, não tão “novo” assim, que, em muitos sentidos, apresentava bem mais permanências sociais e políticas do que mudanças. A transição para a República, mesmo com toda a estruturação de um novo regime baseado em novas formas de poder, não foi suficiente para remodelar por completo a violência como solução cotidiana, e muitas das características escravistas foram preservadas. A República trazia um novo discurso de liberdade, de poder e de justiça – como vimos mais detidamente no capítulo 3 –, mas o cotidiano não experimentava tais transformações com a mesma intensidade. Assim, no que se refere à violência, percebemos que muitos elementos presentes no cotidiano escravista também se fizeram marcantes no dia-a-dia da República.

Elementos de sobrevivência do regime escravista ainda fazem parte do nosso cotidiano. Nas relações de trabalho, em parte das relações sociais e mesmo na conformação de uma cultura mestiça e plural, o Brasil ainda se apresenta com muitas

heranças do escravismo dos séculos passados. E é exatamente a compreensão sobre o nosso passado escravista que nos permite adentrar ainda mais a nossa História.

A violência, a proximidade entre escravos e livres, as relações frente ao poder, enfim, são elementos construtores não apenas do passado do sertão das Minas, mas de todo o Brasil. De norte a sul, do interior ao litoral, do rural ao urbano, escravos, livres, brancos, pardos, negros, cabras, africanos, homens e mulheres ajudaram a construir, silenciosamente, a História do Brasil. O regime escravista e suas conseqüências não ficaram apenas no passado, assim como as permanências mesmo após o fim da escravidão ainda fazem parte do nosso dia-a-dia. As histórias de escravos como Joaquim ou Maria, e de livres como Antonio ou Ana, são exemplos de que a nossa História ainda está em transformação, e a compreensão do nosso passado é parte imprescindível nessa construção ainda em curso.

FONTES

1) *Processos Criminais*

Os processos encontram-se na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes (DPDOR).

694 processos-crime, entre os anos de 1850 a 1915.

2) *Documentos da Administração Pública – Câmara Municipal, em especial da cidade de Montes Claros/MG*

Tais documentos também se encontram na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes (DPDOR). Documentação composta por ofícios, correspondências, posturas municipais, entre outros.

307 documentos cíveis, entre os anos de 1830 a 1920.

3) *Documentos do Arquivo Público Mineiro*

Fundos da Administração Pública Provincial, composto por: Fundo da Assembléia Legislativa Provincial, Fundo da Câmara dos Deputados, Fundo da Presidência da Província, Fundo da Polícia, Fundo da Secretaria do Interior, contendo Correspondências Expedidas e Recebidas, Atas, Propostas, Relatórios, Requerimentos e Documentos Diversos, entre os anos de 1870 a 1889.

4) *Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais – RPP/MG*

Documentos disponíveis em sites, tais como: www.uchicago.com. Documentação composta por relatórios anuais do presidente da província, relatando a situação das Minas Gerais, bem como demandas da administração pública, da justiça e da tentativa de controle da criminalidade na região.

85 Relatórios, entre os anos de 1847 a 1920.

5) *Jornais*

Edições de Jornais de circulação regional: Correio do Norte. Documentação composta por periódicos entre 1884-1885 e 1889-1891.

80 jornais

6) *Coleção de Leis do Império do Brasil e Constituição Republicana de 1891*

Documentação publicada em:

- *Colecção de Leis do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil*. Evolução Histórica. São Paulo: Jalovi, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Campinas, Centro de Memória – Unicamp, 1992.

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895*. Campinas: Unicamp, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil – Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. MEGIANI, A. P. (Org.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2009.

ALMEIDA, Alessandro de. *Um voto pelo amor de Deus: Religiosidade cristã e política – Montes Claros – 2000 a 2004*. Montes Claros: Unimontes, 2008.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, 1995.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas Setecentistas. *Revista Varia História*, n. 28, Belo Horizonte: UFMG, Dez. 2002, pp. 29-38.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo – 1888-1988*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1997.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: FTD, 1999. (Coleção Grandes Leituras)

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, Anti-Racismo e Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATISTA, Dimas José. *A administração da justiça e o controle da criminalidade no médio sertão do São Francisco, 1830-1880*. Tese de Doutorado em História, São Paulo, USP, 2006.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. 11 ed. Curitiba: Hemus, 2002.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

BERNAND, Carmen. *Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2001.

BIEBER, Judy. *Power, patronage and political violence: State building a Brazilian Frontier – 1822-1889*. Nebraska, University of Nebraska Press, 1999.

BIEBER, Judy. O sertão mineiro como espaço político (1831-1850). *Revista Estudos*, v. 29 (Especial), 2002, pp. 373-394.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no Século XIX*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 1994.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, 2000, n. 23.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. BASSANEZI, M. S. C. B. (Orgs.). *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais*. 1. ed. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009.

BRITO, Gy Reis Gomes de. *Montes Claros: da construção ao progresso – 1917-1926*. Montes Claros: Unimontes, 2006.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CALEIRO, Regina Célia Lima. *História e Crime: quando a mulher é a ré*. Franca – 1890-1940. Dissertação de Mestrado. Franca, UNESP, 1998.

CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata – A violência que se adivinha*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

CARDOSO, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. Dissertação de Mestrado em História, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. O sertão no espaço econômico da mineração. *LPH: Revista de História*. Mariana: UFOP, 1996, nº 6.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife*. Recife, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis – Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas Oitocentistas*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 123-144.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1995.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. Projeto História*, São Paulo, (17), 1998.

DIAS, Maria Odila L. da S. *A interiorização da metropole e outros estudos*. 1ª. ed. São Paulo: Alameda casa editorial, 2005.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil, Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.

FARIA, Sheila de Castro. Os senhores do Brasil. Café, escravos e fortuna: a trinca que garantiu poder e luxo aos cafeicultores do país. *Revista de História* (UFES), Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 58-64, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo – 1880-1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, Déa. R. Levantamento e sistematização da legislação sobre escravos no Império do Brasil. In: Jose Andrés-Gallego. (org.). *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de iberoamerica*. Madrid: Fundacion Historica Tavera/Digibis, 2000, v. I, p. 583-664.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Crimes em comum: escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888)*. Tese de Doutorado em História, Unesp, Franca, 2006.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano I. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). Ferreira, Marieta de Moraes (Org.). *Imagens de uma nação*. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo G. GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro – 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: FCE, 1986.

FOGEL, Robert W. ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross: the economics of American Negro slavery*. Boston: Brown and Co., 1974.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. *Revista Varia História*, nº 20, 1999, p. 45-59.

GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. *Casamentos mistos – liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: práticas de alforrias em Minas Gerais colonial e provincial*. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

GONÇALVES, Jener Cristiano. *Justiça e direitos costumeiros: apelos judiciais de escravos, forros e livres em Minas Gerais (1716-1815)*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2006.

GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebeldia dos Escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. De Agredidos a Agressores: Um Estudo sobre as Relações Sociais entre Senhores e Escravos no Paraná do Século XIX. *Estudos Econômicos*, 18, nº especial (1988), p. 147-166.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. Verbete: Justiça. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 451-453.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUTIERREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 287-314, maio-ago 1987.

GUTIERREZ, Horácio. LEWKOWICZ, Ida. Trabalho infantil em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Lócus*, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 9-25, 1999.

GUTIERREZ, Horácio. LEWKOWICZ, Ida. Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: Gilvan Ventura da Silva; Maria Beatriz Nader; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). *História, mulher e poder*. 1 ed. Vitória: EDUFES, 2006, v. , p. 292-306.

HESPANHA, Antonio Manuel. O antigo regime (1620-1807). In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Volume IV. Lisboa: Estampa, 1992.

HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em História, UFMG, 1998.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no Norte de Minas Gerais – 1830-1888*. BH, UFMG, 2005, Dissertação de Mestrado em História.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade – 1830-1888*. São Paulo: Annablume, 2007.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. CALEIRO, Regina Célia Lima. Mulheres honestas e perniciosas, homens refohados e homicidas hirozos na “lista do vigário”: um censo *sui generis* no século XIX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n. 36, jul/dez 2006, p. 539-563.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. Poder público X poder privado: violência no sertão norte-mineiro – séculos XVIII e XIX. *Revista Unimontes Científica*, Montes Claros: UNIMONTES, v. 6, n. 2, dez. 2004, p. 61-9.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. Justiça e violência oitocentista: um “novo repertório” para o Norte de Minas. *Revista Caminhos da História*, Montes Claros, MG, v. 12, n. 1, 2007.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *1808-2009: Interseções*. São Paulo: Annablume, 2008.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1805-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

LARA, Sílvia Hunold. Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, (12), 1995.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Sílvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LEWKOWICZ, Ida. Concubinato e Casamento nas Minas Setecentistas. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 531-547.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Revista Varia História*, nº 30, 2003, p. 112-151.

LIBBY, Douglas Cole. FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: Iuperj, 1999.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUNA, Francisco Vidal. KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PUC, 1995.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. 3. ed., 2 v. Petrópolis: Vozes, 1976.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. PARRON, T. P. BERBEL, M. R. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar. JOLY, F. D. *Entre a escravidão e a liberdade*. São Paulo: Minden - Pueri Domus Escolas Associadas, 2003.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MARTINS, Roberto Borges. *A Historiografia sobre o século XIX em Minas Gerais: notas para um debate*. Texto apresentado no I Seminário Internacional sobre a Historiografia Mineira – ICAM, Belo Horizonte, 2004.

MATA-MACHADO, Bernardo N. da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravos. Segunda Edição Revista e Ampliada. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

MATTOS, Hebe Maria. ABREU, M. VIANNA, C. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses* (Londrina), v. 3, p. 21-37, 2010.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilbertiano. In: Céu e inferno de Gilberto Freyre. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 12/04/2000, p. 13-4.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES, José Geraldo Vinci de. REGO, José Márcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria*. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado: EDIPUCRS, 1996, p. 47-9.

MORELLI, Jonice dos Reis Procópio. *Escravos e crimes – fragmentos do cotidiano*. Montes Claros de Formigas no Século XIX. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1912)*. São Paulo: Alameda, 2009.

NEDER, Gizlene (org.). *História e direito*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NEQUETE, Lenine. *O Escravo na Jurisprudência Brasileira*. Porto Alegre: Edição da Revista de Jurisprudência, 1988.

NISHIDA, Mieko. As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888. *Estudos Econômicos*, 23, n. 2, 1993, pp. 227-65.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene (orgs.) *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

PAIVA, Clotilde Andrade. GODOY, Marcelo Magalhães. Engenheiros e casas de negócio na Minas Oitocentista. In: PAIVA, Clotilde Andrade. LIBBY, Douglas Cole. (Org.). 20

anos do Seminário sobre a Economia Mineira, 1982 – 2002. Coletânea de trabalhos, 1982 - 2000. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002, v. 2, p. 125-150.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. Revendications de droits coutumiers et actions en justice des esclaves dans le Minas Gerais du XVIII siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: EHESS, 2003, n° 53/54.

PAIVA, Eduardo França. Por uma história cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. *Fênix* (UFU. Online), v. 6, p. 1-24, 2010.

PAIVA, Eduardo França. Povos das Minas no século XVIII. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, p. 23-55, 2009.

PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Montes Claros, s. ed., 1979.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado em História, USP, FFLCH, São Paulo, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920*. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Gorutuba: O Padre e a Bala de Ouro*. Belo Horizonte, s.d.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1979.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Aspectos Ideológicos da Escravidão. *Estudos Econômicos*, 13, n.º 1, (1983), p. 85-101.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos S. CARVALHO, Marcus J. M. *O Alufá Rufino: Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (1822-1853)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, José Carlos. *A História entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RESENDE, Edna Maria. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a Lei em São João Del-Rei, 1840/1860*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1999.

REZENDE, Rodrigo Castro. *As Nossas Áfricas: população escrava e identidades africanas nas Minas setecentistas*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2006.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade*. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro 1900-1930. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República. A questão do desejo nas lutas sociais. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Tiago de Godoy. *Sentença de uma vida*: escravos nos tribunais de Mariana (1830-1840). Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 10 ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1976.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975, p. 91.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1627). 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 59.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Célia Nonata da. *Sertão Mestiço: mandões e bandidos na capitania das Minas*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no Brasil Sudeste – Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, n. 17, 1985.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo, 1939.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil – Colônia e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: História da Festa de Coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, R. História cultural e historiografia brasileira. *História. Questões e Debates*, v. 5, p. 217-238, 2010.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As sedução da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais – século XIX. Bauru/SP: Edusc, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 167-200, 2006.

VIANA, Urbino de Souza. *Monographia do município de Montes Claros*. Belo Horizonte, 1916.

VISCARDI, Claudia Maria. *O teatro das oligarquias*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas*: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade*: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 16.

ZALUAR, Alba. *Da Revolta ao Crime S.A.* São Paulo: Ática, 1996.

ZENHA, Celeste. As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza. In: *Revista de História*. São Paulo: n.º 119, 1988.

ANEXOS

Mapas

Mapa 1: As microrregiões do norte de Minas Gerais – 2004.

In: PEREIRA, 2007.

Mapa 2: Montes Claros na mesorregião norte de Minas – 2004.

In: PEREIRA, 2007.

Mapa 3: As mesorregiões de Minas Gerais – 1999.

In: PEREIRA, 2007.

Mapa 4: Municípios da mesorregião norte de Minas

01	Águas Vermelhas	31	Itacambira	61	Patis
02	Berizal	32	Itacarambi	62	Pedrasde Maria da Cruz
03	Bocaiúva	33	Jaíba	63	Pintópolis
04	Bonito de Minas	34	Janaúba	64	Pirapora
05	Botumirim	35	Januária	65	Ponto Chique
06	Brasília de Minas	36	Japonvar	66	Porteirinha
07	Buritizero	37	Jequitaiá	67	Riachinho
08	Campo Azul	38	Josenópolis	68	Riacho dos Machados
09	Capitão Enéas	39	Juramento	69	Rio Pardo de Minas
10	Catuti	40	Juvenília	70	Rubelita
11	Chapada Gaúcha	41	Lagoa Patos	71	Salinas
12	Claro Poções	42	Lassance	72	Santa Cruz de Salinas
13	Cônego Marinho	43	Lontra	73	Santa Fé Minas
14	Coração de Jesus	44	Luislândia	74	Santo Antônio do Retiro
15	Cristália	45	Mamonas	75	São Francisco
16	Curral Dentro	46	Manga	76	São João da Lagoa
17	Divisa Alegre	47	Matias Cardoso	77	São João da Ponte
18	E. Navarro	48	Mato Verde	78	São João das Missões
19	Espinosa	49	Mirabela	79	São João do Pacuí
20	Francisco Dumont	50	Miravânia	80	São João do Paraíso
21	Francisco Sá	51	Montalvânia	81	São Romão
22	Fruta de Leite	52	Monte Azul	82	Serranópolis
23	Gameleiras	53	Montes Claros	83	Taiobeiras
24	Glaucilândia	54	Montezuma	84	Ubaí
25	Grão Mogol	55	Ninheira	85	Urucuia
26	Guaraciama	56	Nova Porteirinha	86	Vargem Grande do Rio Pardo
27	Ibiaí	57	Novorizonte	87	Várzea da Palma
28	Ibiracatu	58	Olhos-d'Água	88	Varzelândia
29	Icaraí Minas	59	Padre Carvalho	89	Verdelândia
30	Indaiabira	60	Pai Pedro		